

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RONALDO ZATTA

**50 ANOS DE MORTE DO TENENTE CAMARGO (1965-2015): IMPASSES E  
CONFLITOS DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

CURITIBA

2016

RONALDO ZATTA

**50 ANOS DE MORTE DO TENENTE CAMARGO (1965-2015): IMPASSES E  
CONFLITOS DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Tese apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Doutor em  
História, no Curso de Pós-Graduação em  
História, Setor de Ciências Humanas Letras  
e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira.

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Zatta, Ronaldo  
50 anos de morte do Tenente Camargo (1965-2015): impasses e  
conflitos da memória institucional do Exército Brasileiro / Ronaldo  
Zatta – Curitiba, 2016.  
261 f.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira  
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

1. Camargo, Carlos Argemiro de, 1938-1965. 2. Exército – Brasil  
- História. 3. Morte – História - Rituais. 4. Militares - Memória. I.  
Título.

CDD 981.62



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.


E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br


#### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de RONALDO ZATTA intitulada: **50 ANOS DE MORTE DO TENENTE CAMARGO (1965-2015): IMPASSES E CONFLITOS DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de Doutor em História.

Curitiba, trinta e um de agosto de dois mil e dezesseis.

  
Prof. Dr. Dennison de Oliveira (Orientador)  
Presidente da Banca Examinadora

  
Prof. Dr. Ismael Antonio Vannini (UNICENTRO)  
1º examinador

  
Profa. Dra. Miliandre Garcia (UEL)  
2º examinador

  
Prof. Dr. Alexandre Neundorff (PUC/PR)  
3º examinador

  
Profa. Dra. Adriane Piovezan (FIES)  
4º examinador





*À memória de meu pai, Sestilio Zatta, que desde a minha infância tem substituído a sua  
presença.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, principalmente, por ter iluminado meu caminho no desígnio de concluir esta pesquisa, tenho a sensação de que o fato de cruzar por pessoas e fontes indispensáveis, foi propósito dele!

À Polícia Militar Rodoviária de Santa Catarina, por permitir, mesmo não sendo um funcionário estabilizado, os afastamentos totais e parciais para esta pesquisa.

Ao curso de Graduação em História da UNIPAR - Universidade Paranaense, Campus de Francisco Beltrão-PR, onde tudo começou há remoto treze anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF – Universidade de Passo Fundo, Campus de Passo Fundo-RS, por ocasião do Curso de Mestrado em História, que naquela oportunidade também foi subsidiado pela CAPES, um passo primordial para ingresso no Doutorado.

Aos meus colegas de trabalho Fabiano André dos Santos, Gerson Frare, Aristides Fugiwara Strachoski, Valnei Martins, Adriano Luiz Borsa, Leandro José Tenutti, pelas substituições nos plantões e escalas durante os últimos quatro anos.

À minha mãe, Maria Iracema, cabocla rio-grandense semialfabetizada, cujo nome, um misto de Santidade católica com guerreira indígena, representa muito bem sua personalidade. E, que mesmo sem compreender a carreira acadêmica na sua simplicidade de lida agrícola, acredita que curso mais uma graduação, jamais deixou de pedir por mim em suas orações; e fazer os chás de ervas medicinais para aliviar o stress e o cansaço destes anos de viagens à capital paranaense para realização de pesquisas.

À memória de meu pai, Sestilio, agricultor disléxico, cuja disfunção genética jamais permitiu que pudesse ler... Essa tese é em sua homenagem! (*In memoriam*).

À Professora de Língua Inglesa, Julia Corti, pela paciência e dedicação ao ajudar-me em suprir uma deficiência de minha formação escolar, o domínio da Língua Inglesa.

Ao Professor Doutor Ismael Antônio Vanini (UNICENTRO), um entusiasta nato, grande responsável pelo meu ingresso nos estudos avançados, para mim um exemplo profissional desde os tempos da graduação. Também, por em tempos de Coordenador do Curso de História na Unipar – Campus de Francisco Beltrão-PR dedicou tempo para ler e sugerir alterações no projeto inicial de pesquisa desta tese.

Ao Professor Doutor Carlos Antônio Bonamigo (CESUL), meu professor na graduação, que mesmo atarefado pela labuta acadêmica, dedicou seu tempo na revisão de meu projeto para ingresso no doutorado.

Ao Professor Mestre Leomar Rippel (FAMPER), meu amigo e companheiro de pesquisa na graduação e mestrado, que mesmo não tendo proximidades teóricas, e talvez exatamente por isso, nossas conversas têm nos rendido boas discussões.

À Professora Doutora Helenice Rodrigues da Silva (UFPR). (*In memoriam*).

Ao Professor Doutor Dennison de Oliveira (UFPR), meu orientador do doutorado, por ter aceito esta proposta de pesquisa e pelo tempo dedicado na orientação. Também, pela presteza em responder dúvidas e questionamentos, mas principalmente, por permitir transitar pela temática História e morte, mesmo não fazendo parte central do planejamento inicial de pesquisa.

À Professora Doutora Adriane Piovezan (FES), cuja tese de doutorado, foi minha fonte de inspiração para a mudança de rumos ao longo da pesquisa. Também, mesmo que informalmente, por indicar bibliografias e demais orientações sobre esta pesquisa.

À minha banca de qualificação, Professor Doutor Pedro Plaza Pinto (UFPR) e Professor Doutor Rodrigo Rodriguez Tavares (UFPR), que me indicaram o melhor caminho para selar este estudo de forma honrada e profissional.

À minha banca de defesa, Professor Doutor Dennison de Oliveira (UFPR), Professora Doutora Adriane Piovezan (FES), Professor Doutor Ismael Antônio Vanini (UNICENTRO), Professora Doutora Miliandre Garcia de Souza (UEL), Professor Doutor Alexandro Neundorf (PUC/PR), por aceitarem este convite, dedicar seu tempo na leitura; e, por contribuírem na fase final desta tese de doutorado.

À Irineu Martin Arnez, proprietário do pensionado Gold Orient, por ter tornado aquele estabelecimento meu lar durante tantas viagens que fui à Curitiba, um grande amigo que o doutorado me proporcionou.

À Maria Cristina, Secretária do Programa de Pós Graduação em História da UFPR, pelo tratamento profissional, e atencioso, que dedicou à turma de 2012. Seu trabalho facilitou nosso curso ao se demonstrar sempre pronto para solucionar problemas e repassar orientações.

Aos meus familiares: Noeli, pelas caronas de rodoviária em plenas madrugadas de inverno; Nelci, pelos ótimos cafés da manhã por ocasião de retorno das viagens; Remi, por nossas mateadas; e, Ana Flávia, por nossas conversas sobre os desafios e prazeres proporcionados pelo ingresso nos estudos avançados.

À empresa de Transporte Rodoviário Tiquim, com sede em Chapecó/SC, que na interminável linha Oeste Catarinense/Rodoferroviária de Curitiba, me proporcionou desconto para estudante durante dois anos de créditos presenciais, extremamente necessários para me manter no curso antes da concessão da bolsa de estudos.

Aos meus amigos Welinton Menger e Gabriel Granoski de Oliveira, por tratarem meus cães e cuidarem da “quitinete”, apelido que deram à minha casa, enquanto estava ausente viajando.

Aos meus colegas discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná: Rose Elke Debiasi, Francisco Chagas Oliveira Atanásio, Ernando Brito Gonçalves Júnior, Thiago do Nascimento Torres

de Paula e Marilane Machado de Azevedo Maia, por compartilharem essa jornada, com suas dúvidas, certezas e projeções.

À Talita Vitória, meu amor nesta vida, obrigado!

À CAPES pelo financiamento, na forma da concessão da bolsa de estudos por demanda social, mesmo que parcial.

*“Vivemos hoje novas formas de vida, novos regimes precisam criar identidades que se adaptem a eles. Daí que é comum hoje governos e meios de comunicação inventarem um passado. Como dizia George Orwell, estamos em uma idade em que o presente controla o passado. Altera-se a História para servir aos interesses de alguns poucos grupos. Cito o exemplo da Índia e da Itália, cujas histórias estão sendo adaptadas aos sistemas de governos atuais. É vital o historiador lutar contra a mentira. O historiador não pode inventar nada, e sim revelar o passado que controla o presente às ocultas.”*

Eric Hobsbawm

## RESUMO

A proposta de investigação que aqui se apresenta possui como objetivo central discutir os conflitos e impasses da memória institucional do Exército Brasileiro vinculados aos rituais fúnebres e cerimoniais militares, ocorridos entre 1965 a 2015, e realizados em homenagens *post mortem* ao herói militar das Operações de Contraguerrilha de 1965, o Tenente Carlos Argemiro de Camargo. Camargo foi morto no sudoeste do Paraná em combate à guerrilha do coronel exilado Jefferson Cardim de Alencar Osório em 28 Mar. 1965. O fato deste militar ser morto pela esquerda brasileira em pleno Regime Militar fez dele um símbolo político que transcendeu o seu tempo, sendo que a sua comemoração efetivou-se por cinco décadas. Este estudo se destaca em relação às pesquisas anteriores na medida em que pretende perceber os rituais fúnebres militares como parte integrante de uma liturgia vinculada à religiosidade cívica, não tão somente ligada às manipulações da memória militar em prol de uma propaganda política ideológica do regime. Neste sentido, tomou-se como problema de pesquisa a temática inspirada pelo campo da historiografia da morte, que se propõe estudar os cemitérios, os rituais fúnebres e a população dos mortos mais próximos do nacionalismo percebendo a existência de uma religião cívica; o pressuposto desta pesquisa é que se estará relevando a um plano secundário a análise que vislumbra tão somente as interpretações do uso político do passado. A importância do objeto de pesquisa aqui proposto é que através dele percebe-se que as representações da morte em combate à tropa de Cardim foram elaboradas, e externadas, pelo Exército, tornaram Camargo um símbolo da luta contra o comunismo. E, operacionalizando uma política memorial o Exército fez dele uma das maiores invenções simbólicas daquela instituição durante o Regime Militar, cuja memória é permeada de contradições.

Palavras-chaves: Exército; Rituais fúnebres; Morte; História; Memória.

## ABSTRACT

The proposal for the investigation presented here has as main objective to discuss the conflicts and dilemmas of the institutional memory Brazilian Army linked to the funeral rites and military ceremonies, which occurred from 1965 to 2015, and carried out in *post mortem* homage to the military hero of Counter-Guerrilla Operations of 1965, the Lieutenant Carlos Argemiro de Camargo. Camargo was killed in the southwest of Paraná fighting the guerrilla from the exiled Colonel Jefferson Cardim de Alencar Osorio on March 28<sup>th</sup> 1965. The fact that this military was killed by the Brazilian left wing at full Military Regime made him a political symbol that transcended his time, and his celebration was carried out through five decades. This study stands out from previous research in that it aims to realize the military funeral rituals as part of a linked liturgy to civic religion, not solely linked to the manipulation of military memory in favor of an ideological political advertisement of the regime. In this regard, it was taken as research problem the theme inspired by the field of historiography of death, which aims to study the cemeteries, funeral rites and the population of the nearest dead nationalism realizing the existence of a civic religion; the assumption of this research is that it will be evidencing to a secondary plan the analysis that sees so only the interpretations of the political use of the past. The importance of the research object here proposed is that through it it is realized that the representations of death in fighting the Cardim troops were prepared, and externalized, by the Army, what made Camargo a symbol of the struggle against communism. In addition, operationalizing one memorial policy the Army made him one of the greatest symbolic inventions of that institution during the Military Regime, whose memory is permeated with contradictions.

Keywords: Army; Funeral Rites; Death; History; Memory.



## LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1. SOLENIDADE MILITAR ALUSIVA AO CINQUENTENÁRIO DE MORTE DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO EM 27 MAR. 2015 – QUARTEL DE FRANCISCO BELTRÃO – PR.....	21
FIGURA 2. CROQUI DA “OPERAÇÃO TRÊS PASSOS”.....	24
FIGURA 3. CHEGADA DO CORPO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 29 MAR. 1965. ....	75
FIGURA 4. CORTEJO FÚNEBRE DE MILITARES E CIVIS DURANTE O CERIMONIAL DE SEPULTAMENTO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. ....	76
FIGURA 5. EXECUÇÃO DO TOQUE DE SILÊNCIO DURANTE O CERIMONIAL FÚNEBRE EM 29 MAR. 1965. ....	77
FIGURA 6. EXECUÇÃO DA SALVA DE TIROS EM HOMENAGEM AO HERÓI MILITAR DURANTE A CERIMÔNIA DE ENTERRAMENTO EM 29 MAR. 1965. ....	79
FIGURA 7. <b>BOLETIM INTERNO N. 95 DO 13º REGIMENTO DE INFANTARIA – QUARTEL EM PONTA GROSSA – PR</b> , DE 27 ABR. 1965.....	88
FIGURA 8. SOLDADO ARMADO REZANDO NO CEMITÉRIO, NO DIA DO SEPULTAMENTO, IMAGEM DIVULGADA NA MISSA DE SÉTIMO DIA. ....	90
FIGURA 9. MISSA EM INTENÇÃO À MEMÓRIA DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO, EM 1975, EM HOMENAGEM PÓSTUMA AOS 10 ANOS DE MORTE, NA PRAÇA TENENTE CAMARGO – FRANCISCO BELTRÃO – PR. ..	92
FIGURA 10. HOMENAGEM DO AMIGO, UM EVENTO DA INSTITUIÇÃO.....	96
FIGURA 11. VISITAÇÃO AO CEMITÉRIO EM 1977. ....	99
FIGURA 12. EPITÁFIO, TÚMULO ORNAMENTADO DENTRO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO – PR. ....	104
FIGURA 13. O GENERAL JUSTINO CUMPRIMENTA O OFICIAL E O SARGENTO QUE REALIZARAM A PRISÃO DO EX-CORONEL JEFFERSON	

CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO, ENQUANTO OS SOLDADOS QUE PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO ESTÃO NA CARROCERIA DO CAMINHÃO.	108
FIGURA 14. FORMATURA GERAL, INSTANTE EM QUE DISCURSA O COMANDANTE DA 5ª REGIÃO MILITAR (5ª RM), O GENERAL ÁLVARES TAVARES CARMO, ACOMPANHADO PELO BRIGADEIRO ARTUR CARLOS PERALTA.	109
FIGURA 15. CASAMENTO CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.	111
FIGURA 16. PORTÃO DAS ARMAS, ENTRADA PRINCIPAL DE UM QUARTEL, A FOTO ACIMA É A ENTRADA DO QUARTEL EM FRANCISCO BELTRÃO ATÉ 2000, E PLACA A DIREITA DA ENTRADA DO QUARTEL DEPOIS DE 2001.	121
FIGURA 17. IMAGEM DE PATRONO DA TURMA E SARGENTOS DE 1978 – ESSA.	123
FIGURA 18. BRASÃO TURMA SARGENTO CAMARGO.	126
FIGURA 19. CAMINHÃO AO QUAL O RELATÓRIO SUPRACITADO FAZ REFERÊNCIA, NOTA-SE NO PARABRISAS APENAS UMA PERFURAÇÃO.	141
FIGURA 20. METRALHADORA INA953 CALIBRE .45, FABRICAÇÃO NACIONAL, ADOTADA PELO EXÉRCITO BRASILEIRO NO SÉCULO PASSADO.	149
FIGURA 21. ALAMEDA TENENTE CAMARGO EM 28 MAR. 2016 – FRANCISCO BELTRÃO – PR.	158
FIGURA 22. INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO EM HOMENAGEM AO TENENTE CAMARGO EM 1967.	163
FIGURA 23. MONUMENTO, EM HOMENAGEM A SEGUNDA DÉCADA DE MORTE DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO, NO LOCAL DO CONFRONTO E MORTE DO HERÓI.	166
FIGURA 24. CRIANÇAS NO QUARTEL.	169
FIGURA 25. FORMATURA NA PRAÇA TENENTE CAMARGO – 1985.	171

FIGURA 26. SOLENIDADE MILITAR EM FRENTE AO MUSEU CASA HISTÓRICA MILITAR TENENTE CAMARGO EM 2006. ....	173
FIGURA 27. VISTA PARCIAL DO ACERVO DO MUSEU CASA MILITAR TENENTE CAMARGO E O QUADRO EM TELA DA IMAGEM DO TENENTE CAMARGO.....	176
FIGURA 28. FAMILIARES DO TENENTE CAMARGO, SUA SOBRINHA A PROFESSORA MARINÊS BÓRIO APÓS RECEBER A BANDEIRA DO BRASIL EM SOLENIDADE MILITAR. AO FUNDO ASPECTOS DO ACERVO QUE NAQUELE MOMENTO RECEBIA VISITAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ACADÊMICOS DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE PARANAENSE.....	178
FIGURA 29. SARGENTO CAMARGO – 2000, PINTURA EM TELA. ....	181
FIGURA 30. ASPECTOS DA EXUMAÇÃO DOS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.....	195
FIGURA 31. FÊMURES DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.....	197
FIGURA 32. ADAPTAÇÃO DO MONUMENTO EM JAZIGO, E VISTA GERAL DA PRAÇA TENENTE CAMARGO.....	200
FIGURA 33. JAZIGO MONUMENTO DO TENENTE CAMARGO.....	202
FIGURA 34. ASPECTOS DO CERIMONIAL DE TRANSLADO DOS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO .....	205
FIGURA 35. LAPIDE EM MÁRMORE QUE COBRE A URNA FUNERÁRIA ONDE REPOUSA OS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. ....	217
FIGURA 36. ASPECTOS DO CERIMONIAL DE INUMAÇÃO DOS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. ....	219
FIGURA 37. PRESENÇA DE MILITARES DA RESERVA NO CERIMONIAL FÚNEBRES DE INUMAÇÃO – 2016.....	222
FIGURA 38. INTEGRANTES DO PELOTÃO DE INFANTARIA QUE REALIZOU A OPERAÇÃO DE CONTRAGUERRILHA EM 1965.....	227

FIGURA 39. DESFILE DA TROPA EM CONTINÊNCIA AOS OFICIAIS GENERAIS EM 2015. ....	230
Figura 40. General Mourão, Comandante Militar do Sul em entrevista à TV Beltrão EM 2015. ....	232
FIGURA 41. INAUGURAÇÃO DA PLACA COMEMORATIVA EM HOMENAGEM AO TENENTE CAMARGO EM 28 DE MARÇO DE 2015. ....	234
FIGURA 42. CONTINÊNCIA EM HOMENAGEM AO HERÓI MILITAR MARCOU O DESFECHO DO CERIMONIAL FÚNEBRE. DA ESQUERDA PARA A DIREITA: CAPITÃO JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS – COMANDANTE DO PELOTÃO DE INFANTARIA EMPREGADO NAS OPERAÇÕES DE CONTRAGUERRILHA EM1965; GENERAL MOURÃO – COMANDO MILITAR DO SUL; MARINÊS BOSIO – SOBRINHA TENENTE CAMARGO; MAJOR CARLOS EDUARDO GONÇALVES RAMOS. AOS FUNDOS, O PALANQUE DE AUTORIDADES, A TROPA FORMADA E OS CONVIDADOS.....	236

## **LISTA DE SIGLAS**

ABEC – Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais

AI-5 – Ato Institucional n. 5

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

CANGO – Colônia Agrícola nacional General Osório

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cel R1 – Coronel da Reserva Remunerada do Exército Brasileiro

CERB – Clube Esportivo, Recreativo e Beneficente Sargento Camargo

CESUL – Centro Sul Americano de Ensino Superior

CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda

CMS – Comando Militar do Sul

CMT – Comandante

CMT MI SUL – Comandante Militar do Sul

CMT 15ª Bda Inf Mot – Comandante da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada

CMT 16º ESQD C MEC – Comandante do 16º Esquadrão de Cavalaria  
Mecanizado

CMT 5ª DE – Comandante da 5ª Divisão de Exército

CNSG – Colégio Nossa Senhora da Glória

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DOI-Codi – Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações  
de Defesa Interna

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EB – Exército Brasileiro

EsSA – Escola de Sargentos das Armas

ESG – Escola Superior de Guerra

Ex CMT – Ex comandante

Ex CMT Pel do 2º Ten Camargo – Ex Comandante do Pelotão de Camargo

FAB – Força Aérea Brasileira

FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional

FAMPER – Faculdade de Ampère

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FES – Faculdades Espírita

GC – Grupo de Combate

Gen Bda – General de Brigada

Gen Div – General de Divisão

Gen Ex – General de Exército

GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

INA – Indústria Nacional de Armas

INA .45 ou INA953 – Modelo de Metralhadora de mão da Indústria Nacional de Armas, modelo fabricado em 1953 de calibre 45mm

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JB – Jornal de Beltrão

LSN – Lei de Segurança Nacional

Maj Cav – Major de Cavalaria do Exército Brasileiro

MEx – Museu do Expedicionário

ONP – Objetivos Nacionais Permanentes

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PMMPR – Polícia Militar do Paraná

PO – Pelotão de Obras

PR – Estado do Paraná

PR-182 – Rodovia Estadual do Paraná

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC/PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RJ – Estado do Rio de Janeiro

RS – Estado do Rio Grande do Sul

STM – Supremo Tribunal Militar

S1 – 1ª Seção / Setor de Pessoal

SC – Estado de Santa Catarina

SGT – Sargento

TV - Emissora de Televisão

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

5ª RM – 5ª Região Militar

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>2. A MORTE COMO RECORTE TEMÁTICO: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA/MEMÓRIA, TRADIÇÃO, NACIONALISMO, IMAGINÁRIO E IDENTIDADE SOCIAL .....</b>	<b>34</b>
2.1 APORTES METODOLÓGICOS PARA INTERPRETAÇÃO DOS RITUAIS FÚNEBRES, HEROICIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO .....	41
<b>3. A CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL DO HERÓI MILITAR E AS FORMAS COMEMORATIVAS DE LEMBRANÇA .....</b>	<b>60</b>
3.1 A NOMEAÇÃO PÚBLICA INSTITUCIONAL DO HERÓI .....	67
3.2 O SEPULTAMENTO DO HERÓI .....	70
3.3 FLORES, MISSAS E FOGUETES: ASPECTOS DE UMA RELIGIÃO CÍVICA NOS RITUAIS <i>POST MORTEM</i> .....	84
3.4 O RITO COMEMORATIVO DAS VISITAÇÕES AO CEMITÉRIO .....	92
3.5 O EPITÁFIO, UM DIÁLOGO ICONOGRÁFICO COM OS VIVOS .....	101
<b>4 OS TÍTULOS PÓSTUMOS E AS NARRATIVAS INSTITUCIONAIS DO HERÓI MILITAR .....</b>	<b>106</b>
4.1 A PROMOÇÃO <i>POST MORTEM</i> PARA O OFICIALATO .....	114
4.2 O “NOME DE GUERRA” – A DENOMINAÇÃO HISTÓRICA DA UNIDADE MILITAR .....	120
4.3 O HERÓI PATRONO: A TRADIÇÃO FRANCESA DO PATRONATO MILITAR BRASILEIRO .....	122
4.4 A BIOGRAFIA DO HERÓI E SUAS NARRATIVAS – LEITURAS PÚBLICAS DE LITURGIA CÍVICA .....	127
4.5 <i>MORTIFICARE</i> : A MORTE DO HERÓI PELA JUSTIÇA MILITAR .....	136
4.6 ZONAS DE SOMBRA, HISTÓRIAS DENTRO DA HISTÓRIA E A INDÚSTRIA NACIONAL DE ARMAS .....	145
<b>5 A MONUMENTALIZAÇÃO DA MORTE DO HERÓI: O PROCESSO DE ENQUADRAMENTO MEMORIAL E A EDIFICAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA .....</b>	<b>153</b>
5.1 OS CAMINHOS DO HERÓI .....	156



5.2 AS DENOMINAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO .....	158
5.3 OS MONUMENTOS AO MORTO, UMA NECESSIDADE DOS VIVOS.....	161
5.4 A PRAÇA TENENTE CAMARGO: O CENTRO CERIMONIAL E A SALA DE VISITAS DE UM QUARTEL .....	167
5.5 A TENTATIVA FRUSTRADA DE CRIAÇÃO DA CASA MUSEU MILITAR TENENTE CAMARGO.....	172
5.6 O RETRATO ENCOMENDADO DO HERÓI MILITAR .....	179
5.7 AS CASAS DO HERÓI: A COOPERATIVA DE CRÉDITO E O CLUBE MILITAR.....	184
<b>6 SÉCULO XXI - A RETOMADA DOS CERIMONIAIS FÚNEBRES EM HOMENAGEM AO HERÓI INSTITUCIONAL.....</b>	<b>187</b>
6.1 2006 - A EXUMAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DO HERÓI MILITAR.....	190
6.2 A ADAPTAÇÃO À JAZIGO MONUMENTO E AS HONRAS FÚNEBRES NO CERIMONIAL DE TRANSLADO DO HERÓI .....	198
6.3 O CERIMONIAL PÚBLICO DE INUMAÇÃO DOS DESPOJOS MORTAIS DO HERÓI: UM RITUAL DE RELIGIOSIDADE CÍVICA.....	209
6.4 2015 - A COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE MORTE DO HERÓI, UM CERIMONIAL FÚNEBRE CONTEMPORÂNEO NO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	223
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>239</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>245</b>

## 1. INTRODUÇÃO

FIGURA 1. SOLENIDADE MILITAR ALUSIVA AO CINQUENTENÁRIO DE MORTE DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO EM 27 MAR. 2015 – QUARTEL DE FRANCISCO BELTRÃO – PR.



FONTE: JORNAL DE BELTRÃO, 28 MAR. 2015.

O 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado homenageou, na manhã de sexta-feira, o 2º Tenente Carlos Argemiro de Camargo, personagem histórico ligado à unidade militar e ao Exército em Francisco Beltrão, morto há 50 anos no cumprimento do dever. "Não podemos esquecer os soldados que morreram para proteger os brasileiros das ameaças à sua soberania e liberdade!", registrou o Comandante Militar do Sul, General de Exército Antônio Hamilton Martins Mourão, a mais alta autoridade militar nos três estados do Sul do País, durante a solenidade presidida por ele. Na cerimônia, foi inaugurada uma placa registrando a data e depositada uma corbélia de flores no túmulo do Tenente Camargo.<sup>1</sup>

A notícia anterior, bem como a fotografia do evento, foi publicada no **Jornal de Beltrão** em 27 Mar. 2015, quando naquela ocasião o edital cobriu os acontecimentos militares que contavam com a presença das mais altas patentes militares do sul do Brasil. Por determinação estrita do Comandante Militar do Sul, o

---

<sup>1</sup> **Cinquenta anos da morte do tenente Camargo.** Jornal de Beltrão, 28 Mar. 2015. Disponível em: < <http://www.jornaldebeltroao.com.br/columista/columa-do-exercito/9537/cinquenta-anos-da-morte-do-tenente-camargo> >. Acesso em: 21 Jul. 2016.

General Antônio Hamilton Martins Mourão, o quartel do Exército Brasileiro instalado em Francisco Beltrão – PR, através de cerimonial público, homenageou o cinquentenário de morte do Tenente Camargo. Carlos Argemiro de Camargo, o sargento morto em ação em 1965, no Sudoeste do Paraná em confronto com a tropa do Coronel cassado e exilado Jefferson Cardim de Alencar Osório, foi promovido *post mortem* ao posto de tenente; e, que foi tomado como herói político institucional na luta contra o comunismo durante o Regime Militar<sup>2</sup> brasileiro, recebendo honrarias fúnebres em cerimoniais militares por cinco décadas consecutivas.

Historicamente sabe-se que, prestes a completar um ano de instauração do Regime Militar brasileiro, no mês de março de 1965, originou-se entre os exilados políticos brasileiros, no Uruguai, uma fracassada tentativa de contragolpe no Brasil. Liderada por um ex-coronel do Exército Brasileiro, exilado, Jefferson Cardim de Alencar Osório, e planejada por um sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Albery Vieira dos Santos, eclodiu a primeira ação armada contra os militares pós o Golpe de 1964.<sup>3</sup>

Jefferson Cardim de Alencar Osório era coronel da arma de artilharia do EB, considerado um marxista-lenista teve atuação política declaradamente contrária ao Estado Novo e ao nazi-facismo entre as décadas de 1930 e 1940. Prezo várias vezes durante a carreira militar, algo um tanto quanto contraditório para um oficial superior, tornou-se inimigo pessoal do General Presidente Ernesto Geisel. Na década de 1960, Jefferson participou da campanha do Marechal Henrique Teixeira Lott para a Presidência, sendo preso mais uma vez durante a Campanha da Legalidade. Por ocasião do Golpe de 1964, estava ocupando a função de diretor-técnico do Lóide Brasileiro no Uruguai. E, por ocupar posição chave do Governo Jango recém deposto, bem como pela declarada posição política de esquerda, foi destituído do posto, transferido para a reserva e teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional n. 1. Exilando-se no Uruguai até a primeira ação de

---

<sup>2</sup> A opção pelo uso do termo “Regime Militar” nesta pesquisa está amparada pela renovadora visão crítica sobre o período apresentada pelo historiador Marcos Napolitano, na obra **“1964: História do Regime Militar Brasileiro – 2014”**, tido como um manual para quem se dedica a estudar o período. NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

<sup>3</sup> MITCHELL, José. **Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007, p. 51.

força contra o Governo Militar em 1965.<sup>4</sup> Qual resultou na morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo.

Oriunda da República Oriental do Uruguai, a ação armada cruzou os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sendo detida na fronteira paranaense com a Argentina, às margens do Rio Iguaçu, quando foi encurralada pelas tropas do Exército Brasileiro que se encontravam no encalço daquele grupo.

Na origem acredita-se que o ex-sargento Albery, um dos exilados mais corajosos e radicais, procurou Brizola solicitando dinheiro para realizar a incursão armada contra o governo brasileiro recém instaurado, mas que Brizola negou-se a fornecer. Entretanto, em conversa posterior com Jefferson Cardim de Alencar Osório, criou-se o movimento. Cardim era parente remoto do Presidente Militar Humberto de Alencar Castelo Branco. Também, era ligado ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, considerado um velho militante da esquerda militar brasileira, a ponto de despertar ódio aos militares do Exército Brasileiro. Cardim era acusado de quebrar a ética militar ao casar-se com a mulher de um companheiro, ao passo que em seguida se amasiou com sua enteada, menor de idade, tendo um filho, situação que o fez perder o respeito entre o oficialato militar.<sup>5</sup>

Pensando em desencadear um movimento maior contra o Regime Militar, antes deste, comemorar seu primeiro aniversário, com certa rapidez, Jefferson e Albery começaram a se articular, mesmo sem apoio de Brizola conseguiram juntar mil dólares, três fuzis tchecos semiautomáticos e alguns revólveres. Arrumaram um caminhão e com vinte e três homens reunidos no Estado do Rio Grande do Sul, surpreenderam o Brasil em 19 de Mar.1965, ao iniciar um movimento armado.<sup>6</sup>

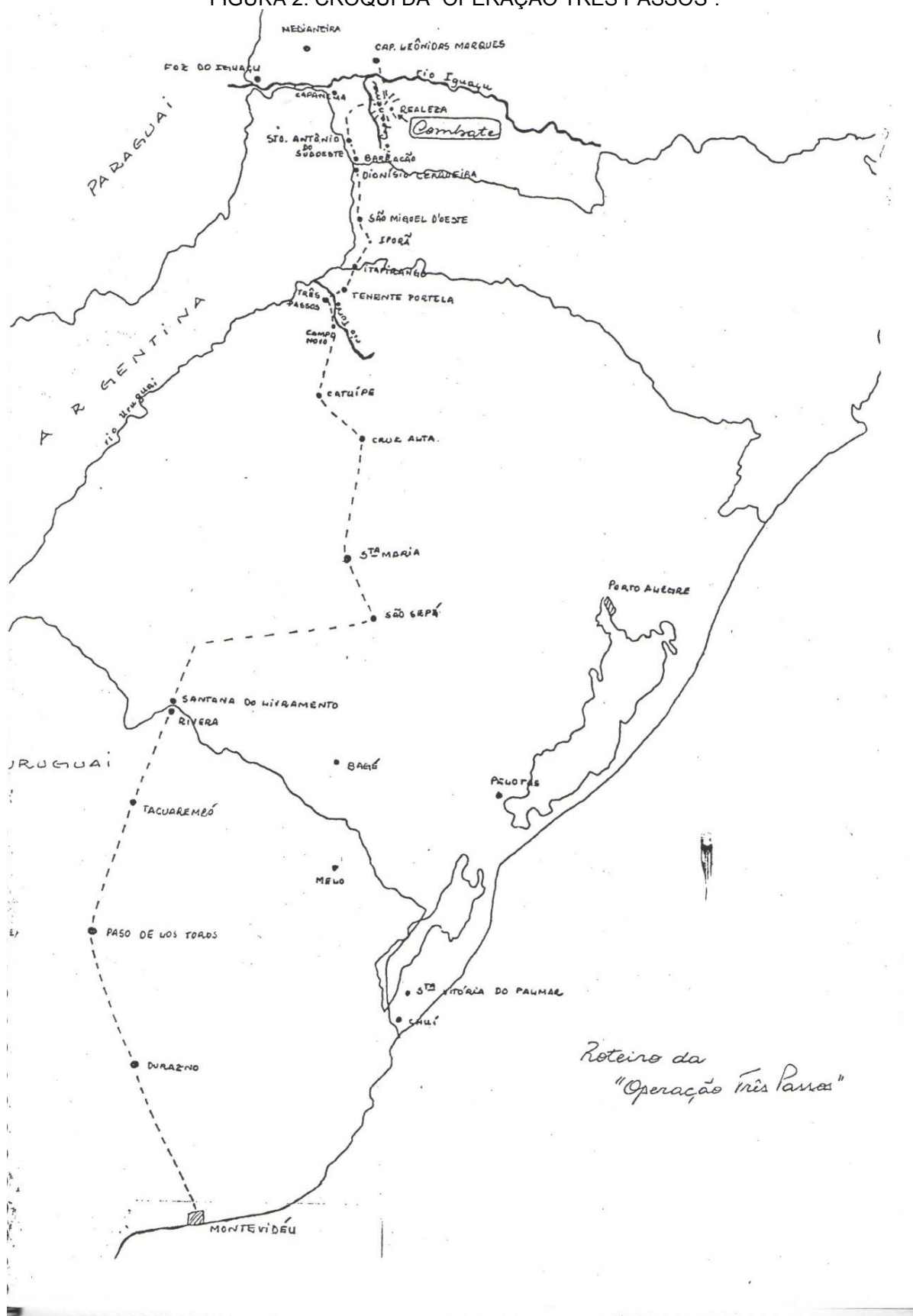
---

<sup>4</sup> WILLIAN, Wagner. O primeiro vôo do Condor. **Revista Brasileiros**, n. 65, Dez. 2012. Disponível em: < <http://brasileiros.com.br/2012/12/o-primeiro-voo-do-condor/> >. Acesso em: 14 Set. 2016.

<sup>5</sup> ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 124.

<sup>6</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 192.

FIGURA 2. CROQUI DA "OPERAÇÃO TRÊS PASSOS".



FONTE: DENÚNCIA DA PROMOTORIA MILITAR DE 09 SET. 1965. REPRODUZIDO PELO AUTOR. DISPONÍVEL EM: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tT05XUkpGemFySXc> >. ACESSO EM 22 JUL. 2016.

Com este pequeno efetivo de combate, em sua maioria reunida em território gaúcho entre agricultores simpatizantes do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, surgiram as FALN - Forças Armadas de Libertação Nacional.<sup>7</sup> Com um plano definido, e denominado, por “Operação Três Passos”, elaborado por Albery<sup>8</sup>, as FALN dominaram algumas unidades da Brigada Militar gaúcha, recolhendo armas e munições destes quartéis e fazendo breves proclamações revolucionárias por rádio local.<sup>9</sup> O grupo então seguiu por Santa Catarina, cruzando o Rio Uruguai, em seguida acessando o território do sudoeste do Estado do Paraná, onde seus integrantes acabaram sendo aprisionados pelas tropas regulares, em específico pela 1ª Companhia de Infantaria do 13º Batalhão de Infantaria<sup>10</sup>.

Aquela unidade militar, instalada em Francisco Beltrão desde 1954, por ocasião da Revolta dos Posseiros ocorrida em 1957, realizou a prisão, e condução do grupo de Cardim. E por tal razão, por esta ação em campanha, recebeu a designação histórica, de “Sentinela do Sudoeste”.

Entretanto, foi no dia 27 de março de 1965, por volta das 11 horas, na região da comunidade de São José no Município de Capitão Leônidas Marques – PR, que ao pressentir a aproximação das tropas do Exército Brasileiro, que seguiam da cidade de Francisco Beltrão – PR, o grupo guerrilheiro realizou uma emboscada.<sup>11</sup>

A versão institucional militar, retratada pelo ORVIL, apresenta o seguinte desfecho do episódio:

---

<sup>7</sup> USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser. 2007, p. 147.

<sup>8</sup> AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A grande mentira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002, p. 146.

<sup>9</sup> MITCHELL, José. Op. Cit, 2007, p. 51.

<sup>10</sup> O aquartelamento instalado em Francisco Beltrão – PR teve denominação alterada ao passar dos anos, portanto, é interessante informar o leitor, ao consultar as fontes, vai se deparar com diversas nomenclaturas. Pois, na ocasião do combate, a Organização Militar que estava instalada em Francisco Beltrão – PR era a 1ª Companhia de Infantaria, subordinada ao 13º Batalhão de Infantaria de Ponta Grossa – PR, na década de setenta mudou-se a denominação e a subordinação, passando a se chamar de 3ª Companhia de Infantaria, subordinada ao 33º Batalhão de Infantaria Motorizado de Cascavel – PR. Na virada do século XXI, a unidade foi extinta, dentro de uma nova redistribuição unidades do Exército Brasileiro, aquele aquartelamento ocupado pelo 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, este subordinado a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada de Cascavel – PR.

<sup>11</sup> **SECRETO, Relatório do 1º Tenente JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS**, Comandante do Pelotão da 3ª Companhia de Infantaria da cidade de Francisco Beltrão PR, 03 Abr. 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tbkhOdF8yUjlraU0> >. Acesso em: 10 Jul. 2016.

Infelizmente, a ação dos seguidores de Jefferson fez uma vítima fatal. O 3º Sargento Carlos Argemiro Camargo, que servia na Companhia de Infantaria de Francisco Ueltrão, foi alvejado várias vezes ao desembarcar da viatura, deixando viúva grávida de sete meses. Encerrava-se, tragicamente, mais uma aventura maquinada por Brizola.<sup>12</sup>

Assim, esta ação armada produziu uma vítima fatal que mais tarde se transformaria em herói do Exército brasileiro: o 3º Sargento Carlos Argemiro de Camargo, qual foi alvejado por várias vezes ao desembarcar da viatura.<sup>13</sup> Camargo foi conduzido, já sem vida para o aquartelamento de Francisco Beltrão, por seus companheiros de fardas.<sup>14</sup>

Realizando uma Operação aos moldes de Contraguerrilha,<sup>15</sup> o Exército Brasileiro – EB, em conjunto com a Força Aérea – FAB, atuou rápido e energicamente, com apoio das Forças Policiais Estaduais prendeu os envolvidos, que foram conduzidos ao 1º Batalhão de Fronteira em Foz do Iguaçu, onde foram interrogados, e aguardaram julgamento pela Justiça Militar de Curitiba; que os condenou em 06 Jul. 1967 pelo crime de “Subverter por meios violentos ordem política e social”.<sup>16</sup>

Tendo esta versão da história como referência, a tese apresentada se dedica em interpretar como o Exército Brasileiro valeu-se da morte em confronto com as FALN, de um de seus militares – o sargento Carlos Argemiro de Camargo, indivíduo que integrava tropa regular na Operação de Contraguerrilha em 1965 – e operacionalizou a construção da memória institucional em prol de questões políticas ideológicas.

Camargo foi elevado ao panteão de herói institucional, tornando-se referência extrema da luta contra o comunismo em defesa do governo militar

<sup>12</sup> **PROJETO ORVIL:** as tentativas de tomada do poder, p. 153. Disponível em: <[http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil\\_completo.pdf](http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf)>. Acesso em: 17 Set. 2016.

<sup>13</sup> AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *Op. Cit.*, 2007, p. 169.

<sup>14</sup> **OPERAÇÕES DO SARGENTO RICIERI FRANZON.** Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tOFN2dUNodldKemc>>. Acesso em: 22 Jul. 2016, p. 2b.

<sup>15</sup> **MINISTÉRIO DA GUERRA – DIRETORIA DE TELECOMUNICAÇÕES – RÁDIOTELEGRAMAS DA OPERAÇÃO DE CONTRAGUERRILHA DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM 1965.** Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tTmZLTk92SnJwZkU>>. Acesso em: 22 Jul. 2016.

<sup>16</sup> **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335** de 06 Jul. 1967. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tS0k0X1RLWjgzQWM>>. Acesso em: 15 Jul. 2016.



instituído, num contexto permeado de contrapontos. Neste sentido, a investigação que segue, norteia-se em discutir a memória institucional do Exército Brasileiro vinculada a este episódio, por ocasião de pensar os conflitos e impasses apresentado nos rituais fúnebres e cerimoniais militares, ocorridos entre 1965 a 2015, e realizados com pesado arsenal simbólico em homenagens *post mortem* ao herói daquela instituição.

No que se refere aos antecedentes, e motivações, o primeiro esforço em compreender o processo de institucionalização do herói militar pelo Exército Brasileiro, agregado à morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo, ocorreu ainda em 2009, por ocasião de pesquisa de dissertação de Mestrado em História, cuja dedicação estava em compreender a presença militar na região de fronteira do estado do Paraná com a República Argentina. Sendo que um breve texto foi publicado no ano seguinte, em 2010, em forma de livreto independente.<sup>17</sup> Naquele momento, Carlos Argemiro de Camargo era percebido como um personagem envolvido em um processo de heroicização regional, bem como o referencial teórico disponível sobre a “história e memória” davam conta de que o ato heroico do referido militar era desacreditado pela própria instituição, que por sua vez manipulava, maquiavelicamente, um mascaramento intencional da memória.

Num primeiro momento, por ocasião de acesso as fontes documentais disponíveis no Arquivo Público do Estado do Paraná, indicadas pelo Professor Doutor Dennison de Oliveira, orientador desta tese, houve a percepção de que as políticas memorialísticas voltadas para institucionalização do herói, bem como os rituais fúnebres militares destinados a homenageá-lo deu-se em dimensão nacional. Bem como, permitida, a aventura pela temática da “morte e história”, particularmente tendenciada pela leitura da tese “**Morrer na Guerra:** instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967) – 2014” de Adriana Piovezan, permitiram avançar e perceber, sem desconsiderar as questões originalmente suscitadas pelo projeto original de doutorado as interpretações providas pelos estudos de memória, a presença da

---

<sup>17</sup> ZATTA, Ronaldo; COSTA GAMA, Josué; RIPPEL, Leomar. **Tenente Camargo:** estudos de memória sobre a institucionalização de um “herói” militar. Francisco Beltrão, 2010. Disponível em: < [https://books.google.com.br/books?id=KivPHyodVCYC&pg=PA2001&lpg=PA2001&dq=tenente+camargo+institucionaliza%C3%A7%C3%A3o+de+um+her%C3%B3i+militar&source=bl&ots=-hpAKf\\_roX&sig=CKccXUfbMNNz79yjoZiVUuIDf7g&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjI8pbV7oXOAhUEI5AKH5KqCFkQ6AEIKTAC#v=onepage&q=tenente%20camargo%20institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20her%C3%B3i%20militar&f=false](https://books.google.com.br/books?id=KivPHyodVCYC&pg=PA2001&lpg=PA2001&dq=tenente+camargo+institucionaliza%C3%A7%C3%A3o+de+um+her%C3%B3i+militar&source=bl&ots=-hpAKf_roX&sig=CKccXUfbMNNz79yjoZiVUuIDf7g&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjI8pbV7oXOAhUEI5AKH5KqCFkQ6AEIKTAC#v=onepage&q=tenente%20camargo%20institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20her%C3%B3i%20militar&f=false) >. Acesso em: 22 Jul. 2016.



liturgia cívica, dentro do que podemos reconhecer como uma religião cívica, no culto aos mortos em combate no Exército Brasileiro.

Assim, num segundo momento, em relação às pesquisas anteriores, ocorre uma ampliação da problemática original, no que tange, perceber os rituais fúnebres militares como parte integrante de uma liturgia ligada à religiosidade cívica, não tão somente ligadas às manipulações da memória militar em prol de uma propaganda política ideológica do regime. Pois, a historiografia da morte se propõe estudar os cemitérios, os rituais fúnebres e a população dos mortos mais próximos do nacionalismo, percebendo a existência de uma religião cívica, que acaba por revelar a um plano secundário a conjectura, tão somente, das interpretações do uso político do passado.

Desta forma, o título deste trabalho não está se referindo aos 50 anos da morte de Carlos Argemiro de Camargo. Outros sim, aos 50 anos de morte, anos de comemorações, anos de rituais fúnebres militares que prolongaram o sentimento de perda, por causa reconhecidamente política, através de ritos, signos e práticas próprias da instituição militar. Ao passo que, as representações da morte em combate com o grupo de Cardim passaram a ser elaboradas, e externadas, pelo Exército, amoldando Camargo um símbolo de luta contra o comunismo. Operacionalizando uma política memorial, o Exército Brasileiro, fez dele uma das maiores invenções simbólicas daquela instituição durante o Regime Militar, cuja memória é permeada de contradições que podem ser percebidas a partir de evidências colhidas entre os resultados iniciais da pesquisa de doutorado.

Desta forma, ouve um esforço de pensar os usos políticos do passado como um objetivo inicial da institucionalização da morte de Carlos Argemiro de Camargo, ainda em 1965, quando pela operação de uma religião cívica se apresentou o resultado, as comemorações cívicas do herói militar da Operação de Contra guerrilha.

No mais, este trabalho apresenta-se dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro deles destinado a elaborar, consciente de que é uma esforço muito difícil – se não impossível - uma linha teórica para compreender a morte como fenômeno social na análise historiográfica. Ao passo de, acreditar que há uma linha possível a ser pensada entre a História, a memória, as tradições, o nacionalismo, o imaginário social e a identidade grupal no que tange a análise dos rituais fúnebres militares. E

como já anunciado, ao instante que, sem desconsiderar as interpretações dos estudos de memória, colaboram para perceber a presença de liturgias cívicas, ligadas a uma religião cívica à Pátria, que avança para além da simples interpretação dos usos políticos, e intencionais, do passado. Neste sentido, as definições teóricas de “religião civil” e “religião cívica” são emprestada de Fernando Catroga, sendo apropriadas como sinônimos para a interpretação das fontes analise. Explicando melhor:

as “religiões civis” plasam-se em práticas simbólicas que visam, na expressão de **Rousseau**, “santificar o contrato social”, ou mais concretamente, uma entidade coletiva secular – Pátria, Nação, Classe, etc. –, ainda que não convoquem qualquer deidade ou escatologia transcendente e se limitem a glorificar mitos de origem ou de destino manifesto, e a consagrar, à volta de bandeiras, desfiles, oratórias e paradas, hagiografias cívicas e grandes acontecimentos escolhidos para legitimar vocações nacionais e dar sentido e consenso às comunidades politicamente organizadas.<sup>18</sup>

#### A religião cívica apresenta-se em

discursos, inscrições em monumentos, em produções filatélicas e numismáticas, em freqüentes citações religiosas (retiradas do seu contexto e utilizadas nas mais diversas sessões públicas), na veneração de heróis cívicos e no uso paradigmático de suas vidas, no culto sacrificial da Pátria (consubstanciado na veneração dos veteranos da guerras), na utilização de edifícios e lugares públicos como espaços de oração, na gestão qualitativa do calendário etc. Por outras palavras: ela traduz-se em símbolos (como hinos e as bandeiras), em ritos (como as sessões solenes, os discursos inaugurais, as paradas), em múltiplas expressões iconográficas, em fortes investimentos comemorativos, bem como num intenso culto cívico dos mortos na guerra e na freqüente sacralização da linguagem político-ideológica, em particular quando se qualifica o sentido do destino histórico...

<sup>19</sup>

Assim, neste trabalho, o culto à nação é pensada como resultado de uma fé civil, utilizada ferramenta legitimar mitos fundadores através de ações cívicas públicas.

---

<sup>18</sup> CATROGA, Fernando. A separação entre os Reinos de Deus e o do César. Entrevista Especial com Fernando Cátroga: Entrevista. [31 de agosto, 2013]. São São Leopoldo: **Instituto Humanitas UNISINOS**. Entrevista concedida a Márcia Junges. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/523240-entrevista-especial-com-fernando-catroga> >. Acesso em: 08 Jul. 2016.

<sup>19</sup> CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares**: Secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2006, p. 170-171.

O segundo capítulo, o mais extenso, visa tratar a maneira que a morte em ação do sargento Carlos de Argemiro de Camargo foi compreendida pela instituição militar, que passou a percebê-la como “baixa de guerra” no combate ao comunismo internacional. A partir disto, elaborou-se uma análise das ações institucionais alavancadas pelo Exército Brasileiro – discursos, cerimoniais e práticas próprias – no sentido de inventar um herói institucional que veio a servir de exemplo de condutas, e posturas políticas, durante o Regime Militar. Ações que, vistas como política de memória institucional, apagaram, ou forçaram ao esquecimento, as memórias inconvenientes que maculavam o carisma do herói. Neste capítulo foram avaliados os cerimoniais de sepultamentos, os ritos católicos, as honras fúnebres militares, os discursos públicos, as visitas comemorativas ao cemitério, construção de túmulo, a inscrição no epitáfio, a promoção *post mortem* ao oficialato, o patronato, a concessão de medalha, a biografia oficial do herói e suas narrativas públicas, a morte pelo olhar da Justiça Militar e as ‘zonas de sombras’ que envolvem as circunstâncias do confronto.

O terceiro capítulo se dedicou em compreender o processo empreendido pelo Exército Brasileiro em elaborar a monumentalização da morte em nome do herói militar, os ditos “lugares de memória”, exaustivamente trabalhados pela historiografia. Neste aspecto, logrou êxito a percepção de que esta referida política memorial se apresentou numa dimensão nacional, se definindo como uma necessidade dos vivos, da instituição, na luta contra o comunismo. Puderam ser analisados neste momento os monumentos, as denominações de ensino público e praça, a (re)denominação de avenida, alameda e ruas, uma obra de arte – pintura de retrato –, um museu casa militar, a nomeação de uma cooperativa de crédito imobiliário e a criação de um clube militar.

O objeto de pesquisa inicialmente proposto, ganhou uma atualidade ainda maior ao incorporar às temáticas anteriormente citadas ao estudo, e interpretação, de eventos recentes decorridos no presente século. Em 2006, o Comando Militar decide realizar a exumação dos restos mortais de Carlos Argemiro de Camargo, sendo transladados para o interior do aquartelamento de Francisco Beltrão-PR, a unidade militar em que Camargo servia em 1965.

Tive a oportunidade, única para um historiador, de compor a equipe de exumação daquele herói militar. Porque, na ocasião, estava prestando serviço militar

naquela unidade de fronteira; e, também, por ser acadêmico de História. Em março de 2015, por determinação direta do Comando Militar do Sul – CMS, General Mourão, fora comemorado o Cinquentenário de Morte, sendo um destaque na imprensa regional.

Surpresa minha, fui convidado para presenciar tal evento fúnebre. Até porque, depois de publicações anteriores sobre pesquisas da memória institucional do Exército Brasileiro vinculada ao caso da morte do Sargento Carlos Argemiro de Camargo, passei perceber um certo distanciamento por parte dos militares em relação à minha presença. Entretanto, a situação de convidado daquele evento me permitiu questionar se tratava-se de uma mudança da postura institucional do Exército em relação à comemoração de seus mortos vinculados ao Regime Militar? Ou, tratava-se de um caso disciplinar de não cumprimento de ordem por parte de um comandante regional, quebrando a hierarquia ao descumprir uma ordem direta do comandante do Exército?<sup>20</sup>

Desta forma, por experiência pessoal, nasceu o quarto, e último capítulo, que esforça-se em compreender, o tempo presente do herói militar, a partir da virada do séc. XX para o séc. XXI. Quando também, tive a possibilidade de conhecer os militares, que mais tarde, foram entrevistados para esta pesquisa.

Em específico, as comemorações e rituais fúnebres militares vinculados ao, agora tenente, Carlos Argemiro de Camargo por ocasião da inumação, traslado e inumação, no ano de 2006. Notável também, a política memorial do Exército Brasileiro em comemorar o cinquentenário de morte do herói, recentemente em 2015, readaptou discursos mantendo a intenção política, em meio aos rituais cívicos religiosos. Ação que reforça a ideia de que a homogeneidade política dos militares é um discurso alegórico, alertando ainda a preocupação institucional contra o seu maior inimigo do século passado: a política. A presente tese pretende apresentar uma interpretação ao mesmo tempo atualizada e consistente destes eventos tão recentes.

A figura de bravura e heroísmo é recorrentemente associada aos integrantes da luta armada contra a Ditadura Militar. No senso comum, sobre aquele período os militares aparecem frequentemente representados como, ou associados, à figura do

---

<sup>20</sup>Sabe-se que por ordem presidencial de Dilma Rousseff em 2016, posteriormente repassada pelo Ministro da Defesa ao Comandante do Exército, as comemorações aos mortos políticos do Regime Militar encontram-se expressamente proibidas.

torturador. Inexistiria, assim, qualquer herói do Exército Brasileiro no embate travado contra a luta armada de esquerda, apenas a anunciação de criminosos de guerra.

Entretanto, cabe lembrar que a homegenidade política dos militares, citada como “espírito de corpo” compõe um discurso da memória institucional das Forças Armadas. O ideário de que os militares, num sentido generalizado, combateram a esquerda política brasileira está desmistificada por pesquisa acadêmicas preocupadas em estudar a esquerda política dentro dos quartéis, inclusive os setores de esquerda das Forças Armadas que se apresentaram fundamentais no combate à ditadura durante o Regime Militar brasileiro, mesmo que em contingente discrepante.<sup>21</sup>

A figura do Tenente Camargo é, pois, um paradoxo que exige uma explicação que, objetivamente, não pode se ater ao reducionismo da mera memória institucional oficial. É notável a repercussão simbólica e social dos eventos públicos ligados ao personagem em questão que estão a requerer uma interpretação mais abrangente e atualizada, pautada pela recente literatura dedicada a História da Morte e dos estudos cemiteriais. Mais do que uma simplista revisão de estudos anteriores, esta pesquisa apresenta-se de caráter inédito no viés de avaliar o impacto social da política de memória institucional empreendida pelo Exército Brasileiro por cinco décadas na luta contra o comunismo. Carregada de impasses e conflitos em relação ao que se permite lembrar, ou esquecer, do episódio ocorrido em 1965, ainda nos primeiros momentos de instalação do Regime Militar no Brasil, e que veio sendo comemorado até mar. 2015, no momento mesmo em que se encerra a pesquisa aqui exposta.

Outra sim, esta tese, aderiu à ideia anunciada pelo Professor Doutor Dennison de Oliveira, a exemplo de sua última publicação intitulada “**Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial – 2015**”<sup>22</sup>, em pensar a pesquisa histórica num sentido prático de hipertexto, ou seja, a chamada História Hipertextual, que disponibiliza aos leitores na íntegra, todas as fontes primárias, documentais e iconográficas, citadas no trabalho, de forma pública e gratuita. Todos os arquivos utilizados como fontes documentais primárias nesta pesquisa estão

---

<sup>21</sup> CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militância**. Uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Dennison. **Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

disponíveis através de links ativos, e prontos para compartilhamento pela plataforma do Google Drive.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> **ACÓRDÃO DA PROMOTORIA MILITAR** de 05 Jan. 1968. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4taW9TN3JmbHFpNm8> >. Acesso em: 15 Jul. 2016. **BOLETIM INTERNO N. 95 DO 13º REGIMENTO DE INFANTARIA – QUARTEL EM PONTA GROSSA – PR**, de 27 Abr. 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tSzJoNDVLOEJweUk> >. Acesso em: 17 Jul. 2016. **Dados Biográficos do Ex- Sargento Carlos Argemiro de Camargo**. 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tcUV2UXJXc1dmNFk> >. Acesso em: 10 Jul. 2016. **DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR EM EMBARGOS** de 03 Jul. 1981. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tSGVxcG9IV0NwSZA> >. Acesso em: 15 Jul. 2016. **DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR - STM** de 08 de Ago. 1980. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tbFR0cTJ6NW9qVXc> >. Acesso em: 15 Jul. 2016. **DENÚNCIA DA PROMOTORIA MILITAR** de 09 Set. 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tNF9fV2FNYUQtanM> >. Acesso em: 15 Jul. 2016. **Discurso do ritual de homenagem póstuma ao Tenente Camargo – 1977**. 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tTjBUMU9YSmV6WIk> >. Acesso em 10 Jul. 2016. **Discurso do ritual de homenagem póstuma ao Tenente Camargo – 1996**. 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tZ3BmUVJFWec3SjQ> >. Acesso em 10 Jul. 2016. **Exército homenageia Tenente Camargo**. Fundação TV Beltrão. 04'02". Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=zEmYa8PaTsc> > ou < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tcjk1S0NJVlp3V0k> >. Acesso em: 08 de Jul. 2016. **MINISTÉRIO DA GUERRA – DIRETORIA DE TELECOMUNICAÇÕES – RADIOTELEGRAMAS DA OPERAÇÃO DE CONTRAGUERRILHA DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM 1965**. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tTmZLTk92SnJwZkU> >. Acesso em: 22 Jul. 2016. **RELATÓRIO DE OPERAÇÕES DO SARGENTO RICIERI FRANZON**. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tOFN2dUNodldKemc> >. Acesso em: 22 Jul. 2016. **REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DE MORTE DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO**. Realizados em 27 Mar. 2016. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tBlJqcl8zeFZLZEK> >. Acesso em: 19 Jul. 2016. **REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL DE INUMAÇÃO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO**. Realizados em 17 Nov. 2006. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tZ2pwTWZ1Vm91RDQ> >. Acesso em: 19 Jul. 2016. **REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS TRABALHOS DE EXUMAÇÃO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO**. Realizados em 10 NOV. 2006. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tVExnOGs4SnIHa1U> >. Acesso em: 19 Jul. 2016. **REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL DE TRANSLADO DOS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO**. Realizados em 17 Nov. 2006. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tWExpN2dmalNSTXc> >. Acesso em: 19 Jul. 2016. **SECRETO, Relatório do 1º Tenente JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS**, Comandante do Pelotão da 3ª Companhia de Infantaria da cidade de Francisco Beltrão PR, 03 Abr. 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tbkhOdF8yUjlraU0> >. Acesso em: 10 Jul. 2016. **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR** de 20 Dez. 1979. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tMHRZalpFcmxTSFE> >. Acesso em: 15 Jul. 2016. **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335** de 06 Jul. 1967. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tS0k0X1RLWjgzQWM> >. Acesso em: 15 Jul. 2016. **16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado homenageou Tenente Camargo**. Rede Massa Sbt. 4'08". Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=fNms9g-m95c> > ou < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tTHYzTUZIRXNNaTg> >. Acesso em: 08 Jul. 2016.

## 2. A MORTE COMO RECORTE TEMÁTICO: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA/MEMÓRIA, TRADIÇÃO, NACIONALISMO, IMAGINÁRIO E IDENTIDADE SOCIAL<sup>24</sup>

*“Morrer não é acabar, é a suprema manhã”.*

Vitor Hugo

O sociólogo alemão, de família judaica, Norbert Elias anuncia que a “morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas. Entre as muitas criaturas que morrem na Terra, a morte constitui um problema só para os seres humanos”.<sup>25</sup> Logo, a morte possui um papel preponderante em todas as sociedades. Num sentido, ilustrativo Caputo (2008) assegura que a maneira como uma sociedade se posiciona diante da “morte e do morto” tem um desempenho contundente na constituição e na manutenção da sua própria identidade coletiva<sup>26</sup>, por conseguinte, na formação de uma tradição cultural comum. É certo que, a morte enquanto processo fisiológico se distingue dela própria se vista como expressão do limite e da temporalidade da existência humana, revelando-se como um “fenômeno de infinitas concepções, crenças, significados que naturalizam cada contexto histórico e cultural”.<sup>27</sup>

Sobre a morte, até o início do século XX, em específico até a Primeira Guerra Mundial, Ariès (1981) afirma que

---

<sup>24</sup> Uma versão inicial desta discussão teórica foi publicada na modalidade Artigo Completo nos anais, do XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PR, realizado nos dias 7 a 10 de outubro de 2014. ZATTA, Ronaldo. Um funeral militar como liturgia cívica: aspectos teóricos sobre o uso político do passado, história, memória e identidade social na Ditadura Militar brasileira. In: **XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PR: 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil**, 2014. 14 p. Campo Mourão, Anais eletrônicos... Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014, pp. 667-680. Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/190.pdf> . Acesso em: 08 jul. 2015.

<sup>25</sup> ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**, seguido, de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 10.

<sup>26</sup> “Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência.” POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, pp. 200-215, p. 206.

<sup>27</sup> CAPUTO, Rodrigo Feliciano. O homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. In: **Revista Multidisciplinar da UNIESP. Saber Acadêmico**, n. 6 – dez. 2008, pp. 73-88, p. 74.

em todo o Ocidente de cultura latina, católica ou protestante, a morte de um homem modificava solenemente o espaço e o tempo de um grupo social, podendo se estender a uma comunidade inteira, como, por exemplo, a uma aldeia. Fechavam-se as venezianas do quarto do agonizante, acendiam-se as velas, punha-se água benta; a casa enchia-se de vizinhos, de parentes, de amigos murmurantes e sérios. O sino dobrava a finados na igreja de onde saía a pequena procissão que levava o Corpus Christi...

[...]Depois da morte, afixava-se na entrada um aviso de luto (que substituíra a antiga exposição do corpo ou do caixão na porta, costume já abandonado). Pela porta entreaberta, única abertura da casa que não fora fechada, entravam todos os que, por amizade ou convenção, se sentiam obrigados a uma última visita. O serviço na igreja reunia toda a comunidade, inclusive os retardatários que esperavam o fim do ofício para se apresentarem; depois do longo desfile de pêsames, um lento cortejo, saudado à passagem, acompanhava o caixão ao cemitério; dos parentes e amigos à família... Depois, pouco a pouco, a vida retomava seu curso normal e já não restavam senão visitas espaçadas ao cemitério. O grupo social tinha sido atingido pela morte e reagira coletivamente, a começar pela família mais próxima, estendendo-se até o círculo mais amplo das relações e das clientelas. Não só todos morriam em público, como Luís XIV, mas também a morte de cada um constituía acontecimento público que comovia, nos dois sentidos da palavra – o etimológico e o derivado – a sociedade inteira: não era apenas um indivíduo que desaparecia, mas a sociedade que era atingida e que precisava ser cicatrizada.<sup>28</sup>

Entretanto, algumas variações transformaram o tratamento da morte na sociedade moderna, sendo estas identificadas por três fenômenos: 1) a ocultação da morte – seu banimento social<sup>29</sup>; 2) a transferência para o hospital – sendo ela escondida; e, 3) a extinção do luto. Desta forma, a morte passou a perder o seu sentido, da mesma forma que a vida perdeu sua relevância.<sup>30</sup>

É certo que o ser humano é o único animal consciente de sua morte e finitude<sup>31</sup>, mesmo que a atual sociedade capitalista ocidental permita que ele esteja privado e inconsciente de sua própria morte<sup>32</sup>, situação caracterizada no contemporâneo por um, cada vez mais crescente, desaparecimento dos rituais

<sup>28</sup> ARIÈS, Phillippe. **O Homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Ales, 1981, p. 612 e 613.

<sup>29</sup> Pela atuação dos meios de comunicação em massa, acontecimentos ocorrem de forma a entender que a morte, passe praticamente não existir.

<sup>30</sup> MARTINS, José de Souza. (Org.) **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983, p. 10.

<sup>31</sup> KOVÁCS, Maria Julia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992, p. 25.

<sup>32</sup> GUERRA, Débora Rodrigues. **As representações sociais da morte e o processo de morrer para profissionais que trabalham em unidade de terapia intensiva - UTI**. 2005, 101 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005, p. 25.



fúnebres e dos sentimentos de luto.<sup>33</sup> Inúmeros estudiosos ocupados em pensar o tema da morte na contemporaneidade anunciam um fenômeno denominado “desaparecimento da morte”.<sup>34</sup> Para eles os tempos atuais banuiu a morte da convivência social por tê-la tomada para si. Também convergem na indicação de que o principal agente ocultador da morte é a sociedade industrial, gerada pelo individualismo.<sup>35</sup>

Ao avaliar a sociedade moderna capitalista, Ariès compreende que a morte passou a ser objeto de comércio e lucro, portando, comercializável. “Não se vende bem o que não tem valor por ser demasiado familiar e comum, nem o que provoca medo, horror ou sofrimento”.<sup>36</sup> Neste sentido, o atual interdito da morte está atrelado sobre os destroços do puritanismo, quando numa cultura urbanizada a procura da felicidade estendida atrelada ao lucro comercial, pode ter gerado patologia social, mesmo que uma contribuição em partes, ao expurgar da morte da vida cotidiana, com a “interdição do luto e o direito de chorar os mortos”.<sup>37</sup>

Entretanto, ao perceber a morte como processo social, nota-se que mesmo com a mutável ritualização da morte ao longo dos tempos, o homem jamais abandonou seus mortos sem algum tipo de ritual, evidência que, para Morin (1975), garantiu a sobrevivência dos mesmos em sociedade.<sup>38</sup>

Referenciando a busca pelo entendimento das representações e atitudes do homem diante da morte, Piovezan (2014), pensa que ela se apresenta

tão antiga quanto a Humanidade. Desde as primeiras representações pictóricas mortuárias registradas nas cavernas do período neolítico até a “morte interdita” dos nossos dias, as formas pelas quais representamos a morte e reagimos a ela têm fascinado e atraído interessados de todas as áreas do conhecimento e um enorme público de leitores ávidos.

<sup>33</sup> CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. A sociedade em Rede, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

<sup>34</sup> Para Elias (2001) a morte institucionalizada nos hospitais ainda se apresentam como uma estruturação social do morrer na sociedade moderna, entretanto, tais rotinas profissionais estão destituídas de sentimentos, ao mesmo tempo que impedem de que, pela tradição, pessoas próximas ofereçam conforto e atenção ao moribundo. ELIAS, Nobert. **A solidão dos moribundos**, seguido, de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 98 e 99.

<sup>35</sup> LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo**. Barueri: Manole, 2005.

<sup>36</sup> ARIÈS, Phillippe. **O Homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Ales, 1981, p. 95.

<sup>37</sup> *Idem*.

<sup>38</sup> MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Lisboa: Europa-América, 1975, p. 25.

A ruptura ocasionada pela morte, as atitudes a ela associadas, os rituais respectivos, etc. sempre se prestaram a objetos de estudo.<sup>39</sup>

Mas, no ambiente de pesquisa acadêmica, a morte como objeto histórico, passou a ser especificamente tratada a partir dos anos 1970 na França, e 1990 no Brasil; com métodos e técnicas de pesquisas recorrentemente ligados à Antropologia e à História Social, notável em suas preferências temáticas uma tendência de foco ligado aos conflitos sociais e de classes.<sup>40</sup> Mas, para além das influências oriundas dos ditos teóricos da Nova História Cultural, a temática da morte tem se inspirado, não tão somente em nível nacional, em obras francesas da década de 1970. Uma referência que pode ser citada é o clássico **“O Homem diante da morte-1977”** de Phillippe Ariès<sup>41</sup>, que sugeriu através de fontes plurais a periodização de atitudes e representações da morte por uma perspectiva plurisecular. Outra obra, inspiradora dos estudiosos, da temática é o livro **“Piedade Barroca e descristianização -1973”** de Michel Vovelle<sup>42</sup>, que ao estudar os testamentos da região de Provença se esforçou em interpretar as atitudes diante da morte, percebendo a secularização das práticas fúnebres.

Recentemente, publicações do historiador e filósofo português Fernando Catroga, professor catedrático da Universidade de Coimbra, em específico as obras **“O céu da memória – o cemitério romântico e o culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)-1999”**<sup>43</sup> e **“Entre Deuses e Césares: Secularização, laicidade e religião civil-2006”**<sup>44</sup> quais têm se apresentado como estudos sobre a secularização e laicidade ao analisar os cemitérios oitocentistas vinculados ao surgimento, na Europa, de uma visão de mundo e vida moderna. Neste aspecto, o catedrático liga à tais vocábulos a existência de uma “religião civil”, bem mais

<sup>39</sup> PIOVEZAN, Adriane. **Morrer na Guerra: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967)**. 2014, 298 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, p. 27.

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> ARIÈS, Phillippe. **O Homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Ales, 1981.

<sup>42</sup> VOVELLE, Michel. Piété baroque et déchristianisation em Proence au XVIIIe Siècle. Les attitudes devant la mort déaprès les clauses des testaments. **Revue de l’histoire des religions**, 1973, volume 188-2. Disponível em: < [http://www.persee.fr/doc/rhr\\_0035-1423\\_1975\\_num\\_188\\_2\\_6136](http://www.persee.fr/doc/rhr_0035-1423_1975_num_188_2_6136) >. Acesso em: 07 jul. 2016.

<sup>43</sup> CATROGA, Fernando. **O céu da memória – o cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)**. Coimbra: Livraria Minerva, 1999.

<sup>44</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2006.

próximo do nacionalismo, do que de uma interpretação direta do uso instrumental e político da memória.<sup>45</sup>

No Brasil, referencia-se como estudos iniciais sobre a temática da morte a coletânea intitulada **“A morte e os mortos na sociedade brasileira-1983”** pensada pelo sociólogo José de Souza Martins<sup>46</sup>, a obra é destacável pela interdisciplinaridade dos profissionais envolvidos, mas com reduzida participação de historiadores. Para seu organizador, a morte era um “tema interditado, banido nos centros urbanos e nas regiões “mais cultas”<sup>47</sup>, portanto, a ser descoberto pela História. Já, em **“Tabu da morte-1983”** de José Carlos Rodrigues<sup>48</sup>, a morte é vista sobre a perspectiva de que os ritos funerários pertencem a um campo semântico, onde o morto perde sua individualidade, que ao deixar de ser indivíduo passa habitar a coletividade dos mortos.

Indicado por estudiosos como sendo o historiador brasileiro que iniciou os estudos mais dedicados para compreender a morte, por suas representações e atitudes, João José Reis teve como principal trabalho o livro **“A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX-1991”**.<sup>49</sup> A obra trata a revolta popular contra o poder público, que motivado pelas sucessivas epidemias, medicalizou e normatizou os rituais fúnebres ao determinar o enterro dos mortos em cemitérios públicos – ditos cemitérios extra muros – recém inaugurados, em substituição ao enterro dentro das igrejas.<sup>50</sup>

Uma autora a ser lembrada, e também ganhadora do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa – 2003 com a investigação publicada com título **“Nas Fronteiras do Além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII**

---

<sup>45</sup> CATROGA, Fernando. A separação entre os Reinos de Deus e o do César. Entrevista Especial com Fernando Cátroga: Entrevista. [31 de agosto, 2013]. São São Leopoldo: **Instituto Humanitas UNISINOS**. Entrevista concedida a Márcia Junges. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/523240-entrevista-especial-com-fernando-catroga> >. Acesso em: 08 Jul. 2016.

<sup>46</sup> MARTINS, José de Souza. (Org.) **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 09.

<sup>48</sup> RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

<sup>49</sup> REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>50</sup> Eclodida na Bahia em 1836, a revolta ficou conhecida como “cemiterada”, que na perspectiva dos revoltos o uso dos cemitérios públicos profanava a honra de seus mortos.

e XIX)–2005”,<sup>51</sup> a historiadora Claudia Rodrigues que analisou os processos de transformações das atitudes diante da morte, num contexto de quebra do monopólio eclesiástico sobre os bens simbólicos, e acentuada autonomia dos indivíduos e das instituições sociais em função da laicização.<sup>52</sup>

Destacável, é a análise da arquitetura cemiterial e espacialidade da morte nos cemitérios na cidade de São Paulo, analisada por Renato Cybalista em “**Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo-2002**”,<sup>53</sup> quando o autor aponta para além da normatização dos rituais fúnebres que chegaram ao Estado com o fim do enterramento nas igrejas, mas também a ligação entre os “vivos e o mundo do além” representada pela arquitetura tumular.

Outra obra que presa a análise arquitetônica cemiterial foi publicada no corrente ano de 2016, é o livro “**Memento Mortuorum – Inventário: Cemitério Municipal São Francisco de Paula**” de Clarissa Grassi.<sup>54</sup> A pesquisa foca na história do primeiro cemitério extra muro de Curitiba, entretanto, a autora desenvolve um memento de apoio aos pesquisadores iniciantes, um dicionário das principais referências arquitetônicas daquelas construções mortuárias, bem como analisa a influência da arte na arquitetura cemiterial.

Poderiam ser, na contemporaneidade, citadas inúmeras teses e dissertações que fazem alusão ao tema. Entretanto, torna-se digno de louvor a citação da pesquisa da historiadora Adriane Piovezan, intitulada “**Morrer na Guerra: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967) – 2014**”<sup>55</sup> disponível no banco de tese da Universidade Federal do Paraná, cuja pesquisa baseia-se na análise da documentação inédita do Pelotão de Sepultamento da FEB. A leitura da tese supracitada foi a inspiração da pesquisa que aqui se apresenta, especificamente, por aproximar a temática da morte e história com os rituais

---

<sup>51</sup> RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 348.

<sup>53</sup> CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2002.

<sup>54</sup> GRASSI, Clarissa. **Memento Mortuorum – Inventário: Cemitério Municipal São Francisco de Paula**. Curitiba: Edição da autora, 2016.

<sup>55</sup> Disponível em: < <http://www.humanas.ufpr.br/porta/Adriane.pdf> >. Acesso em: 07 Jul. 2016.

fúnebres militares regulamentados e praticados no Exército Brasileiro, cujas normativas encontram-se formalmente institucionalizadas.

Cabe referência como instituição provedora de pesquisa científica vinculada à temática morte e história, e também responsável por agrupar pessoas com interesse de pesquisar o cemitério como lugar de memória, de produção artística e de patrimônio cultural, a ABEC – Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais.<sup>56</sup> A ABEC tem viabilizado eventos temáticos como o “**VII Congresso Internacional Imagens da Morte**”<sup>57</sup> reunido pesquisadores globais dedicados ao tema; e que, no corrente ano de 2016, aconteceu na cidade de São Paulo-Brasil.

Neste sentido, ao perceber que o estudo da morte é fundamental para a compreensão da função tomada pelas práticas rituais na representação simbólica da sociedade, concorda-se com Piovezan quando anuncia que quaisquer esforços de “sistematizar, de forma exaustiva, a probidade das linhas teórico-metodológicas que nortearam a construção da morte como recorte temático, se torna no mínimo muito difícil, senão impossível”.<sup>58</sup> Entretanto, arrisca-se em pensar alguns aportes teórico-metodológicos historiográficos na tentativa de compreender, em específico neste estudo, os rituais fúnebres militares, a heroicização política da morte – uso político da morte – em tempos de confronto político ideológico no Regime Militar; bem como a edificação de lugares de memória em nome de um herói institucionalmente “inventado”, que sem destacável atuação em combate, outrora em tempos de calma política, possivelmente seria compreendido como vítima de uma circunstância isolada.

---

<sup>56</sup> “Criada em 2004, a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais é uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Curitiba/PR, que congrega pesquisadores cuja temática de estudos envolve as mais diversas manifestações acerca da morte e do morrer no Brasil. A entidade promove encontros bianuais, tendo realizado eventos em São Paulo/SP (2004), Porto Alegre/RS (2006), Goiânia/GO (2008), Piracicaba/SP (2010), Salvador/BA (2011) e Belo Horizonte (2013). A ABEC conta hoje com associados de todas as regiões do país, entre historiadores, geógrafos, antropólogos, arquitetos, sociólogos, historiadores da arte, profissionais do turismo, arqueólogos, fotógrafos, entre outros.” Disponível em: < <http://estudoscemiteriais.com.br/index.php/a-abec/> >. Acesso em: 07 Jul. 2016.

<sup>57</sup> Website do evento. Disponível em: < <http://7imagensdamorte.wix.com/imagensdamorte> >. Acesso em: 09 Jul. 2016.

<sup>58</sup> PIOVEZAN, Adriane. Op. Cit., p. 27-28.

## 2.1 APORTES METODOLÓGICOS PARA INTERPRETAÇÃO DOS RITUAIS FÚNEBRES, HEROICIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A realização de pomposos funerais que enaltecem os mortos, com rituais que o realçam através de dramatização de hierarquias em cerimônias fúnebre, são experiências perceptíveis em inúmeras sociedades ao longo dos tempos. Entretanto, a transmutação de tais acontecimentos em ocasião de celebração da nação e cultuação à memória de um personagem por suas atitudes em favor de certa coletividade merecem uma compreensão mais precisa das operações historiográficas.

Neste sentido que se conduziu esforços em analisar as flutuações da enérgica dinâmica memorial que circundou a única vítima fatal do levante armado de março de 1965: o então, 3º Sargento de infantaria do Exército brasileiro Carlos de Argemiro de Camargo, tombado em combate durante as operações de contraguerrilha em 28 mar. 1965. A apreciação dos rituais fúnebres, do luto, da heroificação, das escolhas dos lugares de memória e demais ações institucionais realizadas *post-mortem*, da exumação, traslado e inumação de seus restos mortais... nos permitem perceber como o passado passou a ser apropriado e selecionado politicamente pelo Regime Militar que intensificava ações no combate ao comunismo internacional. Também, as escolhas das lembranças e dos esquecimentos vinculado ao episódio, bem como onde e quando deveriam ocorrer as comemorações fúnebres são proeminências relevantes para este estudo.

E, com base em discussões que transcorrem entre a história e memória, memória individual e coletiva, a institucionalização do heroísmo, a função das comemorações, narrativas, tradições, lugares de memória, nacionalismo, imaginário e identidade nacional almejou-se discutir algumas questões referentes ao uso político do passado, operacionalizado pelos rituais fúnebres vinculado à morte do sargento Camargo, em suas inúmeras formas de apropriação ao longo das últimas cinco décadas.

Para isso, se entende que o passado, bem como a memória, são objetos de estudos num nível elementar das obras historiográficas, reconhecendo na produção

de imaginário uma das principais expressões da realidade histórica.<sup>59</sup> Adota-se, também, a compreensão de Fagundes (2010), de que o passado não é estanque, algo imóvel ou imutável, pois o passado, assim como o presente, é uma construção, por sua vez também transitória, assim como o futuro. Assim, o “passado, presente e futuro são categorias, cujos sentidos se alternam, e que devem ser relativizados no tempo.”<sup>60</sup> Como anunciado, o Exército brasileiro produziu e divulgou uma eficaz política memorial na luta política contra o comunismo ao realizar as comemorações do seu luto, cujo discurso institucional adaptou-se ao momento político em que o país incidiu. Le Goff afirma, que tens a

memória, a propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.<sup>61</sup>

Até onde se sabe, as comemorações fúnebres memorialísticas ligadas à morte de Carlos Argemiro de Camargo, trata da mais destacável produção memorial daquela instituição vinculada aos mortos políticos do Regime Militar brasileiro. Uma memória factual que ainda encontra-se em disputa, transmitida pela instituição militar como a História do episódio. Cujo discurso mantém seu uso político em cerimoniais militares ainda na contemporaneidade, revelando uma constante tensão do que, institucionalmente, deve ser lembrado, ou não, referente ao Regime Militar brasileiro!<sup>62</sup>

Ao estudar tais rituais fúnebres, cabe inicialmente pensar que as similaridades e contrapontos entre a memória e a história é algo reconhecido pela historiografia, sendo analisadas as suas questões de distanciamento e aproximação

<sup>59</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 49.

<sup>60</sup> FAGUNDES, Luciana Pessanha. Construindo pontes entre olhares: os usos políticos do passado. In: **III Simpósio Império e Lugares no Brasil – UFOP: Itinerários da Pesquisa Histórica: Métodos, Fontes e Campos Temáticos**, 2010, Ouro Preto. Disponível em: <http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/66.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014, p. 3.

<sup>61</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 476.

<sup>62</sup> **Exército homenageia Tenente Camargo**. Fundação TV Beltrão. 04'02". Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=zEmYa8PaTsc> > ou < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tcjk1S0NJVlp3V0k> >. Acesso em: 08 de Jul. 2016 e **16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado homenageou Tenente Camargo**. Rede Massa Sbt. 4'08". Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=fNms9g-m95c> > ou < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tTHYzTUZIRXNNaTg> >. Acesso em: 08 Jul. 2016.

como variáveis, sempre provisórias e não constantes<sup>63</sup>. Esta relação entre história e memória, há algum tempo se tornou uma discussão cara à historiografia de um modo geral, onde inúmeras análises procuram estabelecer afinidades, distinções, conceitos e formas de relacionar/examinar as suas múltiplas relações. À medida em que avança o conhecimento científico em torno da história e da memória, assim como as discussões sobre este tema, percebem-se as posições distintas que alguns autores assumem em relação às similaridades e afastamentos. As discussões à respeito da relação entre história e memória elaboradas por Maurice Halbwachs apresenta-as como apreciações distintas, advertindo que a história começa onde termina a tradição.<sup>64</sup> O conceito sociológico de “memória coletiva”, cunhado por Halbwachs, traz a memória, não tão somente, como um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo, sendo parte modelada pela família, e parte influenciada pelos grupos sociais.<sup>65</sup> Cabe lembrar que cada memória individual é parte integrante da memória coletiva, sendo suscetível a mudanças de acordo com as relações que mantém com o lugar que ocupa e que se relaciona, tendo no processo de recordar/rememorar, a dupla ação da memória, pois os indivíduos que lembram enquanto são integrantes de um grupo.<sup>66</sup> Longe de compreender a memória coletiva como uma imposição, forma de dominação ou violência simbólica, Halbwachs aguça os pontos positivos exercidos pela memória em comum, como reforçar a coesão social pela adesão afetiva, bem como o processo de “negociação”<sup>67</sup> que concilia a memória coletiva com a memória individual.<sup>68</sup>

---

<sup>63</sup> POMIAN, Krzysztof. De l'histoire, partie de La mémoire, à La Mémoire, objet d'histoire. **Revue de métaphysique et Morale**, n. 1, jan-mars, 1998, pp. 63-110. *apud* FAGUNDES, Luciana Pessanha. Construindo pontes entre olhares: os usos políticos do passado. In: **III Simpósio Império e Lugares no Brasil – UFOP: Itinerários da Pesquisa Histórica: Métodos, Fontes e Campos Temáticos**, 2010, Ouro Preto. Disponível em: <http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/66.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014, p. 4.

<sup>64</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>65</sup> RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2002, pp. 426-438, p. 427.

<sup>66</sup> HALBWACHS, Maurice. *Op. Cit.*, 2006, p. 69.

<sup>67</sup> Maurice Halbwachs não destaca apenas a seleção da memória, mas o processo de negociação como conciliador da memória individual e da memória coletiva. Para que a memória possa se beneficiar de outras, não basta somente ter testemunhos, mas sim pontos de concordância que possibilitem a construção sobre uma base comum. HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968, p.12.

<sup>68</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15, p. 3.



Deve-se compreender a memória, individual ou coletiva, como a transmissão de informações entre gerações sobre trajetórias, fatos e vividos, ela se torna vulnerável aos excessos, esquecimentos, “não-ditos” e manipulações. Por outro lado, a história é o conhecimento crítico que se encarrega da identificação dos abusos vinculados ao passado e transmitido no presente, visando uma perpetuação futura, ela possui uma intrínseca responsabilidade com as vítimas da História.

E neste ambiente de reflexão sobre as relações entre história e memória que foram propostas novas interpretações e prismas de análises, como pode ser citado, o pensamento de Pierre de Nora qual as separa nitidamente, distinguindo a vulnerabilidade da memória aos usos e manipulações; enquanto a História estaria individualizada como uma operação laicizante capaz de aplicar através das operações historiográficas a análise e o discurso crítico.<sup>69</sup>

Por seus critérios, Nora elabora um detalhado contraponto entre a História e memória, como segue:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência de que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, em elo vívido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica.<sup>70</sup>

Elencando algumas diferenças entre a memória e a história, Nora nos permite perceber que a história é fruto de uma operação intelectual crítica e analítica, que busca uma representação problematizada do passado, enquanto a memória, por sua vez, busca resgatar o passado tentando repetir e consagrar lembranças. Nora, ainda realça a atenção para a “interpretação dos lugares de memória” – que incluem os monumentos, patrimônios arquitetônicos, museus e

---

<sup>69</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. São Paulo, **Rev. Projeto História/PUC**, vol. 10, 1993, p. 10.

<sup>70</sup> *Idem*, 1993, p. 9.

demais – como mediadores da História francesa, pormenorizados em *Les Lieux de Mémoire*.

Partilhando uma interessante perspectiva, Jacques Le Goff adverte que a memória deva ser analisada como um objeto da história, sendo o estudo da memória social um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história. Por estar relativa ao tempo e a história, ora em retraimento, ora em transbordamento, a memória desempenha uma função de instrumento de poder, compondo como elemento essencial o que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva.

Apesar de perceber a legitimidade da memória na construção da identidade de um grupo, Jacques Le Goff, se aproxima do exposto por Pierre Nora, ao pensar a história e a memória distintas enquanto sinônimos, mas possuindo uma relação muito próxima. Pois, a história têm a possibilidade/responsabilidade de utilização da memória para realização de novas leituras e interpretações sobre o passado, o que a desvincula da obrigatoriedade de reforço da memória; cabe ao historiador, então, a interpretação do passado, diferenciando as construções memorialísticas da história dos povos.

Já no que tange às análises do “não-dito”, o campos do esquecimento – das zonas de sombras – sobressai os estudos de Michael Pollak sobre a Segunda Guerra Mundial. Para ele as memórias subterrâneas contrariam as mais legítimas memórias oficiais, coletivas e nacionais, pois se apresentam como lembranças transmitidas nas redes de sociabilidade afetivas. São lembranças proibidas ou vergonhosas que passam zeladamente guardadas em estruturas de comunicação informais, permanecendo praticamente despercebidas pela sociedade englobante.<sup>71</sup> Pollak tratou, inclusive, do vínculo existente entre a memória e a identidade social, em estudar em específico as histórias de vida transmitidas pela oralidade. Este autor insiste que os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, são: os **acontecimentos vividos**, tanto pelo indivíduo ou como pela coletividade; sendo que, na última situação admite-se a intervenção de **personagens** que por meio da socialização, política e/ou histórica, proporciona ao indivíduo a projeção/identificação com um determinado passado, mesmo não tendo participado *in loco* dos acontecimentos; os **lugares de memórias** particularmente ligados a uma

---

<sup>71</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1989, pp. 3-15, p. 8.

lembança; e, os **vestígios datados de memória**, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento.<sup>72</sup>

Ao pensar a memória num ponto de vista mais próximo da hermenêutica filosófica, Paul Ricoeur traz os estudos da memória e da história ao discutir, em específico, o trauma e o perdão oriundos da Segunda Guerra Mundial. Orienta este autor que o historiador deva atentar se a memória é pessoal ou coletiva, bem como quanto ao “uso instrumental” que influencia diretamente na construção ou reafirmação de uma identidade através de narrativas reconfiguradas, que podem suprimir, deslocar, esquecer ou dar ênfase aos protagonistas da ação.<sup>73</sup>

Apresentando um pensamento mais contundente sobre os estudos de memória, Henry Rousso afirma que “a história da memória tem sido quase sempre a história das feridas abertas pela memória”.<sup>74</sup> O mesmo autor, indica com nitidez a separação/oposição entre a história e a memória, pois enquanto a primeira com a intenção de explicar e compreender se utilizaria da argumentação racional, a segunda, por sua vez identifica as paixões, julga e sacraliza, podendo recriar um passado ideal ou diabólico.<sup>75</sup> Rousso foi o primeiro intelectual a se utilizar do termo “memória enquadrada” ao referir-se como termo mais específico à memória coletiva, bem como o trabalho de enquadramento que se alimenta do material fornecido pela história para satisfazer algumas exigências de justificação, pois em seu entendimento, a memória não pode ser construída arbitrariamente.<sup>76</sup>

Especificamente, como já citado neste estudo, ao estudar a morte, referindo-se aos quesitos em que se distancia a História da memória, um interessante estudo é apresentado pelo historiador Fernando Catroga. Este autor, exibe uma análise crítica, apresentando inicialmente a escrita da História como um rito de recordação, ao arguir se a historiografia poderia se portar inteiramente estranha à função que as liturgias de recordação exercem. Para ele, os ritos funerários praticam a negociação

---

<sup>72</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1992, p. 200 e 2002.

<sup>73</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 105 e 445.

<sup>74</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 95.

<sup>75</sup> ROUSSO, Henry. **Mémoire et histoire: La confusion**. La Hantisse Du passe. Entretien avec Philippe Petit. Paris: Éditions Textuel, 1998, p. 22.

<sup>76</sup> ROUSSO, Henry. **Vichy, Le grand fosse, vingtième Siècle**, 5, 1985, p. 73.

e o encobrimento da corrupção do tempo, possibilitando à sociedade dos vivos desfrutarem da proteção de seus antepassados. E que, também, a historiografia ao relatar o passado para lhe fornecer um lugar no tempo atua como prática análoga aos ritos de recordação. Assim, ao comparar o passado à um cemitério, Catroga afirma surgir então, a possibilidade das comunidades se estabelecerem no tempo, simbolicamente.<sup>77</sup>

Neste sentido, ao compreender os cemitérios como representação simbólica<sup>78</sup> do universo social, com função de lugar de produção – e reprodução – de memórias, Fernando Catroga define a “morte como uma imagem”, sendo esta, a característica que determina a ligação estreita entre o culto dos mortos e a memória. Esta função social torna-se notória na homenagem dos “grandes homens” a partir do século XIX, e proporcionou o apogeu das ideologias da memória, possibilitando aos Estados-Nação a reinvenção de suas raízes históricas através de uma releitura do passado, legitimando seu presente e planos de futuro num encadeamento contínuo de gerações.<sup>79</sup>

Partilhando desta postura crítica em relação aos determinados limites da historiografia, sobretudo os estudos que desconsideram os anseios coletivos, Marcelino (2001) avalia com pesar a restrição, tão somente, demonstrados em pesquisas dos usos políticos – e intencionais – do passado que têm sido apresentado pelos historiadores. Para ele, não cabe relegar a um segundo plano toda dimensão utópica e imaginária presente nos rituais e festas cívicas. Ainda, cabe dar crédito, não apenas às análises de disputa em torno da memória nacional, “mas também às formas de ritualização e representação do poder, as mudanças nos modos de experimentar a temporalidade e as relações entre as práticas cívicas e a escrita da história”.<sup>80</sup>

Em concordância, na medida em que Mona Ozouf avaliou as festas cívicas que envolveram a produção de memória sobre a Revolução Francesa, transpareceu

---

<sup>77</sup> CATROGA, *Op. Cit.*, 2001, p. 43 e 44.

<sup>78</sup> Neste estudo, adota-se a definição de símbolo como palavras, imagens, objetos que estejam representando algo imagético, sendo ele uma forma essencial no processo de comunicação no cotidiano dos grupos humanos.

<sup>79</sup> CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, pp. 162-182, jan-jun, 2010, p. 166-179.

<sup>80</sup> MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgia cívica: notas sobre um campo de pesquisa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 61, pp. 125-144, p. 126.

a crítica ao predomínio das interpretações puramente políticas que permeavam tais eventos; e que deixavam sem importância as necessidades coletivas menos evidentes que os usos políticos do passado, gerenciado por seus organizadores. Assim, Ozouf anunciou a relevância de um questionamento mais elaborado, não visto a primeiro plano, sobre a forma que as festas e as solenidades cívicas podem estar relacionadas com o imaginário, e com as necessidades coletivas dos grupos no decorrer do tempo.<sup>81</sup>

Com intuito de discutir adiante as narrativas sobre a morte do Sargento Carlos Argemiro de Camargo apresentada nos rituais fúnebres à ele vinculado durante cinco décadas, bem como sua relação com as categorias de passado, presente e futuro – para além, tão somente, das considerações sobre as analogias e distanciamentos entre a história e memória, que apresentaram-se provisórias em função do momento político em que vivia o país – arrisca-se um enlace com demais categorias de análises. Com vistas, torna-se pertinente tecer considerações a respeito da atualidade, e através da análise das práticas memoriais procurar compreender as relações entre história e memória, quais foram classificadas por Hartog (1996 e 2006) em três regimes de historicidades ou temporalidades.<sup>82</sup> De acordo com este autor, vivemos no “tempo memorial” que busca no passado, através de ações memorialísticas, a legitimação do presente.

Como uma das propriedades da atualidade, podemos identificar a tendente presentificação do tempo. A história deixa de ser reconhecida no censo comum como ciência do futuro, **“de conhecer o passado para evitar os mesmos erros no futuro”**, desconsiderando as condições históricas que propiciaram aquele acontecimento. Mas sim, oriundo da valorização do presente, o passado passa por um momento de reapropriação, servindo mais aos fundamentos políticos ideológicos do que para com sua relação com a verdade.

Neste sentido, pode-se relacionar o vocábulo conceitual, mais importante, na obra de Reinhart Koselleck: a temporalidade; pois, em todo conceito, realidade ou

---

<sup>81</sup> OZOUF, Mona. A FESTA SOB A Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 217-231, p. 220.

<sup>82</sup> Sendo elas: o antigo regime (até o final do séc. XVIII) orientado pelo passado; o regime moderno (1789-1989), que se volta para o futuro; e, a partir de 1989 o “tempo memorial”, centrado no presente e obcecado pelo passado. HARTOG, François. Tempos do mundo, história e escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006, p. 15-21 e HARTOG, François. Tempo e História: Como escrever a história da França hoje? In: **História Social**, n. 3, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996, p. 127-154.

período histórico em análise pelo historiador encontra-se um embate de relações entre o “espaço de experiências” e o “horizonte de expectativas”.<sup>83</sup>

Ao estudar tais categorias Pereira (2004) sintetiza:

A primeira categoria diz respeito à tradição recebida e experiências que informam o presente. A segunda se refere ao elemento de projeção futura, de transformação. Estas categorias “reportam à temporalidade do homem e assim, em alguma medida meta-historicamente à temporalidade da história”.

<sup>84</sup>

Adiante, torna-se possível a ocorrência da re-presentificação seletiva dentro de um “horizonte de expectativas”, sendo que “toda retrospectiva tende a expressar-se numa narrativa coerente, que domestica o aleatório, o casual, o efeito perverso do real passado quando este era presente”.<sup>85</sup>

Ademais, vive-se em notadamente em todo lugar manifestações orientadas pela “guinada memorialística”, “momento-memória”<sup>86</sup> ou “boom da memória”, que torna comum a utilização de comemorações, a construção de “lugares de memórias”.<sup>87</sup> Além, de um proposital estabelecimento de datas comemorativas, festividades, criação de heróis quais se intencionam lembrar episódios históricos, forçando um passado em comum ou o reconhecimento extremo das ações de alguns indivíduos.

Cabe então, ao historiador estar vigilante no ato de ações de comemorar, pois ele “significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal”.<sup>88</sup> Pertinente é perceber, em específico neste caso em estudo, a sobrevivência por décadas de uma memória clandestina que contradiz os tabus da memória oficial do Exército brasileiro. Trata-se

<sup>83</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Le futur passé**. Paris: Éditions de l'École de Hautes Études em Sciences Sociales, 1990, p. 311.

<sup>84</sup> PEREIRA, Luísa Hauter. **A história e “o Diálogo que Somos”: a Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-George Gadamer**. 2004. 93f. Dissertação (Mestrado em História Social e da Cultura) – Departamento de História da PUC – Rio, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004, p. 45.

<sup>85</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.* 2010, p. 167.

<sup>86</sup> Termo cunhado por Paul Ricoeur. RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, 2007, p. 103.

<sup>87</sup> Museus, praças, monumentos, panteões...

<sup>88</sup> RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *Op. Cit.*, 2002, p. 432.

de lembranças que transcenderam as “invenções de tradição”<sup>89</sup> operacionalizadas institucionalmente por rituais fúnebres – e, edificação de lugares de memória – em nome de um herói, que mesmo confinadas ao silêncio, e que mesmo suprimidas, foram transmitidas por duas gerações de soldados através da oralidade em conversas informais dentro dos aquartelamentos.

Compreende-se então, que dentro das implicações da memória, os rituais, os mitos<sup>90</sup>, os símbolos, as comemorações são linguagens revigoradoras do tempo da memória, que possuem a função de regular, esconder, esquecer, lembrar, comemorar, produzir versões, tradições e traduções. Estas são algumas funções que fazem parte de estratégias de quem opera a memória, pois, como dito por Certeau, a manipulação da memória se dá “lance por lance”.<sup>91</sup>

Ademais, os “mitos, rituais e crenças sobre a morte se entrelaçam e marcam presença de diversas formas em todas as culturas demarcando maneiras de viver e de se relacionar com a morte, e os mortos”.<sup>92</sup> É neste sentido, que os ‘rituais’ podem ser percebidos como mecanismos para construção, elaboração e sedimentação da memória, lhe conferindo um sentido muito próximo à ideia de tradição.<sup>93</sup> Passa a memória então, a representar uma das principais categoria de análise que a historiografia tem se valido na compreensão do fenômeno da ação intencional dos sujeitos históricos na constituição das tradições que apresentavam sentidos de

---

<sup>89</sup> O termo “invenção” faz referência direta à celebre obra de Eric HOBSEBAWM e Terence Ranger intitulada “A invenção das tradições”, qual foi utilizada pelo antropólogo Celso Castro para estudar o Exército brasileiro em “A invenção do Exército brasileiro” – 2002. Ao contrário do que a terminologia induz ao entendimento, o termo “invenção” utilizado nesta obra não possui sentido depreciativo de inverdade ou mentira. Busca-se aproximar do conceito formulado por HOBSEBAWM e Ranger que definiram como “tradições inventadas” o conjunto de práticas reguladas impostas ou abertamente aceitas, ritual ou simbólica, que pretendem injetar certos valores e comportamentos através da repetição, vinculada a um passado legitimador. (HOBSEBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997).

<sup>90</sup> Para Schmidt, o mito “integra os aspectos que acompanham o percurso histórico da memória dos grupos sociais. Desse modo, o ponto de associação entre memória e mito, estabelecendo em circunstâncias peculiares, reside no exercício reiterativo de transmissão social da lembrança. Sendo assim, o mito deve ser entendido como um dos vários elementos que compõe a memória coletiva, onde a lembrança é caracterizada como momento que une dialogicamente estas manifestações socioculturais”. SCHMIDT, Róbi J. **Cenas da constituição de um mito político**: memória de Willy Barth. Cascavel: Edunioeste, 2001, p. 37.

<sup>91</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 4ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p. 352.

<sup>92</sup> RABELO, Elizabeth Avelino; MAHFOUD, Miguel. Os mortos na memória dos vivos: inter-relações entre memória, tradição e sociedade. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**: conhecimento histórico e diálogo social, 2013. Natal: ANPUH, 2013.

<sup>93</sup> SEGALLEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

pertencimento a uma unidade nacional. Hobsbawm e Ranger definiram tradições como um “conjunto de práticas regulamentadas por regras tácita ou abertamente aceita”, destinada a “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação com o passado”.<sup>94</sup>

Muitas análises historiográficas se empenham em desvendar o “uso da memória” e a elaboração de “invenção das tradições”, revelando o interesse político e a sua utilidade perversa. Tais laborações que focadas em impedir o esquecimento, acaba apagando as situações constrangedoras e privilegiando os mitos fundadores e as utopias nacionais, universalizando os valores de uma sociedade. Sendo a memória vulnerável à manipulação, cada vez mais se faz presente uma política da lembrança e esquecimento qual serve de suporte para organizar e formar cultura, identidade social, tradições e materiais simbólicos, de vidas cotidianas; e, principalmente fatos históricos.

Nesta acepção, a memória e o imaginário social<sup>95</sup>, vistas como distintas representações, são disputadas, servindo de instrumentos de poder das frações dominantes que convirá ao presente e ao futuro, numa construção de identidade grupal. Desta forma, a identidade individual, e coletiva, se apresentam como “instrumentos de poder, de domínio da lembrança, da tradição, da sua própria manipulação, de retorno ao passado para servir ao presente e o futuro”.<sup>96</sup>

Entretanto, para servir como base para a memória coletiva, o imaginário necessita de suportes simbólicos como monumentos, bandeiras, rituais, celebrações, saberes, modernidade, formação de nações e de identidades, poder, tradição... Mas, o enfoque tão somente na dimensão política da utilização do passado nas operações historiográficas renegou os mecanismos culturais que

---

<sup>94</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *Op. Cit.*, 1997, p. 9.

<sup>95</sup> Adota-se, como compreensão de imaginário social, toda construção imagética da realidade social a qual os indivíduos estão inseridos, como sendo uma representação da realidade de uma determinada sociedade resultante de uma luta permanente entre grupos sociais. As frações dominantes que resultam dessa disputa organizam formas culturais, econômicas e políticas de perpetuar sua representação ideal do real, que legitimam o exercício de dominação. É no imaginário social que as “sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro ... O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias... por símbolos, alegorias, rituais, e mitos”. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 11.

<sup>96</sup> TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória:** temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 90.



permeavam a compreensão dos imaginários nacionais<sup>97</sup>, conferindo à memória, também à tradição, uma independência total de funcionamento; distante do mundo simbólico.<sup>98</sup> Eis, que então, surge a grande crítica historiográfica em relação à total racionalidade dos sujeitos históricos para explicar as tradições, num sentido de que é incompreensível que os agentes da memória não compartilham, pelo menos em parte, aquilo que aderem.

Também, procurando elaborar reformulações historiográficas dentro do marxismo, Cornelius Castoriadis defende a tese de que as tradições devem ser compreendidas próximo ao nacionalismo<sup>99</sup>, pois os fenômenos imaginários são tão reais quanto aqueles que constituem as forças materializadas da sociedade.

Assim, “esse imaginário da nação se revela, no entanto mais sólido do que todas as realidades, como o mostram duas guerras mundiais e a sobrevivência dos nacionalismos”.<sup>100</sup> Também, valorizar o imaginário na perspectiva de compreensão das relações humanas é perceber “o perfume real. Por causa do odor da rosa eu digo que a rosa existe!”<sup>101</sup>

Na fuga dos impasses teóricos do marxismo, sem desconsiderar as contribuições para o funcionamento das estruturas simbólicas – que vai para além do nacionalismo em si –, Pierre Bourdieu tende para uma análise mais espontânea das construções simbólicas, citando o que ele chama de “reconhecimento” por parte da comunidade para a legitimação da crença. Assim, o símbolo têm o

poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao

<sup>97</sup> Embora, numa perspectiva teórica diferenciada, tanto Pierre de Nora na noção de “lugares de memória”, quanto Eric HOBSEBAWM em “invenção das tradições”, guardam algumas semelhanças no que tange o uso político exclusivo da memória, voltada para a homogeneização das representações, desconsiderando o arsenal simbólico de uma comunidade ao analisar seus aspectos compartilhados.

<sup>98</sup> MARCELINO, Douglas Attila. *Op. Cit.*, 2001, p. 131.

<sup>99</sup> Partilha-se a definição de Guibernau, onde “Por nacionalismo, refiro-me ao sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum.” GUIBERNAU, Monserrat. **Nacionalismo**. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 56.

<sup>100</sup> CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 179.

<sup>101</sup> BARBIER, René. Sobre o imaginário. In: **Em aberto, educação e imaginário social**: revendo a escola. Brasília, n. 61, pp. 15-23, jan/mar, 1994, p. 15.

efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma ‘illocutionary force’ mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.<sup>102</sup>

Já, ao estudar as comunidades imaginadas<sup>103</sup> na busca de uma compreensão tanto mais que satisfatória em relação à condição de que os elementos culturais não depende tão somente da vontade dos sujeitos históricos, Benedict Anderson pensou o “nacionalismo” como elemento de mudança das mentalidades. Assim, as nações devem ser refletidas como comunidades imaginadas, mais próximos da religiosidade do que dos sistemas políticos racionalistas. Pois, ao conceber a morte, e aos demais aspectos contingentes da vida humana, uma espécie de continuidade e de promessa de eternidade, o nacionalismo concederia aos seus “filhos mais ilustres”, o além-túmulo.

Como é eterna uma nação, o seu filho também seria! Destarte, a consciência nacional deveria ser compreendida através de suas bases culturais, num sentido de que fosse claramente “acreditada”, não tão somente originasse dos pensamentos de alguns sujeitos históricos com desígnio de transmutar a realidade.<sup>104</sup> Então, os aspectos voltados ao imaginário social não poderem ser compreendidos unicamente no que tange a função de falseamento da realidade, mas sim num sentido de que há uma adesão nas crenças.

E, compartilhando desta perspectiva ao estudar os cemitérios oitocentistas e a reprodução das memórias, que Fernando Catroga afirma que as influências iluministas impulsionaram um novo culto dos corpos, distanciando-se da Igreja, com finalidade de reforçar a perenidade da *polis* proporcionando com que as mediações religiosas e as expectativas transcendentais viessem a coexistir com uma espécie de religião cívica.<sup>105</sup> Sobre religião cívica o mesmo autor afirma que não seria

<sup>102</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 14 e 15.

<sup>103</sup> Entende-se como comunidades “acreditadas”, e não tão somente “inventadas”.

<sup>104</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>105</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 176.

citar Durkheim para reconhecer que as sociedades geram ideias coletivas para reforçarem o seu consenso, e basta convocar as lições da história para se mostrar que as estruturas políticas da velha Grécia e da velha Roma estavam sacralizadas. E o cristianismo, embora defendesse a distinção entre Deus e César, acabou por se aliar ao Império e por subordinar o poder temporal ao espiritual. E nem a autonomização da ética da política, com Maquiavel, nem as várias secularizações do contrato social, dispensaram esse consórcio, como foi o caso de Rousseau, pensador que, no contexto do debate acerca da tolerância, propôs o fomento de uma “fé civil”, mas avisando que ela não podia ser confundida com a religião dos padres, ou com as religiões políticas greco-romanas, e que, como condição necessária para a interiorização do compromisso dos cidadãos para com as virtudes cívicas, teria de exigir que estes acreditassem na existência de Deus, na imortalidade da alma e no Juízo Final. E, como prática ritual, devia investir na educação moral e cívica, assim como em festas cívicas no espaço público. Só assim seria possível cimentar o consenso social e nacional.

Como se sabe, estas sugestões terão imediatamente duas aplicações bem distintas: a emergência de uma “religião civil” nos EUA, e a aplicação jacobina dos ensinamentos de Rousseau pelo seu discípulo nesta matéria: Robespierre. Depois, receberão ainda outras formas e fundamentos, pluralidade que, porém, não põe em causa esta constatação geral: de uma maneira mais explícita ou mais mitigada, todos os Estados-nação, incluindo os legitimados na soberania popular, ou os que impuseram a separabilidade, geraram “religiões civis”.<sup>106</sup>

Cabe destacar que a consideração de fenômenos como o nacionalismo – mais próximo da religiosidade do que dos conceitos políticos – na reflexão historiográfica para ultrapassar as limitações do conhecimento histórico aplicado na análise de fontes voltadas à memória, não tem abandonado a percepção de que as tradições nacionais são objetos de disputas políticas. Pois,

uma melhor compreensão dos fundamentos da crença na existência de uma comunidade imaginada, não necessariamente deixa de lado os interesses e os usos sociais dos bens simbólicos disponíveis, resguardando largo espaço para a percepção dos conflitos próprios ao campo político. Como corolário, os setores dominantes não aparecem apenas como meros mistificadores, que não acreditam no arsenal simbólico que mobilizam, e a constituição do imaginário nacional não fica resumida a uma mera invenção completamente deslocada da realidade.<sup>107</sup>

Da mesma forma, o nacionalismo deixa de ser visto como um mero produto da instrumentalização ideológica, e a utilização menos elaborada dos conceitos de “invenção” e “ideologia” como categoria de análise deixam de ser os exclusivos

<sup>106</sup> CATROGA, Fernando. Op. Cit., 2013.

<sup>107</sup> MARCELINO, Douglas Attila. Op. Cit., 2001, p. 135.

vetores explicativos de uma realidade social.<sup>108</sup> Assim, o nacionalismo torna-se componente ativo de um imaginário social que pode influenciar diretamente na maneira como os indivíduos de uma comunidade se veem, ou mesmo como são vistos por ela, influenciando diretamente na sedimentação da memória. O que muitos autores denominam de identidade social! É neste contexto que

a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo.<sup>109</sup>

A ligação entre memória e identidade social observada nas “histórias de vidas” foi analisada com propriedade por Michael Pollak em **“Memórias e Identidade Social”**, publicação da Revista de Estudos Históricos em 1992, ensaio que percebe a memória como um fenômeno social, construído coletivamente e submetido a flutuações e mudanças constantes; mas amarrados em marcos invariáveis e imutáveis.

Pollak compreende que a memória é seletiva e, em partes, herdada, sendo construída através da disputa entre elementos políticos e pessoais. Ela mantém ligação fenomenológica com o sentimento de identidade; e, mesmo flutuante, se afirma em marcos imutáveis e pontos relativamente invariantes destacando-se como elemento constituinte do sentimento de identidade e fator importante do anseio de continuidade e coerência individual ou coletivo.<sup>110</sup>

Pensando a identidade social como a organização da imagem de si, para si e para os outros, Pollak continua:

A construção de identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referências aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros,

<sup>108</sup> MARCELINO, Douglas Attila. *Op. Cit.*, 2001, p. 135.

<sup>109</sup> CARNALHAL, Juliana Pinto. Maurice Halbwachs e a questão da memória. In: **Revista Espaço Acadêmico**, ano V, n. 56, Janeiro 2006. Edição mensal. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalho.htm> . Acesso em: 03 abr. 2014.

<sup>110</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1989, p. 4 e 5.

isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.<sup>111</sup>

Assim, Pollak introduz mais um elemento para os estudos dos aspectos que visam avaliar a história e memória: a “negociação”. A negociação entre o indivíduo e o grupo, que num sentido moral e material visa estabelecer a valorização e a legitimidade em determinada filiação, acaba por reproduzir uma aliança de pertencimento. Portanto, torna pertinente crer que

é através da memória, que as tradições, os valores, as crenças e os costumes podem ser reproduzidos entre os grupos sociais. O espaço da memória e o habitar de/no seu espaço, é conviver com as memórias que são coletivas e individuais e, também sociais, negociadas, lugar de reativação de tradições perdidas ou da nostalgia do passado, ou da projeção do passado numa perspectiva de visão de futuro.<sup>112</sup>

Claramente, torna-se necessário ressaltar os rituais fúnebre no sepultamento de 1965, bem como em 2006, por ocasião da exumação dos restos mortais de Carlos Argemiro de Camargo do Cemitério Municipal de Francisco Beltrão, numa perspectiva de que os ritos e símbolos funerários permitem compreender que o cemitério

revela esteticamente o próprio inconsciente da sociedade através de uma trama simbólica, estruturada e organizada à volta de certos temas e mitos unificadores por essa tarefa: reforçar depois do caos, o cosmo dos vivos e imobilizar o devir, mesmo que se tenha de recorrer ao contraste (ambíguo) da imortabilidade com o curso irreversível do tempo e da vida.<sup>113</sup>

Como afirmado por Bourdieu, os ritos, cooperam para a construção simbólica dos papéis e lugares sociais. As sociedades, no momento em que estabelece os seus ritos e as suas nomeações, comprovam que as relações sociais são constantemente abrangidas como lugares de representações. Assim, a morte torna-se um relevante objeto de ritualização e de nomeação, que singulariza a representação do morto perante a sociedade, cunhando lugares sociais específicos ao morto e seus familiares. As cerimônias, homenagens, discursos e demais

<sup>111</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1989, p. 5.

<sup>112</sup> ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 117.

<sup>113</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 170.

componentes de rituais fúnebres comportam a ostentação do papel social do homenageado, bem como as representações que os grupos sociais constroem deste indivíduo, que nem sempre é o mesmo lugar a ser ocupado, agora, como personagem morto.<sup>114</sup>

Enquanto instituição provedora da reafirmação de uma identidade social, o Exército brasileiro desenvolveu uma das maiores produções simbólicas na luta política contra o comunismo durante a Guerra Fria: a invenção do herói militar Tenente Camargo.

Se valendo das formas ritualísticas de evocação do passado, as comemorações e atos fúnebres o Exército fez ‘uso do passado’ de forma plural, variando de acordo com a necessidade política presente, em conformidade com a conjuntura política do país; ora em retraimento, ora em transbordamento memorialístico.

Percebe-se, também, as alteração nas formas de referência ao herói pelos discursos/narrativas que formaram um leque de liturgias fundamentais para o desdobramento das funções sociais da memória, ou seja, um despertar de “sentimentos de pertença e continuidade”<sup>115</sup> em prol de uma luta política.

Como já evidenciado, a unidade militar em que o sargento Carlos Argemiro de Camargo servia, teve sua história de implantação confundida com a própria história da comunidade de fronteira em tempos de colonização, e os membros do Exército, também partilhavam de uma ativa participação social naquela comunidade.<sup>116</sup> Fator, que de certa forma, acabou por facilitar o processo de reconhecimento social de um arquétipo com postura política, pois, “a condição humana está atrelada à existência do herói. No fundo se trata de um arquétipo cultural”.<sup>117</sup>

A morte de Carlos Argemiro de Camargo no combate à guerrilha foi repassada pela instituição como um símbolo político de resistência ao comunismo,

---

<sup>114</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 82 e 83.

<sup>115</sup> FAGUNDES, Luciana Pestana. *Op. Cit.*, 2010, p. 7.

<sup>116</sup> ZATTA, Ronaldo; VANINI, Ismael Antônio. O sudeste do Paraná e a presença Militar na fronteira: aspectos de uma comunidade imaginada. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESP**, v. 5, pp. 288-307, p. 2016.

<sup>117</sup> LUCCHESI, Ivo. O declínio da heroicização no Ocidente. **Revista Saberes**, n. 1, mar-ago. 2008. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2008, pp. 54-63, p. 61.

tendo as formaturas militares, discursos, cerimoniais e ritos fúnebres a funcionalidade e o caráter de liturgias cívicas. Mesmo que, para isso, omitia-se as circunstâncias de uma morte pouco esclarecida, a inexistência de ato heroico – grande feito em combate – a questão de luta política, o despreparo da tropa no combate à guerrilha e a tortura aos prisioneiros políticos.

À vista disso, questiona-se a realidade compreendida como certa, e firmada por um discurso político acentuado e referenciado por cinco décadas. Pois o historiador tem a tarefa de oferecer um conhecimento apropriado, controlado sobre a “população dos mortos – personagens, mentalidades, preços”<sup>118</sup>; e abandonar essa intenção, seria “deixar o campo livre a todas as falsificações, todas as falsidades que, por traírem o conhecimento, ferem a memória”<sup>119</sup>

Ao mesmo tempo, se decidiu contemplar as disputas pela memória vinculadas ao Regime Militar brasileiro, que por estarem em disputa entre grupos de esquerdas e militares, se apresentam extremamente presente no século XXI. No episódio em específico, direcionou-se os esforços em buscar compreender a enérgica dinâmica memorial que envolveram os eventos de exumação, traslado e inumação dos restos mortais de Carlos Argemiro de Camargo, ocorrida em 2006, do cemitério municipal para o quartel onde servia em 1965. Quando percebe-se que tal ação não é novidade para o Exército Brasileiro, num sentido que os militares das Forças Armadas brasileira tem tomado como prática institucional a exumação de seus heróis.

Assim, amparado nestas discussões teóricas, é que se esforçou para elaborar uma análise dos funerais, ritos<sup>120</sup> funerários, comemorações fúnebres militares, visitas ao cemitério, construção de monumentos, exumação dos restos mortais e demais trabalhos memorialísticos elaborados pelo Exército brasileiro, em homenagem ao sargento Carlos Argemiro de Camargo, morto nos primeiros anos do Regime Militar no Brasil; e, tido como herói institucional na luta política contra o comunismo.

---

<sup>118</sup> CHARTIER, Roger. História hoje: dúvidas, desafios e propostas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 7, n. 13, 1994, p. 112.

<sup>119</sup> CHARTIER, Roger. *Op. Cit.*, 1994, p. 113.

<sup>120</sup> Os ritos, são compreendidos, para este estudo, como condutas corporais, mais ou menos estereotipadas, às vezes codificadas e institucionalizadas, que exigem “um tempo, um espaço cênico e um certo tipo de actores: Deus (ou antepassados), os oficiantes e os fiéis participantes do espectáculo”. CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 165.

Bem como, pensar o arsenal simbólico que fomentou um imaginário nacionalista, que por si corroborou para afirmação de uma identidade nacionalista na região da fronteira paranaense pela perpetuação de uma memória política institucional comemorada publicamente através de rituais fúnebres.



### 3. A CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL DO HERÓI MILITAR E AS FORMAS COMEMORATIVAS DE LEMBRANÇA <sup>121</sup>

*“na guerra não se morre, mas se cai, a vida não se perde mas doa-se, não se desaparece mas vive-se eternamente, num acto de transfiguração da morte em heroísmo. A tradicional cruz dos cemitérios civis é substituída pela “Pedra da Lembrança”, talhada em forma de altar, o “Altar da Pátria”, para dar sentido a uma nova religião “laica”, a uma nova liturgia baseada na sacralização do eterno sacrifício coletivo em nome da Nação”*

Verbete Memoriais da Guerra

Durante o Regime Militar, em plena luta política, representada pela bipolaridade da Guerra Fria, as FA – Forças Armadas trataram as baixas de suas fileiras, oriundas da luta contra o comunismo – ou qualquer baixa política, a ele vinculada, ou não – como ‘baixas de guerra’. E, foi a partir de 1965 que embasado numa versão militar que retrata o combate com a tropa armada do exilado Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, que o Exército Brasileiro produziu discursos de heroísmo explanados pelos rituais fúnebres em homenagem ao sargento Carlos Argemiro de Camargo, única vítima fatal daquele embate.

Desde então, cinco décadas foram regradas de homenagens *post mortem* através de políticas memorialísticas, cujas ações podem ser analisadas como esforços contínuos na criação de um arquétipo institucional; e que, talvez seja a invenção<sup>122</sup> de “nova tradição” mais bem sucedida do Regime Militar brasileiro.

A construção do heroísmo militar composta por elementos simbólicos que estiveram presentes no Exército Brasileiro, durante um determinado período do século passado, permitiu a sedimentação de uma memória institucional provocada pelas narrativas formalizadas, centradas e estruturadas no tema político da Guerra

<sup>121</sup> Parte desta discussão foi apresentada na modalidade Apresentação de Trabalho no Simpósio “RELIGIÕES, RELIGIOSIDADE E ESTADO”, sendo posteriormente publicada nos anais do XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SC, realizado nos dias 11 a 14 de agosto de 2014. ZATTA, Ronaldo. Ritos fúnebres de um herói militar: aspectos de religião cívica na Ditadura Militar. In: **XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SC: 1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado**, 2014. 15 p. Florianópolis, Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1402400494\\_ARQUIVO\\_TrabalhoCompletoEncontroEstadualdeHistoriaSC2014pdfRonaldoZatta.pdf](http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1402400494_ARQUIVO_TrabalhoCompletoEncontroEstadualdeHistoriaSC2014pdfRonaldoZatta.pdf). Acesso em: 08 jul. 2015 as 16hrs15min.

<sup>122</sup> Para Celso Castro, é possível permitir-se, e se afastar da concepção original de Hobsbawm quando oportunamente não opõe as ‘tradições inventadas’ das ditas ‘tradições genuínas’ por compreender que os elementos simbólicos da cultura humana são permanentemente atualizados e reinventados. CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

Fria. É possível acreditar que, estas ações objetivaram um controle político-social operacionalizado pelo regramento de condutas políticas na área de fronteira, composta também pelo sudoeste paranaense, cuja experiência, no ideário militar, poderia ser tida como exemplar para a nação brasileira.

Ao estudar as invenções culturais militares do Exército brasileiro, o antropólogo Celso Castro aponta que “a invenção cultural não se dá num terreno absolutamente livre e sim num campo de possibilidades históricas e culturalmente limitado”<sup>123</sup>. É neste sentido, que se torna pertinente relacionar o episódio que resultou a morte de Carlos Argemiro de Camargo com a Doutrina de Segurança Nacional – DSN elaborada na Escola Superior de Guerra – ESG<sup>124</sup>, ainda no primeiro quartel do século passado.

Para os militares, havia uma guerra em andamento contra o comunismo internacional, um combate já profetizado previamente pela ESG ainda início da década de 1950. E, sendo a ESG o laboratório ideológico das Forças Armadas, por seus pensadores, fora elaborado o conceito de Segurança Nacional<sup>125</sup> tornando competente o Conselho de Segurança Nacional – CSN a sobrepor medidas imprescindíveis ao interesse do Estado. A doutrina da escola de estudos superiores militares

encontrava fundamento no conceito de guerra total, uma guerra que envolveria todos os setores da sociedade e, por isso dependia de todo o potencial da Nação. A guerra total caracterizava o embate entre as duas potências que haviam iniciado um conflito ideológico no pós-Guerra Mundial: a União Soviética e os Estados Unidos.<sup>126</sup>

<sup>123</sup> CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 11.

<sup>124</sup> Tibola afirma que a ESG derivou “de um grupo de militares que se destacou no interior das Forças Armadas. Esse grupo foi responsável pela criação da Escola Superior de Guerra (ESG), um núcleo de estudos estratégicos que se destinou a pensar estratégias de segurança e desenvolvimento para o Brasil. Os militares que se aglutinaram na ESG formularam a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A finalidade de DSN era estabelecer critérios de atuação para que o Brasil alcançasse e mantivesse os Objetivos Nacionais que deveriam ser a razão última do Estado Nacional. Os principais Objetivos Nacionais, que a escola chamou de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) era a Segurança e Desenvolvimento. TIBOLA, Ana Paula Lima. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007, p. 5.

<sup>125</sup> “Segurança Nacional é o maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, contra a ação adversa fatores internos e externos”. MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995, p. 76.

<sup>126</sup> TIBOLA, Ana Paula Lima. *Op. Cit.*, 2007, p. 5.

Estagiário na Fort Leavenworth War School, o general febiano, e um dos destacáveis geopolíticos brasileiros, Golbery do Couto e Silva, compôs o rol dos principais ideólogos da DSN. Para este militar, deveria ser incluído o conceito de Guerra Total na política brasileira. Golbery comenta, ao pensar a questão, que

De guerra estritamente militar passou ela, assim, a *guerra total*, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica como guerra de exércitos, esquadras e aviações; guerra total a *guerra global* a guerra indivisível e-por que não reconhê-lo? – permanente.<sup>127</sup>

Para o general, o emprego da força tática militar em campanha torna-se o derradeiro recurso de um Estado em caso de conflito. Pela DSN deve ser priorizada a utilização de outras armas, como: as negociações diplomáticas, pressões, intervenções, jogos de alianças, sanções, empréstimos, investimentos, políticas tarifárias, embargos, boicotes, propaganda, contrapropaganda, ideologias, slogans sugestivos, persuasão, chantagem e até mesmo o terror; e, na visão deste militar, seriam “muito mais eficazes que a ação de tropas”.<sup>128</sup>

Sendo que, uma das estratégias de combate ao comunismo elencadas por Golbery era a Estratégia Psicossocial, que consistia em fortalecer a moral da nação quebrando os antagonismos internos. Desta forma, ainda nos anos 50, o fator militar já deixara de ser percebido como estratégia exclusiva para pensar a segurança da nação, cedendo espaços para às ações cívicas, que pretendiam moldar uma identidade brasileira composta pelo caráter nacional.<sup>129</sup>

Obviamente que, também, a produção de memória do Exército Brasileiro, em específico durante o Regime Militar, foi dirigida por questões que envolviam a luta política vinculada à Guerra Fria. Sendo que, esteve diretamente orientada pelos princípios de combate ao comunismo! Bem como, grande parte dos esforços institucionais do Exército Brasileiro naquele período.

Bem, como visto, o Exército, em 1965, compreendia a realidade política brasileira como uma guerra em andamento; logo, a perda de “um dos seus” na

<sup>127</sup> SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Política Nacional: O poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981, p. 24.

<sup>128</sup> SILVA, Golbery do Couto. *Op. Cit.*, 1981, p. 25;

<sup>129</sup> PESSOA, Mario. **O Direito da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Bibliex/Revista dos Tribunais Editora, 1971, p. 120.

manutenção do Regime passou a ser percebida por seus pares como uma “baixa de guerra”. Desta forma, a morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo passa a ser vista pelos militares como uma “baixa em combate” na “**Guerra Total e Permanente**”. Anteriormente anunciada pela ESG.

Ao estudar a memória dos militares que ocupavam posições de comando em 1964, por ocasião do Golpe Militar, não resta nenhuma dúvida que para eles, os

militares “havia uma guerra revolucionária, comunista, em marcha no Brasil. Neste sentido, 1964 é visto como um contragolpe ao golpe de esquerda que viria, provavelmente, assumindo a feição de uma “república sindicalista” ou “popular”.<sup>130</sup>

Acredita-se que compreender como os militares pensavam durante o Regime, e que na prática materializou-se numa elaborada política memorial, é imprescindível para a contemplação do tema pesquisado. Até porque, naquele instante, as Forças Armadas brasileiras estavam designadas a cumprir uma missão: construir a “Nação brasileira” segundo os seus ideais. Longe de concordar com versão militar que justifica o Golpe de 1964, mas num sentido de compreender a enérgica dinâmica memorial da política fúnebre que circundou a morte, de um militar das forças regulares, acredita-se ser plausível um esforço de compreender as significações que envolvem uma “morte em combate”.

Um texto citado recorrentemente como sendo um dos mais antigos a tratar da morte na guerra foi redigido por Santo Agostinho de Hipona (354-430), que ao pensar sobre o comportamento dos homens perante a guerra destaca que o motivo de uma guerra justa é a punição dos malfetores ou agressores externo ao Estado.<sup>131</sup> Portanto, desde a Idade Média se aprovava a “guerra justa” quando motivada por ataques de agentes externos ao Estado instituído, vinculado a um discurso religioso. Muito análogo ao discurso proferido em favor do Regime Militar brasileiro na luta contra o comunismo!

No período medieval, o morrer na guerra poderia ser de forma lenta, o que gerava uma preparação religiosa, até mesmo na presença do inimigo; e morrer subitamente, sem os rituais a serem praticados, poderia ser entendido como morte

---

<sup>130</sup> D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glácio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 12.

<sup>131</sup> Verbete Guerra. **Dicionário da Morte**, p. 254.

desonrada.<sup>132</sup> Entretanto, a guerra moderna transformou o sentimento do luto e a da perda ao passo que a utilização de armas que poderiam desintegrar um homem advieram a ser utilizadas.<sup>133</sup> Se por um lado a guerra moderna trouxe o horror das batalhas pela experiência da morte em massa, por outro, despertou o sentimento de luto e orgulho do sacrifício por causa nobre, que se apresentam vinculados àquele evento, e passaram a ser assim compreendidos pelas gerações futuras.<sup>134</sup>

Mas, nem sempre os mortos em combate recebem sepulturas individuais com prestígio de herói, como o caso estudado. Por ocasiões de grandes batalhas acabam sendo enterrados em covas coletivas nos próprios campos de batalha. Entretanto, no último século, não só no Brasil, é notável o esforço das Forças Armadas em edificar lugares de memória na tentativa de reforçar “a identidade militar e o patriotismo” a partir de monumentos fúnebres. Tais ações se apresentam como uma tentativa de construir um tipo de culto cívico aos mortos em combate, tendendo para uma secularização, laicização e promoção do civismo e nacionalismo. Fato percebido nos ritos de enterramento e cerimoniais que rememoram a morte no pós-conflito.<sup>135</sup>

Num estudo comparativo entre os monumentos fúnebres da Itália, Alemanha e França, Reinhart Koselleck compreendeu que nestes lugares pretendeu-se edificar uma lição de moral e de civismo dada pelos tombados, a partir de seus túmulos. Para este autor, a grande problematização dos monumentos aos mortos é que eles servem mais para atender anseios dos vivos do que realmente ao intuito de que se propõe, homenagear os mortos em combate.<sup>136</sup>

Reportando-se ao caso brasileiro, Piovezan (2014) esclarece que

No contexto brasileiro, percebe-se a tentativa de construção de um culto cívico dos mortos a partir da criação de mausoléus fúnebres militares coletivos. No entanto, esta memória dos caídos em combate pela Pátria se tornou ao longo dos anos uma memória institucionalizada em que as Forças

---

<sup>132</sup> ARIÈS, Phillippe. *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>133</sup> KEEGAN, John. **O rosto da batalha**. Lisboa: Fragmentos, 1976, 203.

<sup>134</sup> MOSSE, George L. **Fallen soldiers: Reshaping the Memory of the World Wars**. New York: Oxford University Press, 1990, p. 4.

<sup>135</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Op. Cit.*, 2014, p. 20 e 21.

<sup>136</sup> KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p.134-146, 1992.

Armadas reforçam posição e a homenagem aos mortos passa a ser homenagem à instituição.<sup>137</sup>

Foi depois da Primeira Guerra Mundial, devido ao elevado número de baixas em combate, que se desenvolveu a consciência da individualidade de cada soldado. Um valor individualizado de cada vida humana caracterizado pela ampliação dos direitos civis, onde cada combate, nobre ou não, deveria ser lembrado.<sup>138</sup> Interessante é perceber no caso em estudo, que em nenhum momento o Exército Brasileiro personificou o seu herói militar, não formou personalismos, o que é muito comum em ditaduras, tanto de extrema direita como de extrema esquerda.

Sobre a morte em combate e suas ritualizações, como o

Respeito aos mortos e seus familiares, homenagens aos que caíram em combate, rememoração da perda de vidas num conflito armado, luto e trauma, censura, etc. são questões que aparecem na temática dos mortos em guerras com maior destaque depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Como este evento foi marcado pela mortandade em grande escala, consequência do estágio de desenvolvimento das armas de guerra, tornou-se um marco para os estudos das atitudes diante da morte no século XX.<sup>139</sup>

Criou-se um impasse de tantas vidas perdidas em combate oriundas das grandes guerras, algo que necessitava uma justificação social daquele horror, para além do consolo de mães e viúvas, eis que surge então a homilia da morte em nome de algo maior, a nação.<sup>140</sup> Também, foi neste instante que o culto ao soldado morto tornou-se o elementar componente para a criação e difusão de uma religião cívica.<sup>141</sup>

Interessante, torna-se neste sentido, citar a análise de Piovezan quando percebe que os propósitos das instituições empenhadas no culto cívico de soldados mortos, nem sempre coincidem com os expressos por seus familiares, afirmando que

recorrentemente haverá tanto conflito quanto cooperação entre as iniciativas públicas e privadas dedicadas a homenagear e rememorar os mortos em

<sup>137</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Op. Cit.*, 2014, p. 22.

<sup>138</sup> *Idem*, p. 35.

<sup>139</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Op. Cit.*, 2014, p. 17.

<sup>140</sup> MOSSE, George L. *Op. Cit.*, 1990, p. 5.

<sup>141</sup> *Idem*, p. 6.

guerras. Os objetivos, valores e prioridades das instituições públicas e os propósitos que buscam atingir com esse processo de homenagens e rememoração frequentemente são distintos daqueles expressos por indivíduos e grupos de indivíduos que sofreram a perda de entes queridos nestes conflitos.<sup>142</sup>

Ao avaliar o luto vinculado às mortes de soldados na Guerra da Coréia foi percebido uma diferenciação em relação à Primeira Guerra Mundial: a ocorrência de censura das mortes, sobre a alegação de que abalaria a moral da tropa, qual passou a ser acompanhada por histórias de superação e heroísmo em combate.<sup>143</sup>

O discurso de heroísmo em nome da nação brasileira também foi adotado pelas instituições militares ao referirem-se à baixa do sargento Carlos Argemiro de Camargo, qual está para além de ser considerado, pelas Forças Armadas, apenas uma vítima do comunismo<sup>144</sup>; para o Exército Brasileiro ele compõe a relação de heróis daquele embate. Obviamente que as circunstâncias de 1965 no Sudoeste do Estado do Paraná eram diferenciadas, onde ao invés de uma guerra declarada em andamento, as tropas regulares realizavam uma operação militar para prender revoltosos. Portanto, acredita-se que a divulgação pública, e imediata, da existência de ato heroico vinculada à sua morte, está muito mais próxima de uma intenção institucional, oportuna, no sentido de criar uma representação social com cunho político.

Nota-se que é trivial a eleição de “guardiões” pelas sociedades, valendo-se de um sistema que dispõem de certas técnicas de manejo das representações e símbolos.<sup>145</sup> Assim, o Exército determinou um “sistema de representações” que legitimou uma ordem social, e para isso se utilizou da força do heroísmo, “que tem a finalidade moralista, servindo para avaliar e dirigir capacidades e condutas”.<sup>146</sup>

---

<sup>142</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Op. Cit.*, 2014, p. 38 e 39.

<sup>143</sup> OTSUKA, Shuji; STEARNS, Peter N. Perceptions of Death and the Korean War. **War in History**, n. 6, v.1, january, 1999, pp. 72-87.

<sup>144</sup> Mesmo com questionável ligação política entre o grupo rebelde do Coronel Cardim e a doutrina internacional comunista, o seu nome está integrando o rol da lista do Salão Brasil no Museu das Vítimas dos Comunistas. Disponível em: <<http://museuvitimasdoscomunistas.com.br/saloes/ver/sargento-carlos-argemiro-camargo>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

<sup>145</sup> FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação de carisma: a construção mítico-heroico na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998, p. 142.

<sup>146</sup> MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

Acredita-se existir subsídios suficientes para anunciar que o Regime Militar brasileiro inventou através da morte de um sargento representante político da instituição; um herói militar, de caráter mais político, do que guerreiro. Um personagem que serviu de exemplo na tentativa de moldar comportamentos, ideais, concepções e visão de mundo uniformes na gênese de uma homogeneidade política. E que, em conjunto com um passado histórico da região de fronteira, acabou por contribuir para materialização de duas naturezas da memória: o conjunto de lembranças e imagens de um grupo; e, o conjunto de representações associadas à valores e normas de comportamento.

Obviamente, como já anunciado, mesmo considerando a importância da dimensão política na análise das representações coletivas, deixa-se de priorizá-la como um vetor explicativo único. Pois, sabe-se que as representações coletivas tendem a se estabelecerem como “elemento de correspondência entre a experiência do indivíduo e a dos grupos; e que, constituem a esfera de confluência dos valores, das crenças, dos modelos de comportamento”,<sup>147</sup> adiante será retomado a questão da colonização oficial da Fronteira com a República Argentina, onde o Exército se apresentou como um braço facilitador do Estado, viabilizando a ocupação.

Destarte, é possível afirmar que os rituais fúnebres vinculados à Carlos Argemiro de Camargo o tornaram uma “representação coletiva” do Regime Militar, pensado primeiramente para tropa; mas que em segundo momento, pelo imaginário institucional dissipado entre a população, moldando consciências políticas, num discurso tomado como premissa de verdade na formação de sentidos políticos, normatizados por aquele governo, e que foram parcialmente absorvidos pela população de fronteira, que comemora o seu herói até os dias atuais.<sup>148</sup>

### 3.1 A NOMEAÇÃO PÚBLICA INSTITUCIONAL DO HERÓI

Ao analisar-se a palavra ‘herói’ na língua portuguesa nota-se que se trata de um termo derivado do grego antigo, significando “homem com qualidades magnânimas”, “homem extraordinário por seus feitos guerreiros”, e ainda “homem

<sup>147</sup> TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 156.

<sup>148</sup> **Exército homenageou Tenente Camargo, nos cinquenta anos de sua morte, em combate.** Jornal de Beltrão, 28 de mar. 2015, p. 12.



admirável por seus feitos e qualidades nobres”. Comumente, pode se encontrar o termo relacionado aos atos de valentia, protagonização de obras literárias/histórias de aventuras, de filmes, e demais. Bem como, é determinado como ‘ato heroico’ o atributo de um herói. Normalmente, o herói faz parte de uma categoria de pessoas que são orientadas por ideais altruístas, virtuosos e dignos, seguido de qualidades essenciais, que oportunamente são identificadas pelas referências à liberdade, fraternidade, coragem, justiça, moral, paz ou sacrifício.

Já o processo de heroicização, reconhecendo suas particularidades, segue um padrão processual identificado pela historiografia qual induz à busca de um sentido para o herói. Atrelado ao papel do herói para um determinado momento histórico, uma das possibilidades de análise da função do heroísmo mais aceita nas operações historiográficas é sua compreensão como “mecanismo de controle social”<sup>149</sup>; e que, se desenvolve no campo do desconhecimento, “pois é neste espaço que o herói transita”.<sup>150</sup>

Para Machado, uma análise sobre a construção da imagem de um herói deve estar comprometida com questionamentos bem específicos, tais como:

Quem o vê? Qual é o grupo social que está se desenvolvendo a heroificação deste herói, quem será a “clientela” deste herói.

De onde provêm? Qual ou quem é a fonte das informações narrativas que alimentam o enredamento da história a ela agregada.

E por fim, quem fala? Quem é o seu narrador de memória, quem fala por ele e com que interesse.<sup>151</sup>

Já ao pensar os estilos associados à morte de um herói, Stanley Keleman, a classificou da seguinte forma:

- a morte do herói. Envolvida em imagens de violência, a pessoa morre bravamente, nobremente. A morte é um inimigo a combater. Em última instância, é melhor dar fim à própria vida, do que ser vitimado pela morte. Uma morte resplandecente.<sup>152</sup>

---

<sup>149</sup> LUCCHESI, Ivo. *Op. Cit.*, 2008, p. 56.

<sup>150</sup> *Idem.*

<sup>151</sup> MACHADO, Lacy Guaraciaba. A construção da imagem do herói: uma abordagem inicial. **Revista Estudos**, v. 34, n. 2, mar-abr 2007. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2007, pp. 253-270, p. 255.

<sup>152</sup> KELEMAN, Stanley. **Viver o seu morrer**. São Paulo: Sumus, 1997, p. 15.

Percebida como uma afronta direta às forças militares políticas instituídas, num contexto onde o Estado militarizado detinha o controle do meios de comunicação, a morte de Carlos Argemiro de Camargo obteve divulgação nacional pelos veículos de imprensa. O reconhecimento imediato da existência de ato heroico nas ações do sargento morto pode ser percebida pela instantânea nomeação pública de heroísmo.

E, foi na qualidade “**herói**” e “**mártir**” que o General Itiberê Gouvêa do Amaral, enquanto porta voz das Forças Armadas para aquele embate, definiu Carlos Argemiro de Camargo em seu primeiro pronunciamento sobre o caso. Disse ainda, que os “bandoleiros comunistas” vinculados ao Coronel Cardim acertariam contas com a Justiça Militar pela morte daquele sargento.

Todo povo tem sempre seus mártires. No momento da sua morte, o saudoso sargento Camargo entrou para o Pantheon dos heróis do Brasil, vítima dos comunistas. Mas, o exemplo do sargento Camargo produzirá frutos e permaneceremos como sempre estivemos pronto para darmos aos comunistas a guerra sem tréguas que é necessária em todos os momentos.

153

Há de se pensar que, os militares são caracterizados como defensores da pátria na questão de território quando ocorre a falha dos embates diplomáticos, convivendo com uma construção ideológica de nação diariamente dentro de seus aquartelamentos. Entretanto, esse discurso ideológico nacionalista que os distingue como grupo, a partir de 1964, se uniu juntamente com aqueles valores destacáveis da vida militar numa tentativa de moldar conduta e identificar a sociedade brasileira, o seu projeto de nação. A aproximação do termo “pátria” ao “ato heroico”, “guerreiro” e “sacrifício” vinculados e identificados com o corpo militar estiveram presentes em todo o embate político na luta contra o comunismo, bem como na construção da memória institucional do Exército Brasileiro como instituição.<sup>154</sup>

O discurso daquele oficial general, que naquele momento estava representando o Exército, a versão institucionalizada do episódio e sobretudo o Regime Militar instaurado, demonstra a nítida intenção de que o fato não caísse no esquecimento, e conseqüentemente não perdesse no passado. Pois, de acordo com

---

<sup>153</sup> **Livro de Memória em homenagem ao Tenente Camargo**, 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. (Não paginado).

<sup>154</sup> D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glácio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 1994, p. 12.

Rodrigues há de se perceber a sobrevivência dos mortos pelos vivos, num sentido que as diferentes mortes-acontecimentos significam coisas diversas, segundo o lugar desses campos que ocupem, segundo a classe particular de morte a que pertençam.<sup>155</sup>

Além do mais, a tal declaração, traduziu a intenção de operar a memória coletiva da nação no sentido de sedimentação do heroísmo contra um inimigo declarado, os “inimigos da Pátria”; que identificados por ações comunistas, passaram a ser todos os que apresentassem quaisquer divergências políticas, dentro ou fora da caserna.

Segundo Martínez

La utilización de los enemigos como afirmación del grupo es um elemento muy utilizado... Em el siglo XX la definición de los enemigos de la nación están más claros, ellos son los políticos, los “subversivos”, los partidos internacionales (léase comunista, socialistas) y estudiantes que no respetan la autoridad.<sup>156</sup>

Neste sentido, é que torna-se interessante pensar como os rituais fúnebres em torno da morte de Carlos Argemiro de Camargo, e seus procedimentos que tiveram destaque nacional através de um processo de heroicização institucional, podem ter apresentando um variável estágio de luto, sugerindo para uma forma imbricada, e bastante funcional, das comemorações públicas que viriam a acontecer.

### 3.2 O SEPULTAMENTO DO HERÓI

Sabe-se que toda sociedade têm sua própria representação da morte, práticas de sepultamentos e exercícios de luto – não cabendo aqui, um retrospecto de tais comportamentos que culminaram nos ritos fúnebres que geriam a comunidade católica de descendência europeia colonizadora oficial do Sudoeste do Paraná na metade do século XX. Como ritual muito específico da fé e religiosidade católica pode ser citado o ensinamento de que é dever da comunidade rezar pelos seus mortos, para que eles possam se livrarem, o quanto mais rápido possível, das

---

<sup>155</sup> RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 26.

<sup>156</sup> MARTÍNEZ, Maria Ximena Alvarez. Brasil y Uruguay: la historia regional em el discurso militar uruguayo. **Revista de História Regional**, Verão. Curitiba: 2006, p. 44.

aflições de um período no purgatório.<sup>157</sup> Para àquela doutrina religiosa, é “Santo e salutar pensamento este de orar pelos mortos. Eis porque ofereceu um sacrifício expiatório pelos defuntos, para que fossem livres dos seus pecados”.<sup>158</sup>

No caso em estudo, a cerimônia de sepultamento realizada no Cemitério Municipal de Francisco Beltrão – PR foi realizada por um militar católico com autoridade religiosa, o capelão<sup>159</sup> Frei José Maria, precedida por uma “Missa de Corpo Presente”, sendo oficializada publicamente pela presença de autoridades civis, como o prefeito municipal Antônio de Paiva Cantelmo.

Ainda, sobre o primário sepultamento de Carlos Argemiro de Camargo, a nota biográfica expedida 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizado – aquartelamento alocado em Francisco Beltrão na segunda metade do século passado – informa a seguinte referência: “Seu corpo repousa no Cemitério Municipal de FRANCISCO BELTRÃO, no Sudoeste do Paraná, onde foram realizadas suas exéquias no dia 29 de março de 1965”.<sup>160</sup>

Pensando sobre a relevância

dos rituais da morte nas sociedades ditas tradicionais: é marca de identidade, reforça a solidariedade do grupo, garante a boa passagem dessa para outro mundo, assegurando tranquilidade para os que partem e para os que ficam. Singulariza o morto, polarizando as atenções sobre ele; é o momento em que se torna plenamente indivíduo, com uma história que é rememorada no velório. Adquire uma dignidade, que talvez nunca tivesse alcançado em vida. Talvez, o único momento de dignidade severina.<sup>161</sup>

<sup>157</sup> O amparo desta prática religiosa se fundamenta especificamente no livro dos Macabeus, quando Judas Macabeu, um grande herói-guerreiro do Antigo Testamento, que ao recolher seus soldados mortos numa batalha pela reconquista de Jerusalém, após morte de Alexandre o Grande da Macedônia, encontra objetos de ouro consagrados aos ídolos pagãos sob a túnica dos defuntos, algo considerado pecado pela lei judaica. O herói bíblico reconhece que este foi o motivo da morte daqueles combatentes, e após fazer uma coleta de para oferta, determina a realização de sacrifícios de expiação no Templo de Jerusalém para os seus soldados mortos em batalha, tivessem os pecados remidos por Deus. Assim, a oração aos soldados mortos em batalha passa a representar o ritual da reza pelos mortos com um missa após seu falecimento, um costume de toda a Igreja Católica, anunciada como Missa de Corpo Presente, rezada diante do cadáver do indivíduo a qual se oferece o desígnio.

<sup>158</sup> **Bíblia Sagrada.** São Paulo, Editora Ave Maria Ltda, 2008, p. 572.

<sup>159</sup> Ministro, geralmente padre ou pastor que recebe o posto de oficialato, com a função de prestar assistência religiosa em Organizações Militares.

<sup>160</sup> **Dados Biográficos do Ex- Sargento Carlos Argemiro de Camargo.** 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: <  
<https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tcUV2UXJXc1dmNFK>>. Acesso em: 10 Jul. 2016.

<sup>161</sup> MARTINS, José de Souza. (Org.) **A morte e os mortos na sociedade brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1983, p. 130.

Então, cabe destacar, precedente à análise propriamente dita do funeral militar de Carlos Argemiro de Camargo, percebido como liturgia cívica, a aceitação de que não há sociedade sem ritos, e que os rituais fúnebres de homenagem aos heróis nacionais têm seu alicerce no processo de “individualização moderno”.<sup>162</sup>

Tal processo de individualização moderno tem como corolário a conformação da memória como um fenômeno subjetivo intimamente ligado à glorificação da nação, ele singulariza uma personalidade (os ditos homens-memória de Pierre de Nora) abandonando as grandes unidades holísticas de outrora; transformando o indivíduo num valor culturalmente mais significativo. Assim, é possível afirmar que o processo de individualização moderno se relaciona com as mudanças nas formas de comemorar os mortos.<sup>163</sup>

A compreensão de que os funerais poderiam ser vistos como liturgias cívicas foi percebido a partir do século XV, quando aspectos fundamentais relacionados à morte, ou /e o culto dos mortos, passou a ter uma relação muito próxima com a constituição de uma biografia. Sendo que o “culto dos mortos é hoje uma das formas ou uma das expressões do patriotismo. Do mesmo modo, o aniversário da grande Guerra, de sua conclusão vitoriosa, é considerado na França como a festa dos soldados mortos”.<sup>164</sup>

Um dos pontos essenciais que buscam legitimar esta pesquisa é o aspecto de litúrgico em que as o herói militar das operações de contraguerrilha de 1965 foi patrocinado pelo poder, representado naquele instante pelas Forças Armadas, quais amoldaram a sua “individualidade” de Carlos Argemiro de Camargo, tornando-o um homem público *post mortem*, institucionalizando-o como um herói nacional da instituição, num esforço de torná-lo um exemplo coletivo através da história à ele agregada.

Foi neste enredamento da história agregada, do soldado heroificado, por uma sucessão de ritos fúnebres e comemorações destinadas a glorificá-lo, que se firmou o reconhecimento popular, massificando uma versão compreendida como

---

<sup>162</sup> VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 99.

<sup>163</sup> MARCELINO, Douglas Attila. *Op. Cit.*, 2001, p. 127-129.

<sup>164</sup> ARIÈS, Phillippe. *Op. Cit.*, 2003, p. 77.

“verdade” histórica dos fatos ocorridos em 1965. Uma versão que fora apresentada pelas Forças Armadas como sendo um ‘sacrifício em nome da nação’.

O vínculo entre a nação e o individualismo pode ser percebido na medida em que

a nação, no sentido preciso e moderno do termo, e o nacionalismo – distinto do simples patriotismo – estão historicamente vinculados ao individualismo como valor. Não só ela o acompanha historicamente, mas a interdependência entre ambos impõe-se, de sorte que se pode dizer que a nação é a sociedade global composta de pessoas que se consideram como indivíduos.<sup>165</sup>

Pois, tal processo de formação do individualismo e das mudanças que caracterizaram as comemorações voltadas aos mortos na modernidade foram fundamentais para o estabelecimento das liturgias cívicas. Entretanto, eles estavam acompanhados de um elemento cultural coesivo, o sentimento de pertencimento a uma coletividade nacional capaz de constituir e perpetuar tradições nacionais e toda a ritualística que as acompanhou, o nacionalismo.

De acordo com a versão institucional do combate travado entre as tropas do Exército e o grupo armado de Jefferson Cardim de Alencar Osório, o sucinto relatório de operações do oficial comandante do pelotão de infantaria de Francisco Beltrão em que Carlos Argemiro de Camargo atuava no momento de sua morte, o Tenente Juvêncio Saldanha Lemos<sup>166</sup>, partiu daquele oficial a determinação expressa para que outro militar evacuasse o corpo de Camargo para o quartel de Francisco Beltrão – PR.

Após ter cessado totalmente o tiroteio (aproximadamente 10 minutos), comecei a desbordar pela esquerda da reação, e por dentro do mato, utilizando para tanto três GC. [...] ***[Doutrina de combate americana que apresenta GC como Grupo de Combate da infantaria compostos por onze homens].***

Neste momento ouvi alguém gritar que o SGT CAMARGO estava baleado, em algum local. Gritei para procura-lo e evacua-lo.

<sup>165</sup> Dumont, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 21.

<sup>166</sup> O Tenente Lemos estava a um mês na Subunidade de Francisco Beltrão, tinha vindo do Canal de Suez onde se encontrava como integrante da Força de Paz, a primeira Missão de Paz do Exército Brasileiro.

Por este tempo alguém encontrou o corpo do SGT CAMARGO, já morto. Não quis eu olhar o corpo. Dei ordem ao Sgt RICIERI para retornar com o corpo para Francisco Beltrão. (*Grifos nosso*)<sup>167</sup>

Pelo que se pode apurar, o corpo foi transportado em viatura, jipe militar, pelos próprios colegas de farda até a base na cidade de Francisco Beltrão-PR, a 3ª Companhia de Infantaria Motorizada, onde foi examinado pelo oficial médico militar, e, posteriormente preparado para as exéquias<sup>168</sup>.

Foi elaborado manualmente por àquela Organização Militar – a extinta 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizado, unidade substituída pelo 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado que ocupa as mesmas dependências – um livro de memórias ao militar aqui estudado. Editado manualmente na forma de colagem de fotos e recortes de notícias jornalística, com o título de '**Livro de Memórias em Homenagem ao Tenente Camargo**' a obra faz referência ao ato heroico de tombar pela pátria, bem como os ritos fúnebres imediatos à morte de Carlos Argemiro de Camargo. A obra é iniciada pelo registro fotográfico que segue: uma fotografia retrata o advento do corpo de Carlos Argemiro de Camargo ao Cemitério Municipal de Francisco Beltrão – PR, sendo retirado do carro funerário por seus pares, para então realizar-se a cerimônia de sepultamento cristã.

O conjunto de cerimônias fúnebres contou com o cortejo de militares, e civis locais, que acompanharam o corpo em procissão até a cova onde foi sepultado, orientado por um devocional representado pela simbologia e ritos católicos de enterramento. No percurso, o corpo do herói seguia a cruz cristã e a coroa de flores.

---

<sup>167</sup> **SECRETO, Relatório do 1º Tenente JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS**, Comandante do Pelotão da 3ª Companhia de Infantaria da cidade de Francisco Beltrão PR, 03 Abr. 1965, p. 4a. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tbkhOdF8yUjlraU0> >. Acesso em: 10 Jul. 2016.

<sup>168</sup> Pelo dicionário de língua portuguesa, exéquias são solenidades ou honras religiosas fúnebres. Fonte: < [http://www.lexico.pt/exequias\\_2/](http://www.lexico.pt/exequias_2/) >. Entretanto, o termo também pode ser compreendido como ritos e orações que a comunidade cristã realiza ao encomendar os seus mortos à Deus durante o acompanhamento dos rituais fúnebres, sentido mais apropriado nesta pesquisa.



FIGURA 3. CHEGADA DO CORPO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 29 MAR. 1965.



FONTE: LIVRO DE MEMÓRIA EM HOMENAGEM AO TENENTE CAMARGO, 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.

O corpo de Carlos Argemiro de Camargo sendo carregado por seus pares, em uniforme de gala, até a cova para o enterramento fez parte do ritual militar de sepultamento. Sabe-se que todo ritual de sepultamento expressa um valor simbólico de conservação da memória dos mortos, e de algum modo, lembrar-se dos mortos é lhe atribuir alguma vida.<sup>169</sup>

Ademais, o ato de inumação característico da religião judaico-cristã encontra na descida à terra a mediação adequada à crença da ressurreição final dos corpos, exercendo uma ritualística que caracteriza o relevante semblante monumental que os cemitérios cristãos apresentam vinculado à morte e à memória.<sup>170</sup>

Em sequência ao cerimonial fúnebre, o sepultamento foi determinado por mais uma ritualística militar, a presença de uma Guarda Fúnebre. A Guarda Fúnebre é uma tropa armada, e, especialmente postada para render honras aos despojos mortais de militares da ativa e de altas autoridades civis. Sua composição em número e dispositivo que oscila de acordo com a estima da autoridade falecida.<sup>171</sup>

<sup>169</sup> RABELO, Elizabeth Avelino; MAHFOUD, Miguel. *Op. Cit.*, 2013, p. 09.

<sup>170</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 166.

<sup>171</sup> **BRASIL.** Decreto n. 2.243, de 3 de junho de 1997. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Diário Oficial, Brasília, DF, 3 de jun. 1997. Seção 2, p. 20.



Também, referenciada na caserna pela terminologia de “**guarda das câmeras ardentes**” ela tem seu efetivo variado de acordo com a importância da autoridade em que se deve prestar as honrarias fúnebres; e, se distingue pelo restante da tropa por seus movimentos armados, geralmente utilizando armas antigas, *suvenires*, não mais utilizadas operacionalmente pela restante tropa.

FIGURA 4. CORTEJO FÚNEBRE DE MILITARES E CIVIS DURANTE O CERIMONIAL DE SEPULTAMENTO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.



FONTE: **REVISTA MANCHETE**, EDIÇÃO ESPECIAL DO 4ª CENTENÁRIO, RIO DE JANEIRO, 10 DE ABR. 1965.

A atitude de postar uma Guarda Fúnebre é simbolicamente compreendida como o reconhecimento da instituição militar ao morto, neste caso estudado, “sacrifício do herói em nome da nação”.

O evento foi seguido pelo toque musical executado em corneta por outro militar postado. Esta, é a referência simbólica extrema dos rituais fúnebres militares de enterramento: o toque de silêncio.

FIGURA 5. EXECUÇÃO DO TOQUE DE SILÊNCIO DURANTE O CERIMONIAL FÚNEBRE EM 29 MAR. 1965.



FONTE: REVISTA MANCHETE, EDIÇÃO ESPECIAL DO 4ª CENTENÁRIO, RIO DE JANEIRO, 10 DE ABR. 1965.

E quem, já teve a oportunidade de assistir um cerimonial militar fúnebre sabe que o toque de silêncio<sup>172</sup> conduz a um momento melancólico carregado de uma simbologia própria daquele meio, onde dificilmente não perceber-se emocionalmente envolvido. Neste sentido, torna-se conveniente compreender que os “símbolos são linguagens, linguagens de consciência e de formulação de consciência”.<sup>173</sup>

Ao dar prosseguimento do cerimonial, o toque foi seguido pela derradeira honraria de uma morte heroica no meio militar, os disparos, os “tiros de salva”<sup>174</sup> executados pelos colegas de profissão, os quais estavam compondo aquela Guarda

<sup>172</sup> Existem algumas versões emotivas que dão conta da origem lendária desta canção, sendo a mais conhecida a versão de que durante a Guerra Civil América, um capitão do Exército da União, encontrou seu filho morto, soldado do Exército Confederado, portando um papel com a partitura. Entretanto, a origem tida como ‘original’ também retoma à Guerra Civil Americana, tendo como compositor o General Brigadeiro Daniel Butterfield. Passou a ser utilizada nos funerais em 1862, quando um comandante militar da União solicitou autorização para realizar um enterro com honras militares, por estar em zona de conflito, onde os tiros de salva anunciariam a sua posição, teve a sugestão de tocar a famosa música, qual passou a ser adota por outros militares, e em 1874 a canção já fazia parte das honras militares em funerais. A letra que segue é creditada a Horace Lorenzo: **“O dia terminou, o sol se foi dos lagos, das colinas e do céu. Tudo está bem, descansa protegido. Deus está próximo. A luz tênue obscurece a visão e uma estrela embeleza o céu, brilhando luminosa. De longe, se aproximando, cai a noite. Graças e louvores para os nossos dias. De baixo do sol, de baixo das estrelas, de baixo do céu. Enquanto caminhamos, isso nós sabemos, Deus está próximo.”** SILVA, Afonso Prates da. *Toque de silêncio*. Florianópolis, 16 Ago. 2012. Disponível em: <<http://acervomusical-afonsopratesdasilva.blogspot.com.br/2012/08/toque-de-silencio.html>> . Acesso em: 03 Abr. 2014.

<sup>173</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 49.

<sup>174</sup> Disparos de arma de fogo, independentemente do calibre, podendo variar de escopetas à canhões, com cartuchos sem projéteis, ou seja, apenas pólvora.

Fúnebre. A cena foi registrada por fotógrafos da Revista Manchete que cobriam o evento com autorização do Comando Militar.

Também narrada pela equipe editorial daquela revista, da seguinte forma:

O ENTÊRRO DO SARGENTO CAMARGO COMOVEU O POVO DE TRÊS PASSOS **[Erro de localização geográfica, o enterramento ocorreu na cidade de Francisco Beltrão-PR, na editoração do Livro de Memórias em homenagem ao Tenente Camargo esse erro fatídico está corrigido]**. Quando o corpo baixou a sepultura cumpriu-se o ritual militar: um corneteiro tocou silêncio e os companheiros do sargento morto dispararam um salva de tiros. O momento foi de intensa emoção. Ao pesar geral, associou-se o próprio Ministro da Guerra, General Artur da Costa e Silva, que passou um telegrama à família do sargento bravo e valoroso morto em defesa da pátria e da legalidade. (*Grifos nosso*).<sup>175</sup>

Nota-se que a acepção do termo “**legalidade**” é distinta, se não oposta, daquela definição identificadora da Campanha da Legalidade de 1961, encabeçada por Leonel Brizola, como mobilização civil-militar em defesa da posse de João Goulart, vice-presidente do Brasil, por ocasião da renúncia do Presidente Jânio Quadros. A partir de 1965, pela versão militar dos representantes da ditadura, a legalidade passou a ser anunciada como a manutenção do Regime Militar instaurado, e no caso em estudo, ela representa o confronto com a esquerda nacionalista, cujo ícone representativo, foi justamente, Leonel de Moura Brizola.

---

<sup>175</sup> REVISTA MANCHETE, Edição Especial do 4ª Centenário, Rio de Janeiro, 10 de Abr. 1965, p. 29.



FIGURA 6. EXECUÇÃO DA SALVA DE TIROS EM HOMENAGEM AO HERÓI MILITAR DURANTE A CERIMÔNIA DE ENTERRAMENTO EM 29 MAR. 1965.



FONTE: REVISTA MANCHETE, EDIÇÃO ESPECIAL DO 4ª CENTENÁRIO, RIO DE JANEIRO, 10 DE ABR. 1965.

Percebe-se, também, que o discurso jornalístico daquela revista vem a corroborar no sentido de enredamento de uma história heroica, adjetivando o militar morto com atributos da área afetiva percebidos num processo de heroicização política. Pelos predicados de “**bravo**” e “**valeroso**” a revista endossa a versão institucional das Forças Armadas quando expressa a motivação da morte em “**defesa da pátria**” e da “**legalidade**”, apoiando o regime instaurado em que o país vivia naquele momento, culminando para compor a liturgia política de sacralização do morto. Eis, um dos primeiros vestígios da construção política do heroísmo militar estudado neste caso.

Como anteriormente anunciado, esta pesquisa não transita pelo campo da ideologia, mas torna-se coerente apontar estudos que pensam os órgãos de imprensa naquele período. Ainda mais quando percebe-se uma íntima ligação entre os rituais fúnebres militares e a sua divulgação para com a sociedade civil.

Assim, é dever de se anunciar que há, disponível para pesquisa, estudos interessados em compreender a atuação da Revista Manchete com um órgão específico da imprensa brasileira que integrou os ditos “Aparelhos Ideológicos do Estado” no campo da informação<sup>176</sup>. Observações que apontam como órgão de ação atuante no sentido de estar, durante o Regime Militar brasileiro, “embutindo através da imprensa... em todos os “cidadãos”, doses cotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo e moralismo”.<sup>177</sup> Certamente, os dados disponibilizado pelo acervo desta revista está carregado de propaganda política, fator que não os descredencia na utilização como fonte de pesquisa que visam analisar os rituais fúnebres militares cobertos por este veículo de comunicação.

Os rituais realizados em honrarias fúnebres concedidas em homenagem ao herói militar é a confirmação do reconhecimento institucional pelo seu sacrifício em ‘nome da nação’, quando através de comemorações póstumas, que passariam a ser repetitivas, vem a ser percebido o desejo de heroicização em prol de uma luta política, não tão somente dentro do aquartelamento, mas para além dos seus muros e concertinas.

---

<sup>176</sup> MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e Propaganda Política: a Revista Manchete durante o Governo Médici**. 1999, 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

<sup>177</sup> AUTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado**. 3ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, S/D, p. 40.

No percurso de retomar a tentativa de compreender a utilização simbólica na construção da imagem do herói militar, cabe citar Fernando Catroga, quando ao avaliar a relação entre a morte e os símbolos funerários,<sup>178</sup> afirma que os signos

são dados em troca do nada segundo uma lei de compensação ilusória pela qual quanto mais signos temos mais existe o ser e menos o nada. Graças à alquimia das palavras, dos gestos, das imagens os monumentos – posto que as sepulturas mesma lógica – dá-se a transformação do nada em algo ou em alguém, do vazio num reino.<sup>179</sup>

Pois, o processo de imortalização da morte visa gerar efeitos normativos e afetivos e

Os seus símbolos têm conteúdo ou história e revelam algo característico de toda a simbologia sacralizadora e encobridora da corrupção do tempo: organizam o campo imaginário como um templo, cavando uma censura na indeterminação do espaço e do tempo profanos, e escreve um círculo de sacralidade no interior do qual os signos só valem no tecido das suas relações. Assim, as liturgias desenrolam-se num espaço-tempo específico, distinto do espaço e do tempo quotidianos, e o cemitério é freqüentado como uma espécie de santuário.<sup>180</sup>

Para Catroga, é certo que as representações ritualísticas protagonizadas apenas exercem plenamente seus efeitos de eficácia simbólica dentro de um “horizonte de crença”.<sup>181</sup> É possível afirmar que há indícios de identificação e pertencimento social, ao mesmo tempo que credita-se a afirmativa de que uma abundância de documentos que evidenciam os projetos políticos, não autoriza a ênfase exclusiva ao “sentido que se pretendeu sobre o sentido que se viveu”.<sup>182</sup>

Assim, algo a ser pensando é a população civil presente naquele cerimonial, que compareceu em número considerável no ritual de sepultamento do sargento Carlos Argemiro de Camargo, prestando as suas condolências, aos familiares e às Forças Armadas. Não se trata de cidadãos envolvidos na luta contra o comunismo,

---

<sup>178</sup> Deixando de elaborar uma discussão conceitual sobre estes termos, a leitura de Fernando Catroga, nos permite compreender numa análise semiótica que ‘signo’ se refere à representação, mesmo que em parte, de um objeto, enquanto ‘símbolo’ traduz a denotação de um objeto por associação de ideias produzidas por uma convenção. Ou seja, a associação de signos conexos ao herói militar se tornaria símbolo de uma luta política após a ritualização institucionalizada.

<sup>179</sup> CATROGA, Fernando. Op. Cit., 2010, p. 168.

<sup>180</sup> *Idem*, p. 171.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 165.

<sup>182</sup> OZOUF, Mona. Op. Cit., 1976, p. 223-224.

em sua grande parte migrantes sulista que fizeram parte da colonização oficial da região. Obviamente, tais indivíduos não foram obrigados a prestar condolências aos familiares, por forças repressivas do Regime Militar, a ponto de serem coagidos pelo exercício da força a participar do ato de enterramento. Pouco viável, também é a afirmativa, de que uma propaganda ideológica do Regime Militar tivesse um efeito tão instantâneo, levando de um dia para outro, encher um cemitério.

Concorda-se com Marcelino (2001), quando se referencia a uma amplitude de questões que constitui os rituais e práticas cívicas, que vão além da manipulação e do uso intencional da memória, mas desempenham enorme peso no campo efetivo das investigações históricas, como a temática do “nacionalismo”, as “formas de experimentar o tempo” e os “anseios coletivos” que as permeiam.<sup>183</sup>

Se reportando especificamente ao último vetor explicativo apontado por este autor, os “anseios coletivos”, Carlos Argemiro de Camargo além exercer a profissão de militar, desempenhava atividades de professor de Educação Física como voluntário, ministrando a disciplina de voleibol num estabelecimento de ensino católico, conhecido como Colégio das Irmãs.<sup>184</sup> A morte de Camargo, não refletiu apenas como a morte de um membro de uma instituição que defendia um regime político repressor. Mas sim, representou a perda de um membro ativo na comunidade local.

Camargo, também fizera parte do efetivo militar que apaziguou o conflito entre jagunços e posseiros por ocasião da “Revolta dos Posseiros – 1957”<sup>185</sup>, defendendo os interesses do governo federal, que naquele momento coincidiam com os dos colonizadores oficiais, o Exército foi um dos órgãos federais que contribuíram para a efetiva garantia da posse das terras do sudoeste paranaense; terras que haviam sido concedidas pela CANGO<sup>186</sup> e posteriormente medidas e demarcadas

---

<sup>183</sup> MARCELINO, Douglas Attila. *Op. Cit.*, 2001, p. 140.

<sup>184</sup> Atualmente, o Colégio Nossa Senhora da Glória em Francisco Beltrão-PR.

<sup>185</sup> Movimento social ocorrido no sudoeste do Paraná em 1957, definido pelo embate entre posseiros, estabelecidos pela CANGO – Colônia Agrícola General Osório na pequena propriedade e praticantes da agricultura familiar; com os jagunços, contratados pelas companhias imobiliárias, é apresentado pela bibliografia pertinente com distintas denominações: Revolta de 1957, Revolta dos Colonos, Revolta dos Posseiros, Levante de 57 e Luta Social de 1957. A Revolta dos Posseiros se distinguiu na história da luta pela posse da terra no Brasil por ser a uma das poucas que se logrou vitoriosa, além de contar com apoio do governo federal. A área em litígio era definida geograficamente por Gleba das Missões e parte da Gleba Chopim, representando hoje o sudoeste do Paraná.

<sup>186</sup> A CANGO – Colônia Agrícola General Osório foi criada pelo “*Presidente Vargas em 12 de março de 1943, com o objetivo de promover a ocupação física da rica e extensa faixa de nossa fronteira,*

pela GETSOP, dois órgãos que funcionaram com a participação efetiva do Exército brasileiro.<sup>187</sup> Certamente, essa situação pode ter contribuído na formação de uma opinião da comunidade de fronteira na leitura do episódio que culminou na morte de Carlos Argemiro de Camargo, e que iniciou uma atividade memorial interessada na construção de um exemplo político, servo daquele momento histórico.

---

*fixando nela, inicialmente, reservistas que haviam sido deslocados de seus afazeres rurais para prestação do serviço militar obrigatório e, posteriormente, outras famílias brasileiras que se comprometiam a observar as diretrizes emanadas do Departamento Nacional de Produção Vegetal*". MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. 1ª Ed. Curitiba: S/Eitora, 1986, p. 26. A CANGO distribuía lotes de terras gratuitamente, marcando o começo do povoamento do sudoeste do Paraná. Essa política de ocupação atraiu principalmente colonos rio-grandenses e catarinense. Porém a região se encontrava *sub judice*, sendo fornecido pelo governo federal apenas um protocolo de posse, o que transformava esses colonizadores em posseiros, e não proprietários. Em 1950 instalou-se na Vila Marrecas, atual cidade de Francisco Beltrão – PR a CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. que recebia apoio do governador do Estado, Moysés Lupion. Tal companhia após adquirir domínio ilegal das terras do sudoeste, deu início a uma descontrolada exploração de araucária nativa e passou a revender os títulos de propriedades falsos aos posseiros. A situação ainda se agravou com a chegada de mais duas companhias imobiliárias de terras: a Comercial e a Apucarana, que em conjunto com a CITLA passaram a utilizar o serviço de jagunços contratados para obrigar os posseiros a pagar pelos títulos concedidos. O banditismo praticado pelos jagunços, bem como a descoberta da ilegalidade das transações imobiliárias motivaram o evento conhecido como "Revolta dos Posseiros" de outubro de 1957. HEINSFELD, Adelar; ZATTA, Ronaldo. Geopolítica e ocupação militar no sudoeste paranaense. In: REICKZIEGEL, Ana Luiza Setti *et al.* (Orgs.). **O fuzil e a enxada: História Militar do Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora, 2012, v., pp. 13-47, p. 29-31.

<sup>187</sup> Cumprindo promessas de campanha, Jânio Quadros após eleito, desapropriou a área em litígio pelo Decreto nº 50379 de 27/03/1961. Após a renúncia de Jânio, o então presidente João Goulart através do Decreto nº 51431 de 19/03/1962 cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP – com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários para a efetivação da desapropriação. A GETSOP estava subordinada diretamente ao Gabinete Militar da Presidência da República, constituído pelos seguintes órgãos: Conselho de Segurança Nacional, Procuradoria Geral da República, Comissão de Faixa de Fronteira e Serviço do Patrimônio. Entretanto, com um acordo firmado em 1962 entre governo federal e governo estadual, passou a ser um órgão misto, recebendo investimentos e assumindo responsabilidades de ambos. Dentre as atribuições da GETSOP estava a de medir e demarcar os lotes de terras a serem entregue aos colonizadores, construir estradas de escoamento de produção, escolas, aeroporto e demais benfeitorias públicas, e, incentivar o espírito associativo entre os colonos da Região. As medições de terras foram realizadas pela 2ª Divisão de Levantamento do Exército, as obras públicas foram executas pelo 5º Batalhão de Engenharia do Exército e a expulsão dos jagunços, patrulhamento e segurança de fronteira, pelo 13º Regimento de Infantaria, qual envio uma de suas companhias para o local, e que entre seus integrantes encontrava-se o 3º sargento Carlos Argemiro de Camargo. ZATTA, Ronaldo; ZATTA, Nelci. Ações político-militares na construção de uma identidade social no sudoeste do Paraná. In: REICKZIEGEL, Ana Luiza Setti *et al.* (Orgs.). **O fuzil e a enxada: História Militar do Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora, 2012, v., p. 97-120, p.98-101. Em plena instauração do AI-5, o sudoeste do Paraná vivia a pacificação de um conflito social de luta pela terra, onde o Exército realizava medições agrárias e titulava as terras em litígio, fator preponderante para explicar a construção de um imaginário social favorável a permanência das tropas na região.



### 3.3 FLORES, MISSAS E FOGUETES: ASPECTOS DE UMA RELIGIÃO CÍVICA NOS RITUAIS *POST MORTEM*

Pensando as formas de ritualização do tempo ao estudar os rituais fúnebres como liturgia cívica, Fernando Catroga propõe a aproximação do nacionalismo ao plano da religiosidade, para uma percepção adequada do imaginário social. A ideia do autor pretende, não através de uma teologia, mas pelo uso de símbolos e ritos, quando então surgiria uma religião civil que seria o cimento da nação.

Entretanto, a religião civil não seria opositora das outras religiões, mas sim um acessório, qual se expressaria entre outras maneiras na prática como um “rito de glorificação” através de funerais nacionais. Desta forma, a prática do enterramento, “representaria uma forma encontrada pelos homens para dissimular a corrupção do tempo, procurando fazer que a memória coletiva funcionasse como um ‘segundo além’.”<sup>188</sup> Não compondo um projeto que visa substituir as religiões tradicionais, a religião civil se vale daqueles rituais para apresentar suas angústias e tentativas de controle da história, deixando de manter-se presa, tão somente, na intenção política dos sujeitos históricos, “difícilmente compreensíveis numa análise voltada apenas para dimensão dos usos políticos do passado”.<sup>189</sup>

Ela atua, geralmente, de um modo autônomo, coexistente e pacífico para com as Igrejas estabelecidas, podendo ser compatível, nesse caso, com regimes de separabilidade, como acontece com a teística religião civil americana e com a neutra religião civil há muito socializada pelo republicanismo francês. Mas, nos Estados-nação confessionais, as religiões dominantes, comumente, também desempenham funções objetivas de religião civil, sobretudo quando estão intimamente ligadas à conquista da identidade e independência nacionais, como acontece, entre outros casos, por razões bem diversas, em **Inglaterra**, na **Irlanda**, na **Polônia**, na **Grécia**, ou nos países com Estados confessionais e de forte tradição regalista. E estas experiências só não colidirão com o respeito da liberdade religiosa se a ordem constitucional que as legitima respeitar o cumprimento dos direitos fundamentais do homem e do cidadão.

Em suma, a secularização e a laicidade podem coexistir com as “religiões civis”, desde que estas não se afirmem em conflitualidade com as religiões propriamente ditas, procurando substituí-las ou extingui-las. Tal ocorreu nas conjunturas em que vingou o mais radical laicismo, ou lá onde, como nos casos do nazismo e do comunismo, o Estado paganizou-se, ou fez do ateísmo uma religião ao contrário.

Assim, concluímos: se o apelo ao fomento, através do rito e dos símbolos, dos sentimentos de pertença, é um reconhecimento tácito da insuficiência

<sup>188</sup> MARCELINO, Douglas Attila. *Op. Cit.*, 2001, p. 137 e 138.

<sup>189</sup> *Idem*, p. 139.

do racionalismo para solidificar e re-ligar o contrato social, nenhum comunitarismo, incluindo o propagado pelas “religiões civis”, poderá anular a assunção das liberdades fundamentais e do espírito crítico necessários a que a partilha de ideias e ideais coletivos seja vista como um meio ao serviço da realização da pessoa humana, e não como um holístico fim em si mesmo.<sup>190</sup>

Até por que, no caso brasileiro, é conhecido que desde a Intentona Comunista de 1935 se desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista, tanto dentro e como fora das Forças Armadas. Desta maneira, em alguns momentos do Governo Militar havia a constante participação da Igreja Católica na propagação de tal sistema de ideias.

Castro descreve que

Católicos, liberais, militares, empresário, nacionalistas, fascistas e socialistas democráticos aparecem unidos por uma postura negativa, por se posicionarem contra um inimigo comum. Por isso, a convergência entre os diversos anticomunismos ocorre apenas em períodos percebidos como de aumento do “perigo comunista”, geralmente de curta duração.<sup>191</sup>

Cabe-se lembrar, que a fronteira entre a política e a religião é tênue! Ambas têm, ao longo da História da humanidade, canalizado a vida social e estabelecendo comportamentos e/ou normativas organizacionais na produção de dinâmicas que constroem de identidades. Deste modo, é correto pensar a presença da Igreja Católica, bem como do Exército, na região de fronteira desde a colonização oficial, têm contribuído para originar significações através de rituais, tanto no campo político, como no campo religioso. Assim, não se deve deixar despercebido que a Igreja Católica foi uma constante produtora de valores, normas e sistemas de representações sociais, não tão somente no caso brasileiro.

E, nas vésperas da missa de sétimo dia ao militar falecido, duas coroas de flores foram colocadas sobre a cova, ato encenando por mais uma solenidade cívica; sendo que uma das coroas foi entregue pelo general Álvares Tavares Carmo – Comandante da 5ª RM - 5ª Região Militar – e, a outra, pelo brigadeiro Artur Carlos Peralta – Comandante da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda da Aeronáutica. Estes oficiais-generais, representando o comando Estado Maior das duas forças, além de expressarem a homenagem em nome das Forças Armadas à

<sup>190</sup> CATROGA, Fernando. **Entrevista**, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>191</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2002, p. 51.

família do militar falecido, conduziam pela solenidade militar, um ato público que realçava o civismo pelo discurso da existência do maior ato de civismo, **“tombar na defesa da nação”**.

Também, no dia 3 de abril de 1965, O Ministro da Guerra, o general Artur da Costa e Silva, ordenou que em todas as Organizações Militares do Brasil, fosse realizada a missa de Sétimo Dia em intenção à alma do sargento Camargo, determinando o luto nacional.<sup>192</sup>

Algumas destas missas foram destaques na imprensa escrita da época, sendo que na cidade do Rio de Janeiro o I Exército, por intermédio do general Octacílio Terra Uruguai, convocou o povo carioca em geral, e autoridades civis e militares, com sede naquela cidade para comparecerem à solenidade religiosa em homenagem ao tenente Camargo que ocorreu às 12 horas do dia 02 de abril de 1965 na Igreja Cruz dos Militares.<sup>193</sup>

Em Belo Horizonte, a “Missa de Sétimo Dia” dedicada à alma do Sargento Carlos Argemiro de Camargo foi interrompida por cinco desconhecidos que soltaram foguetes sobre a igreja.<sup>194</sup> Houve perseguição, mas os militares não lograram êxito em prender os perturbadores. O episódio foi tratado com repulso pelas autoridades militares, promotor da missa, o General Dióscoro Gonçalves do Vale, se reportou ao Jornal Globo dizendo:

- Não foi um ato contra a Revolução, mas um atentado, um desrespeito aos sentimentos religiosos e aos mortos. Atitude como desses indivíduos vão contra tudo o que é tradição de cultura e da grandeza da gente mineira. Ainda bem que os autores e mentores de tais atos não se vincularam a nenhum dos títulos que tanto enobrecem o povo mineiro.<sup>195</sup>

<sup>192</sup> Como já dito, há um costume da Igreja Católica em rezar pelos seus mortos. Mas no Brasil, se arraigou a tradição de render orações aos mortos no sétimo dia após a morte. Mesmo não sabendo a origem desta tradição, considera-se pela doutrina católica um costume legítimo. Para alguns fiéis, a relação da Missa de Sétimo Dia está vinculada à mística do número 7 na Bíblia, que representa a perfeição e a totalidade.

<sup>193</sup> *Livro de Memória em homenagem ao Tenente Camargo, 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.*

<sup>194</sup> É interessante perceber que o ato de “soltar fogos de artifício” num evento militar é algo próprio da instituição! Ela se apresenta como um ato de rebeldia contra uma determinada ordem, ou até mesmo como desaprovação de algum comando! Por exemplo, é conhecido inúmeros casos de rebeldia pirotécnica durante a cerimônia de passagem de comando, quando um comandante mal visto pela tropa é transferido para outra unidade. É uma forma de extravasar perseguições e comemorar a transferência! Como não foram presos e nem identificado os “fogueteiros”, não é possível afirmar se o ato partiu exatamente da tropa que descomemorava o herói militar.

<sup>195</sup> **Soltando Foguetes perturbam a Missa do Sargento Camargo.** O Globo. Rio de Janeiro, p. 12, 03 Abr. 1965.

Em Ponta Grossa – PR, o comando do 13º Regimento de Infantaria, destacou para Francisco Beltrão – PR um pelotão daquela arma para compor a Guarda Fúnebre durante a Missa de Sétimo Dia. O deslocamento para o cerimonial fúnebre seguiu os moldes de operação militar, com direito a um registro nas operações daquela unidade.

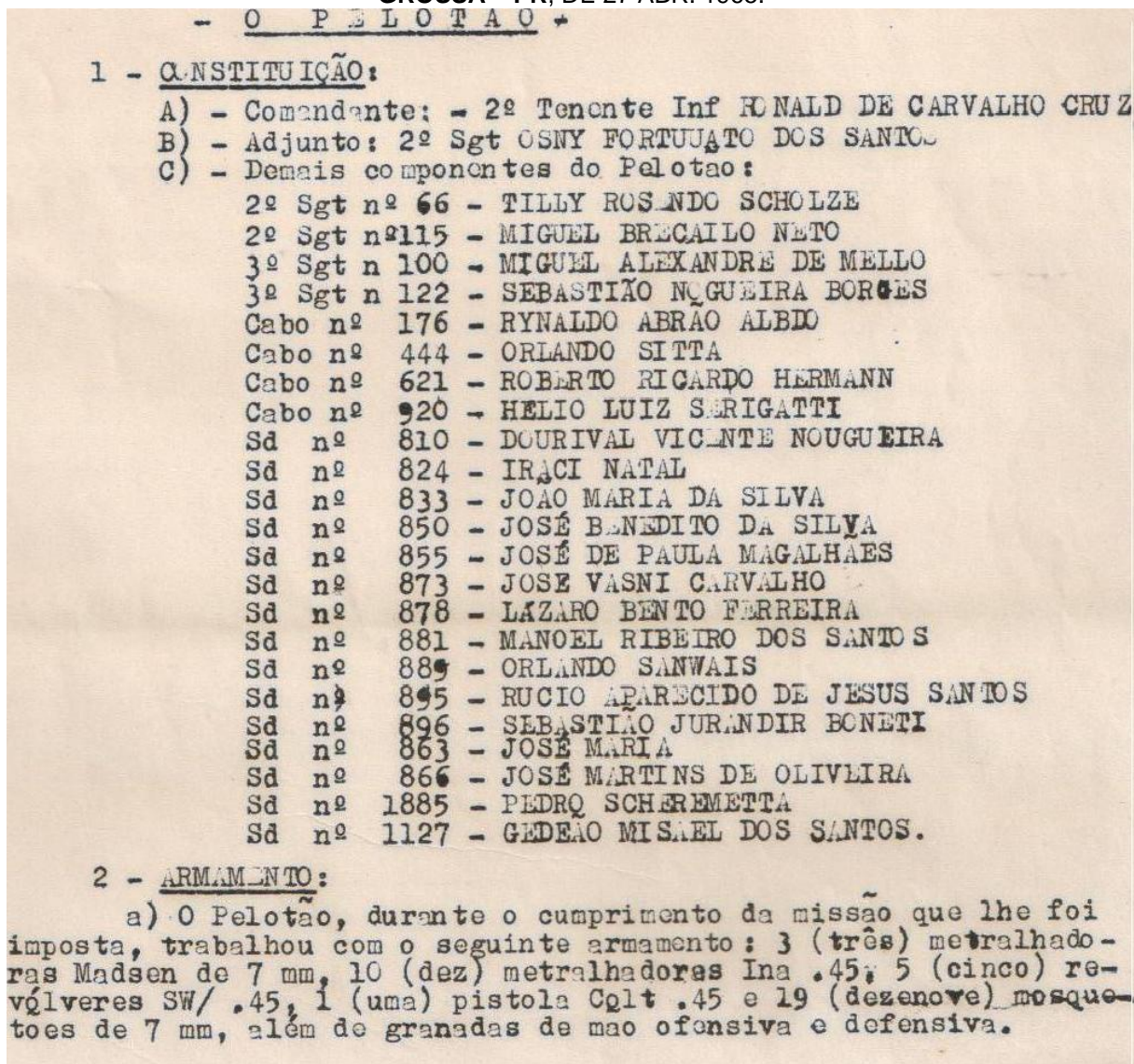
Como segue:

No dia 02 Abr. de 1965 constituímos a Guarda Fúnebre por ocasião da missa mandada rezar pela intenção da alma do 3º Sgt CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO, tombado heroicamente por balas traiçoeiras dos inimigos da Pátria.<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> **BOLETIM INTERNO N. 95 DO 13º REGIMENTO DE INFANTARIA – QUARTEL EM PONTA GROSSA – PR, de 27 Abr. 1965.** Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tSzJoNDVLOEJweUk> >. Acesso em: 17 Jul. 2016, p. 10.

FIGURA 7. BOLETIM INTERNO N. 95 DO 13º REGIMENTO DE INFANTARIA – QUARTEL EM PONTA GROSSA – PR, DE 27 ABR. 1965.



FONTE: DISPONÍVEL EM: <

<https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tSzJoNDVLOEJweUk> >. ACESSO EM: 17 JUL. 2016.

A missa de sétimo dia que se realizou na cidade de Francisco Beltrão – PR, fora lida em homenagem à Carlos Argemiro de Camargo, também entregue em folhetos aos presentes naquela cerimônia *post mortem*, vinculada à imagem que segue, cuja análise pode ser interpretada como uma mensagem de liturgia cívica para com os presentes.

A mensagem explanava:

Ao saber dos acontecimentos que se multiplicavam incessantemente, no correr dos dias em direção ao futuro, os fatos vão devagar e perdendo os contornos e lentamente se integram no passado sem memória. Mas há os

que viveram os fatos, e os que participaram do seu calor, de sua palpitação de vida e de presença, não esquecem tão cedo o que passou, hoje será a missa de 7º dia pela alma do sargento Carlos Argemiro Camargo, promovido postumamente ao posto de 2º Tenente, há sete dias, ele tombou, primeira vítima de um bando de alucinados. É assim que começa, é assim que termina. A foto foi colhida no cemitério de Francisco Beltrão. Um soldado ora diante do túmulo que não se esquece, e, sob a cruz, mantém erguido o seu fuzil.<sup>197</sup>

Além de apresentar a depreciação moral dos guerrilheiros, tratando-os como **“bando de alucinados”**, o discurso que serve como liturgia cívica durante a Missa Sétimo Dia apresenta quase que imprescindível à manutenção da luta contra o comunismo, empreendido pelas Forças Armadas. A leitura associada à fotografia distribuída, do soldado orando sobre a cruz mantendo seu fuzil em riste, pode ser vista socialmente com uma representação simbólica de uma aliança política entre Exército Brasileiro e Igreja contra os alucinados comunistas. Uma alegoria que naquele momento, tanto para as tropas, quanto para a população civil, anunciava a instituição militar, ligada a uma religiosidade, que atingida, permanecia em defesa da nação contra o comunismo, este que por sua vez se representava o estrangeirismo pagão.

Historicamente, nota-se que a definição de inimigos da Pátria está mais clara durante o século XX, quando a bipolaridade da Guerra Fria impôs definições estáticas de **“aliados e inimigos”**. No caso brasileiro, a aliança política com a referência capitalista mundial, os Estados Unidos da América, estabeleceu como inimigos da Pátria os partidos e/ou políticos opositores, vinculados ao comunismo, bem como quaisquer divergências ao Regime Militar.

Ao passo que a “memória é parte de uma consciência simbólica, é um sentir mais profundo da vida, do tempo e da identidade”.<sup>198</sup> Neste sentido, é sabido que na elaboração da memória social há necessidade de vincular imagens, num sentido de dificultar o seu esquecimento. O que permite pensar que a leitura do discurso supracitado, que se seguiu da distribuição de uma fotografia – imagem abaixo, em homenagem ao herói, teve prospecção na estruturação do conjunto simbólico do episódio.

---

<sup>197</sup>Leitura da Missa de Sétimo Dia do falecimento do sargento Argemiro Camargo. Fonte: **Livro de Memória em homenagem ao Tenente Camargo**, 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

<sup>198</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 49.



FIGURA 8. SOLDADO ARMADO REZANDO NO CEMITÉRIO, NO DIA DO SEPULTAMENTO, IMAGEM DIVULGADA NA MISSA DE SÉTIMO DIA.



FONTE: LIVRO DE MEMÓRIA EM HOMENAGEM AO TENENTE CAMARGO, 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.

As homenagens *post-mortem* promovida pelas Forças Armadas fora uma ritualização simbólica que expressavam o pertencimento das tropas, expresso por um discurso direcionado também para a sociedade brasileira, repletos de valores profundos de identidade nacional e de postura política pró-Regime. Em aproveitamento da situação, o Regime Militar soube usar a morte do sargento Carlos de Argemiro Camargo como instrumento político para defender o sistema estabelecido no Brasil, bem como infamar quaisquer ações revolucionárias.

Ainda nos anos 1980, foi percebido por Philippe Ariès que “a morte era n’outro tempo uma figura familiar e competia aos moralistas torna-lá horrível para causar medo. Hoje em dia, basta nomeá-la para causar uma tensão emocional incompatível com a regularidade da vida cotidiana”.<sup>199</sup> Assim, entende-se que muitos grupos têm “o senso de identidade local promovido por afiliação religiosa”.<sup>200</sup>

Ato que pode ser intensificado quando se trata de uma comunidade de fronteira, migrante e basicamente composta por descendentes europeus – migrantes sulistas – como é o caso sudoeste paranaense. Neste contexto, um militar, e cristão, morto por “subversivos, esquerdistas e pagãos” causou um amplo impacto na interpretação do povo de fronteira em relação à interpretação local dos fatos ocorridos.

Pelo que pode-se observar, os rituais fúnebres vinculados à morte de Carlos Argemiro de Camargo adentraram a década seguinte de sua morte, quando ao completar o primeiro decênio de falecimento, no ano de 1975, o comandante da 3ª Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão, organizou, juntamente com pároco da Matriz Nossa Senhora da Glória, uma missa a ser realizada na Praça Tenente Camargo, nela compareceram todos os militares que serviam na Unidade Militar daquela cidade, e demais amigos e familiares do homenageado. A solenidade se deu por uma apresentação da tropa em marcha ao seu comandante, ao que manda os regulamentos militares, postado em forma disposta por pelotões, a tropa rezou em pé e armada, a missa em tributo ao herói morto em combate.

Pensa-se, que a presença da igreja dentro do aquartelamento, operando no imaginário religioso através de suas tradições ritualísticas agregada de significados, fundamentou a representação militar na área, favorecendo a possibilidade de ascensão de uma religião cívica; e, proporcionando o desenvolvimento de um imaginário religioso com dimensões políticas, usado como um reforço efetivo e servindo de fortalecimento de uma identidade social muito próxima ao que podemos pensar como nacionalista.

---

<sup>199</sup> ARIÈS, Phillippe. *Op. Cit.*, 2003, p. 161.

<sup>200</sup> STRATHERN, Andrew e STEWART, Pamela J. “Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes”. In: BARROS, João Rodrigues (Coord.) **Globalização e identidade nacional**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 51 e 52.



FIGURA 9. MISSA EM INTENÇÃO À MEMÓRIA DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO, EM 1975, EM HOMENAGEM PÓSTUMA AOS 10 ANOS DE MORTE, NA PRAÇA TENENTE CAMARGO – FRANCISCO BELTRÃO – PR.



FONTE: **ÁLBUM HISTÓRICO DA 3ª COMPANHIA DO 33º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO**, DEPENDÊNCIAS DO 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.

### 3.4 O RITO COMEMORATIVO DAS VISITAÇÕES AO CEMITÉRIO

Vale dizer que se compreende o cemitério como símbolo da derradeira consequência de um anseio de sobrevivência individualizada, e que é potencializado pela concepção judaico-cristã do *post-mortem*, sobretudo, pela promessa de ressurreição final dos corpos proporcionado pelo culto dos mortos ambicionado a imortalização na memória coletiva.<sup>201</sup>

Para a historiografia, os cemitérios têm sido vistos pela ótica de patrimônios culturais que constituem a formação de identidades. Assim, os túmulos representam as pessoas, as famílias; logo o cemitério é um retrato da sociedade. Para Muniz, há uma relação evidente entre o campo santo, os símbolos e a identidade, pois

O cemitério é a terra dos antepassados, local onde passado e presente se chocam, onde as memórias afloram e as lágrimas correm: é o campo das orações. Mais do que uma instituição responsável por catalogar e asilar os restos mortais humanos, compreende um campo sagrado onde ocorrem manifestações sócio-culturais múltiplas; é um dos lugares onde o homem se relaciona com o transcendente, com o sobrenatural; é o local que nos questiona sobre qual o sentido da nossa existência. Quem somos? Para

<sup>201</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 169.

onde iremos? Lá, o homem manifesta toda sua crença e insegurança, certezas e esperanças através de símbolos e ritos.

O cemitério é um patrimônio cultural que abriga representações materiais e imateriais (extra-sensorial, impalpável) das manifestações (rituais e símbolos) do homem frente à morte, manifestações de saudade, tristeza, amor, fé, esperança. Enquanto patrimônio cultural, é riquíssimo em aspectos e símbolos que dizem quem somos e como nos organizamos. Arquitetonicamente, expressa nossa herança étnicocultural (identidade) e hierarquia social, pois os túmulos são monumentos, símbolos indissociáveis do período e das sociedades que os produziram.<sup>202</sup>

Compreende-se que a morte possui uma eficácia ritual, onde na observação dos cemitérios percebe-se a quantidade de ritos mágicos de que ele é objeto, entre tais rituais, temos o próprio velório com suas representações.<sup>203</sup> Neste sentido, é que pensou as visitas ao cemitério como ritos comemorativos do Regime Militar, até porque tais representavam comemorações públicas ao seu herói.

O ‘funeral fundador’ seguida pelas “visitas aos cemitérios” compõe o rol de ritos comemorativos cuja função é integrar os indivíduos em “cadeias de filiação identitárias, distinguindo-os em relação aos outros, mas exigindo-lhes, em nome da perenidade do grupo, deveres e fidelidades endógenas”. Obviamente, tais dimensões de socialidade serão construídas de acordo com critérios unificantes pela recordação; numa tensão entre afetividade e conhecimento que se resolvem em mensagens criadoras e socializam-se como deveres. De acordo com Celso Castro, não basta que os indivíduos pensem que “fazem parte de uma determinada coletividade”, é necessário agir,

e agir em comum. É preciso também *comemorar* - lembrar em conjunto. Através dos rituais, as crenças tornam-se efetivamente sociais para seus participantes. É a repetição regular e coletiva dos rituais que cria e recria a própria coletividade enquanto tal, renovando em seus participantes o sentimento de pertencerem a algo em comum – no caso, o Exército Brasileiro.<sup>204</sup>

Tanto na História, como na Antropologia, o entendimento do conceito “comemorar” se estabelece a partir do ato de “rememorar”, ou seja, este último referencia o ato de sustentar as comemorações através de vividos individuais. Diante

<sup>202</sup> MUNIZ, Paulo Henrique. In: O estudo da morte e suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais. Revista Varia Scientia, v. 06, n. 12, p. 159-169. Dez/2006. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/variascientia/article/view/1520/1239> >. Acesso: 13 Jul. 2016, p. 162.

<sup>203</sup> RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

<sup>204</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2002, p. 79.

disso, que a rememoração se assemelha recordação individual do passado, e se referencia “ao princípio de realidade, o que exige que as evocações, apesar de conjugarem um tempo passado (anterioridade), mobilizem argumentos de veridificação, tendo em vista garantir a fidelidade do narrado”.<sup>205</sup>

Rodrigues estabelece uma distinção entre a “rememoração” – parte de um processo de elaboração individual – e “comemoração” – trabalho de construção de uma memória coletiva, sendo que o resultado de mediação entre a memória individual e coletiva passaria pelo viés da identidade narrativa, inscrita no tempo e na ação.<sup>206</sup>

Vasculhando o Álbum Histórico da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada, antigo 13º Regimento de Infantaria, acessível nas dependências do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado – Francisco Beltrão – PR, nota-se uma sequente ordem de comemoração na data de morte daquele militar durante os anos que se seguiram, quais, apresentaram-se ininterruptos durante o período que se estabeleceu o Regime Militar no Brasil. Interessante, então, torna-se a perspectiva de Mona Ozouf ao inquerir

“Como não ver então que a repetição serve para corroer o choque perturbador, para apagar as ameaçadoras novidades do acontecimento, para dar-lhe, arrancando-o do tempo profano, todos os prestígios do reinícios?”<sup>207</sup>

Dentre as solenidades anuais registradas iconograficamente no álbum histórico daquele quartel, na data de falecimento de Camargo, se preferiu dois eventos na tentativa de analisar a visita ao cemitério como rito comemorativo ao herói militar.

O primeiro ato comemorativo que merece destaque ocorreu em 27 de março de 1967, dois anos após a morte de Camargo, por ocasião de mais uma homenagem prestada pela Organização Militar de Francisco Beltrão. Desta vez, não era apenas mais uma singela homenagem ao mártir, pois a mando do Comandante

<sup>205</sup> CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2001, p. 22.

<sup>206</sup> Helenice da Silva Rodrigues utiliza-se destas definições cunhadas por Paul Ricoeur ao analisar as comemorações públicas voltadas aos “500 anos da descoberta do Brasil” patrocinadas pelo Governo Federal em 2000. RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2002, pp. 426-438, p. 428.

<sup>207</sup> OZOUF, Mona. *Op. Cit.*, 2002, p. 428.

da 3ª Companhia de Infantaria, capitão Sebastião Rodrigues de Moura<sup>208</sup>, fora construído o túmulo de concreto sobre a cova em que repousava o herói; e a cerimônia se caracterizou pela colocação de uma coroa de flores em cima da nova sepultura pelo sargento Ricieri: o mesmo militar que fez o transporte do corpo em 1965 do local do confronto até a cidade de Francisco Beltrão – PR.

A foto que segue retrata o sargento Ricieri colocando as flores em homenagem ao amigo tombado nas operações de contra guerrilha em 1965, quando a sua direita está o comandante da Companhia, Capitão Sebastião Rodrigues de Moura, enquanto de cabeça baixa, o militar músico que executou mais uma vez o ritual simbólico do toque de silêncio.

Pensando a monumentação da morte, a construção de túmulo sobre a cova, onde fora enterrado o Sargento Camargo dois anos antes, se remetia a uma ação intencional de edificar um signo funerário que negasse, que metaforicamente, a corruptibilidade do tempo ao herói militar.

---

<sup>208</sup> O capitão Sebastião Rodrigues de Moura ficou posteriormente conhecido pelo apelido de “Major Curió”, que denunciava o seu gosto pelos treinamentos em selva a associação de sua pessoa com tal pássaro. Trata-se, do mesmo militar conhecido por comandar as Operações de contraguerrilha no Araguaia na década de 1970, foi integrante da inteligência militar, vindo a ser acusado de fuzilamento e tortura de guerrilheiros, tendo sua impunidade reclamada por organizações de Direitos Humanos. Curió foi eleito prefeito, por duas vezes, da cidade em homenagem a sua pessoa, Curionópolis – PA. NOSSA, Leonencio. **Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FIGURA 10. HOMENAGEM DO AMIGO, UM EVENTO DA INSTITUIÇÃO.



FONTE: **ÁLBUM HISTÓRICO DA 3ª COMPANHIA DO 33º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO, DEPENDÊNCIAS DO 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.**

Pois, além do trabalho higiênico de putrefação do corpo, o túmulo visto como peça efetiva de um imaginário tem o

papel de encobrir o cadáver, transmitindo às gerações vindouras os signos capazes de individuar e ajudarem a re-presentação, ou melhor, a *re-presentificação* do finado. E é por causa destas características que é lícito falar, a propósito da linguagem cemiterial, de uma “poética da ausência”.<sup>209</sup>

Entende-se que a morte remete-se a memória dos vivos através de imagens provocadas a partir de traços referentes, desta maneira é que a necrópole ganha significado como estrutura de símbolos e signos, assim como o cemitério se apresenta como campo simbólico encobrindo o que se pretende esconder e recusar.<sup>210</sup>

Pois,

<sup>209</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 168.

<sup>210</sup> *Idem*, p. 167.



Os lugares de sepultamento são espaços construídos socialmente e podem ser vistos como lugares de práticas sociais que traduzem leituras sociais. Neles, a religiosidade é perceptível como um recurso simbólico recorrente na significação cultural (observando a comunidade católica do Oeste do Paraná). Tais paisagens históricas deslocam o nosso pensamento não apenas para o patrimônio arquitetônico, mas para os valores, tradições, modos de viver, conflitos e tensões, processo de enraizamento: conjunto de relações sociais, culturais, econômicas e políticas neles contidos.<sup>211</sup>

Além disso, os cemitérios carregam o significado de lugares de produção, e reprodução de memória, operando dentro de uma linguagem simbólica através de signos que expresse uma situação de pertença e essência inerente ao grupo, e dentro de um cenário de “memórias-construídas”, mas também de “memórias-vividas”, é que ordena os sentimentos e as intenções cívico-educativas.

As visitas ao cemitério eram acompanhadas de um vasto instrumental simbólico, podendo ser citada a música como componente utilizado pelo Exército na elaboração do heroísmo militar. Em específico, as notas musicais do toque de silêncio quais são o diferencial que comove grande parte das pessoas que presenciam uma solenidade fúnebre militar. Por ser, o toque de silêncio, uma das maiores tradições militares de âmbito mundial, é compreendido como símbolo da morte honrosa de um militar que tombou em combate.

E, completando um “jogo do simbolismo” na repetição das cerimônias fúnebres militares durante as comemorações do aniversário de morte do sargento Camargo, anualmente repetido pelo corneteiro militar acompanhado da Guarda Fúnebre que executava ao final da solenidade uma salva de tiros de mosquetão.

Sabe-se que as “lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história coletiva”.<sup>212</sup> A presença do sargento Ricieri, nas cerimônias, geralmente como depositário da coroa de flores no túmulo do sargento Camargo pode ser interpretado como uma atitude de aceitação de vivências, haja vista, que foi o próprio que trouxe o corpo falecido de Camargo para receber os ritos fúnebres. Ricieri deixava de ser apenas mais um ator social, devido ao contexto político da época passava a se portar, e ser visto, como um narrador ativamente capaz de dar testemunho do vivido com detalhes movidos de emoções e sentimentos.

<sup>211</sup> MUNIZ, Paulo Henrique. *Op. Cit.*, 2006, p. 160 e 161.

<sup>212</sup> RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *Op. Cit.*, 2002, p. 428.

Uma segunda cerimônia fúnebre, de merecida menção por destaque no Álbum Histórico analisado, ocorreu no ano de 1977 quando os ânimos se sentimentalizaram ainda mais na comemoração do primeiro decênio de falecimento do herói militar.

Num tempo em que a ameaça de guerrilha comunista estava presente no dia a dia militar, pelo recente combate à Guerrilha do Araguaia, a década de 1970 se mostrou primordial a manutenção das comemorações regadas de rituais, fúnebres e/ou cívicos, por parte das Forças Armadas brasileiras. Talvez, na perspectiva de impedir o esquecimento; lembrar/relembrar que a instituição militar ainda encontrava-se vigilante pela ‘segurança nacional’, em condições de combater, em corpos e espíritos, aqueles que conluíram contra o sistema político vigente.

Por iniciativa própria, ou pelo momento político, o então comandante da 3ª Companhia de Infantaria, capitão Jorge Batista Ribeiro, resolveu protelar a solenidade – que acontecia anualmente dentro do aquartelamento – para a realização de uma visita ao Cemitério Municipal, local de enterramento do herói. O cerimonial iniciou-se com uma missa realizada dentro do aquartelamento, o restante, ocorreu na maneira que rege as tradições militares fúnebre, formação de tropa, guarda fúnebre, leitura elogiosa, movimentos de armas, além é claro, da execução do toque de silêncio.

Como novidade em relação aos anos anteriores, aquele comandante solicitou a presença da mãe do falecido sargento, a senhora Leontina Rodrigues, que residia em Ponta Grossa – PR, e foi atendido. O evento fúnebre militar foi prestigiado pela genitora do herói. Após a missa dentro da corporação militar, a cerimônia procedeu com a procissão da mãe do sargento morto, juntamente com a tropa em traje de gala<sup>213</sup>, até o cemitério municipal. A foto que segue eternizou o momento, Leontina Rodrigues em prantos ao lado do Comandante daquela Organização Militar, enquanto aos fundos (à esquerda) nota-se o corneteiro militar executando o toque de silêncio.

---

<sup>213</sup> Também, referenciado entre a tropa por “uniforme de passeio” ou “uniforme de homem-bala”.

FIGURA 11. VISITAÇÃO AO CEMITÉRIO EM 1977.



FONTE: ÁLBUM HISTÓRICO DA 3ª COMPANHIA DO 33º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO, DEPENDÊNCIAS DO 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO

O cenário político de 1977 apresenta-se na transição democrática – lenta, gradual e segura – anunciada pelo Governo Geisel, que no ano seguinte iria revogar o AI-5. Em contraponto do embate político nacional, na Catedral da Sé na cidade de São Paulo, um ano e cinco meses antes da missa em homenagem a Carlos Argemiro de Camargo que veio a ser celebrada pelo Exército e Igreja Católica, acontece o ato ecumênico, que historicamente seria lembrando como símbolo da luta contra o Regime Militar brasileiro. Trata-se da homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, morto sob tortura durante interrogatório pelo DOI-Codi, quando havia se apresentado voluntariamente para explicações sobre a programação da TV Cultura. Como visto, os atos religiosos em homenagem aos mortos políticos, também foram meios de enfrentamento, em ambos os lados.

O evento religioso pensado pelo Exército Brasileiro em 1977, para homenagear Carlos Argemiro de Camargo, não se percebe como uma resposta ao ato ecumênico para Herzog, mas sim, compreende-se como um instrumento no embate político que pelo anúncio de suas perdas justifica-se ações. Naquele instante, a “**mãe-pátria**” reconhece o sacrifício supremo do héroi num cerimonial fúnebre através das Forças Armadas, sua instituição mais fiel, em um evento de caráter público institucionalizado! Enquanto, a dor da perda e o sentimento de luto



familiar, expressado pelo choro público da genitora do herói estão socializados entre a tropa e o público civil pelas comemorações públicas. É o que fazem os rituais cívicos que envolvem a morte em combate, tentar amenizar a dor de perda e o sentimento de falta, por uma elucidação em defesa de algo maior, a explicação da morte em nome da Pátria brasileira.

Assim, entende-se que

Todo jogo do simbolismo funerário parece apostado em edificar memórias e em dar uma dimensão veritativa ao ausente. Porém, aquilo que se pretende recordar emerge do imenso e escondido contingente do presente (a existência de uma “memória pura” é uma ilusão bergsoniana), tem a sua outra face no consciente ou inconscientemente esquecido, também o cemitério, como lugar de memória, tem implícito um invisível fundo de amnésia. Em certo sentido, ele mostra (escondendo) algo que também se detecta no campo da consciência individual: a memória transporta no seu bojo o esquecimento, tal como a vida alimenta o morrer no seu próprio seio.<sup>214</sup>

É no campo da memória coletiva que as comemorações fúnebres cercavam o herói de elogios pelo sacrifício em nome da nação. Entretanto, no campo da memória individual é que as comemorações cívicas exerciam o silenciamento, forçando ao esquecimento lembranças ‘perigosas’ ao heroísmo militar. Carlos Argemiro de Camargo era um burocrata, exercia função de expediente na 1ª Seção – S1 – da Companhia de Infantaria confeccionando escalas de serviços e tendo sobre sua responsabilidade a documentação pessoal dos militares que ali serviam. É comum, comentários informais dentro daquele aquartelamento, relacionarem a sua morte em “combate” com o despreparo técnico profissional em combate. Principalmente, vindo de integrantes da tropa que serviram com ele na década de 1960, muito se ouve a adjetivação de “bisonho”<sup>215</sup>, segundo este relatos, por não saber portar-se com excelência em combate durante as operações de contraguerrilha, facilitando a possibilidade de ser alvejado. Os detalhes desta informação foi algo expressamente proibido de questionar-se, até mesmo para os mais inquietos. Algo, que também foi levantado na entrevista do Cabo Temporário do Exército, Nelson Bhene, hoje empresário na cidade de Francisco Beltrão – PR.

<sup>214</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 168.

<sup>215</sup> Adjetivo comum no linguajar militar ao se referir aos soldados que por ser inexperiente não conseguem obedecer a comandos ou realizar atividades inerentes a serviço militar. Também pode ser associado aos termos: inexperiente, acanhado, sem habilidade, inseguro ou tímido.

Tivemos um combate direito onde faleceu o Tenente Camargo, na época ele era o comandante do meu pelotão, eu participei junto, na hora em que aconteceu, depois... até que... ele correu para o lado em que estava... que o pessoal (**revoltosos**) estava atirando de dentro do mato para o caminhão que nós estávamos, o caminhão da frente. 1'12"

E o tenente Camargo correu para o lado que eles estavam, ele tentou entrar (**no mato onde estavam os revoltosos**) a gente não via onde eles estavam, aí ele levou os tiros. 9'48''<sup>216</sup>

Por não saber distinguir de onde estavam vindos os disparos durante o enfrentamento, Carlos Argemiro de Camargo, correu em direção aos revoltosos, ficando entre o fogo amigo e os disparos do grupo de Cardim. Algo que, no adestramento militar para o combate é tido como atitude de inexperiente, um “bisonho”.

Assim entende-se, que os silenciamentos das memórias individuais acabou por afeiçoar, passo a passo, uma versão institucional do episódio, bem como moldando um “imaginário social” voltado para construção de um herói militar, de acordo com o interesse do Exército Brasileiro, preocupado na elaboração de uma imagem confiável da instituição militar e de abnegação de seus soldados, tanto numa dimensão interna – para com as tropas – como externa do aquartelamento – para com a sociedade brasileira.

### 3.5 O EPITÁFIO, UM DIÁLOGO ICONOGRÁFICO COM OS VIVOS

O epitáfio como símbolo funerário em homenagem à Carlos Argemiro de Camargo foi construído pela Organização Militar de Francisco Beltrão – PR, a mando do capitão Sebastião Rodrigues de Moura, em 1967 para comemoração do segundo aniversário de morte do herói. Fazendo alusão ao momento político da época, ele explicita a mensagem com intuito de exaltação do “sacrifício em nome da pátria”, uma mensagem aos romeiros que realizavam suas visitas àquele campo santo.

Nele lia-se:

#### SARGENTO CAMARGO

<sup>216</sup> ENTREVISTA NELSON BHENE, cabo temporário do Exército, empresário de Francisco Beltrão – PR, 01 Jan. 2006, 24'18”.

**FOSTE UM HERÓI TOMBADO  
DE FORMA COVARDE E SUTIL  
NAS VERDES MATADAS DO PARANÁ  
PELA GLÓRIA DO NOSSO BRASIL  
\* 15 DE ABRIL DE 1938  
† 27 DE MARÇO DE 1965**

Como mensagem, a frase no epitáfio remete-se aos aspectos do confronto ideológico da Guerra Fria, um *outdoor* épico para os transeuntes na campanha em favor dos princípios militares, tais como as qualidades de ordem, a subordinação e o “sacrifício pela nação”. Algo ameaçado pela ação “covarde e sutil” dos revoltosos.

Catroga nos ensina que o epitáfio, assim como as estátuas, os jazigos e fotografias, são uma progressão da campa individual, devendo ser vistos “como uma consequência iconográfica dos novos imaginários, quer este apontem para fins escatológicos, quer se cinjam à memória dos vivos”.<sup>217</sup> Sua função pode ser citada como uma evocação para a identificação do ausente com o restante de um grupo que permanece vivo. Eis, a possibilidade das inscrições tumulares serem consideradas um diálogo entre mortos e vivos, pois elas

Expressam tristeza de despedida, saudade, fé, ou fazem menção àquilo que o morto representou em vida: biografia abundante nos epitáfios. Os cemitérios possuem uma iconografia ao mesmo tempo folclorizante e erudita. Revelam valores próprios que encerram em si mesmos uma iconografia repleta de representações estereotipadas, dotadas de funcionalidades de valor artístico e simbólico. Nesse local, pretende-se cultuar a memória do morto, como ser social pertencente a uma família, a uma determinada classe social e como indivíduo.<sup>218</sup>

Destarte,

Lugares como cemitérios podem se configurar como um lugar pleno de memória que conta a história daqueles que morreram, através das sepulturas e suas inscrições, e daqueles que vivem, guardando e revelando a relação que o homem mantém com a morte através do tempo.<sup>219</sup>

---

<sup>217</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 169.

<sup>218</sup> MUNIZ, Paulo Henrique. *Op. Cit.*, 2006, p. 162.

<sup>219</sup> RABELO, Elizabeth Avelino; MAHFOUD, Miguel, *Op. Cit.*, 2013, p. 11.

É possível arriscar uma analogia de que todo símbolo funerário é metáfora da vida e convite a uma periódica ritualização re-vivificadora; ele é para ser vivido e para ajudar a viver, oferecendo um texto cuja compreensão mobiliza toda a subjetividade do sobrevivente.<sup>220</sup> A mensagem explícita pelo epitáfio reporta-se aos elementos constituintes de uma certa mitologia da nação, com aspectos nacionalistas de dedicação extrema, geralmente integrantes de instituições regradadas e por normativas peculiares, a exemplo das Forças Armadas, cuja presunção durante o Regime Militar foi de impor-se ideologicamente no projeto de construção de uma nação brasileira segundo os seus ideais.

E, sendo que as narrativas sobre o passado são construídas com uma linguagem e um sistema de representação do presente,<sup>221</sup> percebe-se que no contexto histórico do sudoeste do Paraná na década de 1960, o termo “pátria” pode ser compreendido como “terra/propriedade”, quais a menos de uma década foram motivação de litígio entre os migrantes colonizadores e as companhias imobiliárias, tendo como um dos mediadores deste embate, o Exército brasileiro que desenvolveu ações que facilitaram a fixação destes migrantes na região.

O modo de vida do herói, o trabalho militar desempenhado em tempos de colonização, bem como a sua postura apolítica, foram requisitos para após sua morte o meio militar lhe rendesse elogios. Ao passo que o discurso institucional efervescente sobre o finado direcionado ao público civil – percebido no epitáfio – compôs o que o psicólogo inglês Frederic C. Bartlett (1932-1995) introduziu nos estudos da memória social: a noção de “convencionalização” social. Ou seja,

Se refere aos processos pelos quais um sistema cultural ou um de seus elementos (um texto, uma imagem, uma ideia) é transformado quando é transferido de um grupo para o outro até tomar uma forma distinta, estável e aceita pelo grupo receptor em função de seu ajuste às técnicas e convenções estabelecidas há muito tempo dentro desse grupo. A lembrança se adapta, assim, às convenções (usos, costumes, valores, estereótipos) do grupo que as adota.<sup>222</sup>

<sup>220</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 172

<sup>221</sup> FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Op. Cit.*, 2010, p. 3.

<sup>222</sup> MONTEIRO NAIFF, Denis Giovani; SÁ, Celso Pereira de; MIGUEZ NAIFF, Luciene Alves. A Memória Social do Estado Novo em Duas Gerações. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, vol. 28, n. 1, pp. 110-121, 2008, p. 112.

Carlos Argemiro de Camargo passou a ser percebido como herói, também pela população de fronteira, cuja referência na construção da memória social, da luta pela posse da terra vinculada à morte de um militar, favoreceu a “invenção” de um guardião, bem como sua aceitação social, proporcionado por práticas da política nacionalista fomentada pela instituição militar com o intuito de estreitar laços de pertencimento grupal com a sociedade brasileira. Também, é certo que a nacionalidade se desenvolve com um histórico de “*lucha*”. Concordando com Martínez, qual pensa que as comunidades devem ser distinguidas pela forma que são “imaginadas”, e, sendo um desses modos através da exaltação da tradição guerreira, que constitui larga duração no discurso militar vinculados com caracteres mitológicos da comunidade nacional, do povo ou da tribo guerreira.<sup>223</sup>

FIGURA 12. EPITÁFIO, TÚMULO ORNAMENTADO DENTRO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO – PR.



FONTE: O AUTOR (2006).

Ao passo que, o nacionalismo é anunciado como uma das maiores fontes de identidades para indivíduos contemporâneos, aconselha Guibernau que o conceito

<sup>223</sup> MARTÍNEZ, Maria Ximena Alvarez. *Op. Cit.*, 2006, p. 39.

de nação deve ser ligado às suas cinco dimensões: cultural, territorial, política, histórica e psicológica.<sup>224</sup> A dimensão territorial-espacial é apresentada claramente no epitáfio como referência de 'local', ao mesmo tempo e que a dimensão psicológica, que se caracteriza pela consciência de formação de grupo, a ligação Exército e sociedade pela defesa de uma causa comum - lugar/espço – foi o veículo natural para a busca de objetivos coletivos durante toda a estruturação do Sudoeste paranaense, que contou amplamente com uma base histórica de lembranças de um passado em comum em conflitos pela posse da terra.<sup>225</sup>

---

<sup>224</sup> GUIBERNAU, Monserrat. *Op. Cit.*, 1997, p. 55 e 56.

<sup>225</sup> Tanto a lápide, como o epitáfio, foram destruídos em 10 Nov. 2006 por ocasião da exumação dos restos mortais de Carlos Argemiro de Camargo.

#### 4 OS TÍTULOS PÓSTUMOS E AS NARRATIVAS INSTITUCIONAIS DO HERÓI MILITAR<sup>226</sup>

*“Aos “outros”, a morte paralisa-os e espanta-os. A nós, a morte – a Vida – dá-nos ânimo e impulso. Para eles é o fim; para nós, o princípio.”*

Josemaria Escrivá

É conhecido o fato de que o Estado militarizado no Brasil, na segunda metade do século XX, avocou para si o papel de criador da identidade nacional, responsável simultaneamente por promover o progresso e manter acesa a memória nacional.<sup>227</sup> Refere-se como “institucionalizar, a ação exercida pelas Forças Armadas como instituição; o exercício de uma atividade voltada em nutrir a memória social com capital simbólico ou rituais simbólicos para atingir a sedimentação de uma memória social em torno de um herói militar, com a expectativa de atingir uma dimensão nacional.

Tedesco nos ensina que, ao se institucionalizar a memória de um grupo demonstra interesses de reconhecimento para que esta se torne a memória oficial, e que

a experiência individual pertence a um grupo. Noções de reconhecimento, testemunho, lembranças intercambiadas, membro/pertencimento, engajamento, unidade interna da consciência, representações coletivas e influência social são fundamentais para a compreensão do olhar externo da memória.<sup>228</sup>

Partindo desta preocupação, percebe-se dois momentos. O primeiro deles é a maneira como foi construída a figura de mártir, que serviu como exemplo de nacionalidade e atitude contra a ameaça política comunista em momentos de

<sup>226</sup> A possibilidade de pensar as ações institucionais do Exército Brasileiro como atos de institucionalização da memória, ainda de caráter regionalizado sem acesso às fontes que as definem como atitudes nacionais, foi publicada na Revista Cadernos CEOM no formato de artigo científico, em 2009. ZATTA, Ronaldo. Tenente Camargo: a institucionalização de um “herói” regional. **Cadernos CEOM**. Políticas Públicas: memórias e experiências. Chapecó, Ano 22, n. 30, 2009, pp. 1 -22. Disponível em: < <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/461/295> >. Acesso em: 17 Jul. 2016.

<sup>227</sup> OLIVEN, Ruben G. “Nação e região na identidade brasileira”. In: ZAUR, George de Cerqueira Leite (Org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 80.

<sup>228</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 50.

instabilidade que vivia a nação. O segundo, mas não menos importante, como ocorreu o processo de heroização de um militar, que ao ser morto em uma campanha militar, não desempenhou sequer uma única atividade espetacular em combate – além de morrer é óbvio – o que foge dos padrões dos ‘heróis ocidentais’, referenciados por atos guerreiros.

Faz sentido pensar, que a morte em campanha nas operações de contraguerrilha no ano de 1965, tornou Carlos Argemiro de Camargo um símbolo da luta política de seu tempo, um herói mais político, do que propriamente militar. Torna-se, praticamente, impossível analisar sua construção como herói, sem vinculá-lo com a conjuntura política nacional daqueles tempos. A institucionalização do heroísmo foi um elemento mediador de memória, originário de um drama histórico foi pensado num sentido de contribuir para a formação de uma identidade social e política, principalmente na região de fronteira, local suscetível ao retorno de exilados políticos para investidas contra o Regime Militar. Neste viés de raciocínio, o estudo de memórias individuais e coletivas pode ser uma chave para compreender grupos sociais e os indivíduos que os integram, produzindo e transmitindo narrativas sobre sua história e de espaços vividos.<sup>229</sup>

Devido aos acontecimentos, o Estado Maior do Exército e da Aeronáutica, fizeram-se presentes no Sudoeste do Paraná, essa região de fronteira com a República da Argentina foi considerada, na década de 1960, o “sertão paranaense”. Assim, a presença de altas autoridades militares na área significava muito mais naquele momento conturbado, era a presença do Estado militarizado preocupado com a situação nacional nas proximidades da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina).

Interessante é perceber, que ocorrera um imediato reconhecimento por parte do alto escalão militar no sentido de abonar as ações militares realizadas na região. Dois discursos dirigidos à tropa sancionam tal assertiva.

O primeiro, por ocasião da entrega dos prisioneiros na cidade de Foz do Iguaçu, os soldados que participaram das operações foram então agraciados por oficiais superiores, com destaque o general Justino Alves Bastos<sup>230</sup>, que comandou

---

<sup>229</sup> ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. *Op. Cit.*, 2005, p. 92.

<sup>230</sup>O general Justino Alves Bastos também coordenou as movimentações militares para neutralizar as Ligas Camponesas em 1955 lideradas por João Pedro Teixeira, mais tarde, pelo ex-deputado pernambucano Francisco Julião Arruda de Paula.



pessoalmente as operações finais de encarceramento do chefe do grupo guerrilheiro no Sudoeste paranaense.

FIGURA 13. O GENERAL JUSTINO CUMPRIMENTA O OFICIAL E O SARGENTO QUE REALIZARAM A PRISÃO DO EX-CORONEL JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO, ENQUANTO OS SOLDADOS QUE PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO ESTÃO NA CARROCERIA DO CAMINHÃO.



FONTE: LIVRO DE MEMÓRIA EM HOMENAGEM AO TENENTE CAMARGO, 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.

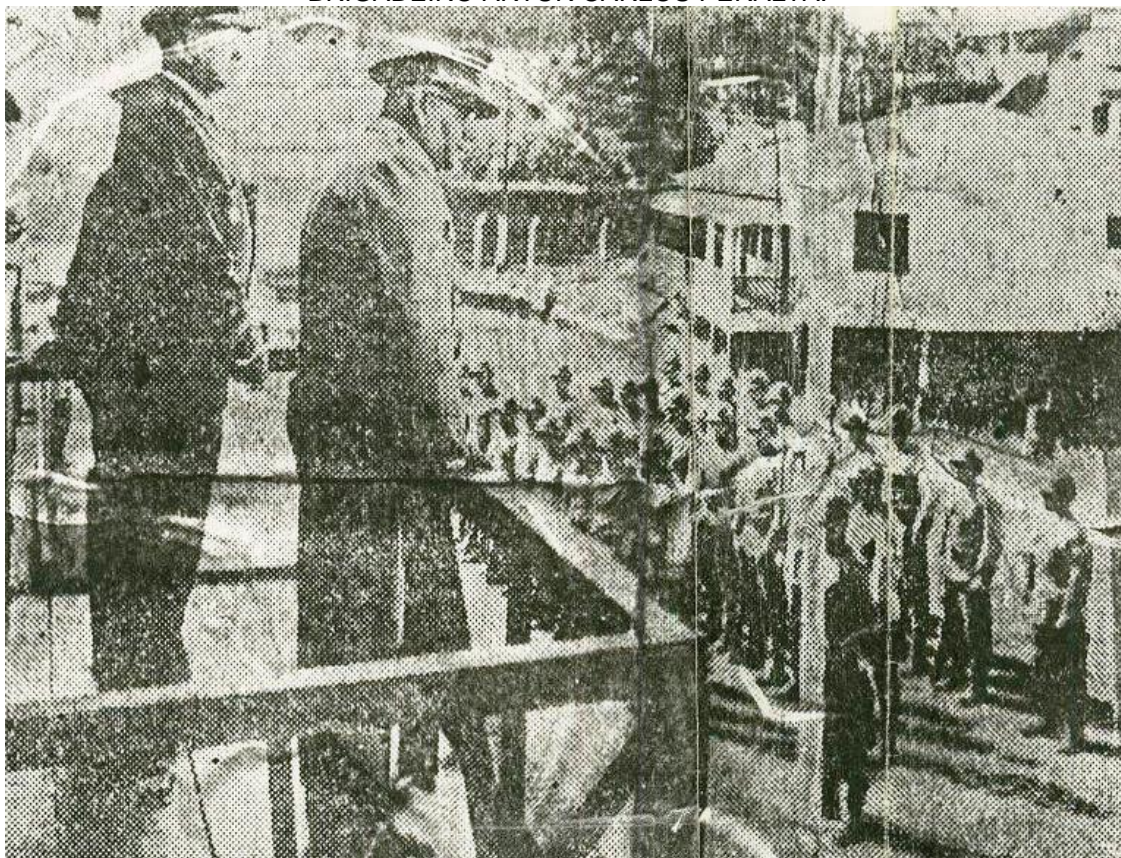
Justino Alves Bastos pronunciou um pequeno discurso em elogio à tropa ainda no aeroporto, e fez uma referência especial ao sargento Carlos Argemiro de Camargo, dizendo que **“infelizmente a Pátria exige este sacrifício”**, acrescentando que **“Assim como foi o sargento Camargo, poderia ter sido qualquer outro soldado ou este que vos fala, o sacrificado no cumprimento do dever”**.<sup>231</sup>

---

<sup>231</sup> Livro de Memória em homenagem ao Tenente Camargo, 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.



FIGURA 14. FORMATURA GERAL, INSTANTE EM QUE DISCURSA O COMANDANTE DA 5ª REGIÃO MILITAR (5ª RM), O GENERAL ÁLVARES TAVARES CARMO, ACOMPANHADO PELO BRIGADEIRO ARTUR CARLOS PERALTA.



FONTE: LIVRO DE MEMÓRIA EM HOMENAGEM AO TENENTE CAMARGO, 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.

O discurso do general, por si só, já fez incorporar identificações ressignificadas no sentido coletivo entre seus homens, motivados imensamente pela dimensão emocional oriundas do sentimento de perda de um companheiro. Certamente, isso fortaleceu o sentido de *corpus* e identidade coletiva entre a tropa. Mas além desta compreensão, uma referência de ‘sacrifício em cumprimento de um dever’ adentrou o campo do imaginário em aspectos cívicos religiosos. Neste viés, a “palavra sacrifício significa cumprir um ato ou ofício sagrado. Sendo assim, o sacrifício é um mecanismo social produtor de sagrado”.<sup>232</sup>

Para Mauss e Hubert, o sacrifício é um ato religioso que, mediante a consagração de uma vítima, modifica o estado da pessoa moral que o efetua ou de certos objetos pelos quais ela se interessa, a saber, que há nele uma força motriz

<sup>232</sup> SANTOS, Suely Xavier dos. Uma leitura sócio antropológica do sacrifício: o estudo de caso Levítico 6.17-23. In: **Revista Caminhando**, n. 16, v. 2, pp. 21-30, jul./dez. 2011, p. 21.

que provoca a remissão de pecados e comunhão, além de ter uma finalidade na sociedade na qual ele se realiza.<sup>233</sup>

Outro discurso destacável do Estado Maior do Exército, por ocasião da visita do Comandante da 5ª Região Militar (5ª RM), o general Álvares Tavares Carmo, à cidade de Francisco Beltrão – PR. A visita do general foi pautada por um relatório completo das operações militares realizadas. Mas, previamente, antes da reunião com os oficiais daquela unidade militar, ao se dirigir aos integrantes da Companhia de Francisco Beltrão, o general anunciou que o motivo de sua visita era conhecer aqueles que tomaram parte das Operações, os quais **“desbarataram o bando de subversivos”**; e, que a 5ª Região Militar de Curitiba – PR encontrava-se orgulhosa da maneira como foi conduzida aquela situação por seus integrantes.

E ao finalizar sua fala, o general Álvares Tavares Carmo, declarou num aspecto de ‘oração cívica’ as seguintes palavras:

vocês, oficiais, sargentos, cabos e soldados, são o orgulho da 5ª RM, do III Exército e do Exército Nacional e da própria Pátria Brasileira. E o Sargento Camargo, que tombou na defesa de sua Pátria, será para nós todos, o símbolo da 5ª RM do soldado que cai no cumprimento do dever.<sup>234</sup>

Também, neste sentido cabe lembrar, que na divulgação do episódio, para a imprensa, e na, imprensa nacional, ocorrera com publicação de uma fotografia de Carlos Argemiro de Camargo casando-se, com Maria da Penha Correa Soares, aproximadamente um ano antes dos fatos que levaram à sua morte. A publicação da foto, junto com a noiva, foi transmitida pela Imprensa Nacional acompanhada da informação de que o militar deixava sua esposa grávida no sétimo mês de gestação de seu primeiro filho. Subjetivamente, tal informe estava carregado de valores sociais e religiosos que, por si só, acabaram por implicar diretamente na formação de opiniões sobre o caso. Eis, um dos notórios momentos da construção do carisma do herói militar.

Também, o título da reportagem **Luta pela liberdade faz mais uma vítima** remete-se a contextualização de que Camargo tombara em nome da “liberdade”,

<sup>233</sup> MAUSS, Marcel e HUBERT, Henri. **Sobre o Sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 19-21.

<sup>234</sup> Relatório do Pronunciamento do general Álvares Tavares Carmo, Comandante da 5ª RM em Francisco Beltrão – PR. Fonte: **Livro de Memória em homenagem ao Tenente Camargo**, 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

lutando contra a Ditadura Comunista, justificativa dada pelos militares ao Golpe de 1964.

FIGURA 15. CASAMENTO CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.



FONTE: **LUTA PELA LIBERDADE FAZ MAIS UMA VÍTIMA**. A TRIBUNA, 30 MAR. 1965. (FOTO DE CAPA DAQUELA EDIÇÃO).

Compreende-se também, que, para além da manipulação da informação operacionalizada pelo grupo, cuja finalidade específica poderia ter sido o viés político, há de se ressaltar o drama pessoal de uma mulher recém casada que perde seu marido de forma violenta, ainda grávida de seu primeiro filho.

A chamada de capa para a reportagem, do **Jornal A Tribuna** em 30 Mar. 1965, informava que

Nos sertões do Paraná foi inscrito mais um episódio das lutas que a humanidade têm travado contra as tentativas dos que não comungam com a fé cristã e a liberdade. Aos heróis que tombaram covardemente assassinados na Intentona de 1935, soma-se hoje o sargento Argemiro Camargo (Foto) cuja vida foi sacrificada para que os brasileiros continuem construindo uma Pátria com ideais forjada pelo respeito aos direitos individuais, e pela segurança da família unida aos símbolos divinos.<sup>235</sup> As homenagens póstumas que serão tributadas pelos camaradas de tropa, o povo acrescentará outra, talvez silenciosa, mas traduzindo gratidão inigualável – que é sempre muda – de sargento herói que tombou para resguardar a maior conquista: a liberdade.

Para Arnold Van Gennep a morte de um homem jovem e saudável, no período em que poderia estar na sua fase mais fecunda da sua vivência, tem uma insinuação desagregadora na sociedade, que busca pelos ritos uma integração daquele indivíduo em uma nova categoria, no mundo dos mortos, bem como prover conforto e consolo para seus familiares e amigos.<sup>236</sup>

Obviamente que as Forças Armadas, se encarregaram de operar a construção do heroísmo na sedimentação de uma memória, diretamente ligada a uma aceitação social, pelos ideais políticos. Como visto, passou a ser empreendida a divulgação extrema de uma imagem de militar cumpridor do dever, o qual deu sua vida para defender o interesse da instituição, que naquele instante, dizia-se ser, os interesses da nação brasileira. Pois, sabe-se que a memória, também, é responsável pela estruturação dos sistemas sociais, ou seja,

pelo estabelecimento e manutenção de padrões interativos (tradições) e institucionais, subjazendo também a operações técnicas e científicas; inclui reminiscências, atitudes e sentimentos, regras sociais e normas, padrões

<sup>235</sup> **Luta pela liberdade faz mais uma vítima.** A Tribuna, 30 Mar. 1965. Capa.

<sup>236</sup> VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem.** Petrópolis: Vozes, 2011.



cognitivos, assumindo formas ideais e materiais que se encontram concretamente imbricadas e que pode ser separadas analiticamente.<sup>237</sup>

O drama da mãe de Jefferson, senhora Corina Cardim de Alencar Osório, foi apresentado ao público nacional através dos editais da Folha de São Paulo, “pois enquanto seu filho abre luta armada contra a Revolução, outros parentes seus, militares, fazem parte, inclusive da “linha dura”.”<sup>238</sup> Em contrapartida, a celebração do feriado de Dia das Mães de 1965 foi destaque na imprensa nacional, vinculada a morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo, o Jornal O Globo, premiava como “mãe do ano brasileira” a genitora do herói militar<sup>239</sup>, senhora Leondrina Rodrigues; que, realizou uma distante viagem – para a época de Ponta Grossa ao Rio de Janeiro – para receber a premiação nacional. Como era costumeira daquele edital, a escolha de uma mãe destaque anualmente e premiá-la, o desígnio de 1965 deu-se por motivos óbvios, seu “filho teria sido morto em defesa da nação”, fato que foi lembrado em discursos na divulgação das “Grandes Promoções do O Globo no ano de 1965”.<sup>240</sup>

Interessante perceber que não é a primeira vez que o Exército Brasileiro prefere mãe ou filha em relação às esposas, de seus heróis, para compor o rol das autoridades em homenagens públicas aos que tombaram em exercício da função. O caso do herói brasileiro da Segunda Guerra Mundial, o Sargento Max Wolf Filho, quando apresentado pelas versões institucionais deixam de fazer referencia a sua esposa. O que pode ser percebido como intencional devido a separação. No caso de Camargo, há o prenúncio de que um intento semelhante pode ter ocorrido, pois sua esposa Maria da Penha constitui união estável com outra pessoa. O fato é que, na década de 1960, o choro das genitoras passou a compor o lado emotivo do discurso político vinculado à situação política do país, e anunciado pela imprensa escrita nacional.

Assim, o Exército Brasileiro promoveu e oficializou, através de seus atos, o que neste estudo, é referido como **institucionalização** da memória institucional

<sup>237</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 169.

<sup>238</sup> **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 Mar. 1965. Banco de Dados da Folha – Acervo On line. Disponível em: < [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_29mar1965.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.htm) >. Acesso em: 17 Jul. 2016.

<sup>239</sup> **Jornal O Globo** Rio de Janeiro, 19 Mar. 1965, p. 11.

<sup>240</sup> **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 25 Dez. 1965, p. 18.

vinculada ao herói militar. Pois, a memória coletiva pode assumir uma aparência ou caráter institucionalizado, representando-se na prática de cultos em níveis comunicativos, tendo como função principal o fortalecimento da coesão do grupo garantindo a sua identidade social; e neste caso, nacionalista e anticomunista. Desta forma, memória naquela região de fronteira acabou por ser institucionalizada através da presença militar na área, construindo bens simbólicos e moldando imaginários sociais na perspectiva de padronizar uma identidade grupal nacionalista, através da apropriação de um passado histórico comum, signos, produção de ritos e narrativas direcionadas a construção de um herói. Deste modo, é possível afirmar que a memória do sudoeste do Paraná foi um instrumento de governo durante o Regime Militar.

#### 4.1 A PROMOÇÃO *POST MORTEM* PARA O OFICIALATO

Consta na biografia oficial do herói, elaborada pela Organização Militar em que ele havia servido a seguinte informação: “Foi promovido ao “post mortem” ao posto de 2º tenente conforme preconiza o Dec Lei nº 52.737, de 23 de outubro de 1963, por ato do exelentíssimo Sr Presidente da República.”<sup>241</sup> Cumprindo tal determinação, o general Artur da Costa e Silva, naquele momento ocupando o cargo de Ministro da Guerra, expediu-se a promoção *post mortem* para o oficialato alçando o posto de 2º tenente do 3º sargento Carlos Argemiro de Camargo, qualificado como infante-fuzileiro.

Bem como, em ato contínuo, ocorre a concessão da Medalha Pacificador com Palma<sup>242</sup> aprovado como consentimento do comando pelo ato heroico daquele militar. Interessante é perceber que a Medalha do Pacificador é concedida para militares que tenham mais de 15 anos de serviço, mais uma distinção do caso estudado. Além de que, a Medalha do Pacificador com Palma<sup>243</sup> é uma variação

---

<sup>241</sup> **Dados Biográficos do Ex- Sargento Carlos Argemiro de Camargo**, *Op. Cit.*, p. 1.

<sup>242</sup> A Medalha do Pacificador foi cunhada por ocasião das comemorações do sesquicentenário do Duque de Caxias, em 1953, para concessão aos civis ou militares estrangeiros. Mas em 1954 teve seu uso autorizado para uso por militares que passariam a ser condecorados à partir de 1955.

<sup>243</sup> Art. 2º do Decreto 4.207/2002, a Medalha do Pacificador com Palma será concedida pelo Comandante do Exército aos militares e civis brasileiros que, em tempo de paz, no exercício de suas funções ou no cumprimento de missões de caráter militar, tenham se distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida. **BRASIL**. Decreto n. 4.207, de 23 de abril de 2002.

concedida aos militares, e civis, que tenham posto em risco a própria vida em exercício da função.

Por esse motivo a partir de agora, o herói militar em estudo será tratado nesta pesquisa como sargento, quando em menção aos acontecimentos que precedem a sua promoção *post mortem*, ou como tenente Camargo, em ocasiões que se referencia a situações após sua promoção.

A conformação da memória coletiva em volta de uma individualização expõe que os aspectos relativos ao imaginário e representações compõem a realidade social, deixando de serem vistos apenas como um falseamento da realidade. Neste sentido, que a produção de memórias coletivas em torno de um indivíduo terá eficácia imaginária e memorialista se amparada em aspectos da realidade. Portanto, no campo das lutas simbólicas e fenômenos que envolvem os mitos, representações ou memórias não há apenas um sentido ilusório de mascaramento do real.<sup>244</sup> O sargento Carlos de Argemiro de Camargo era um indivíduo bem quisto pela comunidade local, e seu carisma foi orientado por juízos de valores que a comunidade percebia, orientado pelos princípios da política brasileira compartilhada pelo Regime Militar. Apresentando mais uma contradição do herói, enquanto dentro da caserna ele passa a ser visto como bisonho, responsável pela própria morte, no meio civil é percebido como uma perda da comunidade, pelo bom convívio social. Mesmo que, dentro da caserna, por conta de sua circunstância de morte, a memória subterrânea adjetivava-o de “bisonho”.

Deste modo, há de se informar que o sargento Carlos Argemiro de Camargo era o militar que reuniria as condições, quais podem ser consideradas pelos militares como ideais para a fabricação de um herói ‘politicamente correto’. Um militar com avaliação comportamental<sup>245</sup> classificada como “**Ótimo**” pelo comando da Organização Militar em que servia. Além de ser hétero, casado, religioso, e, bem visto perante a sociedade civil. Ainda, talvez o mais **relevante** para época, sem alguma militância política.

---

Dispõe sobre a medalha do pacificador e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 23 de Abr. 2002.

<sup>244</sup> MARCELINO, Douglas Attila. *Op. Cit.*, 2001, p. 135.

<sup>245</sup> O conceito profissional é determinante para a carreira militar, composto pelo tempo de serviço e por uma avaliação que o comando militar ajuíza alguns aspectos relativos à vida na caserna. Entre eles o asseio pessoal, equilíbrio emocional, relacionamento interpessoal, pontualidade, habilidade técnica dentro da função que está exercendo, segurança e disposição para o serviço, entre outras.



Pois, é na memória política que

os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a.<sup>246</sup>

Sobre este aspecto, no Exército brasileiro, o historiador José Murilo de Carvalho registra que a intencionalidade de eliminação da política no seio das Forças Armadas vem desde a década de 1930,

necessariamente por um enrijecimento geral com relação à disciplina. Quando mais enquadrado o militar nas normas disciplinares, mais fácil seria também mantê-lo afastado da política, e isto tanto pelo hábito da obediência como pela maior socialização nos valores organizacionais e pelo maior envolvimento nas tarefas profissionais.<sup>247</sup>

Sabe-se que, como projeto da reestruturação da Academia Militar das Agulhas Negras<sup>248</sup>, elaborada na década de 1940 por José Pessoa, a “política” precisaria ser deixada de lado pelos militares – pois ela divide a tropa – enquanto a “disciplina” deveria ser enfatizada – pois esta une.<sup>249</sup> Assim, Camargo era perfeitamente o militar apolítico previamente, também idealizado pela ESG – Escola Superior de Guerra, pensada também por Golbery na década de 1950.<sup>250</sup>

A reformulação da década de trinta e quarenta das Forças Armadas proporcionou a instauração de um projeto de profissionalização seletivo, válido

<sup>246</sup> BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 453.

<sup>247</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas e Política, 1930-1945”. In: **A Revolução de 30**: Seminário Internacional – CPDOC/FGV (Rio de Janeiro, Setembro de 1980). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983, pp. 109-187. (Col. Temas Brasileiros, 54), p. 135.

<sup>248</sup> “A Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN é um estabelecimento da linha de ensino militar bélico de nível superior, do Exército Brasileiro, responsável pela formação dos oficiais da ativa, futuros chefes militares, das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico. Com um curso de duração de quatro anos, tem seu currículo estruturado com Matérias de cunho estritamente militar (Ensino Profissional) e matérias de formação universitária comuns às faculdades civis (Ensino Universitário). LIMA, Carlitos. **Ensino Militar**: AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: < [http://www.defesabr.com/Ensino/ensino\\_aman.htm](http://www.defesabr.com/Ensino/ensino_aman.htm) >. Acesso em 02 Fev. 2015.

<sup>249</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, p. 41 e 42.

<sup>250</sup> TIBOLA, Ana Paula Lima. *Op. Cit.*, 2007.

apenas para a oficialidade, que excluía os outros membros da corporação.<sup>251</sup>  
Associada a outras medidas de igual sentido,

teria como efeito um abalo na estrutura hierárquica. Entre os praças e a oficialidade estabeleceu-se um fosso intransponível; os sargentos, situados precisamente no ponto de quebra dessa cadeia, experimentariam sobre si próprios a contradição entre uma retórica da igualdade e uma prática da diferença.<sup>252</sup>

O Exército nunca foi homogêneo, apesar de a instituição militar tentar apresentar uma imagem, interna e externa, de coesão grupal e regulá-la através da rígida disciplina e/ou pela construção de um passado comum, Camargo fazia parte do baixo escalão do Exército: os praças,<sup>253</sup> que toleravam uma gritante desigualdade nas relações hierárquicas, sem possibilidade de ascensão de comando, ou seja, estabelecia ainda na origem a condição de desigualdade, por não fazer parte do oficialato.<sup>254</sup>

Neste contexto, vinculado a conjuntura política brasileira no início da década de 1960, que era marcada por grande agitação social, vem à tona uma mobilização política dos baixos escalões das Forças Armadas do Brasil – 1961 a 1964 – tendo como principais expoentes a “Revolta dos Sargentos” em plena crise da Renúncia de Jânio Quadros e da Campanha da Legalidade. Não tão somente, vinculada aos aspectos partidários e questão ideológica, a mobilização política dos praças militares buscava reivindicações sociais e transformações estruturais das Forças Armadas. Assim, a política proporcionaria uma intensa oscilação nas estruturas hierárquicas e

---

<sup>251</sup> COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de trinta.** (Trabalho apresentado à Oitava Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, Águas de São Pedro, 1984, 1984, p. 17-19.

<sup>252</sup> *Idem*, p. 7 e 8.

<sup>253</sup> Havia, e ainda há guardadas devidas proporções, uma rígida divisão entre oficiais e praças das Forças Armadas no cotidiano das Organizações Militares, como alimentação diferenciada e em local separado, círculo social distintos, impedimento de qualificação educacional, impedimento ao voto ou qualquer associação profissional, dentre outros aspectos das relações interpessoais, o que originou uma frase comum de ser ouvida nos aquartelamentos: **“O Exército foi feito para os oficiais”**.

<sup>254</sup> CASTRO, Celso. **O espírito militar.** Um estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 23.

nas relações de subordinação, mostrando-se, de fato, uma “ameaça física ao núcleo de força do poder do Estado”.<sup>255</sup>

É fato que, e perceptível na literatura, num período recente que antecede a morte do Sargento Camargo, ocorrera sérias divergências entre o quadro dos praças em relação aos oficiais das Forças Armadas, a Revolta dos Sargentos (1961-1964), com envolvidos anistiados pelo presidente João Goulart, e o Comício do Automóvel Clube em Brasília foram compreendidos como quebra da hierarquia militar, algo sagrado para os militares. Cujo destacável apoio presidencial tem sido apresentado por alguns historiadores como sendo uma das razões mais marcantes para efetivação do Golpe Militar de 1964<sup>256</sup>, também lembrado por alguns memorialistas militares como sendo um dos motivos da intervenção militar no governo Jango.<sup>257</sup>

Neste sentido, é possível afirmar que, sendo os aspectos da política, em específico do ‘envolvimento político’ por ser uma das mais distintas motivações que resultaram no quadro de conflito entre integrantes do Exército Brasileiro no século passado<sup>258</sup>, a sua posição apolítica pode ter contribuído severamente para a promoção *post mortem* daquele militar, a transposição da graduação de 3º sargento, praça do Exército brasileiro, ao posto de 2º tenente, oficial subalterno. Cabe pensar na promoção ao oficialato de Carlos Argemiro de Camargo como uma medida que atravessou os quadros de promoção previstos pelos regulamentos do Exército, e, se apresenta como mais uma ação política de institucionalização do herói.

Mesmo considerando que, dentro dos quadros de promoção do Exército Brasileiro, entre o posto 2º tenente – ao qual o 3º sargento Camargo foi promovido – estão previstas a graduação de 2º sargento, a graduação de 1º sargento e subtenente. Situação que foi antevisto em Lei desde 1963 para militares mortos em razão do serviço

---

<sup>255</sup> PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra:** o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 13-37.

<sup>256</sup> D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glácio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe:** a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 12.

<sup>257</sup> USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada:** a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser. 2006, p. 127.

<sup>258</sup> PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Op. Cit.*, 2009.

**Art. 1º** A promoção "post mortem" de que trata o art. 21 da Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960 será concedida, no pôsto imediato e na data do falecimento ao militar do Exército que, em pleno serviço ativo, houver falecido ou vier a falecer em consequência de :

I) - ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou moléstia contraída nessa situação e que nela tenha sua causa eficiente;

II) - acidente em serviço ou moléstia dêle proveniente.

§ 1º Considera-se acidente em serviço o ocorrido com o militar na execução de :

a) serviço para o qual haja sido designado;

b) ordens recebidas deveres ou obrigações funcionais;

c) deslocamento ou viagens a que fôr obrigado para o desempenho das missões acima referidas, exceto o trânsito normal diário entre sua residência e o local de trabalho.

§ 2º Não será considerado acidente em serviço o que tiver resultado de crime, transgressão disciplinar, imperícia, imprudência ou desídia por parte do militar ou de subordinado seu, com sua aquiescência.

§ 3º Os casos de que trata êste artigo, serão comprovados por documentos sanitários de origem inquérito policial militar, ou de ficha de evacuação. Os termos de acidente, partes de Unidades papeleta de tratamento em hospitais e enfermarias, registros de baixa etc., serão documentos subsidiários para estabelecer a situação.

**Art. 2º** A presente promoção será concedida "ex officio", mediante proposta dos Comandantes de Unidades ou Chefes de Estabelecimentos e Repartições ou mediante requerimento dos herdeiros respectivos.

**Art. 3º** Para os fins dêste Decreto, considera-se como pôsto ou graduação imediata:

I) - o de 2º Tenente para o Aspirante a Oficial, Subtenente, 1º 2º ou 3º Sargento, Cadetes de AMAN e alunos das Escolas Preparatórias, qualquer que seja o ano;

II) - a de 3º Sargento para as demais praças.<sup>259</sup>

Não é imperioso pensar que, em um momento em que a disciplina era mantida pelo rigor dos regulamentos internos – numa aplicação decrescente, dos oficiais para os praças – devido a conturbação política ideológica, pode se afirmar que seria um tanto contraditório ter como representante do Regime Militar um praça, integrante de um grupo subalterno que lhe rendera a ameaça real e momentânea à hierarquia da instituição. Bem como, a possibilidade de um graduado subalterno servir de exemplo na luta contra o comunismo, à classe superior (os oficiais), cuja discrepância nas relações cotidianas se apresentava, tão abertamente, visível.

Sabe-se que Carlos Argemiro de Camargo não foi único militar morto pela esquerda armada no Brasil. Podemos citar outros casos de destaque como Alberto Mendes Junior<sup>260</sup> e Mário Kozel Filho<sup>261</sup>, bem como os mililitares mortos na Guerrilha

<sup>259</sup> **BRASIL.** Decreto n. 52.737, de 23 de Out. de 1963. Regulamenta o Art. 21 da Lei 3.765 de 04 Maio 1960. Diário Oficial, Brasília, DF, 23 de Out. 1963.

<sup>260</sup> Tenente Mendes, foi oficial da Força Pública do Estado de São Paulo, hoje Patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Morreu executado por tribunal de justicamento da Vanguarda Popular

do Caparaó.<sup>262</sup> Entretanto, a morte de Camargo se destingue por se dar num combate direto, em que facilmente findou-se com a vitória das forças regulares.

#### 4.2 O “NOME DE GUERRA” – A DENOMINAÇÃO HISTÓRICA DA UNIDADE MILITAR

O processo de institucionalização do herói militar, tenente Camargo, contou com a elaboração de uma denominação histórica da unidade militar que ele serviu. Define-se por denominação histórica o nome, podemos dizer ‘fantasia’, que recebe uma organização militar por ocasião de uma ação de combate vitoriosa em conflitos destacáveis na história. O seu “Nome de Guerra”.

A 3ª Companhia do 13º Batalhão de Infantaria Motorizada, que depois passou a ser denominada 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada, instalada desde 25 de março de 1956 por ocasião dos conflitos agrários que deflagraram a “Revolta dos Posseiros” na cidade de Francisco Beltrão – PR<sup>263</sup> recebeu a denominação histórica de “SENTINELAS DO SUDOESTE” em memória à participação desta unidade militar nas operações de contraguerrilha que visava combater o grupo do ex-Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório ocorrida em 1965, episódio em que morreu o tenente Carlos Argemiro de Camargo.

---

Revolucionária – VPR em 10 Maio de 1970 durante enfrentamento com guerrilheiros em Sete Barras – SP, região do Vale do Ribeira.

<sup>261</sup> Soldado do Exército morto em 26 Jul. 1968 em ataque a bomba realizado pela Vanguarda Popular Revolucionária – VPR enquanto realizava guarda no Quartel General do II Exército em São Paulo.

<sup>262</sup> De acordo com o Major Curió, 16 militares foram mortos durante os confrontos da Guerrilha do Araguaia, entretanto, o episódio é lembrado como política de extermínio do Regime Militar, bem diferente do caso estudado.

<sup>263</sup> HEINSFELD, Adelar; ZATTA, Ronaldo. *Op. Cit.*, 2012, p. 38.

FIGURA 16. PORTÃO DAS ARMAS, ENTRADA PRINCIPAL DE UM QUARTEL, A FOTO ACIMA É A ENTRADA DO QUARTEL EM FRANCISCO BELTRÃO ATÉ 2000, E PLACA A DIREITA DA ENTRADA DO QUARTEL DEPOIS DE 2001.



FONTE: LIVRO DE MEMÓRIA EM HOMENAGEM AO TENENTE CAMARGO, 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.

O termo ‘sentinela’ produzira incondicionalmente significação oportuna para o momento em que vivia a nação. Pelo fato do aquartelamento ser a “sentinela do sudoeste do Paraná” estava incumbido de guardar, vigiar e espiar em prol do bem estar da nação, dentro da área de abrangência da guarnição militar<sup>264</sup>.

Somente com a chegada do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, oriundo da cidade de Passo Fundo – RS no ano de 2000, é que foram repintadas as

<sup>264</sup>Área político geográfica de abrangência/responsabilidade na provisão de defesa de uma unidade militar, ou seja, no caso da 3ª Companhia do 13º Regimento de Infantaria, em 1967, o sudoeste do Paraná.

instalações e removida a designação histórica. Entretanto, parcialmente, se perdeu o vínculo do episódio com a comunidade, pois as inscrições que faziam alusão ao passado de combate à guerrilha foram retiradas. Logo, uma nova placa foi instalada, mantendo referência com um passado histórico em comum entre Exército Brasileiro e aquela comunidade de fronteira.

#### 4.3 O HERÓI PATRONO: A TRADIÇÃO FRANCESA DO PATRONATO MILITAR BRASILEIRO

A tradição de batizar as turmas recém formadas pelas escolas militares do Exército brasileiro surgiu no ano de 1923, por influência da doutrina de combate francesa. O General Aurélio de Lyra Tavares<sup>265</sup> em depoimento diz que a ideia original de “**batizar**” a turma foi do coronel francês Pierre Béziers La Fosse, que se encontrava desde 1920 na Escola Militar do Realengo como conselheiro da Missão Militar Francesa no Brasil. E, conversando com esse militar os alunos brasileiros, que estavam matriculados naquela escola militar, haviam aprendido tradições e costume militares da França, como o de ser, as turmas das escolas militares, identificadas não apenas pelo ano de sua formatura, mas também pela denominação de um patrono. Em geral, o nome de um grande chefe militar, ou de uma batalha famosa, escolhidos para servir de inspiração aos novos oficiais. A ideia, segundo Lyra Tavares, teria sido acolhida com entusiasmo pelos alunos em 1923.

---

<sup>265</sup> Aurélio de Lyra Tavares foi General do Exército Brasileiro e Historiador de Engenharia Militar, cujo currículo é composto como organizador da FEB, Comandante da ESG, observador militar na invasão da África do Norte em 1943 e subchefe da Missão Brasileira na Alemanha ocupada. Após o Golpe de 1964, onde participou ativamente, passou a exercer diversos cargos políticos no Regime Militar brasileiro.



FIGURA 17. IMAGEM DE PATRONO DA TURMA E SARGENTOS DE 1978 – ESSA.



FONTE: TURMA ESSA 1978. **O PATRONO**. DISPONÍVEL EM: < <http://www.esa1978.com.br/?p=130> >. ACESSO EM: 18 JUL. 2016.

A palavra francesa “*patron*” tem o duplo sentido de “patrono” (protetor) e “padrão” (modelo), na Roma a palavra “patrono” designava pessoa com o direito de



ser livre a quem se vinculavam escravos. Entretanto, o termo também pode estar vinculado a pessoa que defende uma causa ou ponto de vista.<sup>266</sup>

A EsSA - Escola de Sargentos das Armas<sup>267</sup> homenageou em 1978 o sargento Carlos Argemiro de Camargo, escolhendo-o como patrono de uma turma que concluía com aproveitamento o curso de sargento combatente. O patrono de turma, e herói institucional da operação de contraguerrilha de 1965, fora selecionado por atributos identificados com o “espírito militar”.<sup>268</sup> E, ainda é tido como “guia espiritual e exemplo a ser seguido”<sup>269</sup> pelos que foram promovidos à graduação de 3º sargento em 1978.

A Turma Sargento Camargo ostenta o seguinte slogan:

**“TURMA SARGENTO CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO” – FOSTES  
UM HERÓI TOMBADO DE FORMA COVARDE E SUTIL NAS VERDES MATAS  
DO PARANÁ, PELA GLÓRIA DO NOSSO BRASIL!”**

Composta hoje por militares da Reserva do Exército Brasileiro, a Turma Sargento Camargo, mantém ativo um Website com o intuito de manter o vínculo entre os seus integrantes, organizando eventos frequentes em organizações militares pelo Brasil.

E, mesmo não estando mais na ativa da instituição, seus membros compõe a parcela de militares “filhos da Guerra Fria”, defensores ferrenhos dos discursos ideológicos que defendiam por ocasião de seu serviço militar no século passado.

---

<sup>266</sup> O termo patrono não existia até então na tradição militar brasileira. CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2002, p. 18.

<sup>267</sup> A Escola de Sargentos das Armas (ESA) é o estabelecimento de ensino destinado, exclusivamente, à formação dos sargentos de carreira das Armas do Exército Brasileiro: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações. EsSA – ESCOLA DE SARGENTO DAS ARMAS. **Resumo histórico**. Disponível em: < <http://www.esa.ensino.eb.br/index.php/historia/resumo-historico> >. Acesso em: 18 Jul. 2016.

<sup>268</sup> A expressão “espírito militar” foi cunhada pelo antropólogo Celso Castro ao referir-se ao processo de socialização profissional em que vivem os alunos de escolas militares ao aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. Desconsiderando-se os conteúdos disciplinares formais ensinados, mas sim, os aspectos informais de interação cotidiana com o meio é que os alunos aprendem como portar-se, ou seja, como “ser militar”. CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2004, p. 15.

<sup>269</sup> TURMA EsSA 1978. **O patrono**. Disponível em: < <http://www.esa1978.com.br/?p=130> >. Acesso em: 18 Jul. 2016.

Mais que um discurso institucional, um discurso político, onde esclarecem o “Por que?” da sua escolha como patrono, a “eterna” luta contra o comunismo.

Porque você, Sargento Camargo, representa a chama viva que acende nossos corações, fazendo-os pulsar em frêmitos de incontestado amor à Pátria.

Você, bravo companheiro, foi vítima da covardia e insolência daqueles que nos escravizaram e entregaram à sanha de maus brasileiros, adeptos de uma ideologia espúria e nefasta, totalmente contrária ao nosso espírito cristão, num aviltamento frontal às nossas instituições democráticas.

“Você morreu, companheiro, honrando as divisas que hoje ostentamos.”<sup>270</sup>

Piovezan percebe a distinção entre o uso da palavra “vítima”, em suprimimento da palavra “mortos”. Para esta autora, trata-se de uma operação simbólica destinada a ocultar a morte, exaurindo um ideal como motivação da morte, onde os heróis tombaram por motivos nobres, sem ganhos pessoais. Operação encontrada, seguidamente encontrada quando companheiros, no caso a instituição militar, prestam culto cívico aos mortos, expressando valores caros à instituição.<sup>271</sup>

A turma chegou a ser distinta das demais formadas naquela escola militar, pela criação de um brasão próprio, histórico, bem similar às usadas por outras turmas de sargentos formados, mas envolvida pelo nome do herói.

Integrante da Turma Sargento Camargo – 1978, está o 3º sargento de Infantaria Lourenço Rômulo Innocêncio Junior, que ocupando o posto de 1º tenente em 2006, vinte e oito anos após formado, foi nomeado o curador do Museu Tenente Camargo<sup>272</sup> e chefe da equipe que executou a exumação dos restos mortais do herói. Interessante é perceber que, no encontro da Turma Sargento Camargo, em 2013, o momento destacável do evento foi a amostra do vídeo do cerimonial de exumação dos restos mortais de Carlos Argemiro de Camargo, realizado em 2006, e, gerenciado por um de seus integrantes.

<sup>270</sup> TURMA EsSA 1978. **O patrono**. Disponível em: < <http://www.esa1978.com.br/?p=130> >. Acesso em: 18 Jul. 2016.

<sup>271</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Op. Cit.*, 2014, p. 221.

<sup>272</sup> Sobre o Museu Militar, será tratado adiante em subcapítulo específico para este tema.

FIGURA 18. BRASÃO TURMA SARGENTO CAMARGO.



FONTE: TURMA ESSA 1978.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.esa1978.com.br>>. ACESSO EM: 27 MAR. 2016.



#### 4.4 A BIOGRAFIA DO HERÓI E SUAS NARRATIVAS – LEITURAS PÚBLICAS DE LITURGIA CÍVICA<sup>273</sup>

O uso político do passado apresenta-se como uma das formas mais amplas de elaborar estudos que se dedique compreender rituais e liturgias cívicas, operacionalizando pesquisas através da identificação das ações intencionais dos sujeitos históricos na constituição de tradições. Obviamente que são os setores institucionalizados, por estarem próximos aos mecanismos de poder, que revelam intenções de escamoteamento das situações imemoráveis, cujas ações materializam a intensa produção de bibliografia que fomentaram o “culto cívico e romântico dos mortos” a partir do século XIX.<sup>274</sup>

Como fontes documentais instigantes acessadas por esta pesquisa podem ser citadas as narrativas, pensadas como produções destinadas a um público mais amplo e diversificado. São pronunciamentos, são discursos lidos nos cerimoniais em homenagem póstumas ao herói militar. A primeira, é o discurso lido no cerimonial fúnebre em 1977<sup>275</sup>, já o segundo, é discurso explanado no ritual fúnebre de 1996<sup>276</sup>. Mas, antes da análise propriamente dita das fontes oficiais, compreendemos que o historiador precisa além interpretá-las em seu contexto, identificar suas imprecisões que podem demonstrar interesse de quem as escreveu.<sup>277</sup>

---

<sup>273</sup> Guardando as devidas adaptações, este texto contém parte da discussão teórica erguida através da disciplina de Análise do Discurso, ofertada pelo Prof. Dr. Euclides Marchi no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, sendo publicada, como pré-requisito para esta defesa, na forma de artigo científico na SEMINA – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF. ZATTA, Ronaldo. A análise do discurso na narrativa de um cerimonial militar: o caso Tenente Camargo. **SEMINA**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, pp. 1 – 19. Disponível em: < <http://www.upf.br/seer/index.php/ph/article/view/3657> >. Acesso em: 15 Jul. 2016.

<sup>274</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 1999.

<sup>275</sup> **Discurso do ritual de homenagem póstuma ao Tenente Camargo – 1977.** 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tTjBUMU9YSmV6WIk> >. Acesso em 10 Jul. 2016.

<sup>276</sup> **Discurso do ritual de homenagem póstuma ao Tenente Camargo – 1996.** 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tZ3BmUVJFWec3SjQ> >. Acesso em 10 Jul. 2016.

<sup>277</sup> BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. PINSKY, Carla Bassanez (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2001. pp. 23-80, p. 64.

Trata-se de narrativas datilografadas para a homenagem ao herói redigida para cerimoniais fúnebres, cuja função era relatar o episódio em que tombou o tenente Carlos Argemiro de Camargo, relida para o público interno, e repassada ao público externo à caserna nas formaturas militares que ocorreram entre 1977 a 2006. Os documentos apresentados demonstram para além de um discreto relato de combate produzido pelos militares na ocasião do confronto com a tropa guerrilheira comandada pelo Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. Ela não apenas expõem a versão oficial das operações realizadas no sudoeste do Paraná de 1965, como também divulga, numa análise mais atenta, a sua revelação como liturgia cívica, vinculada a uma religião cívica em processo de construção, além do uso político de engajamento direcionado para formulação de consciência e condutas.

Ambas narrativas, inicialmente apresentam uma breve biografia do então sargento Carlos Argemiro de Camargo, promovido postumamente ao posto de tenente Camargo, por heroísmo em combate. Entretanto, o primeiro documento datilografado em 1977, que posteriormente foi plastificado, conservando-se em perfeito estado até 2006, foi a base de um discurso institucional e padrão a ser relido anualmente nas formaturas militares em homenagem ao herói.

Em ambas as narrativas, segue as informações abaixo:

27 de março de 1965, portanto, *[rasuras]* anos já se passaram e não poderia a *[rasuras]* Companhia de Infantaria, SENTINELA DO SUDOESTE, deixar de mais uma vez homenagear e externar um profundo respeito à alma de um herói brasileiro morto em combate no dia 27 de março de 1965.

Nascido em Ponta Grossa, Estado do Paraná, em 15 de abril de 1938; filho de *[rasuras]* incorporado nas fileiras do Exército no dia 20 de junho de 1958m no então 13º Regimento de Infantaria, com sede na cidade de Ponta Grossa.

No dia 17 de dezembro do mesmo ano concluiu o Curso de Formação de Graduados, sendo promovido à graduação de Cabo na mesma data.

No dia 22 de agosto de 1959 deslocou-se de Ponta Grossa para o então conturbado Sudoeste do Paraná vindo acantonar na cidade de Francisco Beltrão, com a 1ª do 13º Regimento de Infantaria, hoje *[rasuras]* Companhia de Infantaria. **Grifo nosso.**

Pelas anotações de próprio punho que se apresenta como rasuras de caneta esferográfica se nota que com o passar dos anos alterou-se o nome da Organização Militar local, se substituiu a data com grafia sobrescrita, além do acréscimo de filiação. Entretanto, o documento se manteve original. Este texto pode ser compreendido – entenda-se lido – tal como um discurso a ser explanado aos civis e

militares que presenciavam os cerimoniais. Ou seja, manteve-se a mensagem a ser transmitidas aos ouvintes durante três décadas consecutivas aconselhando posturas políticas e condutas através da história agregada a um herói. Sabe-se que a nossa relação com a “memória se processaria pelo ato mesmo da escuta, Assim, antes de nos apropriarmos de nossa capacidade narrativa (contarmos histórias), nós ouvimos histórias.”<sup>278</sup> E neste caso em específico, se utilizou do alento de uma história de heroísmo para dissipação de uma conduta política considerada apropriada pelos agentes do poder.

O fato é que se consolidou uma tradição da Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão/PR de homenagear o tenente Camargo anualmente na data de seu aniversário de morte. E neste cerimonial fúnebre o documento em anexo foi utilizado como versão oficial dos fatos além de uma breve bibliografia do herói a ser passada ao longo das décadas, que apesar de sofrer acanhadas alterações que praticamente não desvirtuaram seu propósito.

Em março de 1996, a 3ª/33ª Companhia de Infantaria motorizada reescreveu o texto, retirando as partes em que poderiam ser constrangedoras por uma interpretação mais atenta ao passo que o distanciamento temporal transcorria. Foram suprimidas algumas linhas do texto pensado em 1977. Trecho suprimido do discurso fala do “tiroteio enquanto os soldados do Exército ainda tentavam desembarcar da viatura” (linhas 18 e 19); além do momento em que fala de “um momento de confusão” da tropa regular, quando o seu comandante com seus sargentos, conseguiram impedir que a tropa retrocedesse, “acalmado e gritando para que permanecessem aonde estavam”. (Linhas 21, 22 e 23).

Em novembro de 2006, por ocasião do traslado dos restos mortais de Camargo que se encontravam depositados no Cemitério Municipal de Francisco Beltrão para a Praça Tenente Camargo, localizada dentro do aquartelamento daquela cidade, tive a oportunidade de acompanhar o derradeiro uso político deste discurso direcionado à população local. Desta oportunidade, cabe ressaltar a exclusão dos termos “**Brizola**”<sup>279</sup> e “**comunistas**” em todas as entrevistas concedidas, e discursos, pela instituição à mídia local.

---

<sup>278</sup> RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *Op. Cit.*, 2002, p. 429.

<sup>279</sup> Leonel Brizola é tido pelos militares como maléfico, e talvez, o maior vilão da história que justificou a intervenção militar de 1964. D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glácio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, p. 11.

Ao estudar a memória, Pollak insinua que a organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento – gravando, recalando, excluindo e relembrando – mostra que a memória é um “fenômeno construído”.<sup>280</sup> Sabe-se que houve uma solicitação direta e informal por parte do Comandante do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, Major Marcelo Lorenzini Zucco, para com o organizador da cerimônia, para que deixassem de ser elaboradas referências a estes termos. Pois, segundo ele próprio, a intenção não era alimentar os antigos conflitos políticos, mas sim relembrar o ato heroico do militar que cumpriu o juramento de “DEFENDER A PÁTRIA, SE PRECISO FOR, COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA!”.

Também, é certo que ao longo dos tempos, as cerimônias se transformam, algumas se rotinizaram e outras desaparecem. É neste sentido, que as mediações são necessárias para a decisão do que pode ou não ser comemorado e rememorado em relação aos mortos em guerra.<sup>281</sup> Fato que já foi percebido pelo historiador americano Jay Winter, quando cita como exemplo o final da Guerra do Vietnã, não pode ser comemorado pelos Estados Unidos, enquanto, muito pelo contrário, o Dia da Vitória da Segunda Guerra Mundial é motivo de festa para os franceses.<sup>282</sup> Além de que, as memórias contestadas, permeiam as comemorações, onde os traumas interferem na categorização do que é comemorado.<sup>283</sup>

Em 1996, e em 2006, foram os anos em que o texto sofrera suas amputações mais severa que foi produzido, amenizando conflitos políticos que poderiam causar constrangimentos em tempos democráticos, bem como escamoteando informações questionáveis da atuação corajosa dos soldados envolvidos.

Entende-se que as formas de apropriação da memória, os filtros e as seleções, se apresentam tanto na memória coletiva que busca obter a

---

<sup>280</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1989, p. 5.

<sup>281</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Op. Cit.*, 2014, p. 219.

<sup>282</sup> WINTER, Jay; SIVAN, E. **War and Remembrance in the twentieth century**. Cambridge University Press, 1999.

<sup>283</sup> NORA, Pierre. *Op. Cit.*, 1993.

homogenização de uma visão comum sobre o passado individual, como na multiplicidade de experiências.<sup>284</sup>

Assim, o processo de construção das narrativas comporta estratégias de esquecimento, selecionando e destacando outros aspectos; definidas foram por Ricoeur (2007) como “reconfiguração” do passado, pois “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela”.<sup>285</sup>

Pois,

não apenas as políticas memoriais, mas também os chamados usos políticos do passado, são desta forma, expressões da memória coletiva, estudados em momentos específicos, como por exemplo, nas comemorações, nos rituais e na construção de monumentos. A vontade política que se exprime nos usos políticos do passado tem como objetivo a produção de representações compartilhadas, ou seja, a produção de uma identidade comum. Assim, cabe colocar que tais “usos” não são arbitrários mas sim instrumentais”.<sup>286</sup>

Sabe-se que a dialética da memória deixou de resguardar algumas subversões internas, se fixando nas utopias de candidez e/ou assiduidade, nitidamente sem traumas, pois

os conflitos e os esquecimentos, os erros e os acidentes acabam sendo excluídos, de tal modo que o desejo de reapropriação das culturas e de seus signos identitários somente se detém diante dos obstáculos técnicos e políticos.<sup>287</sup>

Assim, se apresenta o passado revisado pelo uso instrumental, vindo a influenciar e reforçar uma determinada identidade regional marcada pela pluralidade partidária dos tempos atuais. Cabe lembrar que presentes no cerimonial de 2006 se fizeram presentes inúmeras autoridades políticas, e de partidos variados.

Para Michel Foucault a análise de um discurso dever ultrapassar a superficialidade sendo necessária a atenção devida, pois um discurso “não tem

<sup>284</sup> LAVABRE, Marie Claire. De La notion de mémoire à La production des mémoires collectives. In: CEFAL, D. (dir.) **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001. FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Op. Cit.*, 2010.

<sup>285</sup> RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, 2007, p. 455.

<sup>286</sup> LAVABRE, Marie Claire. *Op. Cit.*, 2001, p. 233-252.

<sup>287</sup> JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 3.



apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”<sup>288</sup> Neste significado, para se analisar um discurso segundo a perspectiva foucaultiana, deve-se fugir das interpretações fáceis, unívocas ou que buscam encontrar o “oculto”, o distorcido, o cheio das “reais” intenções ou conteúdos e/ou representações imediatamente não vistas nos textos. Por outro lado, deve ser dada a devida atenção às relações históricas, concretas e vivas nos textos sob uma perspectiva de construção histórica e política, compreendendo a linguagem como constitutiva de práticas sociais.<sup>289</sup>

A leitura das graduações militares alcança pelo herói em sua carreira profissional, desde a incorporação às fileiras do Exército à sua promoção a 3º Sargento em 31 de março de 1960, pode ser entendido como uma anunciação de que seu comportamento disciplinar apolítico era visto como recomendado, e fora reconhecido pelo Exército.

Concomitantemente, as condições de produção de um discurso estão intimamente ligadas com a questão do sentido literal, ou seja, ela é constitutiva do sentido. Desta forma passam a contar desde determinações do contexto mais imediato (ligados ao momento da interlocução) como mais amplos (ligados à ideologia).<sup>290</sup> A face ‘apolítica’ do herói militar é que se exalta através da ideologia anticomunista.

Além do mais, teóricos do nacionalismo afirmam que as nações precisam de uma narrativa com a qual se identificar, uma narrativa que seja apoiada e revivida pelos rituais comemorativos; desta maneira surgem as identidades intensas provenientes quase sempre de lutas e oportunidades, selecionadas por atos de apropriação de significados que habilitam a construção de símbolos que marcam identidades.<sup>291</sup>

Segue:

Nesta oportunidade em que se comemora o *[rasuras]* aniversário de morte do 3º Sgt CAMARGO, concita-nos ao permanente estado de alerta

---

<sup>288</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986, p. 146.

<sup>289</sup> FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, novembro/2001, p. 198-199.

<sup>290</sup> ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 149.

<sup>291</sup> STRATHERN, Andrew; STEWART, Pamela J. *Op. Cit.*, 1999, p. 44 e 45.

lembrando que o inimigo está ativo e não nos poupará o sacrifício da própria vida, em qualquer oportunidade. **Grifo nosso.**

Destacável ainda, pode ser a fala que alertava para a necessidade de manterem-se vigilantes, estando pronto para o sacrifício da própria vida em nome da pátria, ressaltando a importância dos heróis nacionais que com o seu sangue irrigaram a coesão da nação brasileira. O discurso relido anualmente foi, e ainda é, uma demonstração intensa de linguagem engajada, de mobilização, de ativismo com dimensão ufanista que visava à legitimação de ações e a sedimentação de uma memória política.

Segue:

No dia 22 de agosto de 1959 deslocou-se de Ponta Grossa para o então conturbado Sudoeste do Paraná vindo acantonar na cidade de Francisco Beltrão, com a 1ª do 13º Regimento de Infantaria, hoje *[rasuras]* Companhia de Infantaria. **Grifo nosso.**

Explanada pelo discurso, e amparada por testemunhos locais, a memória brotou e emergiu por meio de um quadro de sociabilidade sendo capaz de reconstruir fundamentação comum afetivamente entre a memória individual dos soldados e dos colonizadores, através de um passado em conjunto exaltado pela nomeação pública do herói. Como dito por Pierre Bourdieu, a nomeação pública realizada a vista de todos resulta a oficialização do fato fazendo surgir um poder quase mágico das palavras.<sup>292</sup>

Para Foucault não há

enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências.<sup>293</sup>

Torna-se adequado afirmar que um determinado discurso é um espaço de troca entre vários discursos precedentes, ao mesmo instante que um discurso

<sup>292</sup> BORDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 1998, p. 117.

<sup>293</sup> FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, 1986, p. 114.

político ideológico pode ser pensado através do viés de re-apropriação. Trata-se de interdiscurso a interação que determinadas formações discursivas mantém com outros textos ou enunciados, abrigando novidades, imitações, mudanças ou continuidades. Interceptar os interdiscursos dentro de um texto seria perceber o seu caráter de complementaridade e interdependência

Dentro da narrativa ao tenente Camargo, percebe-se o interdiscurso presente no seguinte trecho, em ambas as narrativas:

Assim, não devemos esquecer jamais o dignificante gesto do Sargento CARLOS ARGEMIRO CAMARGO, pois a esmo encarna a espiritualidade heróica das palavras de um militar brasileiro, no passado:/ SEI QUE MORRO, MAS O MEU SANGUE E DE MEUS COMPANHEIROS, SERVIRÁ DE PROTESTO SOLENE CONTRA A INVASÃO DO SOLO DE MINHA PÁTRIA.<sup>294</sup>

O discurso/narrativa analisada apresenta esta associação de forma não ocasional com a morte do tenente Camargo, morto de forma duvidosa no sudoeste do Paraná, com um herói da Guerra do Paraguai que se deu em sacrifício. Dentro deste processo de “invenção” nota-se a nítida associação a um herói já consagrado pela instituição e com aceitação pública, omitindo intencionalmente a informação que Camargo ‘não’ fora voluntário para o combate à guerrilha, sendo escalado contra sua vontade, qual tentou se ausentar em diversos momentos alegando o acúmulo de trabalhos burocráticos na repartição que laborava.<sup>295</sup> Neste sentido, considerar a “interdiscursividade significa deixar que aflorem as contradições, as diferenças, inclusive os apagamentos, os esquecimentos; enfim, significa deixar aflorar a heterogeneidade que subjaz a todo discurso”.<sup>296</sup>

<sup>294</sup> O texto destacado em caixa alta na citação compõe uma mensagem enviada pelo tenente Antônio João Ribeiro, Comandante da Colônia Militar de Dourados na Província de Mato Grosso momentos antes de tombar em combate. Em dezembro de 1864 enquanto liderava um efetivo de quinze homens acabaram fuzilados por tropas paraguaias ao defender a colônia. Em sua homenagem foi erguido monumento lhe dado o título de Patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército brasileiro.

<sup>295</sup> O subtenente Polanki conta que presenciou o momento em que Camargo foi escalado para compor o pelotão de operações, comenta que estava na porta de entrada da seção dentro do Pavilhão de Comando, quando observou um oficial ordenar o apronto operacional para aquele militar, que imediatamente respondeu que não poderia ir devido o excesso de serviço burocrático. Que então, o oficial determinou que ele compusesse o grupo, que mesmo contrariado, o militar cumpriu a ordem. Entrevista com o Subtenente da Reserva Sessuaf Micessuaf Polanski, Sargento Rádio-operador do Exército na Operação de Contraguerrilha de 1965.

<sup>296</sup> FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Op. Cit.*, 2001, p. 212.

A entrevista com o Subtenente da Reserva Sessuaf Micessuaf Polanski nos permite perceber que

A força da evocação pode depender do grau de interação que envolve: eventos de repercussão restrita diferente, em sua memorialização, dos que foram revividos por grupos anos a fio. Mas, uns e outros sofrem de um processo de desfiguração, posi a memória grupal é feita de memórias individuais.<sup>297</sup>

A breve bibliografia do tenente Camargo, que compõe a narrativa do episódio, inserido num sequente processo de heroicização fizeram parte de uma atividade política institucional que esteve presente nas Forças Armadas após 1964. Ainda, nos tempos atuais, o Exército como instituição nacional promove e idealiza ações com o intuito de valorizar e nutrir a memória. Tal memória foi, e ainda é, fundamental para o sentimento nacional e elaboração de consciência política e identidade comunitária dentro de um pensamento romântico da construção de um herói, utilizando para isso uma série de conjuntos simbólicos com fins políticos.

O texto em análise foi produzido em 1977, e revisado em 1996 e 2006, dentro de um contexto amplo, qual procurava legitimar ações através da figura construída de um herói militar, vinculada a um ato tido como heroico – morrer pela pátria – que por sua vez pertencia a uma ideologia/formação ideológica<sup>298</sup> militar.

Esta narrativa voltada à heroicização daquele militar teve finalidade de proporcionar uma tipificação de conduta desejada aos integrantes do Exército, apolítica e comprometida com os deveres militares, ou seja, evitar o surgimento de novos “lamarcas”. Ao mesmo tempo, estava voltada para inculcar na população civil a crença de que o Exército devia ser visto como ‘guardião da nação e defensor dos preceitos morais ameaçados pelos guerrilheiros comunistas’. E que, a instituição estava vigilante a isso, sendo necessário para o desenvolvimento saudável da nação. E, a trapaça discursiva que segue o percurso temático da “salvação da pátria” foi usada milhares de vezes pelos que falavam a palavra do poder depois de

---

<sup>297</sup> BOSI, Ecléia. *Op. Cit.*, 2003, p. 77.

<sup>298</sup> Formação ideológica deve ser compreendida como “uma visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo”. FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988, p. 32.

1964.<sup>299</sup> Neste sentido, cabe-se reafirmar que o elo crucial entre o fazer e o dizer de uma comunidade representa o ponto cego do discurso.<sup>300</sup>

Desta forma, o culto dos mortos ou a comemoração dos mortos pode ser avaliado como uma das mais elevadas expressões de patriotismo<sup>301</sup>, bem como o processo a ele associado que articula a morte à constituição de uma bibliografia estabelecendo os funerais como liturgias cívicas, que por sua vez configuram o sentimento de coletividade.<sup>302</sup> E, em específico neste caso a coletividade nacional através de uma ritualística militar que afirmava um discurso de defesa da Pátria.

A liturgia militar, narrativa bibliográfica do herói, elaborada em 1977 permite compreender que o ato de comemorar o morto – herói – manteve-se praticamente estanque por três décadas consecutivas, apresentando pequenas alterações ou adequações momentâneas à medida que se desconsiderasse a “evidente”, ou não, a ameaça política de avanço comunista. É notável que a agregação de valores, das normas, dos resíduos históricos e a transmissão de saberes e fazeres fez com que essa biografia sucinta tornasse uma narrativa intergeracional de transmissão de domínio público representativo, tanto no horizonte simbólico como meio cultural.

Desta forma, a ideológica “invenção” do herói militar tenente Camargo, com diversas homenagens *post-mortem*, elevou o grau de identificação e sentimento grupal da comunidade local com o episódio do combate, em defesa da nação contra o inimigo externo – entenda-se a defesa do Brasil contra o comunismo internacional.

#### 4.5 MORTIFICARE: A MORTE DO HERÓI PELA JUSTIÇA MILITAR

O episódio que resultou na morte de Carlos Argemiro de Camargo, gerou uma acusação de prática de crime militar propriamente dito, qual foi delatado pela Promotoria Militar na Auditoria da 5ª Região Militar – 5º Distrito Naval e 5ª Zona Aérea de Curitiba – PR. Os envolvidos no episódio, tanto civis como militares, que resultou a morte de Carlos Argemiro de Camargo foram denunciados pela Promotoria Militar pela prática dos crimes previstos nos seguintes artigos do Código

<sup>299</sup> FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988, p. 41 .

<sup>300</sup> MAIGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989, p. 70.

<sup>301</sup> ARIÈS, Philippe. *Op. Cit.*, 2003, p. 77.

<sup>302</sup> MARCELINO, Douglas Attila. *Op. Cit.*, 2001, p. 130.

Penal Militar: 134 – Incitamento à prática de crime militar; 181 – Homicídio; e, 199 – Roubo. Além, de serem também enquadrados na **LSN – Lei de Segurança Nacional** n. 1802 de 1953<sup>303</sup>, todos os envolvidos no inciso III do Art. 2º<sup>304</sup>, e os considerados pensantes do movimento armado, os “cabeças”, em seu Art. 40<sup>305</sup>.

A denúncia foi acatada pela Justiça Militar, onde tramitou o processo e acabou por julgar os envolvidos. Busca-se então na documentação da Justiça Militar, compreender como foi tratada a morte do tenente herói militar pelos responsáveis pela aplicação da Justiça, durante o Regime Militar, que julgou o caso. As documentações dispostas para isso – apesar de serem parciais, pois não foi possível ter acesso aos processos que envolvem o caso na sua íntegra (peças como laudo cadavérico, testemunhos e depoimentos, que seriam extremamente interessantes para este estudo) – são : 1 – A denúncia oferecida pela Promotoria Militar contra os envolvidos em 09 Set. 1965<sup>306</sup>; 2 – A sentença da Justiça Militar referente ao Processo 335 que julgou os acusados em primeira instância de 06 Jul. 1967<sup>307</sup>; 3 – O acórdão da Promotoria Militar solicitando aumento de pena de 05 Jan.

---

<sup>303</sup> A Lei de Segurança Nacional foi criada em 04 Abr. 1935 no Governo Vargas para definir os crimes contra Segurança Nacional, a ordem política e social, além de estabelecer os critérios de julgamento. Foi modificada pela terceira vez no ano de sua criação, sofrendo alterações novamente em 1953 durante o segundo mandato de Getúlio Vargas. Durante o Regime Militar esta lei foi modificada por quatro vezes: a primeira, em 1967 durante o Governo Castelo Branco, quando a Doutrina de Segurança Nacional virou lei fundamental da manutenção do Golpe Militar de 1964; a segunda, em 1969, no Governo Médici, quando reforçava a ideologia da Guerra Fria no combate ao “inimigo interno” fomentado pela guerra ao comunismo; a terceira, em 1978, no Governo Geisel, mais branda que as anteriores; e, a quarta e última modificação de 1983 no Governo Figueiredo, cujo texto vigora até os dias atuais, preparado para a abertura democrática do Regime.

<sup>304</sup> “Art. 2º Tentar: III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional; Pena: - no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos aos cabeças, e de 10 a 20 anos aos demais agentes; no caso do item IV, reclusão de 5 a 12 anos aos cabeças, e de 3 a 5 anos aos demais agentes.” **BRASIL**. Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 05 jan. 1953.

<sup>305</sup> “Art. 40. Para os efeitos desta lei, são considerados cabeças os que tiverem excitado ou animado a prática do crime, ou promovido ou organizado a cooperação na sua execução, ou dirigido ou controlado as atividades dos demais agentes.” *Idem*.

<sup>306</sup> **DENÚNCIA DA PROMOTORIA MILITAR** de 09 Set. 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tNF9fV2FNYUQtanM> >. Acesso em: 15 Jul. 2016.

<sup>307</sup> **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335** de 06 Jul. 1967. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tS0k0X1RLWjgzQWM> >. Acesso em: 15 Jul. 2016.

1968<sup>308</sup>; 4 – a Decisão do Supremo Tribunal Militar - STM cassando a anistia de 08 de Ago. 1980<sup>309</sup>; 5 – A Sentença da Justiça Militar em primeira instância concedendo anistia de 08 Ago. 1980<sup>310</sup>; e, 6 – a Decisão do Supremo Tribunal Militar em embargos, mantendo a cassação do benefício de 03 Jul. 1981<sup>311</sup>.

Compreende-se que, ao tomar qualquer documentação como fonte, é necessário abranger a lógica de sua constituição, bem como as regras que lhe são próprias. Pelo Direito Penal é que se define os castigos, penas ou punições que deverão ser atribuídos quando houver o cometimento de crimes e atos proibidos, os crimes devem ser previamente definidos em lei. Já o Direito Processual, rege a forma que o crime deve ser investigado, as regulamentações, da dita, comprovação da verdade (provas, testemunhos que identifiquem autorias, etc.). Bem como, os critérios das tomadas de decisões judiciais. É, este último que estabelece as regras de andamento dos processos judiciais.<sup>312</sup>

Logo, ao analisar os Processos Judiciais como fonte histórica é imprescindível levar em consideração o que é avaliado como crime no âmbito de uma sociedade, em seus distintos contextos e temporalidades; também, o procedimento investigativo e o prosseguimento no meio judiciário.<sup>313</sup> Processando tal orientação, é que pensa a tramitação destas peças processuais na Justiça Militar<sup>314</sup>, qual é responsável, estritamente, por julgar crime militares, sendo eles

<sup>308</sup> **ACÓRDÃO DA PROMOTORIA MILITAR** de 05 Jan. 1968. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4taW9TN3JmbHFpNm8> >. Acesso em: 15 Jul. 2016.

<sup>309</sup> **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR** de 20 Dez. 1979. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tMHRZalpFcmxTSFE> >. Acesso em: 15 Jul. 2016.

<sup>310</sup> **DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR** - STM de 08 de Ago. 1980. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tbFR0cTJ6NW9qVXc> >. Acesso em: 15 Jul. 2016.

<sup>311</sup> **DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR EM EMBARGOS** de 03 Jul. 1981. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tSGVxcG9lV0NwSZA> >. Acesso em: 15 Jul. 2016.

<sup>312</sup> BAJER, Paula. **Processo Penal e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>313</sup> GRINBERG, Keila. Processos criminais: A História nos porões dos arquivos judiciários. PINSKY, Carla Bassanez; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. pp. 119-139, p. 122.

<sup>314</sup> Obviamente, os ritos processuais da Justiça Militar segue um padrão distinto, não análogo à Justiça Comum, o que gera questões pontuais interessantes à vista da História. Cabe aqui ser citado, a nulidade do processo buscada pela defesa do Coronel Jefferson Cardim de Alencar Ozório, por ter sido julgado por um Conselho Militar, hierarquicamente inferior ao seu posto, composto por dois

praticados tanto por parte de militares, como de civis. E que neste caso, julgou um ataque as forças militares constituídas durante o Regime Militar brasileiro, ou seja, acabou por julgar um ataque contra seus pares, sendo questionável o quesito imparcial da aplicabilidade da justiça.

Também, têm-se a orientação de especialistas que o historiador deve trabalhar o Processo Criminal com as suas versões, percebendo como estão construídos os diversos discursos e as narrativas que se repetem.<sup>315</sup>

Neste sentido, é que segue a análise da morte do herói pelos arquivos da Justiça Militar brasileira, dando-se ênfase à denúncia da Promotoria Militar, ofertada em 09 Set. 1965, de cometimento de crime no art. 181 – Homídio, citando o laudo cadavérico<sup>316</sup> do corpo de Carlos Argemiro de Camargo como prova contra os acusados, cuja informação distinta é que o sargento morreu com por quatro disparos de arma de fogo, sendo dois na coxa direita e dois no tórax.

A denúncia da prática de homicídio da Promotoria Militar envolveu até mesmo os que não estavam no local do confronto armado, como o citado Alberly Viera dos Santos<sup>317</sup>, um caso típico de nivelamento dos envolvidos no episódio.

Nela, pode-se ler o seguinte:

“Reunindo-se ao grupo, JEFFERSON dispõe sua tropa para a emboscada e, armado de metralhadora, mosquetão e pistola, salta para a estrada e manda parar a viatura do Exército, com a qual havia cruzado, ocorrendo o choque armado, entre os militares e o grupo comandado por JEFFERSON que teria atirado primeiro com o mosquetão e tentado manobrar a metralhadora, sem o conseguir. Respondido o ataque com poder maior de fogo, os acusados debandaram, sendo presos e recolhidos ao 1º Batalhão de Fronteiras. Dêsse combate resultou a morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo que viajava na viatura militar.”<sup>318</sup>

Logo na denúncia, o processo militar já apresenta contradição com outro documento militar oficial, o Relatório SECRETO das Operações Militares de Contraguerrilha, redigido por seu comandante, o Tenente Lemos, que anuncia:

---

coronéis mais moderno que o réu. **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335** de 06 Jul. 1967, Op. Cit., p. 20 a 22.

<sup>315</sup> <sup>315</sup> GRINBERG, Keila. *Op. Cit.*, 2009, p. 129.

<sup>316</sup> **DENÚNCIA DA PROMOTORIA MILITAR** de 09 Set. 1965. Op. Cit, p. 9.

<sup>317</sup> **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335** de 06 Jul. 1967, *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>318</sup> **DENÚNCIA DA PROMOTORIA MILITAR** de 09 Set. 1965. Op. Cit, p. 5.



Na viatura testa iam na cabine eu, o SGT CAMARGO e o CB BERTUSSI, sendo este último o motorista. A carroceria estava ocupada por 15 homens.

A meio caminho entre S. JOSÉ – Sta. LUCIA, numa curva da estrada, de chofre deparamos com um indivíduo, vestindo o 5º uniforme de oficial do exército, sem túnica, portando na cintura uma pistola e na mão direita, segurando ao longo da perna, uma arma grande. Não pouse notar se era uma metralhadora ou um mosquetão. Aos nos reconhecer titubeou por alguns segundos, e então fêz sinal para parar-mos. Deviam ser então 1100hs.

Daí dei ordens para o motorista parar imediatamente, e ainda com a viatura ainda em movimento rolei para fóra da estrada. A viatura paraou a mais ou menos 10 metros do indivíduo, enquanto ao restante dos ocupantes abandonaram o caminhão e se abrigaram ao longo da estrada. Concomitantemente os primeiros tiros foram disparados contra o caminhão ainda com alguns soldados se movimentando para abandoná-lo. Comandei então “Fogo a vontade” e a 1ª/1º RI respondeu rápida e violentamente ao fogo recebido.”<sup>319</sup>

Percebe-se que a denúncia anuncia o coronel Cardim, portando três armas **“metralhadora, mosquetão e pistola”**; enquanto, o relatório de operações anuncia o mesmo homem portando apenas duas, **“portando na cintura uma pistola e na mão direita, segurando ao longo da perna, uma arma grande. Não pouse notar se era uma metralhadora ou um mosquetão”**. Cabe salientar que a discrepância entre as armas longas, do tipo mosquetão e metralhadora, não percebido por um oficial militar formado em Ciências da Guerra, e considerado um perito no assunto; e, que convivia diariamente em contato com ambos os armamentos.

Além, de que a primeira possuía projétil calibre 7mm, ao passo que segunda possui calibre .45mm. O relatório do Tenente Lemos, dá a localização de Carlos Argemiro de Camargo no comboio militar, dentro da cabine, entre o relator e cabo motorista Bertussi. Logo, como eles eram o primeiro veículo do comboio, a viatura-testa, ficaram entre os revoltosos e a sua própria tropa quando iniciou-se os disparos de arma de fogo.

Surpreendentemente a sentença da Justiça Militar anuncia a possibilidade de uma versão que Carlos Argemiro de Camargo teria sido morto por seus próprios companheiros. Como segue:

para acrescentar que a insurreição armada e a tentativa de subversão acham se demonstradas pelos depoimentos dos testemunhas e através das declarações dos próprios denunciados. Expõe que a morte do sargento

<sup>319</sup> **SECRETO**, Relatório do 1º Tenente JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS, *Op. Cit.*, p. 3.

Carlos Argemiro de Camargo foi ocasionada pelos réus e não por seus próprios companheiros, como querem os acusados.<sup>320</sup>

FIGURA 19. CAMINHÃO AO QUAL O RELATÓRIO SUPRACITADO FAZ REFERÊNCIA, NOTA-SE NO PARABRISAS APENAS UMA PERFURAÇÃO.



FONTE: ÁLBUM HISTÓRICO DA 3ª COMPANHIA DO 33º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO. DEPENDÊNCIAS DO 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.

Ainda afirma, no que segue que a **“perícia realizada no corpo do Sgt Camargo não esclarece o calibre da arma que o matou, assim como não foi encontrado o projétil que deu origem à morte do militar”**, além de que somente um perito teria assinado, destoando dos procedimentos normais onde a assinatura do laudo cabia a dois profissionais da área. Em conversas informais dentro do quartelamento, soube-se, na década de 2000 que tal perito a assinar o laudo cadavérico do sargento morto teria sido o oficial médico, Tenente Arizone Mendes de Araújo, nas dependências do quartel, para onde fora levado o corpo do militar que tombou em combate. Estranhamente, um oficial-médico do Exército brasileiro, desconheceu o tipo de ferimento causado das armas usados por sua instituição, não sabendo caracterizar por ocasião da emissão de um laudo cadavérico, um ferimento

<sup>320</sup> SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335 de 06 Jul. 1967, *Op. Cit.*, p. 8.

de dimensões gritantes, que chegam a gerar amputação, causados por um projeto de calibre 7mm; de um ferimento mais discreto, ocasionado por um disparo de metralhadora .45.

No mesmo documento referenciado, nota-se o pedido de nulidade do processo criminal, por parte do advogado de defesa de Valdentar Antônio Dornelles (réu no processo), por razões que incluem **“Quanto ao mérito, declara que o sargento Camargo foi morto por rajada de metralhadora “lna” e, por esse motivo, foi dado sumiço à bala extraída do corpo do sargento”**.<sup>321</sup> A sentença afirma que, integrantes da tropa tomados como, testemunhas negam uma versão da morte por tiro amigo.

Também, ao defender os réus do crime de homicídio, Adamastor Antônio Bonilha e Alcyndir Ayres, seu advogado questiona a ausência de **“perícia balística nas armas apreendidas”**<sup>322</sup>, pois poderia inclusive, servir como arsenal probatório para uma condenação.

Sobre o crime de homicídio, a sentença encerra absolvendo os acusados, por acreditar que a autoridade militar encarregada do inquérito

Nenhuma providência tomou no sentido de procurar determinar de que arma partiu, pelo menos, um dos projéteis que atingiram o sargento. Não se procurou determinar as dimensões dos orifícios que atravessaram o corpo da vítima, embora essa providência não fosse possível ser tomada, ao dar entrada o Inquérito neste Juízo, pois foram atingidas partes moles do corpo e, com o decorrer do tempo, não era possível verificar-se essas dimensões. Os projéteis retirados do corpo foram extraviados, como se pode ver.

Por esta razão, não é possível atribuir a quem quer que seja a morte do sargento Camargo.<sup>323</sup>

Apesar do processo citar a confissão do homicídio por Jefferson Cardim de Alencar Osório, é conhecida, mesmo sem ter dado ênfase nesta pesquisa por dedicar-se a temática específica da morte, é dever de relato, citar as circunstâncias de tortura em que os presos passaram em seus interrogatórios. Neste sentido, o menos importante, é desmistificar a metodologia repressiva, que raramente estará

---

<sup>321</sup> SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335 de 06 Jul. 1967, *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>322</sup> SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335 de 06 Jul. 1967, *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>323</sup> SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335 de 06 Jul. 1967, *Op. Cit.*, p. 39.

explícita nos documentos, como sequestro, tortura e mortes como métodos operacionais.<sup>324</sup>

Ao proferir a sentença, a acusação de homicídio oferecida pela promotoria foi considerada inválida por aquele juízo, ao passo que seu entendimento baseado no acórdão de Egrégio Superior Tribunal Militar, de fls 3521, reitera que **“a morte ocorrida em combate não pode ser capitulada como homicídio, por se tratar de consequência de crime político”**.<sup>325</sup>

Entretanto, mesmo com a acusação de prática de homicídio desqualificada, ao longo das demais peças processuais, percebe-se a recorrente retomada ao fato da morte de Carlos Argemiro de Camargo. Obviamente um quesito atenuante no desenrolar do processo criminal, como percebido em dois momentos da apelação onde o Tribunal Superior Militar solicita aumento de pena, aos envolvidos já condenado tendo requerimento aceito na revisão de pena. O primeiro dele no momento em que contextualiza o evento **“Como tropeços à meta obstada, surgiram os saques cortes de fios telefônicos e telegráficos, invasões de domicílios, por último, o homicídio de autoria incerta demonstrado pelo laudo cadavéricos de fls. 241”**.<sup>326</sup> No segundo momento, quando ampara o aumento de pena de Jefferson Cardim de Alencar Osório, de 9 para 10 anos de reclusão, citando

Considerando que chefiou o movimento em todas as suas fases até mesmo quando se defrontou com a patrulha do Exército, determinando aos seus comandados que fizessem fogo, resultando a morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo;<sup>327</sup>

Na década de 1980, a morte de Carlos Argemiro de Camargo volta a ser citada no recurso em que cassou a anistia aos envolvidos neste episódio, que fora concedida pela Lei 6.683 de 28 Ago. 1979<sup>328</sup>, especificada pela sentença de 20 Dez. 1979<sup>329</sup>. Como visto, neste caso em estudo, a dita anistia “ampla e irrestrita” é um

---

<sup>324</sup> BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E.. Arquivos de regimes repressivos: Fontes sensíveis da história recente. PINSKY, Carla Bassanez; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. pp. 174-193.

<sup>325</sup> **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335** de 06 Jul. 1967, *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>326</sup> **ACÓRDÃO DA PROMOTORIA MILITAR** de 05 Jan. 1968, *Op. Cit.*, p. 10.

<sup>327</sup> **ACÓRDÃO DA PROMOTORIA MILITAR** de 05 Jan. 1968, *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>328</sup> **BRASIL**. Lei n. 6.683, de 28 de abril de 1979. Concede Anistia e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 28 abr. 1979.

<sup>329</sup> **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR** de 20 Dez. 1979, p. 2.

discurso. Nesta ocasião, estão citados, novamente até os envolvidos que não estiveram no local de combate, local da morte do herói militar. A alegação é de que eles, anteriormente, estariam envolvidos em outros crimes como assaltos e demais.<sup>330</sup>

O caso, de luta pela anistia dos envolvidos, subiu para instância superior, que em 1981, se pronuncia cassando derradeiramente o direito à anistia política, num imbricado enquadramento jurídico que não cabe nesta discussão. Mais uma vez, nesta última instância recursal do processo criminal militar, redundantemente, a morte de Camargo é uma das justificativa que ampara a decisão, quando citada da seguinte forma:

Do episódio em que ocorreu o tiroteio entre o grupo e a patrulha do Exército, de que resultou a morte de um Sargento, participaram todos do grupo, a exceção de ADAMASTOR.

Ressalte-se, porém, ter ele tomado parte de todos os assaltos anteriores. Evidentemente, não foi vontade da lei excluir dos benefícios da Anistia autores de delitos com aqueles nomen juris e sim deixar fora de seu alcance criminosos que cometeram aqueles atos. Por tudo exposto: Nesta conformidade, ACORDAM os Ministros do Superior Tribunal Militar, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso interposto por todos os recorrentes, mantendo o Acórdão deste Tribunal, que cassou o benefício da anistia que lhes fora concedido pelo Juízo a quo.<sup>331</sup>

Percebe-se que, a impossibilidade de comprovação da autoria permitiu o entendimento, vicioso por parte da Justiça Militar, que compreendeu a ação dos revoltosos fora suficiente para o desencadeamento das circunstâncias de morte daquele sargento, pois a ação *MORTIFICARE*, ou seja, causou a morte. Entretanto, entre a tropa, todos sabiam que a arma que causou a morte do militar, como aponta Nelson Bhene ao relatar a morte do seu comandante de pelotão, Sargento Carlos Argemiro de Camargo “Até trazer morreu esvaído em sangue, ficaram os buracos das balas de .45.”<sup>332</sup>

<sup>330</sup> **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR** de 08 Ago. 1980, *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>331</sup> **DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR EM EMBARGOS** de 03 Jul. 1981, *Op. Cit.*, p. 7 e 8.

<sup>332</sup> **ENTREVISTA NELSON BHENE**, *Op. Cit.* 11'09”.

#### 4.6 ZONAS DE SOMBRA, HISTÓRIAS DENTRO DA HISTÓRIA E A INDÚSTRIA NACIONAL DE ARMAS

A pesquisadora Loiva Otero Félix, em seus estudos sobre história e memória, nos alertara sobre as “**zonas de sombras**”, os silêncios e não-ditos originados pelos discursos que são decorrentes da angústia de não encontrar escuta, demonstrando o medo dos indivíduos ou dos grupos sociais de serem punidos ou de se exporem a mal entendidos. Tal aconselhamento serve para o historiador manter-se atento ao “o uso do esquecimento com a possibilidade de manipulação da memória e suas apropriações por interesses políticos”. Além de que, a labuta de construção do esquecimento pelos grupos é fundamental, pois se trata da eliminação de lembranças individuais que os grupos passaram não ter mais interesse.<sup>333</sup>

Como visto anteriormente, a defesa dos acusados perante a denúncia que originou o Processo n. 335, e suas partes, que tramitou na Justiça Militar brasileira, entre as décadas 1960 e 1980, onde o advogado do acusado Valdetar Antônio Dorneles pede a nulidade do processo por haver indícios de que a morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo teria sido causada por rajada de metralhadora INA .45, arma que os militares usaram na operação, e que os revoltosos não possuíam.<sup>334</sup>

Esse argumento foi usado intensamente durante o processo, a ponto de que o juiz militar se pronunciar da seguinte maneira “pois no curso do processo esse fato foi admitido pelos denunciados e seus Advogados que dedicaram parte de seu tempo, neste julgamento, para abordar esse fato”.<sup>335</sup> Mas, para aquele mesmo juiz, havia provas unânimes do evento da morte, bem como a confissão do acusado Jefferson Cardim de Alencar Osório<sup>336</sup>, cabendo desconsiderar a prática de tortura durante os interrogatórios.

Entretanto, sempre houveram relatos, dentro do aquartelamento do Exército de Francisco Beltrão, vindos particularmente dos militares mais antigos naquela

---

<sup>333</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Op. Cit.*, 2004, p. 45.

<sup>334</sup> **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335** de 06 Jul. 1967, *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>335</sup> **SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335** de 06 Jul. 1967, *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>336</sup> *Idem.*

guarnição, de que os tiros que matara o sargento Camargo fora um “**tiro amigo**”, ou seja, disparado pelos próprios companheiros de pelotão durante o confronto com as tropas de Cardim. Algo que jamais fez alguém se manifestar formalmente sobre o assunto! Compreensível, haja vista a complexibilidade do caso ao se tratar de fato político que ocorrera durante o Regime Militar, permanecendo os seus partícipes ainda vivos nos dias atuais, certo que o medo de represálias, punições ou retaliação pública refletem diretamente no tempo presente.

Concordando com Verena Alberti, quando se refere ao fato de que “ a História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”<sup>337</sup> buscou-se entrevistar um dos integrantes da tropa regular do Exército Brasileiro presente naquele confronto que originou a morte de Carlos Argemiro de Camargo, o então, em 1965, Cabo do Efetivo Variável<sup>338</sup> Nelson Bhene, hoje empresário de sucesso no ramo moveleiro da cidade de Francisco Beltrão – PR.

Bhene informa que seguia no primeiro caminhão do comboio, em cima da carroceira, que o sargento Camargo, o tenente Lemos e mais um motorista estavam na cabine do mesmo veículo. E, que foi, o veículo em que seguia, interceptado por um indivíduo no meio da estrada. Ao se reportar sobre o combate ele nos declara que

“como aconteceu a gente não sabe direito, todo mundo deu tiro para todo lado. Na verdade foi isso! Foi um momento de surpresa, eles nos atacaram de surpresa. Eu atirei naquela pessoa, **(o declarante não sabe informar quem era, mas os demais relatórios militares falam somente que Jefferson Cardim estava no meio da estrada com uma arma longa no momento do embate)** num deles que estava com uma metralhadora daquelas, que chamavam de metralhadora tcheca, que por sorte nossa ela deu um tiro só e engasgou! Eu atirei no cara, e por sorte também não acertei, pois aquela INA faz uma força para cima, nem sei se ainda existe essa arma, ela atira para cima, e o caminhão na hora estava freando, e eu atirei, e felizmente não acertei”. **(Grifos nosso)**.<sup>339</sup>

Bhene nos relata o momento conturbado do embate, uma confusão formada onde não haviam zonas de tiros definidas entre as tropas regulares do Exército e os

<sup>337</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanez; DE LUCA, Tania Regina. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, pp. 155-202, p. 155.

<sup>338</sup> Cabo temporário, que permanece um ano servindo as Forças Armadas e é, obrigatoriamente, dispensado do serviço militar.

<sup>339</sup> **ENTREVISTA NELSON BHENE, Op. Cit. 1'54"**.

revoltosos. Também, anuncia que realizou tiro com a metralhadora INA num indivíduo, este também armado com metralhadora, mas que por sua sorte a arma de seu oponente engasgou, realizando apenas um único disparo. O que ele considera sorte sua. Que também, por acaso ao seu ponto de vista atual, errou seus disparos, pois lembra-se de que a arma que utilizava, uma metralhadora INA .45, não tem constância de tiro, e suas rajadas tendem a subir para a direita por propulsão dos seguintes disparos, um problema já conhecido naquela arma.

Uma clara contradição entre a entrevista concedida por Bhene e a versão da memória oficial do Exército se apresenta no momento em que ele informa que a arma do indivíduo que parou o caminhão efetuou um disparo e travou. Neste caso, mesmo com confissão assinada por Cardim, o armamento daquele revoltosos que apresentou problemas após disparar um único tiro, ter atingido o sargento Carlos Argemiro de Camargo quatro vezes, duas no abdômen e duas na coxa direita? A lembrança individual de Bhene é amparada pelo registro iconográfico, que eternizou o momento de retorno das tropas militares ao quartel de Francisco Beltrão, onde apresenta o caminhão em que Camargo transitava com apenas uma perfuração causada por projétil de arma de fogo, no parabrisas dianteiro.

A memória individual de Bhene, lembrada por ocasião da entrevista, remete a atenção também para a possibilidade do “**tiro amigo**”, haja vista, que ele mesmo, por conta da confusão, correu o risco de ser assim atingido. Como conta em seguida a ocasião em que teve seu capacete acertado por um projétil de arma de fogo:

“Aí foi em seguida, depois que eu pulei do caminhão, tinha um toco de pinheiro. E eu tava atrás do toco em meio a uma hortigueira, quando levantei a cabeça... POW! Deu do lado do capacete, ficou o sinal, ficou até o capacete lá um tempo na companhia, e fiquei uma semana com dor no pescoço... Não pegou bem de frente, foi de lateral, se dá bem de frente capaz de matar... foi um soco... Não sei que arma que foi... Quem atirou também... não sei se foi os companheiros ou os outros!” (**Grifos nosso**).<sup>340</sup>

Entretanto, o capacete balístico de aço e fibra atingido pelo disparo, ficou exposto na 3ª Companhia de Infantaria em Francisco Beltrão – PR por alguns anos, como *suvenir* de combate, onde a história agregada era de que aquele equipamento “fora atingida por um disparo deferido pelos guerrilheiros”.

<sup>340</sup> ENTREVISTA NELSON BHENE, *Op. Cit.* 9'55”.



Outra zona de sombra, que permite se reportar, ao analisarmos as fontes documentais oficiais do Exército Brasileiro relativas à morte de Carlos Argemiro de Camargo é o, já citado, **Relatório do 1º Tenente JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS**<sup>341</sup>, que descreve as operações do pelotão em que o militar falecido era integrante. Por tratar-se de uma operação de combate, o relatório omite diversos dados se compararmos com relatórios similares daquela instituição, até mesmo, com os demais relatórios daquele mesmo episódio.

Ora, o relatório do tenente Lemos, não há dúvidas em relação a isso, foi o relatório mais importante daquela operação! Pois, além de ter um de seus graduados morto em confronto, também foi o oficial responsável por prender o líder do movimento, bem como quase todo o efetivo de revoltos; e, em sequência, conduzi-los até a prisão no Quartel de Foz do Iguaçu-PR. Para além das ações específicas do combate, teve em suas atividades, a responsabilidade da escolta dos detidos. Mesmo assim, seu relatório é omissos em diversos dados se comparados aos demais relatórios daquela operação. Até mesmo o relatório de deslocamento da Guarda Fúnebre<sup>342</sup> é mais detalhado do que o relatório de operações do principal pelotão envolvido.

Esta tese não se interessa em julgar a capacidade técnica daquele oficial em prestar conta de suas atividades ao seus superiores hierárquicos, até porque acredita-se que por ter sido escolhido entre outros pares para compor a primeira Missão de Paz do Exército Brasileiro, recém chegado por ocasião da operação de contraguerrilha, era qualificado para tanto. Outrora, se interessa pela omissão intencional de dados! O relatório de Operações de Lemos omite, entre outros dados, o armamento utilizado por sua tropa, por conseguinte, o calibre dos projéteis e a relação de armamento que cada homem portava por ocasião do confronto. O que é algo imprescindível nos relatórios de operações do Exército Brasileiro!

---

<sup>341</sup> **SECRETO, Relatório do 1º Tenente JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS**, Comandante do Pelotão da 3ª Companhia de Infantaria da cidade de Francisco Beltrão PR, 03 Abr. 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tbkhOdF8yUjlraU0> >. Acesso em: 10 Jul. 2016.

<sup>342</sup> **BOLETIM INTERNO N. 95 DO 13º REGIMENTO DE INFANTARIA – QUARTEL EM PONTA GROSSA – PR**, de 27 Abr. 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tSzJoNDVLOEJweUk> >. Acesso em: 17 Jul. 2016, p. 10.

Numa análise comparativa com o outro pelotão de infantaria daquela mesma operação<sup>343</sup>, é possível afirmar que um pelotão de infantaria do Exército Brasileiro naquele período era formado por GC – Grupos de Combate, onde um oficial, geralmente no posto de tenente, era o comandante do pelotão; sendo auxiliado por um sargento adjunto, um auxiliar experiente, geralmente um 2º ou 1º sargento; cada GC de infantaria era comandado por um sargento, hierarquicamente inferior ao sargento adjunto do pelotão, podendo ser na graduação de 3º ou 2º; cada sargento comandante de GC tinha a seu dispor um cabo auxiliar; o restante da tropa era composto por soldados armados de mosquetão 7mm, usado pelo Exército naquele período.

Todos esses graduados, sargentos e cabos, além do oficial, tinham como armamento de dotação, de sua responsabilidade, uma metralhadora INA953 calibre .45, de alcance curto, mas de defesa coletiva, capaz de disparar 600 tiros por minuto. Nesta lógica, é possível acreditar que o Pelotão de Infantaria comandado pelo tenente Lemos possuía em seu poder de fogo um arsenal de 15 metralhadoras INA953 calibre .45. Mas, nenhuma menção foi feita a elas em seu relatório de operação!

FIGURA 20. METRALHADORA INA953 CALIBRE .45, FABRICAÇÃO NACIONAL, ADOTADA PELO EXÉRCITO BRASILEIRO NO SÉCULO PASSADO.



FONTE: ARMAS ON LINE. DISPONÍVEL EM<  
<https://cfpaula.files.wordpress.com/2011/04/a21img1.jpg> >. ACESSO EM: 17 JUL. 2016.

---

<sup>343</sup> *Idem.*

A metralhadora de mão INA953 calibre .45 “é uma automática, de tipo culatra desaferrolhada, funcionando pelo aproveitamento da energia do recuo, alimentada por carregador de duas colunas, e refrigerada pelo ar ambiente”.<sup>344</sup>

A história da Indústria Nacional de Armas começa longe do Brasil, no início da Segunda Guerra Mundial, quando os alemães invadiram a Dinamarca. Exatamente neste período conturbado, o oficial do Exército Brasileiro Plínio Paes Barreto Cardoso estava neste país em visita oficial. Os dinamarqueses confiaram a ele alguns projetos de armas, inclusive o de uma metralhadora leve, que são trazidos ao Brasil, para longe das mãos dos nazistas. Finda a Guerra e restituídos os projetos, o Dansk Industrie Syndikat cede por gratidão os direitos da fabricação da submetralhadora Madsen, modelo 1946. Assim em 1949, presidida pelo então General R-1 Plínio Paes, é fundada a Indústria Nacional de Armas – INA, no bairro de Utinga, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo.

O carro chefe de sua produção sempre foi a submetralhadora M1950 (uma modificação da já citada Madsen M1946, sendo as diferenças principais da original dinamarquesa a mudança do calibre de 9 mm Parabellum para o 45 ACP, embora isso não fosse propriamente um problema, pois dizem que a própria Madsen fez protótipos nesse calibre. O calibre .45ACP era o calibre de arma curta padrão, adotado pelo Exército Brasileiro desde a aquisição dos primeiros lotes da pistola Colt 1911, em 1937. Havia pois a evidente necessidade da padronização do calibre para uso na sub-metralhadora. Além disso, a alavanca de manejo foi transferida da parte de cima da armação para a lateral direita, tal como ocorreu com as sub-metralhadoras Thompson norte-americanas.

Posteriormente surge o modelo M953, com pequenos melhoramentos tais como o alojamento do carregador mais longo e reforçado. Estas armas foram padrão de uso no Exército, de 1950 a 1972, e também nas forças policiais brasileiras. A sub-metralhadora INA possuía uma cadência de cerca de 600 tiros por minuto, não tinha dispositivo de tiro seletivo e funcionava com o princípio de ferrolho (culatra) aberto, embora a sua relativamente baixa cadência de tiro permitisse que um atirador, com certo treino, desse rajadas curtas; bastava para isso ter alguma intimidade com o gatilho da arma.

A arma também não permitia o disparo com uma só mão, o que em certas situações de combate chega a ser uma desvantagem: uma tecla de segurança, posicionada junto ao retém do carregador, tinha que ser pressionada com a outra mão, obrigatoriamente, para que a arma disparasse. Caso essa tecla dianteira não fosse pressionada antes da tecla do gatilho, o ferrolho ainda assim era solto pelo gatilho mas seu curso era interrompido a cerca de poucos centímetros antes de alimentar o cartucho. O peso da arma era de 3,400 Kg, comprimento total de 74,9 mm e comprimento de cano de 214 mm.

Ainda deve-se ressaltar que esta submetralhadora granjeou uma fama digamos, um pouco injusta, entre os seus usuários, de ser pouco confiável em ação, pois em seu uso ocorriam muitos problemas de tiro (negas e falhas na alimentação), chegando ao ponto de que as iniciais do fabricante (I.N.A.) se tornaram uma cruel alcunha: “Isto Não Atira”. Verdade seja dita, a culpa era da munição .45 ACP nacional, de baixa qualidade,

<sup>344</sup> **FOLHETO N. 3 – METRALHADORA DE MÃO .45.** São Paulo: INA S/A Indústria Nacional de Armas, 1954. Disponível em < [http://www.forgottenweapons.com/wp-content/uploads/INA953/INA%20953%20\(Madsen\)%20manual%20\(Portuguese,%201954\).pdf](http://www.forgottenweapons.com/wp-content/uploads/INA953/INA%20953%20(Madsen)%20manual%20(Portuguese,%201954).pdf) >. Acesso em: 17 Jul. 2016, p. 1.

munição esta que inclusive acompanhou a arma quando da sua entrega às forças policiais, piorando ainda mais a má imagem da arma.<sup>345</sup>

O fato é que, entre a tropa do Exército Brasileiro e das forças policiais, reza a lenda que esta arma era um problema, ao passo que o Exército realizou a substituição pela Beretta 9mm, na década de 1970, foi devido aos seguintes incidentes de tiros que resultaram em mortes durante o manuseio. Já as forças policiais, simplesmente deixaram de fazer uso desse modelo de armamento. Cabe citar, que, inclusive, durante o episódio estudado temos relato de incidente de tiro com esta arma, na noite anterior a morte de Carlos Argemiro de Camargo, ocorrido durante o pernoite daquele mesmo pelotão de infantaria. Como nos conta o cabo Bhene:

Vimos até Realeza, ali nos dormimos, teve um incidente, quase morreu gente ali. Nós ficamos em espera com metralhadora em prontidão e disparou uma metralhadora lá, um soldado mexeu, e acabou atirando quase que acertou um pessoal lá. Por sorte nossa não aconteceu nada!<sup>346</sup>

É certo que, há indícios plausíveis de que o sargento Carlos Argemiro de Camargo pode ter sido morto por arma de calibre que os revoltosos não possuíam, algo que caracteriza a “**tese do tiro amigo**”.

É notável pela documentação analisada, que há um esforço por parte de integrantes do Exército em mascarar esta possibilidade, também aqui compreendida como forma de amenizar os conflitos e os impasses da memória institucional daquela instituição.

Obviamente, quase que certo a ocorrência de um incidente de tiro, oriundo de uma arma considerada problema pelas tropas, com fama de ineficiente, e que foi substituída por similar por conta da sua incerteza em combate. Entretanto, o ônus da morte daquele militar, recaiu sobre os revoltosos. Mesmo assim, na memória subterrânea daquela unidade militar não foi silenciada, partindo dos militares mais antigos daquele aquartelamento, é comum haver relatos de que a morte de Carlos Argemiro de Camargo partiu de arma amiga durante a confusão resultante da emboscada do grupo armada de Jefferson Cardim de Alencar Osório.

<sup>345</sup> NETO, Carlos F. P. ANTIGAS FABRICAS DE ARMAS NO BRASIL (Rev. 2). **Armas On line**. Disponível em< <https://armasonline.org/armas-on-line/antigas-fabricas-de-armas-no-brasil/> >. Acesso em: 17 Jul. 2016.

<sup>346</sup> ENTREVISTA NELSON BHENE, *Op. Cit.* 6'26”.

Entretanto, o que mais pesa na argumentação de defesa da **“tese do tiro amigo”** tão viva na memória subterrânea daquela Unidade Militar é a omissão de dados durante os procedimentos oficiais do Exército, que podem ter resultado no encobrimento das reais causas e circunstâncias da morte do herói militar nas operações de contraguerrilha de 1965, podendo serem lembradas novamente como a perda dos projéteis retirados do corpo da vítima, a ausência de dois profissionais para a elaboração do Laudo Cadavérico, ausência da lista de armamento dos relatórios de operação, neste último, somente do relatório do pelotão em que pertencia o herói.

## 5 A MONUMENTALIZAÇÃO DA MORTE DO HERÓI: O PROCESSO DE ENQUADRAMENTO MEMORIAL E A EDIFICAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA

*“Há heróis no mal como no bem!”*

François La Rochefoucauld

No que tange o aspecto da memória individual e coletiva como objeto de manipulação, tanto de ordem política ou como de ordem ideológica, a historiografia tem fomentado esforços em elaborar análises sobre o recalque, o luto, o tempo, o silêncio. Esta intenção se define entre a conservação e o apagamento, ou seja, da lembrança e do esquecimento pelos mecanismos de apropriação dos tempos históricos e dos processos de construção e transmissão de uma memória social.<sup>347</sup>

Ao se estudar memórias coletivas que estão fortemente constituídas, como “memória nacional”, deve se aplicar preliminarmente a análise de sua função. A operação coletiva dos acontecimentos e a interpretação do passado que se quer salvaguardar se integra na tentativa consciente de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade. Neste viés, para Le Goff, ao estudar Nora, a memória coletiva é “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”.<sup>348</sup>

Sendo que,

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referências.<sup>349</sup>

Norteados pelos estudos de Pollack, o trabalho de “enquadramento da memória”, ou seja, o desenvolvimento de uma memória comum em um determinado grupo social se sustenta do material fornecido pela história. Esse material pode ser

---

<sup>347</sup> RODRIGUES, Helenice da Silva, *Op. Cit.*, 2002, p. 426-427.

<sup>348</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.*, 2003, p. 467.

<sup>349</sup> POLLAK, *Op. Cit.*, 1989, p. 03.

interpretado e combinados com diversas referências associadas “guiado pela preocupação de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las”.<sup>350</sup>

Em análise da memória coletiva, devem ser enfatizados diferentes pontos de interatividade que estruturam a nossa memória e inserindo-a na memória da coletividade a que pertencemos. Entre esses pontos podem ser incluídos os monumentos, patrimônios arquitetônicos, datas, personagens históricas, tradições, costumes, folclore, músicas e até regras de interação. Desta maneira, acentuam-se as funções e articulações desempenhadas pela memória comum, reforçando a coesão social, não pela forçada coerção, mas fomentada pela adesão afetiva de um grupo, a “comunidade afetiva”.<sup>351</sup>

A produção de memória social vinculada ao episódio em que tombou o sargento Carlos Argemiro de Camargo se definiu como um trabalho de “enquadramento da memória”<sup>352</sup>, ou seja, quando desenvolvimento de uma memória comum em um determinado grupo social se sustenta do material fornecido pela história. O material fornecido pela história deste episódio foi combinado com diversas referências associadas e orientado pela preocupação e manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las, o que reinventa constantemente o passado em busca da legitimação e credibilidade através de discursos sucessivos.<sup>353</sup>

Interessante é perceber o processo de “negociação” para poder conciliar a memória coletiva com a memória individual. Pois precisa haver pontos de contatos entre elas, a construção da memória sobre uma base comum. No caso do Sudoeste do Paraná, houve uma construção de pontos de interligação entre a pessoa do tenente Camargo com a região de fronteira. Como de fato, a região tem amplo histórico de conflito na demarcação de fronteiras e definições de posse, e, foi o Exército uma das instituições garantidora da posse da terra em tempos de colonização.

Não apenas vinculada a uma “herança no sentido material, mas também no sentido moral, ou seja, do valor atribuído a determinada filiação”<sup>354</sup>, a associação de

---

<sup>350</sup> POLLAK, *Op. Cit.*, 1989, p. 03.

<sup>351</sup> *Idem.*

<sup>352</sup> *Ibidem.*

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>354</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1992, p. 204.

Camargo com a região de fronteira foi fundamental para absorção da memória coletiva, patrocinada por um esforço institucional que elaborou ritos fúnebres, comemorações, além de edificar lugares de memória. Neste sentido, é possível afirmar que a morte de Carlos Argemiro de Camargo foi utilizada como instrumento na luta contra as diversas frentes da esquerda política que bradavam contra o Regime Militar, eis a construção do herói e mártir. Camargo virou referência nacional na luta contra o comunismo internacional. Mesmo sem ter participação destacada nas operações de contraguerrilha, uma transformação de militar subalterno para herói militar sem atributos do herói ocidental. Vinculado a ele estava a política de edificar monumentos aos mortos como “lugares de memória” qual pode “servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela”.<sup>355</sup>

A expressão “lugares de memória” fora criada pelo historiador francês Pierre Nora no final da década de 1970, e início da década de 1980, para abordar e pôr em evidências práticas culturais, representações coletivas e heróis franceses, sendo logo apropriada por historiadores e cientistas sociais de todo o mundo. Para abordar a noção de “lugar de memória”, dispomos da impressionante série de textos e declarações nos quais Pierre Nora se esforça para precisar este conceito, qual afirma ter emprestado

a Cícero, em seu *De oratore*, a figura retórica do *locus mémoire*, na qual se associa a um lugar, uma ideia, transformando-o em um símbolo. Este *locus* pertence claramente ao domínio do ideal e por isso é errado reduzi-lo a um passeio nostálgico entre monumentos e vestígios materiais do passado. O “lugar de memória” pode ser concebido como um ponto em torno do qual se cristaliza uma parte da memória nacional. Na apresentação de *Les France* Pierre Nora oferece uma definição de “lugar de memória”: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer”.<sup>356</sup>

Os “lugares de memórias”, sobretudo são lugares carregados de memória, representativos perante um grupo expressando sua história e identidade. Têm eles a função de desempenhar o papel de manutenção dos liames sociais, além de fugir da

---

<sup>355</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1989, p. 2 e 3.

<sup>356</sup> ENDERS, Armelles. Les Liex de Mémoire, dez anos depois. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, pp. 128-137, p. 130.



ameaça do esquecimento, sendo simultaneamente “material, simbólico e funcional.”

357

Segundo Felix, o

temor do esquecimento gera a obsessão pelo registro, pelos traços, arquivos, museus, cemitérios, coleções, festas, aniversários, processos verbais, monumentos – santuários associações associados à processos que dão ilusões de eternidade.<sup>358</sup>

Pode-se então, afirmar que lugares não se limitam a fixar as lembranças e as fixá-las, mas também encarnam uma continuidade de tempo que vai além dos indivíduos e das épocas. A memória dos lugares fixa em um local preciso, do qual não se pode separar, gerando representações e auto identificação.<sup>359</sup> Assim, as atitudes perante a morte provocadas pela modernidade aguçam a monumentalidade funerária por enfatizarem a memória como um além imortalizador<sup>360</sup>, fato repetitivo no que tange a edificação dos distintos lugares de memória elaborados para evocação do herói militar institucional do Exército Brasileiro, num contexto político referente às operações de contraguerrilha de 1965.

## 5.1 OS CAMINHOS DO HERÓI

Sabe-se que em 1966, portanto aproximadamente um ano após o falecimento do militar em questão, foi aprovado através de uma Lei Municipal<sup>361</sup> que partiu como iniciativa do legislativo da cidade de Francisco Beltrão – PR, local estava instalada a Organização Militar que Carlos Argemiro de Camargo servia, para que a antiga Rua Londrina – que cruza a cidade de Francisco Beltrão iniciando no Bairro Miniguaçu, seguindo pelo Bairro Presidente Kennedy, Centro da cidade, ultrapassando o Bairro Nossa Senhora Aparecida e findando no Bairro Nova Petrópolis – tivesse sua denominação substituída por **Rua Tenente Camargo**.

<sup>357</sup> FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 50.

<sup>358</sup> *Idem*.

<sup>359</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 260 e 261.

<sup>360</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 177.

<sup>361</sup> Lamentavelmente, não se pode consultar a Lei Municipal, pois ela se encontrava com os arquivos da antiga Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão/PR que incendiou no mesmo ano.

Mais tarde, ainda durante o Regime Militar, tal iniciativa tomou uma extensão pátria. A política memorial elaborada pelo Regime Militar brasileiro, vinculada ao episódio fatídico de morte e heroificação institucional de Carlos Argemiro de Camargo, tomou uma dimensão nacional ao renomear uma avenida, seis ruas e uma alameda, em cinco estados diferentes. Tais denominações constituíram parte de uma linguagem não-verbal de transmissão de memória às gerações futuras. Tais ruas, compreendidas como “mediadores de memórias” a partir de sua renomeação, passaram a representar resistência ao tempo para que a memória institucional do Exército Brasileiro não se perdessem em relação ao episódio.

Tal prática memorial resultou nas seguintes re-denominações:

- 1. Avenida Carlos Argemiro de Camargo na cidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.**
- 2. Rua Sargento Carlos Argemiro Camargo em Ponta Grossa – Paraná.**
- 3. Rua Sargento Carlos Argemiro Camargo em Fortaleza – Ceará.**
- 4. Rua Carlos Argemiro Camargo em Blumenau – Santa Catarina.**
- 5. Rua Carlos Argemiro Camargo em Três Passos – Rio Grande do Sul.**
- 6. Rua Carlos Argemiro de Camargo em Curitiba – Paraná.**
- 7. Rua Tenente Camargo em Francisco Beltrão – Paraná.<sup>362</sup>**
- 8. Alameda Tenente Camargo, também em Francisco Beltrão – Paraná.**

Por conta das comemorações do cinquentenário de morte de Carlos Argemiro de Camargo, em março de 2015, o Exército investiu em mais uma ação memorialística sobre aquele episódio. A alameda de entrada do Quartel de Francisco Beltrão – PR, hoje o 16º esquadrão de Cavalaria Mecanizado, passou a ser nomeada “Alameda Tenente Camargo”. Na foto que segue, percebe-se a placa de identificação, na cor vermelha, no canto esquerdo inferior.

---

<sup>362</sup> MUSEU DAS VÍTIMAS DO COMUNISMO. **Sargento Carlos Argemiro de Camargo**. Disponível em < <http://museuvitimasdoscomunistas.com.br/saloes/ver/sargento-carlos-argemiro-camargo> >. Acesso em: 17 Jul. 2016.

FIGURA 21. ALAMEDA TENENTE CAMARGO EM 28 MAR. 2016 – FRANCISCO BELTRÃO – PR.



FONTE: ARQUIVO DO AUTOR. DISPONÍVEL EM: <  
<https://drive.google.com/drive/folders/0byw2cmowlg4tbljqcl8zefzlzek> >. ACESSO EM 18 JUL. 2016.

## 5.2 AS DENOMINAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO

Sabe-se que em homenagem ao herói da contraguerrilha de 1965 duas instituições de ensino público brasileiras vieram a substituir suas denominações adotando como patrono o Sargento Carlos Argemiro de Camargo. Sendo a primeira delas, a Escola Carlos Argemiro de Camargo em Recife, Pernambuco, cuja documentação não se teve acesso para análise nesta pesquisa. A segunda delas, o Colégio Estadual Carlos Argemiro Camargo<sup>363</sup>, localizado na cidade de Capitão Leônidas Marques, Paraná. Dar-se a atenção, ao caso, por motivo de acesso as informações sobre aquele estabelecimento.

Criado em 1965, com o nome de Escola Nossa Senhora Aparecida, foi estadualizada pelo Decreto 10.650 de 14 de junho de 1968, com o nome Escola

<sup>363</sup> O Colégio Estadual Carlos Argemiro Camargo, está localizado em uma cidade cortada pela PR 182 que liga o sudoeste ao oeste paranaense, tendo proximidades com a triple fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai.

Estadual Tenente Carlos Argemiro Camargo, ofertando 1ª a 4ª série. A partir de 1982 passou a ofertar 5ª série, com implantação gradativa. Em 1992 foi implantado o Curso de 2º Grau em Auxiliar de Contabilidade sob a Resolução 4.122/91 de 28 de novembro de 1991, passando com a denominação de Colégio Estadual Carlos Argemiro Camargo – Ensino de 1º e 2º Graus.<sup>364</sup>

Percebe-se pelo histórico deste estabelecimento de ensino público que a sua denominação torna-se decorrente do sistema político que vigora no país ao decorrer das últimas décadas do século passado. Sabe-se que o Sargento Camargo foi assassinado entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Santa Lúcia, no mesmo ano em que foi criada a instituição de ensino municipal sob o nome de Escola Nossa Senhora Aparecida. Um período em que o Regime Militar procurava se estabelecer e firmar-se como sistema político vigente no Brasil.

Em 1968, após três anos da criação, a escola permuta sua denominação para Escola Estadual Tenente Carlos Argemiro Camargo ao ser estadualizado. É sabido que o ano de 1968 é conhecido como o início dos “Anos de Chumbo”, período em que a repressão por parte do Governo Militar tomava medidas para erradicar qualquer forma de oposição política.

Pode-se exemplificar tais ações com a imposição do AI-5, medida que fechou o congresso e fortaleceu a chamada “linha dura” existente no Exército, juntamente com ela crescia o culto à Pátria através da prática de ações cívicas dentro dos estabelecimentos educacionais. O que permite afirmar que a nova denominação, fazendo referência ao militar morto em combate da guerrilha do coronel Cardim, tornou-se parte de ações em escalas reduzidas das intervenções

---

<sup>364</sup> Pela Res. 4.122/92 o ensino de 1a à 4a série foi municipalizado passando a ser mantida pela Prefeitura Municipal com a denominação de Escola Municipal Professora Terezinha Machado Ensino de 1º Grau. Em 1997 foi criado o Curso de Educação Geral, sob a Resolução no 2113/97, sendo extinto gradativamente o Curso de Auxiliar de Contabilidade por determinação da SEED. Em 1997 foi implantado o Projeto Correção de Fluxo PAI-S, sob a Resolução 1553/97 / SEED, de 24/04/97 e cessado em 2001. Em 1998 foi implantado o curso do CELEM (Curso de Línguas Estrangeiras e Modernas - Francês), ficando sem oferta até 2004. No ano de 2005 foi reaberto com Espanhol contando com 03 turmas, composta por professores e alunos. Em 1999 foi implantado o Curso do Ensino Médio e extinto de forma gradativa o Curso de Educação Geral. Renovação do Reconhecimento do Ensino Fundamental Res. 1708/03 DOE 16/07/2003 e Reconhecimento do Ensino Médio Res. 4527/02 DOE 27/02/2002. Disponível em: <  
<http://www.cqscarloscamargo.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>  
 Acesso em: 08 Dez. 2014. >.

que o General Presidente poderia fazer dentro dos municípios e estados sem as restrições previstas na Constituição.<sup>365</sup>

Não se percebeu nenhuma alteração política vinculada ao estabelecimento até 1991, quando em tempos da abertura política, o colégio tenta se despir da exterioridade militar suprimindo o termo “Tenente” da sua denominação, passando a chamar-se até a presente data: Colégio Estadual Carlos Argemiro Camargo. A bibliografia do patrono elaborada para compor o Histórico daquele estabelecimento no Projeto Político Pedagógico de 2010, disponibilizada pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, apresenta o herói da seguinte forma:

Chegou a Francisco Beltrão no dia 2 de setembro de 1958. Foi promovido a graduação de 3º Sargento no dia 31 de maio de 1960, pelo comandante do 11º Exército. Integrou a primeira companhia de fuzileiros em 27 de março de 1965.

Neste mesmo dia destacou-se como comandante de um pelotão em perseguição a um grupo de guerrilheiros, vindo a perder sua vida logo no 1º combate na localidade de São José, município de Capitão Leônidas Marques.

O 3º Sargento Carlos Argemiro Camargo era um homem de cor parda, cabelos castanhos, olhos castanhos escuros, bigodes castanhos médios aparados e 1,73 m. de altura.

Em 28 de março de 1965, por ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco, o 3º Sargento foi promovido por morte, ao posto de 2º Tenente, ficando assegurado a seus herdeiros a pensão militar deste posto.<sup>366</sup>

A narrativa biográfica de Carlos Argemiro de Camargo apresentada pelo Projeto Político Pedagógico do colégio que leva seu nome se refere ao militar como sendo “**comandante do pelotão**”, o que é um equívoco, pois ele era chefe de um GC, que compusera o pelotão comandado pelo tenente Lemos. Mais adiante, ela repete o discurso institucional militar que reverencia o morto como autor de uma destacável façanha ao agir heroicamente em combate ao um grupo de guerrilheiro, que ali não é denominado. Como visto, as ações de Camargo em combate não tiveram nada de extraordinário destaque, tanto é que não foram descritas, muito pelo contrário, dentro da memória individual dos seu companheiros de pelotão rege a lembrança de um militar que não “**soube se portar em combate**”.

<sup>365</sup> Artigo 3º do AI-5.

<sup>366</sup> **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**. Colégio Estadual Carlos Argemiro de Camargo. Capitão Leônidas Marques, 2010. Disponível em: <  
<http://www.cqscarloscamargo.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/6/460/21/arquivos/File/PPP.pdf> >.  
 Acesso em: 18 Jul. 2016, p. 6 e 7.

### 5.3 OS MONUMENTOS AO MORTO, UMA NECESSIDADE DOS VIVOS

Dentro de uma linguagem própria, o monumento funerário é a exteriorização da tomada de consciência de que o ser humano é um ser para morte, além da afirmação do seu direito à memória; cabendo também expandir a significação de monumentos funerais a todos os signos fúnebres. A palavra *monumentum* é derivada de uma raiz indo-européia que manifesta uma das funções interiores do espírito (*mens*) capaz de perpetuar o passado e evocar a recordação, ou seja, a memória.<sup>367</sup>

A ligação entre monumento e memória se dá pela tentativa de materializar uma forma simbólica aliada a implícita utilização de um lugar preciso, por isso

Os monumentos são sempre mediadores de memória. Glória, fama, alegoria, valor cultural, social e político, histórico, controle social, poder, regionalismo, aspirações políticas... são algumas das expressões mediadas pelo monumento memória.<sup>368</sup>

Em 1967 o capitão Sebastião Rodrigues de Moura – Major Curió – em solenidade pública inaugurou um monumento, de pedra, em memória ao tenente Camargo dentro das instalações da 3ª/13ª Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão – PR. Este evento contou com a participação de toda a comunidade, compostas por autoridades regionais com sede no município, radialistas, professores, estudantes do ensino fundamental e população civil em geral.

A construção do monumento em homenagem ao herói e sua inauguração como espetáculo público fez parte do processo de exaltação do episódio e heroificação de Carlos Argemiro de Camargo. Munido do intuito de unificar os antagonismos entre memórias parcelares dentro da caserna e as diversidades políticas daqueles tempos, pois na prática a socialização unificadora como espetáculo coletivo necessita de um lugar, um teatro, um tempo e a sua mensagem.<sup>369</sup>

---

<sup>367</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 170.

<sup>368</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 79.

<sup>369</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 173.

Através de uma aparelhagem de som improvisada Curió reviveu a história do tenente Camargo contando-a em forma de narrativa. Em sua locução para com a comunidade, ele expôs novamente os conturbados acontecimentos que agitaram as matas paranaenses no mês de março de 1965. A população de fronteira, mais uma vez, revivia o episódio através da versão construída oficialmente. O comandante militar local, dentro de seu viés ideológico, se apresentou como o narrador daquele episódio político. E, sobre a posição quase sagrada do narrador, Ecléia Bosi explica:

O narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado abranger uma vida inteira.

Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de conta-la até o fim, sem medo.

Uma atmosfera sagrada circunda o narrador.<sup>370</sup>

Como também, indicado pelas pesquisas de Félix (1998), é através da dimensão da oratória lida socialmente como liturgia cívica que ocorrera a “socialização” através dos imaginários sociais.<sup>371</sup> Pode ser reconhecido, que os discursos tanatalógicos serão sempre uma fala de vivos para os vivos.<sup>372</sup> Pois, sentir e contar histórias em comum possui o significado de dar possibilidade de criação e fortalecimento comunitário.

---

<sup>370</sup> BOSI, Ecléia. *Op.Cit.*, 2010, p. 91.

<sup>371</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Op. Cit.*, 1998, p. 144.

<sup>372</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 164.



FIGURA 22. INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO EM HOMENAGEM AO TENENTE CAMARGO EM 1967.



FONTE: **ÁLBUM HISTÓRICO DA 3ª COMPANHIA DO 33º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO. DEPENDÊNCIAS DO 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.**

Neste sentido os estudos de Tedesco afirmam que “as comemorações, os monumentos de memória podem auxiliar na formação de uma identidade individual no sentido coletivo do pertencimento, enquanto testemunho concreto de um passado pessoal e familiar”.<sup>373</sup> Percebendo a importância do relato histórico no processo de criação, desenvolvimento, transformação do heroísmo militar, se intui que os rituais militares estabelecem narrativas entre pessoas através de performances coletivas; e que estes não são “fenômenos acessórios e superficiais”, mas que devem “ser vistos como elementos essenciais à existência de qualquer grupo”.<sup>374</sup>

Para Tedesco (2004), a memória coletiva regada

por narrativa, reafirma sua força de transmissão, pois, para continuar a recordar, é necessário que cada geração transmita o fato passado para que possa se inserir nova vida em uma tradição comum. [...] O ato narrativo, na medida em que é possível sua elaboração e apropriação, constrói um sentimento de identidade coletiva do grupo e um sentido de pertencimento dos indivíduos, ajuda a conhecer o grupo e a organizar as próprias relações internas.<sup>375</sup>

<sup>373</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 75.

<sup>374</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2002, p. 79.

<sup>375</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 36.



A narrativa política doutrinava não só cidadãos adultos, mas também crianças e adolescentes formando memórias infantis, cuja repetição sem mudanças ao longo das cinco décadas transmitida e retransmitida pelo ator social já adulto, contribuíram para a formação da memória contemporânea. Para Bosi, a “criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização”.<sup>376</sup>

Assim, foi através da formalização, e patrimonialização, simbólica de um acontecimento individual que transformou-se numa auto-representação social do Exército Brasileiro durante o Regime Militar e sua postura política. Foi oriunda da construção ideológica, e também política, de um herói militar que a memória institucional transmitiu significados simbólicos de pertencimento àquela comunidade de fronteira.

O Capitão Curió, consciente ou não, fazia concretizar as palavras que o Ministro da Justiça Francisco Campos proliferara em seu discurso em 1940 ao se referir ao monumento em homenagem aos mortos na luta contra os comunistas da Intentona de 1935: “Este monumento é apenas um sinal. Dele não precisavam os mortos. Ele se dirige sobretudo aos vivos”.<sup>377</sup>

Deste modo a ‘invenção’ do herói não foi movida apenas, pelo interesse histórico, mas estava inserido no processo de construção de “**espíritos**” daqueles que viviam as conturbações políticas, constituído de elementos que deveriam ser valorizados, apreciados e considerados fundamentais para a construção de uma identidade nacional. Este fora um dos elementos que colaboraram para modelar o subconsciente da alma coletiva; tanto dentro, como fora dos quartéis.

Não se sabe quando o referido monumento foi removido daquele aquartelamento. Uma das hipóteses é de que foi motivado pela remodelação das instalações militares que atendem a necessidade operacional, ou então, pela substituição pela construção da Praça Tenente Camargo na década seguinte.

Um segundo elemento memorialístico avaliado nesta pesquisa, por percebê-lo carregado de significado simbólico, fora levantado em 1984 pela 3ª/13º

---

<sup>376</sup> BOSI, Ecléia. *Op.Cit.*, 2010, p. 73.

<sup>377</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2002, p. 55.

Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão – PR em comemoração à segunda década de morte de Carlos Argemiro de Camargo. Localizado na Rodovia Estadual 182, entre a cidade de Capitão Leônidas Marques e Santa Lúcia, exatamente no local do combate com as tropas guerrilheiras, na Linha São José. Por consequência, o local exato da morte herói militar.

Sobre este, sabe-se o seguinte:

Em 28 de março de 1984 foi inaugurado um monumento em homenagem aos 20 anos de falecimento na localidade de São José no Município de Capitão Leônidas Marques, local este onde o Sargento Carlos Argemiro Camargo foi morto em um combate com os guerrilheiros.<sup>378</sup>

Tal monumento é facilmente avistado por quem se desloca no sentido Francisco Beltrão - Cascavel, no lado esquerdo da rodovia. Esta política memorialística, não é própria do Exército Brasileiro, muito pelo contrário, depois da Primeira Guerra Mundial, havia uma tendência em construir cemitérios e ornamentos fúnebres nos locais onde ocorreram as batalhas.<sup>379</sup>

---

<sup>378</sup> **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.** Colégio Estadual Carlos Argemiro de Camargo. Capitão Leônidas Marques, 2010. Disponível em: <  
<http://www.cqscarloscamargo.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/6/460/21/arquivos/File/PPP.pdf> >.  
 Acesso em: 18 Jul. 2016, p. 7.

<sup>379</sup> PIOVEZAN, *Op. Cit.*, 2014, p. 218.

FIGURA 23. MONUMENTO, EM HOMENAGEM A SEGUNDA DÉCADA DE MORTE DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO, NO LOCAL DO CONFRONTO E MORTE DO HERÓI.



FONTE: O AUTOR (2016). DISPONÍVEL EM: < <https://drive.google.com/drive/folders/0byw2cmowlg4tr0kyulhtn1bssm8> >. ACESSO EM 18 JUL. 2016.

Além de ser um ponto de produção visual a localização e identificação específica de confronto e morte do herói, o monumento o transformou num patrimônio de memória cívica, tendo dimensão de construção histórica. Numa perspectiva de estar sendo tomado como símbolo e patrimônio coletivo pertencente ao grupo de militares, que serviram, e ainda servem, no quartel de infantaria - hoje transferido de Francisco Beltrão – PR para Cascavel – PR.

A política memorial militar tomou forma de representação social e herança, uma pronúncia de uma expressão política de forma imagética. Compreende-se, também, que o monumento ao tenente Camargo erguido às margens da rodovia, é um sinal do passado que evoca ao tempo presente posturas através do legado militar memorialista.

Cuja inscrição lê-se:

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**

**III EX. 5ª RM/DE 15ª BDA INF MTZ 2ª CIA**

**NESTE LOCAL FALECEU NO**

**CUMPRIMENTO DO DEVER NO DIA**

**27-03-1965 O 3º SARGENTO**  
**CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO**  
**HOMENAGEM DOS COMPANHEIROS**  
**DA SENTINELA DO SUDOESTE**  
**FRANCISCO BELTRÃO 22-06-85**

A conjuntura política brasileira, na época de construção do monumento na rodovia, mudava no cenário nacional, pois em 1983 com as “Diretas Já” se surgiu o primeiro indicativo de que a ameaça comunista deixava de ser a preocupação central dos Governos Militares. A proximidade com a reabertura democrática de 1985, uma transição para o Governo Civil, colaborou para o constante declínio das comemorações anticomunistas, havendo um relaxamento dos ideários políticos na direita brasileira. Neste sentido, cabe pensar, que a intenção de edificar tal monumento em 1985, se distingui do anunciado anteriormente construído em 1967, pois mesmo sem abandonar as intenções políticas por completo, percebe-se que elas cederam espaços para os interesses memorialístico do Exército Brasileiro, que compõe o histórico da presença de tropas na região desde 1954.<sup>380</sup>

#### 5.4 A PRAÇA TENENTE CAMARGO: O CENTRO CERIMONIAL E A SALA DE VISITAS DE UM QUARTEL

A Praça Tenente Camargo foi mais um componente do instrumental simbólico válido para conservar, transmitir, sobreviver, difundir a memória militar através do patrimônio cultural. O que serve de base para analisar a história institucional repassada de geração para geração de soldados que ali prestaram serviço militar.

A praça foi construída no início dos anos setenta, à direita da alameda de entrada principal do aquartelamento de Francisco Beltrão – PR. Um monumento ao

---

<sup>380</sup> Sabe-se que a manutenção e limpeza deste monumento são de responsabilidade da Organização Militar de Francisco Beltrão, mas que hoje praticamente não ocorre. O monumento, encontra-se abandonado e em péssimo estado de conservação, com os caracteres da placa de bronze quase que ilegíveis.

centro foi edificado com designer que imita em auto-relevo o brasão do Exército, o mesmo que as tropas utilizavam no ombro direito de seu fardamento no período.

Ao centro do monumento supracitado, encontra-se um mosquetão Mauser, armamento utilizado pelas tropas do Exército até o início da década de 1970, cravado através de sua baioneta, acimentado, ao piso, com o capacete sobrepondo sua coronha, símbolo do da morte de um soldado em combate. **(Foto 24)**

Os objetos destacados pelo monumento – capacete e o fuzil, como suas disposição e colocação – ao centro da praça são portadores de significados memoriais podendo ser associados a características universais; que por sua vez passaram a ser utilizados como símbolos componentes de uma narrativa memorialística que conta a versão institucional da morte gloriosa de um soldado que tombou em cumprimento do dever.

Ao perceber quinhentas crianças, das Escolas Municipais, brincando na Praça tenente Camargo em 12 de setembro de 1973 durante as comemorações da Semana da Pátria, é possível acreditar, que dentro de uma luta – trabalho – simbólica pelo reconhecimento, a visita de alunos do ensino fundamental à Praça foi uma ação de mobilização para produzir a unidade real na luta contra o comunismo; e a crença nesta unidade. Portanto, “as ações de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exército exercem) – tende a gerar unidade real”.<sup>381</sup> A relação entre passado histórico e memória individual pode ser interpretada através do conceito de “mundo de predecessores” forjado por Paul Ricoeur, que se define como um tempo entre o tempo privado e o público, local de transição das narrativas, sociais e políticas, dos acontecimentos históricos transmitidos de gerações a gerações.<sup>382</sup>

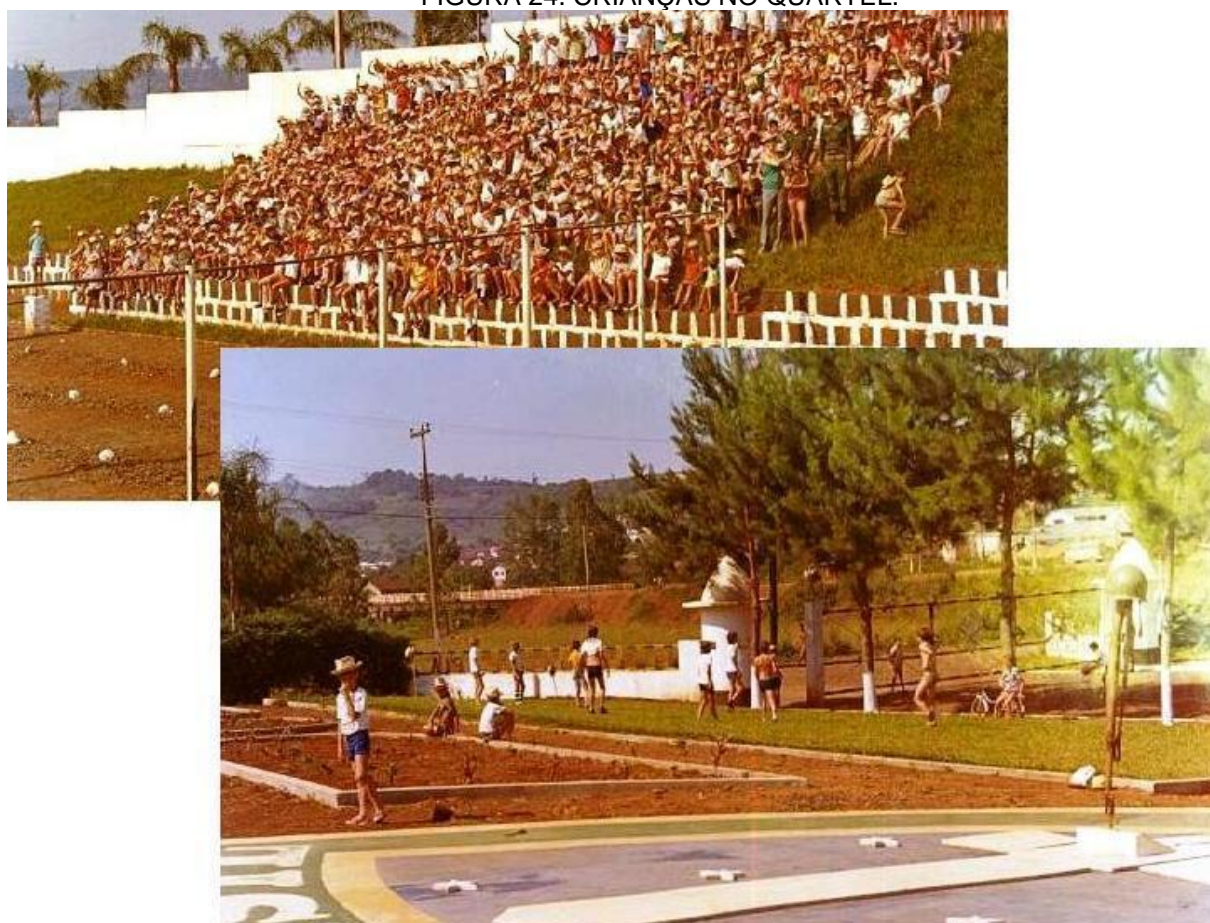
---

<sup>381</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 1989, p. 120.

<sup>382</sup> RICOEUR, Paul. **Temps et récit**, vol. III.: Le Temps raconté. Paris: Seuil, 1985, p. 168.



FIGURA 24. CRIANÇAS NO QUARTEL.



**FONTE: ÁLBUM HISTÓRICO DA 3ª COMPANHIA DO 33º BATALHÃO DE INFANTARIA  
MOTORIZADO. DEPENDÊNCIAS DO 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.**

Tal recordação cultural serve para reafirmar a própria existência no passado, reforçando a identidade no presente, pois o “papel das datas, dos lugares, dos objetos simbólicos, símbolos externos... é justamente este: garantir a continuidade, a legitimidade, o enraizamento espaciotemporal e confirmar da própria identidade dos grupos”.<sup>383</sup> Assim, as crianças tendem a reproduzir como adulto a memória infantil forjando uma identidade social.

Também, a Organização Militar de Francisco Beltrão – PR tomou por iniciativa realizar as formaturas e solenidades públicas na Praça Tenente Camargo, somente as formaturas diárias eram realizadas no interior do acuartelamento, a praça tornou-se um ponto de referência para o encontro com o público externo, uma sala de visitas.

<sup>383</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 81.

Neste sentido, Castro analisa da seguinte forma os cerimoniais militares como expressões de identidade com a intenção de evocar um passado considerado ideal:

Comum a todos os casos seria a tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de rápida transformação histórica, através do recurso à invenção de cerimônias e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico.<sup>384</sup>

Ainda, em análise do Álbum Histórico daquela unidade militar pode se perceber que, da década de 1970 à redemocratização no início da década 1990, manteve-se a realização de formaturas e cerimoniais na Praça Tenente Camargo com o intuito de prestar homenagem ao herói militar, forjando o espírito anticomunista nos militares e civis, que ali se faziam presentes. No discurso militar Camargo era um exemplo a ser seguido por cidadãos brasileiros. Um evento que pode ser citado, ocorreu em 1985, por ocasião da passagem de comando do capitão Vicente Carlos Marques para capitão Nilton Nunes Ramos, em solenidade militar pública que foi realizada na Praça Tenente Camargo.

Tedesco afirma que

A tradição necessita da rememoração, de um fato importante vivido por uma ou várias pessoas para ganhar corpo e continuidade no tempo. A reconstituição de uma tradição geralmente é feita com recursos mediadores dos ritos e dos símbolos. As pessoas ou grupo que recorrem à tradição normalmente o fazem com a intenção de dar sentido ao presente, objetivando responder às provocações do tempo presente.<sup>385</sup>

---

<sup>384</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2002, p. 11.

<sup>385</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 67.

FIGURA 25. FORMATURA NA PRAÇA TENENTE CAMARGO – 1985.



FONTE: ÁLBUM HISTÓRICO DA 3ª COMPANHIA DO 33º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO. DEPENDÊNCIAS DO 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO.

Os cerimoniais permitiram uma evocação do passado que permaneceu além das mudanças sociais das últimas décadas, e seu ponto culminante foi à construção de uma identidade social do Exército naquela região de fronteira. Talvez isso ajude explicar o motivo que a população civil aprecia com tão bons olhos a instituição militar e a incorporação de seus filhos e netos na Organização Militar de Francisco Beltrão. Havia uma exaltação extrema, quase mística do ato heroico, mas nunca direcionada a **pessoa** do tenente Camargo, mas sim ao **militar** tenente Camargo que no combate à ação guerrilheira passava ocupar uma posição elevada na condição de modelo a ser seguido, símbolo entre seus pares de abnegação a própria vida em nome da Pátria, tendo acepção tanto no meio militar, como âmbito civil. Camargo, ainda era anunciado, como um exemplo a ser seguido por cidadãos brasileiros.



## 5.5 A TENTATIVA FRUSTRADA DE CRIAÇÃO DA CASA MUSEU MILITAR

### TENENTE CAMARGO<sup>386</sup>

No ano de 2005 a organização militar de Francisco Beltrão estava sob o comando do Major de Cavalaria Marcílio Muniz da Silva; e, uma das prioridades daquele comandante estava a construção do Museu Militar do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Dentro da área militar do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado encontrava-se – e em partes ainda se encontra – um antigo conjunto arquitetônico em madeira de lei edificado no início da década de 1950 que fora inicialmente utilizada como sede administrativa e conjunto habitacional de funcionários CANGO – Colônia Agrícola General Osório<sup>387</sup>, passando mais tarde para compor a sede regional do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e findando como depósitos do quartel de infantaria ali instalado no final do século.

Por ordem do comandante militar local foi transportada uma dessas casas coloniais, construída ainda no primeiro quartel do século XX, para as proximidades da Praça Tenente Camargo com o intuito de ser naquele local instituído um Museu Casa Histórica.

Devido ao elevado estado de deterioração da madeira gerada pela umidade do Rio Marrecas, cujo curso é próximo as instalações da CANGO, foram necessários alguns meses de trabalho para o Pelotão de Obras recuperar – com considerável sucesso em manter a originalidade arquitetônica – a construção de aproximadamente seis décadas de existência. Os trabalhos de restauração somente foram encerrados no fim de 2005, sendo naquela oportunidade realizada a solenidade de inauguração do museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado

---

<sup>386</sup> Uma versão, quase que na íntegra deste sub capítulo, foi publicada na **Revista Grifos - Revista de Ciências Sociais da Universidade de Chapecó**, em 2014, no formato de artigo livre, com o título: Museu tenente Camargo: tentame frustrado do Exército para criação de um Museu Casa Histórica Militar, como pré-requisito para defesa desta tese. ZATTA, Ronaldo. Museu tenente Camargo: tentame frustrado do Exército para criação de um Museu Casa Histórica Militar. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 23 n. 36/37, 2014, pp. 1-13. Disponível em: < <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2590/1765> >. Acesso em: 19 Jul. 2016.

<sup>387</sup> Órgão getulista criado em 1943 foi responsável pela colonização oficial do Sudoeste do Paraná através do projeto de migração de descendentes de origem europeia fixados anteriormente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

com o nome de Museu Militar Tenente Camargo, em 10 de novembro daquele ano, com a apresentação de um acervo permanente.

FIGURA 26. SOLENIDADE MILITAR EM FRENTE AO MUSEU CASA HISTÓRICA MILITAR TENENTE CAMARGO EM 2006.



FONTE: ARQUIVO FOTOGRÁFICO SARGENTO RR JOÃO OLIVO.

No ano seguinte, em 2006, foi elaborada uma proposta de criação do Museu Militar pelo então tenente Lourenço Rômulo Innocêncio Junior, graduado em História. Com a substituição do comandante anteriormente citado, essa proposta foi despachada um ano mais tarde pelo major Marcelo Lorenzini Zucco, qual sugeriu que a denominação de “Museu Tenente Camargo”, também em homenagem ao herói militar da contraguerrilha de 1965.

Comumente, a fundação de um Museu Casa Histórica está associada a uma personagem, qual é atrelada a assertiva de que tal personalidade residiu naquelas instalações, o que não é o caso em estudo.

Para Meneses, os bens culturais de uma casa-museu histórica podem e devem ser utilizados como fontes que permitam entender a “sociedade que os reproduziu enquanto objetos históricos”.<sup>388</sup> Desta forma,

Num museu casa histórica, o documento (objeto/bem cultural) é o próprio espaço/cenário (o edifício), a coleção e o proprietário. Esses três referenciais devem sempre ser tomados em conta ao se pensar as ações de comunicação nesta tipologia de museu. Edifício, coleção e proprietário não estão desvinculados e, por isso, as relações estabelecidas entre eles favorecem a comunicação, permitem uma melhor interação com o espaço visitado e, fundamentalmente, a possibilidade de vir a perceber um determinado período histórico e a sociedade nele compreendida.<sup>389</sup>

Sabe-se que as instalações da CANGO foram construídas no início da década de 1950, e que o tenente Camargo fora transferido para aquela Unidade Militar em agosto de 1959, o que não é conclusivo afirmar que Camargo fora inquilino daquela edificação. Entretanto, tanto os militares como os funcionários da CANGO e do INCRA residiam dentro daquela área federal. Por fazer parte do grupo de militares casados, Camargo não convivia em alojamentos, sendo estes reservados aos milicianos solteiros; mas sim, residia nas casas de madeiras quais não eram suficientes para a instalação da tropa oriunda de Ponta Grossa – PR, sendo muitas vezes aquinhoadas entre duas famílias que dividiam as ‘peças’ (repartições).<sup>390</sup>

Apesar da iniciativa de criação do Museu Militar Tenente Camargo partir do comando local, um projeto piloto com as mesmas alegorias fora realizado entre 2003 e 2004 pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão através do Projeto Memória. A retirada de uma das casas, que fazia parte das instalações da CANGO e seu seguido transporte e restauração, foram

---

<sup>388</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista** – História e Cultura Material, vol. 2. São Paulo: Museu Paulista/Universidade de São Paulo, 1994, pp. 9 – 41, p. 20.

<sup>389</sup> CABRAL, Magaly. **Educação em Museus Casas Históricas**, pp.1-6, 2006, p. 1. Disponível em: < [http://www.casaruibarbosa.gov.br/paracrianças/interna.php?ID\\_M=30](http://www.casaruibarbosa.gov.br/paracrianças/interna.php?ID_M=30)> . Acesso em: 11 Dez 2014.

<sup>390</sup> REICKZIEGEL, Ana Luiza Setti; ZATTA, Ronaldo. Vigias e compartes: o Exército brasileiro no Sudoeste paranaense. In: REICKZIEGEL, Ana Luiza Setti *et al.* (Orgs.). **O fuzil e a enxada: História Militar do Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora, 2012, pp. 75-96, p. 84 e 85.

empreendimentos que culminaram na criação do Museu do Colonizador, localizado dentro do Parque Jaime Cannet Junior.<sup>391</sup>

Na percepção de Costa (2009),

Os museus e seus objetos são universos de encantamento, curiosidade, admiração. Muitas vozes, muitas histórias. Memórias e esquecimentos. É necessário depreender enunciados implícitos entre efeitos de luz e sombra, entre vitrines que protegem, aprisionam e afastam. Dialogar, mas não só com o visível. Refratar, mas não só o exposto. Enfim, o desafio para a educação em museus é profundamente bakhtiniano: construir uma arena do pensar e não um templo para se admirar.<sup>392</sup>

Neste sentido, se apresenta importante a análise do acervo permanente do Museu Casa Histórica Tenente Camargo. Curioso sobre essa seleção, arrecadação e catalogação fora presença extremamente discreta das passagens históricas em que aquela unidade se apresentou em combate, incluindo o combate à guerrilha de 1965 em que tombou Carlos Argemiro de Camargo, referenciado como o nome daquela casa. Destacável também é a ausência de armamentos e fardamentos.

O acervo, os pôsters e os quadros apresentavam discretamente a existência de mais de 120 anos daquela unidade militar com participação efetiva nos inúmeros conflitos brasileiros.<sup>393</sup> Por outro lado, esforçava-se em evidenciar os aspectos do cotidiano da tropa, instalação e fixação na região, além do convívio com a comunidade local em tempos de colonização, apresentando um vínculo dos objetos com o público.

---

<sup>391</sup> A fundação do Museu do Colonizador compõe as ações de construção de monumentos públicos voltados à exaltação dos colonizadores, referenciados pela história oficial como pioneiros no sudoeste do Paraná. Este esforço foi intensificado na última década por parte das autoridades regionais constituídas, abrindo precedência para discutir a relação da construção de monumentos de vínculos “pioneiristas” como uma forma de consolidação da memória oficial regional considerando que o imaginário pode atuar como força reguladora da vida coletiva. O Projeto Memória da Prefeitura de Francisco Beltrão-PR fomenta a homenagem aos sulistas provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina com função de perpetuação do poder político constituído na região. ZATTA, Ronaldo, RIPPEL, Leomar. Sedimentando memórias e construindo imaginários: o poder simbólico na edificação de monumentos aos pioneiros no sudoeste do Paraná. **Cadernos do CEOM (Unochapecó)**, v. 27, p. 207-225, 2014, p. 207.

<sup>392</sup> COSTA, Carina Martins. Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 010-30, 2009, p. 30.

<sup>393</sup> O 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado foi criado por Portaria Presidencial em 04 de fevereiro de 1984 no Estado de São Paulo com o nome de Corpo Provisório de Cavallaria, tinha a missão de combater a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Sendo manuscrito em seu Livro de Registro Histórico a presença em combate na Revolução Federalista, Guerra do Contestado, Revolução Paulista de 1924, Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932, Segunda Guerra Mundial em 1944, Força de Paz em Angola 1994 e Força de Paz no Haiti 2010. ZATTA, Ronaldo; WERKHAUSER, Carla. *Op. Cit.*, 2012, pp. 209-228, p. 217.

Sobre o combate, em específico sobre as operações contra à guerrilha de 1965, ou ao herói militar, apenas duas peças faziam parte do acervo. A primeira, uma pintura em tela do busto do herói, a segunda, um livro de recortes de notícias vinculadas àquele episódio, destacando o seu trágico desfecho.

FIGURA 27. VISTA PARCIAL DO ACERVO DO MUSEU CASA MILITAR TENENTE CAMARGO E O QUADRO EM TELA DA IMAGEM DO TENENTE CAMARGO.



FONTE: O AUTOR (2006).

Aqueles objetos museais dividiam-se basicamente em três secções: o acervo do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (composto por utensílios da antiga cavalaria montada, objetos de doma e cuidados para equinos, além de materiais de expediente e instrução da tropa), acervo da 3ª Companhia de Infantaria Motorizada (composto por quadros de comandantes, matérias de instalação da tropa, documentação registro de instalação do aquartelamento que transpareciam as constantes dificuldades nos tempos de colonização oficial) e acervo da 2ª Guerra Mundial com quadro dos pracinhas, livros sobre a Grande Guerra e alguns



documentos, individuais e coletivos, do envio de soldados daquela unidade para a Campanha na Itália.

É evidente que todos os museus militares possuem viés ideológico por se tratar de um grupo de identidade forte e distinto, tendo suas funções celebrativas e evocativas. No entanto, as visitas nunca foram compreendidas como discurso de 'doutrinadores de crianças'. Primeiramente, pelo grau de instrução técnica do curador e monitores do museu que, mesmo sendo militares, possuíam em seus currículos a graduação e especialização em História; em segundo, talvez o mais relevante, era a posição do comando militar local sobre estas visitas, que as percebia como atos de relações públicas desenvolvidoras do bom relacionamento com a comunidade. A análise do acervo do Museu Casa Histórica Tenente Camargo constituiu, enquanto se manteve ativo, uma excelente aula sobre memória patrimonial, não tão somente revelando aspectos do cotidiano militar, mas fornecendo informações sobre a colonização local, aspectos do Regime Militar e criação institucionalizada de heróis.

O Museu Casa Histórica Tenente Camargo recebeu frequentes visitas de escolas do Ensino Fundamental, Médio e Universitário durante os cinco anos em que esteve aberto à visita. Uma rara oportunidade para os alunos locais de conhecerem acervos museais e tomarem parte de uma educação patrimonial. As visitas eram organizadas de forma que os visitantes conhecessem as demais repartições do aquartelamento, exposições de viaturas e armamentos de dotação daquela organização, além de palestras sobre os aspectos cotidianos da tropa e rotina inerente à vida militar; findava-se o passeio com um lanche no rancho<sup>394</sup> servido pelos soldados.

O contexto político da primeira década do século atual deixara entender que a criação do museu por aquela Organização Militar não prosseguia com a intenção de eternizar a figura do tenente Camargo no Sudoeste paranaense como mártir da luta contra o comunismo. Menos ainda realçar a ideologia que regeu o ambiente militar durante a Guerra Fria onde Camargo potencializou-se como exemplo a ser seguido pelos militares e cidadãos; avalia-se que no discurso militar do século XXI o 'herói' havia cumprido sua função.

---

<sup>394</sup> Como a alimentação dentro dos aquartelamentos se dá de forma diferente e em local distinto de acordo com o círculo hierárquico, os visitantes se alimentavam no refeitório militar dos cabos e soldados, a maior repartição do gênero daquela Organização Militar, denominada "rancho".

FIGURA 28. FAMILIARES DO TENENTE CAMARGO, SUA SOBRINHA A PROFESSORA MARINÊS BÓSIO APÓS RECEBER A BANDEIRA DO BRASIL EM SOLENIDADE MILITAR. AO FUNDO ASPECTOS DO ACERVO QUE NAQUELE MOMENTO RECEBIA VISITAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ACADÊMICOS DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE PARANAENSE.



FONTE: ARQUIVO PESSOAL DO FOTÓGRAFO MILITAR E SARGENTO DA RESERVA REMUNERADA JOÃO OLIVO.

Neste sentido, a hipótese mais provável que alavancara a tentativa de criação do Museu Casa Histórica Tenente Camargo são as metas de trabalho adotadas, vinculadas a corrida pelo generalato, por dois comandantes que buscavam nutrir a memória militar local e valorizar a participação efetiva do Exército na resolução dos conflitos relativos à posse da terra em período de colonização. Além de que, a proximidade com as comemorações do Cinquentenário da Revolta de 1957 exigiam a elaboração de discursos e a eleição dos heróis pioneiros pelas instituições e poder público tornavam-se destaque. O Exército, como outros interessados, também elegeu os seus heróis do conturbado período de ocupação

oficial fronteira<sup>395</sup>, mesmo que para isso teve que retomar com nova fardagem um discurso político ideológico anticomunista do século passado, mas que encontra adeptos no tempo atual.

No entanto, sem motivação conhecida o Museu Casa Histórica Militar Tenente Camargo não teve autorização de funcionamento expedida pelo Exército brasileiro, e no início desta década teve suas instalações destinadas a secções do serviço burocrático militar, além das características arquitetônicas dos anos 50 severamente alteradas. O acervo foi desmobiado sendo encaminhado para depósitos de quinquilharias, ou então exposto como *suvenir* em alguma repartição interna.

A tentativa fracassada de criação de um Museu Casa Histórica Militar no sudoeste do Paraná por oficiais do Exército brasileiro em 2005/2006 que pretendia fundar o Museu Tenente Camargo em homenagem a um “herói” militar das operações de contraguerrilha de 1965, em conjunto com a sequente desautorização de funcionamento do museu expedida pelo escalão superior militar em 2010 são ações que têm revelado o dissenso sobre como os militares lembram, ou então selecionam o que deve ser lembrando, sobre episódios do Regime Militar brasileiro.

Entretanto, a ação política institucional de criação de uma casa museal oportunizou visitas, e que nos casos em que foram devidamente orientadas, se apresentaram com uma excelente oportunidade de educação patrimonial sobre a colonização regional e Ditadura Militar. Pois, a questão do objeto museal como representação de conhecimento, para além da questão de documentalidade, autenticidade e veracidade, estabelece relações entre homens no processo histórico.<sup>396</sup>

## 5.6 O RETRATO ENCOMENDADO DO HERÓI MILITAR

O retrato pictórico é considerado, pelos estudiosos das artes, como um gênero de pintura, cuja função, em geral, é representar a feição humana num

---

<sup>395</sup> ZATTA, Ronaldo, RIPPEL, Leomar. A eleição de “heróis” pioneiros na revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná”. In: **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. 1, p. 43-68, 2013.

<sup>396</sup> NASCIMENTO, Rosana. Objeto Museal como objeto de conhecimento. **Cadernos de Museologia**, n. 3. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994, pp. 7-32.



sentido ambíguo: primeiramente, expressar a sua similaridade à Deus, em segundo plano, aclamar a vaidade de um indivíduo.<sup>397</sup> Em questão estrutural, o retrato pictórico, pode apresentar uma representação do protagonista visto de corpo inteiro, meio corpo, cabeça e ombros, variando de perfil, meio rosto ou de frente. Mas, somente em duas situações, sério ou meio sorriso.<sup>398</sup> Neste sentido, cabe pensar a principal amostra museal referente ao herói militar Tenente Camargo, portanto de merecida análise, exposta na casa em que levava seu nome, é o seu retrato em óleo pintado em tela.

Normalmente, a obra pictórica é encomendada ao artista, o retratista, por família ou pelo Estado, passando a compor um rol de documentos memorialísticos de grupos, instituições, associações, famílias ou corporações. À luz da História, pensando os retratos a partir do renascimento, mesmo tendo consciência de sua origem pré-histórica, eram encomendados por grupos com poder aquisitivo elevado. Sabe-se que a obra Sargento Camargo, foi encomendada no ano de 2000, pela 3ª Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão - PR, para a artista Cândida Ferrari, que naquele momento, exercia sua atividade artística na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Entretanto, o valor do contrato do Exército Brasileiro para com a artista é uma incógnita.

---

<sup>397</sup> LANEYRIE-DAGEN, Nadeije. **Leer la pintura**, Spes Editorial, Barcelona, 2007, p. 32

<sup>398</sup> AYMAR, Gordon C. **The Art of Portrait Painting**, Chilton Book Co., Filadélfia, 1967, p. 129 e 283.

FIGURA 29. SARGENTO CAMARGO – 2000, PINTURA EM TELA.



FONTE: REPRODUÇÃO DO AUTOR (2013).

No caso em análise, trata-se de uma pintura em meio corpo, sério e de frente, onde além de representar a face do herói num semblante cordato, com sobrancelhas cerradas, olhar lateral meia altura, com pupilas castanhas escuras representando maior vitalidade. Ela, também, apresenta o sujeito fardado com quepe ornamentado com o brasão do Exército Brasileiro, ostentando as divisas de sua hierarquia militar na graduação de 3º sargento, sob elas, os fuzis cruzados, símbolo da arma de infantaria, o quadro combatente em que o herói era formado. Um retrato que remete muito mais aos aspectos da sua profissão militar, do que ao próprio indivíduo protagonista.

Para Aymar (1967), as obras retratísticas se permitem, unicamente, apresentar expressões de caráter moral do protagonista, nada temporário, efêmero ou accidental.<sup>399</sup> Neste sentido, cabe uma análise comparativa com a fotografia do herói, apresentada na figura 15 – a imagem do patrono da turma de 1978 da EsSA, é possível pensar a obra intencionada a manter-se distante de um realismo fotográfico, por outro lado, mais próxima de um “parecido impressionista” na busca de um retrato representativo institucional, nas qualidades morais e cívicas, vinculados ao Exército Brasileiro.

Outro quesito que, se permite pensar a obra como componente de uma memória institucional do Exército Brasileiro é o tamanho do quadro, diferente de uma obra familiar para ser postado numa casa, **Sargento Camargo** foi pintado numa tela de 50cmx40cm, em sua gênese, pensada para ficar à mostra pública.

Quanto a originalidade, apesar da artista se utilizar de uma ampla paleta de cores, não se tem a informação de que foi a pedido da instituição contratante, percebe-se a fuga da fidelidade ao realismo quando passa a utilizar as cores voltadas para o amarelo e marrom, quando a farda militar da época, utilizada pelo Exército Brasileiro, era na cor verde oliva.

Mas, talvez, a peculiaridade mais singular do retrato é a cor da pele do herói militar, que quando descrita no histórico do Colégio Estadual Carlos Argemiro de Camargo é designada como parda, quando na obra em análise está representada num tom amarelado, mais para o prognóstico de uma pessoa de cútis branca. Sabe-se que a cor da pele é um dos itens da ficha individual de todo militar, assim como dados de peso, altura, idade... A ausência deste dado em cinco

---

<sup>399</sup> AYMAR, Gordon C. *Op. Cit.*, 1967, p. 94.

décadas de comemorações públicas, sendo unicamente informada no histórico do colégio estadual, nos permite pensar a questão da eugenia – o branqueamento social ou ideologia de branqueamento – operado por governos e intelectuais brasileiros ainda no início do século XX.

É de conhecimento histórico a existência do processo de branqueamento social de personalidades negras, ou de seus descendentes, cujas contribuições para com a sociedade brasileira estão reoconhecidamente fundadas. Amparado na ideologia de que a miscigenação era necessária para o desenvolvimento social brasileiro, algumas personalidades de destaques receberam o branqueamento como uma espécie de promoção social. O caso mais conhecido foi do escritor mulato Machado de Assis, até rescentemente retratado socialmente como homem branco.<sup>400</sup> Sabe-se que as tropas militares brasileiras foram as primeiras, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, a serem compostas por soldados miscigenados, o que não desqualifica o rascimo existente dentro da instituição, pensada como um reflexo da sociedade brasileira.

Ainda sobre este quesito, cabe mecionar o evento realizado na Universidade Paranaense em Abr. 2013 em comemoração aos 70 anos de criação da CANGO, quando foram convidados alguns militares para falar sobre o período de colonização da região. Surpreendentemente, um desses militares ao falar sobre o episódio que envolveu a morte de Camargo, descreveu o herói militar como “negro, mas com alma branca”. A situação causou um extremo constrangimento aos presentes, chegando a perceber-se uma sutil intervenção dos organizadores do evento que passaram a direcionar perguntas, em vez da memória narrada daqueles tempos de conflitos político e ideológico.

Já em relação ao contexto da produção da obra, em específico de sua encomenda pela 3ª/33ª Companhia de Infantaria Motorizada, na virada do século XX para XXI, concomina com o exato momento em que aquela unidade militar, qual teve presença histórica na região de fronteira, estava sendo extinta, sendo substituída pelo 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Além de ser extinta, a unidade estava sendo substituída por um quartel de outra arma, a Cavalaria.

---

<sup>400</sup> Machado de Assis ‘branqueado’. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Set. 2011. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/nota/machado-de-assis-branqueado-1> >. Acesso em: 17 Set. 2016.

Sabe-se que por conta dessa situação, também foi levantado por ordem do comandante local – assim como a encomenda do quadro Sargento Camargo- 2000 – monumento em homenagem ao Brigadeiro Antonio de Sampaio, Patrono da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro, que foi imediatamente demolido pelos cavalarianos ao ocupar àquelas instalações, inclusive, compreendido como ato de provocação dos infantess. Talvez, a produção memorialística da 3ª/33ª Companhia de Infantaria Motorizada - “a Sentinela do Sudoeste”, composta pela obra analisada, pode ter sido motivada pela certeza de sua extinção como Organização Militar na virada do século, prevista pela reorganização dos quadros do Exército Brasileiro.

## 5.7 AS CASAS DO HERÓI: A COOPERATIVA DE CRÉDITO E O CLUBE MILITAR

A primeira “casa própria” do herói, se assim podemos chamar, foi parte dos esforços de uma ação institucional do Exército Brasileiro em reconhecer o heroísmo de Carlos Argemiro de Camargo. O episódio ocorreu em 03 Abr. 1965, se expressando como tributo dos sargentos da Guarnição de Brasília – DF. Em homenagem ao companheiro morto, a categoria, representada pela Associação dos Sargentos, renomeou a **Cooperativa Nacional para Aquisição de Imóveis**, órgão vinculado ao Exército Brasileiro, como denominação distinta de “Cooperativa Sargento Camargo”.<sup>401</sup>

Passados quarenta e um anos da morte de Carlos Argemiro de Camargo, especificamente no dia 01 de junho de 2006, fora fundado a segunda casa do herói, através de reunião interna registrada em ata, o CERB - Clube Esportivo Recreativo e Beneficente Sargento Camargo. O consenso entre oficiais e praças do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado de Francisco Beltrão-PR elegeu como primeiro presidente e sócio fundador o 2º tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais, Ney Armando Ribeiro, bem como demais militares responsáveis pelas mais diferentes funções de um clube associativo.

Geralmente, os clubes militares são basicamente formados por integrantes da mesma categoria hierarquia (nomento a divisão entre praças e oficiais). Entretanto, este não estava ligado a círculos hierárquicos, e promovia a participação

---

<sup>401</sup> **Soltando Foguetes perturbam a Missa do Sargento Camargo.** O Globo. Rio de Janeiro, p. 12, 03 Abr. 1965.

de todos os militares daquela unidade, fato específico, devido ao aquartelamento possuir um efetivo reduzido se comparado a outras Organizações Militares, o que tornava inviável a manutenção de um clube fracionado hierarquicamente em reduzido número de integrantes.

A parte de aquisição de fundos dava-se por meio de pagamento mensal de uma taxa, onde o sócio poderia desfrutar de todos os bens ofertados pelo clube. Utilizando-se das antigas instalações do 'clubinho militar' o CERB tinha por incumbência de oferecer aos militares, dependentes e civis uma infraestrutura de lazer e prática esportiva.

Sua sede fixada no centro de Francisco Beltrão contava com uma pista de atletismo, área de musculação e alongamento, campo de futebol, quadra de voleibol de areia, quiosque para churrasco e salão para festas e confraternizações diversas. O CERB fora local de prática desportiva, treinamento de equipes, práticas running e caminhadas para toda a comunidade civil, bem antes da criação dos parques pela prefeitura municipal.

Também em suas instalações, ocorreu por mais de uma década a maior festa em área aberta do sudoeste paranaense, a tradicional **Festa Julina do Quartel**, chegando a reunir mais de 10% da população regional num dia de evento que se firmou como um elo de convívio entre as tropas militares a população local durante a primeira década do século XXI.

O CERB não possuía fins lucrativos, por isso todo o retorno financeiro era aplicado nas próprias instalações como manutenção, bem como o melhoramento das dependências do quartel. Desta forma, o CERB apresentou-se como uma forma legal, frente às normas da própria instituição, encontrada pelos militares de amenizar as faltas de verbas para as necessidades cotidianas e manutenção dos aquartelamentos no meio das Forças Armadas. Algo que não era visto com uma prática que recebia unânime apoio entre os comandantes militares, visto por outros como um vício da administração pública.

Mas, reafirmando a coloquial frase militar: "O que um comando faz o outro desmancha!", o CERB foi extinto na segunda década deste século após a troca de comando, que priorizou a segurança das instalações militares, à integração social com àquela comunidade. Entretanto, para alguns militares o fechamento do CERB esteve mais ligado à desautorização de funcionamento pelo comandante local, qual

percebia a arrecadação de fundos do CERB como método ilegal de administração das instalações públicas.

## 6 SÉCULO XXI - A RETOMADA DOS CERIMONIAIS FÚNEBRES EM HOMENAGEM AO HERÓI INSTITUCIONAL

*“Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objeto principal.”*

Helenice Rodrigues da Silva.

No período em que as Forças Armadas iniciavam o processo de abertura política “lenta e gradual”, o Exército ainda operava a disputa pela memória fatídica da Operação Três Passos, como visto, a primeira operação de contraguerrilha brasileira durante o Regime Militar. Durante a reabertura política, em 1980, o Exército elabora a primeira lista pública dos mortos pela esquerda armada no período de 1964 a 1972. A lista apresenta um saldo de 40 militares mortos e 170 feridos, além e 56 civis mortos e 180 feridos.<sup>402</sup> Nesta lista, entre os militares mortos, encontrava o nome de Carlos Argemiro de Camargo, cuja história de morte voltava a ser recontada nacionalmente, mas com um diferencial particular. Os trabalhos de memórias da década de 1980, elaborados pelo Exército, deixava de apresentar Camargo como herói conspícuo de luta contra o comunismo. No período de abertura política o militar tombado em operações passava a compor um rol das “vítimas” da ideologia internacional.

Segue um trecho que compõe a introdução da **Lista dos Mortos pela Esquerda Armada entre 1964 e 1972**, elaborada pelas Forças Armadas, e que foi publicada pelo Jornal Folha de São Paulo em 20 Mar. 1980:

“Suas lembranças em nossa memórias”

“As tentativas de implantar o regime marxista-leninista no País, através de ações covardes e brutais, remontam ao ano de 1935, quando do episódio da Intentona Comunista, ocasião em que, valendo-se do espírito fraterno que liga os companheiros de Armas, comunistas assassinaram friamente, oficiais e praças que dormiam.”

“Protegidos pela paz que pretendem ao seu modo, alternam seus métodos para tomada do Poder, desfiliando dos assassinatos e dos processos da guerrilha à escorregadia dialética.”

“Após a vitória das forças democráticas, em 1964, retorna a violência comunista, no Sul do país, com o bando do ex-cel. Jefferson Cardim de Alencar Osório, cujos planos nasceram na República Oriental do Uruguai, à época refúgio dos responsáveis pelo caos político, econômico e social brasileiro. Subsidiados por triste figura do cenário político nacional, adentra ao País, pelo Sul, a quadrilha comunista assaltando estabelecimentos,

<sup>402</sup> **Exército lembra dos que morreram entre 64 e 72.** Folha de São Paulo. São Paulo, 20 Mar. 1980 p. 6.



aliciando inocentes e ambiciosos assustando nossas populações do interior. Mais uma vez atendem nossas Forças Armadas ao apelo permanente da nação para protege-la dos inimigos da Pátria. E é na manhã de 27 de março de 1965, ao amanhecer do dia, nas proximidades da pequena cidade de Leônidas Marques, no sudoeste paranaense, que se encontram as forças legais com os amotinados. De encontro, resulta morto o então 3º sgt. Carlos Argemiro de Camargo, vítima de uma emboscada comunista”.

“As vítimas do terror aumentam assustadoramente. São pais de famílias, crianças, agentes da Lei, militares que têm suas vidas roubadas pelo fanatismo de uma ideologia anticristã. São inúmeras as famílias brasileiras enlutadas pela obsessão marxista de uns poucos”.<sup>403</sup>

O novo discurso passa a não fazer referência ao ato heroico em combate, substituindo a ação gloriosa do militar tombado por uma atitude com caráter ardiloso dos guerrilheiros, além da valorização da dor familiar, não mais cívica. Ao mesmo tempo que, se mostra atenta a nova tática comunista de tomada do poder, a ‘dialética’.

No panorama nacional de 1983 em que apresentava-se as “Diretas Já”, notada como primeira demonstração de mudanças no cenário político do Regime Militar, mudava também a compreensão sobre a real ameaça comunista. A sequente abertura democrática de 1985, a transição para o Governo Civil, colaborou para o constante declínio das comemorações anticomunistas, havendo um relaxamento dos ideários políticos considerados mais radicais, tanto na esquerda, como à direita brasileira.

Um fato que merece menção neste período ocorreu por conta das comemorações anuais da Intentona Comunista de 1935<sup>404</sup>, no ano de 1983, quando

A surpresa e sensação da cerimônia foi a presença do governador do Rio, Leonel Brizola, que assistiu a cerimônia ao lado do presidente, General Figueiredo, e dos ministros militares. Entrevistado, Figueiredo declarou ser favorável à legalização do Partido Comunista.<sup>405</sup>

<sup>403</sup> **Exército lembra dos que morreram entre 64 e 72.** *Op. Cit.*, 1980, p. 6.

<sup>404</sup> É unânime a posição dos militares atribuírem o anticomunismo como explicação dos motivos que levaram ao Golpe de 1964, cujo ideário ameaçava a sobrevivência da própria instituição Militar. “A origem histórica desse sentimento anticomunista, disseminado nas Forças Armadas, é a revolta comunista de 1935. O efeito emocional do que foi visto como uma imperdoável traição perdurou por décadas, ritualizando-se na peregrinação anual ao monumento aos mortos da “intentona”, que passou a designar a revolta, denota o tipo de percepção que se reteve daquele episódio. Intentona significa “intento louco, plano insensato”, mas na memória militar ficou muito mais do que isso. Ficou o sentimento do potencial ameaçador e traiçoeiro que a doutrina comunista pode ter quando invade os quartéis, menosprezando a hierarquia e os objetos da corporação e pregando obediência a outros princípios e a outros chefes, muitas vezes alheios ao meio militar”. D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glácio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 1994, p. 11 e 12.

<sup>405</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2002, p. 62.

A suspensão gradativa das comemorações anticomunistas pelas Forças Armadas, visivelmente percebida nos editoriais da época, possuía um intuito claro e evidente: “apaziguar os ânimos e desarmar os espíritos”. Neste período da História institucional, os rituais cívicos haviam abandonado a intenção de estabilizar politicamente a nação, não havendo mais a necessidade de recorrer aos símbolos do passado para legitimar ações no presente.

De acordo com Castro (1996) tal iniciativa partiu dos próprios militares, materializada a partir de uma Ordem do Dia que afirmava que o comunismo havia chegado ao fim. E, portanto, os heróis que serviram de exemplo ao “sentimento anticomunista” poderiam descansar em paz, pois sua missão havia sido cumprida. Como a luta havia sido vencida, não havia mais motivos para a continuação ou renovação das cerimônias memorialísticas.<sup>406</sup> A Ordem do Dia do General Gleuber Vieira, Comandante do Exército, em 1999, por ocasião da Intentona Comunista se apresentava com a seguinte mensagem:

Quando erguemos monumentos, só o fazemos para pensar profundamente a História, nunca para menosprezar oponentes ou para atizar discórdia. Sabemos que edificar o amanhã significa semear terras férteis, jamais despertar fantasmas. É isso que nos mantém acima das ideologias, das desavenças e dos ressentimentos.<sup>407</sup>

Na perspectiva nacional, aos poucos os cerimoniais anticomunistas foram dando espaços para uma nova formatura, o Dia do Exército comemorado em 19 Abr., data da Batalha de Guararapes que ocorreu em 19 de Abr. 1648. Trata-se da principal batalha no processo de expulsão dos holandeses do Brasil. Seguindo este mesmo ritmo, segue o relaxamento das medidas memoriais públicas, em comemoração ao herói da contraguerrilha de 1965, Tenente Carlos Argemiro de Camargo.

Assim, as alusões em cerimônias públicas do combate ao ‘inimigo interno’ foram sendo substituídas pela lembrança da expulsão de um ‘inimigo estrangeiro’. Entretanto, na imprensa nacional, no que pode ser percebido – ao menos pela análise das fontes que se teve acesso para essa pesquisa – que mesmo ocasionais

---

<sup>406</sup> *Idem*, p. 63-67.

<sup>407</sup> *Ibidem*, p. 67.

publicações, representavam a luta pela memória do Regime Militar, permanecendo como justificativa o combate ao comunismo.

Pelo que pode-se apurar pela análise iconográfica do Álbum Histórico da Unidade Militar de Francisco Beltrão – PR, a tradição de manter os cerimoniais voltados a exaltar os heróis militares ligado aos episódios de conturbação política, perdeu intensidade, igualmente, ao passar dos anos.

Entretanto, a sequência de comemorações vinculadas à morte de Carlos Argemiro de Camargo somente foram quebradas definitivamente com a substituição da tropa de infantaria pela unidade de cavalaria oriunda de Passo Fundo – RS, no ano de 2000. Ao se instalar no sudoeste do Paraná, o 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado possuía tradições vinculada mais as tradições gaúchas<sup>408</sup> do que ao Regime Militar, e não estava integrado com o histórico das tropas de infantaria, a “Sentinela do Sudoeste”, que havia se instalado na cidade de Francisco Beltrão – PR, ainda em 1954.

Mas, nem mesmo, o mais otimista combatente anticomunista poderia imaginar que na virada do século as políticas memoriais do Exército Brasileiro retomaria o discurso do herói militar; já em processo de esquecimento.

Eis que surgem, os processos de exumação, traslado e inumação dos restos mortais de Carlos Argemiro de Camargo. Tais ações memorialísticas realizadas em novembro de 2016 podem ser compreendidas como atos celebrativos, e ideológicos, próprios do meio militar. E, claramente, permeados de interesses políticos. E que, evidentemente envolvidas àquela solenidade fúnebre militar, encontravam-se significações reguladoras de um passado recente, e com relações sociais presente.

## 6.1 2006 - A EXUMAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DO HERÓI MILITAR

Em 10 Nov. 2006, o Exército Brasileiro realiza a exumação dos restos mortais de Carlos Argemiro de Camargo no Cemitério Municipal de Francisco Beltrão – PR.

---

<sup>408</sup> ZATTA, Ronaldo; WERKHAUSER, Carla. Milicos e Matungos: narrativa histórica do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. In: REICKZIEGEL, Ana Luiza Setti *et al.* (Orgs.). **O fuzil e a enxada: História Militar do Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora, 2012, pp. 209 - 228.

Cabe ressaltar que esse tipo de evento memorial não é novidade no seio das Forças Armadas, o traslado de restos mortais de personalidades consideradas heroicas para aquartelamentos, ou áreas de administração militar, foram realizados com certa veemência no século passado, podendo ser citados os casos de exumação dos heróis da Guerra do Paraguai – Duque de Caxias e General Osório – bem como o maior herói brasileiro da Segunda Guerra, Sargento Max Wolf Filho, e demais pracinhas.

Os restos mortais do Duque de Caxias, Marechal Luís Alves de Lima e Silva patrono do Exército brasileiro, foram exumados e trasladados do Cemitério do Catumbi para o “Panteon de Caxias” na Praia de Copacabana em 1949, cuja cripta sempre esteve sob responsabilidade do Exército. O caso de traslado dos restos mortais do General Osório, patrono da Cavalaria do Exército brasileiro, se deu por inúmeras vezes até 1993 quando teve sua derradeira transferência para o Parque Histórico Marechal Manoel Luís Osório, construído em sua homenagem em Tramandaí/RS. Morto em combate em 1945 o Sargento Max Wolf Filho, o maior herói brasileiro da Segunda Guerra e patrono da Escola de Sargento das Armas, teve seu corpo sepultado no Cemitério Militar Brasileiro em Pistóia na Itália, sendo que seus restos mortais foram trasladados para o Brasil e inumados junto ao “Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial” no Rio de Janeiro.

Carlos Argemiro de Camargo morreu sem disparar um único tiro, um herói sem destaque em campanha, eis a distinção entre os demais exumados pelo Exército Brasileiro. Até porque, como visto, o herói em voga nem era voluntário para participar da tropa de combate em 1965. Até mesmo o ato de “morrer pela Pátria”, não partiu de sua voluntariedade.

Os esforços, em 2006, para trazê-lo de volta para o aquartelamento em que serviu até 1965, foi fomentado pela postura administrativa da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão responsável pelo fisco do Cemitério Municipal. Fato que ficou às abstrusas da mídia e do público em geral.

Havia um problema a ser resolvido pelo Comandante do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, o quarte de Francisco Beltrão – PR. Pois, os restos mortais do herói militar da contra guerrilha de 1965 seriam retirados do túmulo por funcionários do cemitério e encaminhados para um ossuário. O ossuário do Cemitério Municipal de Francisco Beltrão – PR se exhibe como uma espécie de cripta

subterrânea, um espaço público de gestão municipal que serve de depósito para guardar de restos mortais acondicionados em caixas. Trata-se de uma qualidade de albergue *post-mortem*, ou seja, o destino de ossadas quando os familiares não continuam contribuindo para a manutenção do cemitério através das taxas municipais, ou quando não efetuam a compra do espaço de construção da sepultura/túmulo.

A Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – PR estava cobrando os custos para manter o herói em seu descanso. Para evitar que o herói inadimplente, ou pelo menos o que restou dele, rumasse pelo caminho do despejo, acompanhado, para o ossuário municipal, o comandante militar local solicitou autorização à escalação superior do Exército para que fosse realizada a exumação.

A questão agora seria, onde acomodar o herói? Do mesmo comandante, surgiu a ideia de que, a exemplo dos heróis militares da Guerra do Paraguai e da Força Expedicionária Brasileira, fosse realizada a inumação na Praça Tenente Camargo, já apresentada neste estudo, que se localiza na área militar do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, antiga 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada. O local em que o herói serviu antes de sua morte!

Num sentido de tentar perceber o empenho institucional de compará-lo aos heróis militares, institucionais, da Guerra do Paraguai, nota-se tal assertiva muito próxima à perspectiva de “condições de produção”<sup>409</sup>, da análise do discurso; principalmente quando passar a existir a referência da produção de **memória oficial do Exército** com **a política de promoção dos comandantes** nas Forças Armadas. Valendo-se de conceito que premia as ações que valorizem a história da Instituição Militar – as atuações como construção de monumentos, elaboração de pesquisas históricas, nomenclaturas históricas, confecção de estandartes e heroicização de figuras destacáveis em combate – permite que seus idealizadores aproximem-se das promoções seguintes previstas em plano de carreira dos oficiais, e futuramente, mais um passo em rumo ao topo da carreira, o generalato.

Sobressaindo à questão puramente política ideológica que fomentou as Forças Armadas no século passado, há indícios de que o plano de carreira militar

---

<sup>409</sup> “Compreendemos que as condições de produção de um discurso estão intimamente ligadas com a questão do sentido literal, ou seja, ela é constitutiva do sentido. Desta forma passam a contar desde determinações do contexto mais imediato (ligados ao momento da interlocução) como mais amplos (ligados à ideologia)”. ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Op. Cit.*, 1983, p. 149.

que valoriza a elaboração de memória institucional, paralelo ao abandono por parte da família do túmulo do herói sujeitando-o a um futuro despejo, são elementos que podem ser citados como motivações da passagem da tutela pública civil para a tutela militar dos restos mortais do sargento Carlos Argemiro de Camargo em novembro de 2006.

Recebida a autorização do Estado Maior do Exército para realizar o ato de exumação, foi realizada pelos militares a consulta da Lei municipal que permite a exumação. O próximo passo foi conseguir a devida autorização de familiares, que seguidamente foi concedida.

O comandante militar local encarregou o curador do “Museu Tenente Camargo”, o capitão Lourenço Rômulo Inoccencio Junior, para que reunisse uma equipe que **“trouxessem de volta para o quartel”** o herói militar da contraguerrilha de 1965. Por conta da prestação de serviço militar naquela unidade militar, e ser graduado em História, fui designado juntamente com dois militares historiadores para compor a equipe de exumação;<sup>410</sup> envolvimento que me permitiu contato com fontes primárias que propiciaram a elaboração desta pesquisa.

Desta forma, em 10 de novembro de 2006 foi realizada a exumação dos restos mortais de Carlos Argemiro de Camargo, uma atividade que na caserna exercia caráter quase místico, significava encontrar o herói, tirá-lo do profano túmulo paisano, e seguidamente transportá-lo ao seu “templo sagrado”: o quartel em que serviu, as antigas instalações da “Sentinela do Sudoeste”.

Foi aproximadamente às 08:00hrs dia 10 de novembro de 2006 que os trabalhos se iniciaram no Cemitério Municipal de Francisco Beltrão. Por dominar a marcenaria com *hobby* o capitão Rômulo confeccionou uma urna funerária em madeira de lei, envernizada e selada para resistir por longa data a decomposição por ação do tempo. Nela ir-se-ia depositar os restos mortais do “herói”.

Um breve contato com os funcionários do Cemitério Municipal, os quais até certo momento permaneceram no local acompanhando os trabalhos de exumação. Iniciaram-se as atividades pela quebra, por marretadas, dos ornamentos funerários, cujo caráter genuinamente ideológicos foram construídos ainda na década de 1970

---

<sup>410</sup> A equipe de exumação foi composta pelo capitão Lourenço Rômulo Inoccencio Junior, o Sargento Josué da Costa Gama, o cabo Leomar Rippel e este autor. Todos graduados em História pela Universidade Paranaense – Campus de Francisco Beltrão – PR. Obviamente escolha da equipe não se deu de forma aleatória, os integrantes foram indicados pela graduação acadêmica visando legitimar de um discurso autorizado, e profissional, ao evento celebrativo.

com a função de enaltecer o herói militar. Desde então, praticamente todos trabalhos da equipe foram registrados por fotografias.<sup>411</sup>

Nos instantes iniciais de escavação surgiu a primeira das surpresas, parcela de terra retirada apresentou dois níveis de calçadas antigas do cemitério. O túmulo estava sobreposto a um antigo passeio! Era conhecido o fato de que Camargo havia sido sepultado em uma cova em 1965<sup>412</sup>; e que, seu túmulo além de superficial tratava-se de um ornamento funerário construído como ato celebrativo em 1967<sup>413</sup>, como parte da política de institucionalização do herói em plena Guerra Fria. E, todo o mistério e versões que envolvem os confrontos políticos do Regime Militar, nos fizeram pestanejar por um instante na possibilidade de não localizarmos restos de um cadáver.

---

<sup>411</sup> **Registros fotográficos dos trabalhos de exumação de Carlos Argemiro de Camargo.** Realizados em 10 Mar. 2006. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tVExnOGs4SnIHa1U>>. Acesso em: 19 Jul. 2016.

<sup>412</sup> Figura 4 e 6.

<sup>413</sup> Figura 8.



FIGURA 30. ASPECTOS DA EXUMAÇÃO DOS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.



FONTE: *Registros fotográficos dos trabalhos de exumação de Carlos Argemiro de Camargo.*  
Op. Cit., 2006.

Logo em seguida, em contato com um funcionário da Prefeitura Municipal que trabalha no Cemitério Municipal, recebeu-se a informação de que com o passar dos anos o cemitério havia sido reestruturado por três vezes. Foi dada sequência aos trabalhos de escavação, já ultrapassando a profundidade de aproximadamente 1,6 metros, quando, mais uma vez, surgiu o terceiro nível de calçada. Pairava então, a hipótese de que parte dos restos mortais pudesse estar abaixo de capela mortuária construída, logo atrás da cova, em meados da década de 1980, quinze anos após ser deixado o herói militar abaixo da campa.



Mas, prosseguindo a desaterro, apesar dos restos mortais não estarem na posição acreditada no início dos trabalhos, por volta do meio dia o capitão Rômulo encontrou o primeiro pedaço de madeira da tampa do caixão, tornando o trabalho ainda mais minucioso. Pois, após quarenta e um anos enterrado, era baixa a expectativa de encontrar ossadas em perfeitas condições, algo que era unânime entre os coevos.

A partir daquele momento em diante, os trabalhos de exumação se prolongaram da seguinte forma: Rômulo recolhia o material humano de dentro do túmulo, alcançando para que fosse acondicionado dentro da urna. Enquanto isso, Leomar Rippel realizava a seleção dos fragmentos de ossos, dentes, botões, trapos de panos, peças do ataúde que retirava-se permutados com terra, selecionando ao lado do túmulo violado.

Os primeiros ossos surgiram juntamente com a madeira em decomposição do ataúde<sup>414</sup>, cujas condições de decomposição avançada permitiam apenas reconhecer lascas da tampa e das alças para transporte, quais se misturavam com terra e fragmentos de farda. Os únicos ossos de grande porte encontrados inteiros foram os fêmures!

Os trabalhos se prolongaram até aproximadamente às 14h00min, a movimentação de militares no cemitério acabou por reunir alguns curiosos que transitavam próximo ao local. Enquanto, a cada instante a equipe de exumação encontrava mais um pequeno fragmento do herói misturado com a terra removida, restos de sapatos, meias, botões, dentes, dentaduras sendo tudo acondicionado na urna de madeira. Já os restos do ataúde, também em elevado estado de decomposição, passaram a ser destinados à lixeira do cemitério, como era de costume naquele local.

Inspecionado por diversas vezes todo o terreno, bem como a solo removido, o chefe da equipe de exumação deu por encerrada a missão. Faltava ainda, apenas, lacrar a nova urna funerária com parafusos e silicone. Em seguida, fora realizado o transporte da urna, com os restos mortais do herói militar, para o ossuário onde permaneceu aguardando a realização do translado.

---

<sup>414</sup> Urna funerária de madeira.

FIGURA 31. FÊMURES DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.



**FONTE: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS TRABALHOS DE EXUMAÇÃO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. OP. CIT., 2016.**

É conhecido que Camargo foi alvejado por quatro tiros – sendo dois no abdômen e dois na coxa direita – disparos que causaram sua morte antes de receber qualquer socorro médico. Através dos relatórios militares que informam sobre o dito “combate” há uma repetida versão de que o corpo foi conduzido para o quartel de Francisco Beltrão. A partir disso, somente fontes orais conduzem acreditar que o corpo foi recebido pelo médico militar. Provavelmente, o mesmo que emitiu o Laudo Cadavérico, pois o corpo permaneceu em área militar até o seu enterramento, que também foi realizado pelos militares.

Os registros fotográficos que antecedem apresentam a parte posterior do fêmur esquerdo<sup>415</sup>, onde visivelmente se observa um distinto orifício. No detalhe, a parte posterior do fêmur esquerdo encontra-se com uma marca que poderia ser um arrebetamento de projétil de arma de fogo, **de calibre menor**. Foi procurado um biólogo da Universidade Paranaense para analisar as fotografias anteriores, que também compartilha a ideia de que a presunção do orifício ser caracterizado como decomposição óssea é remota. Pois, segundo aquele profissional<sup>416</sup>, a proporção da deformação deveria ser maior e não tão delineada; considera-se também que não há indícios de decomposição no restante de ambos os fêmures.

Camargo também poderia ter sido atingido na perna esquerda? Estaria o Laudo Cadavérico equivocado? Ou seria apenas um acaso da decomposição? Perguntas que não serão possível arriscar qualquer respostas, não antes sem análise de um profissional da área; e, tal possibilidade se apresenta, atualmente, extremamente remota.

Num sentido que, de acordo com Castro ocorrem algumas “batalhas da memória” o que proporciona uma diversidade de passados; e a história nacional nem sempre é a única ou a melhor medida daquilo que as pessoas sabem sobre seu passado. Neste sentido, segue o autor, a formalização de “uma memória oficial”, opera fazendo “seleções”, deixando de lado outras possibilidades, talvez menos (ou mais) convenientes para o momento.<sup>417</sup> Recordar-se aqui mais uma vez a tese do “**tiro amigo**”, tendo como parâmetro a questionável autenticidade da história institucional do combate, pensa-se a veracidade do Laudo Cadavérico emito.

## 6.2 A ADAPTAÇÃO À JAZIGO MONUMENTO E AS HONRAS FÚNEBRES NO CERIMONIAL DE TRANSLADO DO HERÓI

Com ênfase ao culto cívico dos mortos, medidas memorialísticas provocaram diversas vezes translados de restos mortais, buscando proporcionar

---

<sup>415</sup> Notavelmente, percebe-se, a presença dos côndilos medial, e lateral, sendo que estes se localizam na parte posterior do fêmur humano, logo o exemplar com o orifício, trata-se de um fêmur humano esquerdo.

<sup>416</sup> Sem ariscar uma análise formal sobre o assunto, o mesmo preferiu não ser identificado nesta pesquisa.

<sup>417</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2002, p. 37-57.

maior visibilidade ao evento ou alimentar comemorações e rememorações.<sup>418</sup> Também, no dia 17 de novembro de 2006, em Parada Militar no 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em Francisco Beltrão – PR, fora realizado translado dos retos mortais do tenente Carlos Argemiro de Camargo, que se encontravam, desde sua exumação, no ossuário do Cemitério Municipal de Francisco Beltrão. O translado deu-se daquele local para a Praça Tenente Camargo, área de administração militar que compõe as instalações militares daquela mesma cidade, cujo acervo fotográfico do evento pode ser acessado na íntegra.<sup>419</sup>

O evento mobilizou a seção de Relações Públicas do quartel que por sua vez contatou as autoridades civis, militares e jurídicas, meios de comunicação, docentes, acadêmicos do curso de História, alunos do ensino fundamental e médio; além de militares da reserva do Exército Brasileiro. Um elevado grau de preparação foi adiantado para que o retorno do herói fosse consagrado, a sua praça foi limpa, repintada e efetuados serviços de jardinagem.

Mas um detalhe merece atenção destacável, o cenatáfio<sup>420</sup> centro da praça em um monumento que imita a forma de um Brasão das Armas erguido, ainda na década de 1970<sup>421</sup>, anteriormente pensado para ornamentação e linguagem simbólica da Praça Tenente Camargo, agora estava sendo remodelado, para que abaixo um fuzil Mauser – cravado pela baioneta, sobreposto pelo capacete de aço, em homenagem ao militar tombado em ‘combate’ – permitisse uma espécie de necrópole individual, para acondicionamento da urna funerária que contém os restos mortais do herói.

Prestes a se tornar o mais novo campo-santo do herói, a praça na sua posição geográfica, iria realçar o finado, colocando-o num lugar destacável perante as instalações militares, ocupando área de acesso e sendo visto por quem passa à

---

<sup>418</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Op. Cit.*, 2014, p. 219.

<sup>419</sup> **REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL DE TRANSLADO DOS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.** Realizados em 17 Mar. 2006. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tWExpN2dmalNSTXc> >. Acesso em: 19 Jul. 2016.

<sup>420</sup> Memorial fúnebre erguido para homenagear uma pessoa ou um grupo de pessoas cujo restos mortais não se encontram naquele local, é um túmulo honorário, simbólico em homenagem a memória.

<sup>421</sup> Uma réplica do Brasão das Armas usado pelos soldados no braço direito como insígnia de honra no fardamento do Exército durante parte do Regime Militar, visto na **figura n. 15**, e detalhe da **figura n. 21 e n. 23**, deste trabalho.



frente daquele quartel; e, ainda enfatizava o simbolismo fúnebre militar repleto por nacionalismo presente naquele meio, onde em letras garrafais lê-se: BRASIL.

FIGURA 32. ADAPTAÇÃO DO MONUMENTO EM JAZIGO, E VISTA GERAL DA PRAÇA TENENTE CAMARGO.



FONTE: O AUTOR (2016).

DISPONÍVEL EM: < <https://drive.google.com/open?id=0byw2cmowlg4twexpn2dmainstxc> >. ACESSO EM 20 JUL. 2016.

Além do mais, como já anunciado por Piovezan

De toda forma, a tendência de se construir o Monumento Fúnebre em locais públicos tem a intenção de demonstrar o sentido patriótico e universal da morte do soldado. Muitos monumentos fúnebres são transferidos dos cemitérios para os locais públicos justamente para intensificar esta dimensão de sacrifício coletivo.<sup>422</sup>

A questão estética do cenatáfio, permite pensar em paralelo com os estudos historiográficos que retrataram pelo o desígnio de “cemitério-museus”, ou seja, “cemitério que além de guardar a memória dos mortos guardam a memória de crenças, de costumes e da arte, revelando relações íntimas entre arte, morte e tradição”. Também, a transformação de cemitérios comuns em locais de apreciação estética acaba por demonstrar uma prática que marca oficialmente o local como patrimônio cultural – um bem cultural – expressando a memória em duas vivências:

<sup>422</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Op. Cit.*, 2014, p. 218.

pela arte, expressa pelas sepulturas e edifícios; e, pela subjetividade, expressa por tradições, costumes e rituais revelados.<sup>423</sup>

As reformas por conta da exumação dos restos mortais de Carlos Argemiro de Camargo acabaram por criar um túmulo diferenciado ao herói, transformaram um monumento memorialístico institucional, um cenatáfio, em um “jazigo monumento”; uma praça de visitas, em necrópole militar.

O Jazigo monumento pode ser definido como:

O jazigo monumento possui materialidade complexa e variada, não sendo possível traçar uma unidade volumétrica. Sobressai no conjunto o próprio monumento, sendo secundário o espaço sacro e de inumação. Possui grandes proporções e confere, assim como o mausoléu, notoriedade ao sepulto, tendo em sua maioria referência ecléticas. Apresentam uma maior possibilidade autoral para a arquitetura funerária, visto que a solução arquitetônica se afasta das referências sacras. O espaço de inumação é muito discreto, até mesmo difícil de ser identificado, geralmente sendo relegado ao espaço subterrâneo. A forma pressupõe a função.<sup>424</sup>

Sobre as necrópoles, sabe-se que elas refletem a necessidade existencial de negar a morte, é a sua tradução romântica que se anuncia na capacidade da memória de conduzir à imortalização. Assim, o culto dos mortos compreendendo a morte como “morte-sono” esclarece que a morada do morto, o jazigo, tenha um elevado grau arquitetônico assim como a “casa”. Tanto o jazigo, como a casa de familiares, apresentam um passado com privilegiado grau de identificação e filiação de gerações, portanto, “todas essas necessidades simbólicas fizeram da necrópole um *analagon* da cidade dos vivos”.<sup>425</sup>

---

<sup>423</sup> RABELO, Elizabeth Avelino; MAHFOUD, Miguel. *Op. Cit.*, 2013, p. 10 e 11.

<sup>424</sup> GRASSI, Clarissa. *Op. Cit.*, 2016, p. 66.

<sup>425</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 168 e 169.

FIGURA 33. JAZIGO MONUMENTO DO TENENTE CAMARGO.



FONTE: O AUTOR (2016). DISPONÍVEL EM: <  
<https://drive.google.com/open?id=0byw2cmowlg4tuwxss1jrdm1hwhm>>. ACESSO: 20 JUL. 2016.

O processo de gestão memorial desempenhado pelo Exército Brasileiro, desempenhando as comemorações fúnebres em 2006, se cumpriu com intensa movimentação simbólica, cuja função, além do sentido de perpetuação e continuidade, criou novas condições de identificação grupal, evocando um passado comum para aquela comunidade de fronteira.

Neste sentido, cabe pensar, como as comemorações fúnebres são vistas por Fernando Catroga (2010):



Acto comemorativo, também se concretiza com um grande movimento simbólico através do qual os indivíduos são apelados a identificarem-se como grupo, evocando-se a face do passado que, num dado presente, se considera definidora da unidade e continuidade. E no caso das comemorações de índole cívica (socialidade mais abstracta), a celebração enforma-se de componentes estéticos, dinâmicos, corporais (o desfile) e orais (os discursos) mais explícitos, de modo a realizar programadamente as suas intenções educativas e sociais. Pode mesmo afirmar-se que, quando mais massificada fora a escala societária, mais aumenta a “estranheza” entre os indivíduos e se requer um a mais tento trabalho simbólico na construção e reprodução da memória unificadora. Em consequência, no rito de centração exclusivamente familiar, o culto, apesar de também necessitar de iniciativas de gestão, é mais “quente” e espontâneo; mas nas romagens e as comemorações, com uma marcante dimensão pública, implicarão, regra geral, a existência de uma coordenação planificadora (isto é, uma organização), de um desfile que corporize, de símbolos (bandeiras), e contarão, amiúde, com a presença de oficiantes (oradores), tendo em vista sublimar o esquecido com palavras que relembre e enalteçam. Nunca se deve esquecer que, nestas liturgias cívicas, também se encontram, por extensão e imitação, os propósitos de filiação, de integração e de identificação, práticas que têm a sua raiz primordial no modo como os indivíduos interiorizam e dão sentido à sua participação no culto familiar dos mortos.<sup>426</sup>

Enquanto praça necrópole aguardava a chegada do herói militar, a retirada da urna do cemitério estava sendo acompanhada como solenidade fúnebre militar pelos meios de comunicação regional – rádios e emissoras sucursais de TV. O capitão Rômulo, chefe da equipe de exumação, em nome do comando da unidade militar local, concedeu eventuais entrevistas que antecederam ao cerimonial com o intuito de lembrar e explanar o episódio fatídico que resultara na morte de Camargo.

Ao término das entrevistas, e inúmeras tomadas fotográficas para eternizar o traslado, a urna funerária foi coberta por uma Bandeira Nacional.<sup>427</sup> Em seguida, foi carregada por soldados, compondo guarda, até uma Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – URUTU, onde daria início uma série de Honras Fúnebres<sup>428</sup> em

<sup>426</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 174.

<sup>427</sup> Caixões, neste caso a urna, cobertos pela Bandeira do Brasil são permitidos a membros do serviço militar, autoridades públicas do Executivo e Legislativo, ou como concessão para alguns civis. Fazendo parte dos rituais militares de enterramento anunciado em Lei Federal, estes procedimentos têm a sua previsão legal no Art. 126 do DECRETO Nº 2.243. **BRASIL**. DECRETO Nº 2.243, *Op. Cit.*, 1997, p. 26.

<sup>428</sup> “Honras Fúnebres são homenagens póstumas prestadas diretamente pela tropa aos despojos mortais de uma alta autoridade ou de um militar da ativa, de acordo com a posição hierárquica que ocupava. Consistem de: I – Guarda Fúnebre; II – Escolta Fúnebre; III – Salvas Fúnebres. § 1º As Honras Fúnebres são prestadas aos restos mortais: a) do Presidente da República; b) dos Ministros Militares; c) dos Militares das Forças Armadas.” Art. 126 do DECRETO Nº 2.243. **BRASIL**. DECRETO Nº 2.243, *Op. Cit.*, 1997, p. 26.

homenagem ao herói militar. Na sequência, ao entrar na viatura, os restos mortais de Camargo receberam a sua primeira continência<sup>429</sup>, da Guarda de Lanceiros ali postada.

Após a prestação de continência da guarda, os despojos mortais de Carlos Argemiro de Camargo cruzou a cidade de Francisco Beltrão – PR em Escola Fúnebre<sup>430</sup>, uma espécie de cortejo fúnebre militar. A escolta dava-se na combinação de três viaturas blindadas de reconhecimento da Cavalaria Mecanizada do Exército Brasileiro, compondo uma Escolta Motorizada digna de Chefe de Estado, algo imaginável para um militar subalterno que não foi voluntário para compor as tropas em operação de 1965, e que morreu de forma duvidosa ao que rege o espírito guerreiro, tão apreciado pelos militares.

O itinerário percorrido na realização do traslado da urna funerária que continha os despojos mortais do herói, foi escolhido previamente, e com real intensão, seguiu longo trecho pela Rua Tenente Camargo; em seguida, dando prioridade pelas ruas de trânsito lento do centro urbano. O intuito da cerimônia pública de traslado era de ser percebida pela comunidade local.

É fato, que o Regulamento de Continências das Forças Armadas não prevê que praças tenham direito à Escolta Fúnebre.<sup>431</sup>

---

<sup>429</sup> Saudação militar de caráter impessoal, e obrigatória, prestada por um militar à superiores hierárquicos ou à tropa formada.

<sup>430</sup> Escolta Fúnebre é a tropa destinada ao acompanhamento dos despojos mortais do Presidente da República, de altas autoridades militares e de oficiais das Forças Armadas falecidos quando no serviço ativo. Art. 126 do DECRETO Nº 2.243. **BRASIL**. DECRETO Nº 2.243, *Op. Cit.*, 1997.

<sup>431</sup> Artigo 136, Parágrafo único. **BRASIL**. DECRETO Nº 2.243, *Op. Cit.*, 1997, p. 29.

FIGURA 34. ASPECTOS DO CERIMONIAL DE TRANSLADO DOS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO



FONTE: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS TRABALHOS DE EXUMAÇÃO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. OP. CIT., 2016.

Embora Camargo fosse praça por ocasião de sua morte, por ter sido promovido post mortem ao posto de oficial subalterno, 2º tenente, passou a ter o direito a tal honraria fúnebre. Entretanto, a laboração deste ritual militar se distingue de acordo com a importância da autoridade homenageada. O que neste caso, não lhe era permitido por Lei Federal, a realização de Escolta Fúnebre motorizada, apenas por tropas formada à pé.<sup>432</sup>

<sup>432</sup> Parágrafo único. A escolta Fúnebre destinada a acompanhar os despojos mortais de Oficiais Superiores, Intermediários, Subalternos e Praças Especiais, forma a pé, descoberta, armada de sabre e ladeia o féretro do portão do cemitério ao túmulo. Artigo 135, Parágrafo único. **BRASIL.** DECRETO Nº 2.243, *Op. Cit.*, 1997, p. 28. Concomitante com “VI – para Oficiais Subalternos,

Por ocasião da chegada ao quartel, em específico no Portão das Armas<sup>433</sup>, o cerimonial deu sequência ao compor, próxima a urna, uma Guarda de Honra<sup>434</sup> armada com antigas lanças, similares às usadas pela cavalaria brasileira na Guerra do Paraguai. O Exército Brasileiro valeu-se, em cerimonial público, mais uma vez, do arsenal simbólico, que remete a imagem de Carlos Argemiro de Camargo aos heróis institucionais da Guerra do Paraguai.

Continuando a marcha de condução dos despojos mortais, em direção à Praça Tenente Camargo, o protocolo do cerimonial foi quebrado pela intervenção de um expectador. Um senhor grisalho, que aos prantos, avançou sobre a Escolta a pé, e abraçando a urna funerária murmurou “*Meu amigo!*”.

Instantes seguintes, soube-se que tratava-se de Sérgio Bonetti, morador local que havia prestado serviço militar ao Exército nas décadas de 1950 e 1960, portanto confrade de Carlos Argemiro de Camargo. Bonetti foi um dos militares que compusera o pelotão de 1965 na cruzada pelo sudoeste paranaense em perseguição ao grupo do Coronel Cardim. Portanto, estava junto à Camargo no “combate”.

Como trabalhado por Ecléia Bosi,

A lembrança de certos momentos públicos (guerras, revoluções, greves...) pode ir além da leitura ideológica que eles provocam na pessoa que os recorda. Há um modo de viver os fatos da história, um modo de sofrê-los na carne que os torna indelévels e os mistura com o cotidiano, a tal ponto que já não seria fácil distinguir a memória histórica da memória familiar e pessoal.<sup>435</sup>

O ex-militar se emocionou ao ver a urna entrando no aquartelamento, talvez, também seja, pela simbologia a que ela remete. Pois, um símbolo funerário tem a função de apresentar como metáfora do corpo, num trabalho imaginário de recusa da morte, e que

---

guardas-marinha e Aspirantes a Oficial – por tropa, formada a pé, de efetivo equivalente a um Grupo de Combate” Artigo 136, Parágrafo único. **BRASIL**. DECRETO Nº 2.243, *Op. Cit.*, 1997, p. 29.

<sup>433</sup> Denominação dada à entrada principal de todo, ou qualquer, instalação militar, geralmente onde fica a Guarda.

<sup>434</sup> Guarda de Honra é a tropa armada, especialmente formada para prestar homenagem às autoridades militares e civis. Artigo 112. **BRASIL**. DECRETO Nº 2.243, *Op. Cit.*, 1997, p. 24.

<sup>435</sup> BOSSI, Ecléia. *Op. Cit.*, 2010, p. 464.

perante a incompreensibilidade do morrer, a memória emerge como protesto compensatório. Mas, na morte do outro, é a morte de cada um que se antevê; e, na recordação do finando, é ainda a sua própria morte que se pensa ou se dissimula: na sua representificação, encontra-se projetada a morte futura do próprio evocador, bem como os seus anseios de perpetuação na *anamnesis* dos vivos.<sup>436</sup>

O fato é que também, a comoção pública daquele ex-militar, causou entre os militares ali presentes, que conheciam a memória subterrânea que alimenta a “tese do tiro amigo”, os rumores que questionavam, “*Seria Bonetti, o militar que no incidente matou Camargo?*”

Num cerimonial fúnebre que marca a relação entre o presente e o passado, por meio de monumentos, também é marcada pela mediação da afetividade e da emoção, fazendo que certos momentos históricos que determinadas lembranças sejam acionadas.<sup>437</sup> O cerimonial de traslado dos restos mortais do herói prosseguiu após alguns instantes de comoção; ainda não plenamente recuperado Bonetti assistiu passivamente o restante do evento. E, quem presencia uma cerimônia militar dificilmente deixa de estar envolvido pela onda de tradição que rege o evento. Tais construções culturais possuem diversos elementos que resgatam o passado. Esta, porém, ainda possuía um quesito ainda mais especial, tratava-se da inumação de militar do “tempo presente”<sup>438</sup>, que possuía amigos e conhecidos entre os convidados.

Além de que, as cerimônias têm o exercício de uma das funções sociais da memória: o evitar da amnésia coletiva. Elas despertam os sentimentos de pertencimento e continuidade. Logo, a geração de consensos dentro de uma comunidade pode estar à mercê de tensões que surgem, bem como os conflitos de interesses que atravessam as sociedades.<sup>439</sup> Desta forma, as identificações sociais, as nostalgias, as superações, as narrações e as reproduções de vividos se mesclaram e se ritualizaram através da representação presentificada no cerimonial

<sup>436</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.*, 2010, p. 167 e 168.

<sup>437</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001, p. 18.

<sup>438</sup> O conceito de história do tempo presente se refere aos acontecimentos das últimas quatro ou cinco décadas, onde atitudes e atores ainda regem influencia na sociedade atual e seu estudo “constitui um lugar privilégio para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social.” FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n° 3, p. 122, maio/jun., 2000.

<sup>439</sup> FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Op. Cit.*, 2010, p.7.

de translado de Carlos Argemiro de Camargo. Costurou-se sobre um eixo simbólico o fato pelas narrativas e objetos que legitimaram uma trajetória de heroísmo com valorização reconhecida pelo grupo de militares, e alguns setores da população regional.

Assim,

O fluxo de memória canalizado pelo ritual é o que o caracteriza como um momento capaz de reunir presente e passado. Ao lembrá-lo e torná-lo presente por meio de uma representação dramática, cujo efeito está em aproximar os indivíduos, e integrá-los à comunidade – momento unificador da sociedade em torno de certos valores morais, caracterizando um momento de comunhão, de consenso, capaz de suscitar um estado de efervescência, de delírio em torno de sentimentos coletivos.<sup>440</sup>

Ao analisar os rituais das sociedades modernas Lukes afirma que o efeito integrador social que os rituais exercem se apresentam como meios de dramatizar as realidades sociais.<sup>441</sup> Assim são destacáveis as características de celebração de memória, tanto individual como coletiva, suscitando e havendo concordância de certo valores, e padrões morais da comunidade na consumação do translado como um ritual fúnebre militar.

Ao mesmo tempo torna-se astucioso assegurar que em relação às pessoas que participam de um determinado ritual para distintos consensos e dissensos, mas que dentro de uma afluência de público – e fabricação de atmosfera festiva comum – sobressaem os valores e crenças que governam aquela comunidade fornecendo a compreensão de um passado comum integrador do presente através da ritualização.<sup>442</sup> Isso ocorre devido às distintas temporalidades que surgem num determinado momento do rito, em específico na evocação do passado, que não seria apenas um, mas inúmeros passados quais se mesclam formando um evento singular em um tempo sagrado.<sup>443</sup>

Como exemplo específico de distintos passados unificadores cabe registro da presença de coordenadores, professores e alunos do ensino fundamental do

---

<sup>440</sup> *Idem*, 2010, p. 7 e 8.

<sup>441</sup> LUKES, Steven. Political Ritual and Social Integration. **Sociology**, v.9, n. 2, 1975, pp. 289-308.

<sup>442</sup> Refere-se neste evento o sentimento nacionalista, progressista e desenvolvimentista que marcou a colonização oficial do sudoeste do Paraná através da fixação de descendentes europeus oriundos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

<sup>443</sup> FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Op. Cit.*, 2010, p. 8 e 9.

Colégio Nossa Senhora da Glória – antigo Colégio das Irmãs – onde Camargo ministrara aulas de voleibol como voluntário durante a primeira metade da década de 1960. Evidentemente, aquela instituição de ensino com caráter religioso pouco têm o dever de ressaltar ações militares durante o regime. Entretanto, por um passado de boa convivência em tempos de colonização participou efetivamente, consentindo a continuidade de uma *paidéia* regional que muito se repetiu em tempos ditatoriais, e que valeu-se de um instrumento específico de produção: a memória.

### 6.3 O CERIMONIAL PÚBLICO DE INUMAÇÃO DOS DESPOJOS MORTAIS DO HERÓI: UM RITUAL DE RELIGIOSIDADE CÍVICA

Segundo Lovisolo, a sociedade aceita algumas instituições e costumes os quais julgam positivos; selecionam hábitos que consideram bons e os inculcam nas suas crianças. Mas nem sempre esses hábitos são produtos do discernimentos da consciência histórica e cívica. Modelos, vidas exemplares, rituais cívicos nesta formação constituindo um ser nacional/regional, carregando-o com noções de valores, ordem, lei e justiça<sup>444</sup>, proporcionando a valorização da memória como identidade. Assim, a memória passa a ser uma construção a partir da experiência passadas em função da realidade presente possibilitada pelos recursos oferecidos social e culturalmente, renovando-se através de laços sociais entre os indivíduos construídos pelos elementos simbólicos comuns.<sup>445</sup>

Da mesma forma os usos políticos do passado, bem como as políticas memórias, expressam aspectos da memória coletiva nas comemorações, rituais ou na construção de monumentos tendo como marco destacado a produção de representações compartilhadas, ou seja, a produção de uma identidade comum. Essa labuta de vontade política se apresenta em usos não arbitrários, mas sim, instrumentais do passado.<sup>446</sup>

---

<sup>444</sup> LOVISOLO, Hugo. A memória na formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16-28.

<sup>445</sup> RABELO, Elizabeth Avelino; MAHFOUD, Miguel. *Op. Cit.*, 2013, p. 2.

<sup>446</sup> FAGUNDES, Luciana Pestana. *Op. Cit.*, 2010, p. 5.



Então, mesmo não fazendo parte de um discernimento individual de cada cidadão a consciência histórica não é arbitrariamente imposta, mas sim condicionada para a aceitação de valores comuns com intuito de formar uma identidade coletiva. Sabe-se, que o Exército Brasileiro, como instituição nacional promoveu a idealizou ações com o intuito de valorizar e nutrir a memória. Tal memória foi fundamental para o sentimento nacional e elaboração de consciência política, e identidade, comunitária dentro de um pensamento político de institucionalização de um herói nas operações de contraguerrilha em 1965; utilizando, para isso uma série de conjuntos simbólicos com fins ideológicos, que dentre estes, podem ser citados os cerimônias fúnebres militares.

Pode-se afirmar que uma das últimas homenagens cívica ao herói foi a inumação de seus restos mortas em 17 de novembro de 2006. Um exemplo público de personalização de funeral, e dramatização de perda, a inumação foi um ato comemorativo onde o Exército Brasileiro, novamente atuou como uma instituição mediadora da memória, pelo viés da identidade narrativa inscrita nos tempos de Regime Militar; numa visão romântica, onde o passado, pelo menos uma leitura idealizada do passado, prove uma evocação pela memória como lição para o presente e o futuro.<sup>447</sup>

Considera-se que

A comemoração é herdeira, não só da solenidade da cerimônia pública de elogio e de menção de um nome, como implica a sacralização do evocado, desenrolando-se em similitude com a sua matriz – o acto religiosos de culto dos mortos -, num rito eficaz para a memória e, principalmente, para o destino dos vivos.<sup>448</sup>

O ato comemorativo de inumar o herói foi sequencial àquelas homenagens militares do traslado. Organizado como uma parada militar aberta ao público civil, composta por tropa armada, exhibições de ordem unida, canções militares orquestradas pela banda militar; e, encerrado pela guarda fúnebre militar com o ritual fúnebre de tributo ao herói, regado pela simbologia nacionalista de quem

---

<sup>447</sup> As fotografias do evento, podem ser acessadas. **REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL DE INUMAÇÃO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.** Realizados em 17 Nov. 2006. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tZ2pwTWZ1Vm91RDQ> >. Acesso em: 19 Jul. 2016.

<sup>448</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.* 2010, p. 173.

tomba em nome da Pátria, o sacrifício coletivo, tão presente no seio das Forças Armadas, encenado pelo toque de silêncio e a salva de tiros.

Porém, os inúmeros rituais fúnebres militares que envolveram o segundo enterramento do Carlos Argemiro de Camargo não mudaram a postura de indiferença que o herói sofre por parte de seus familiares mais próximos; lembrando que um dos motivos que levou o Exército Brasileiro, realizar a remoção dos despojos mortais foi uma constante situação de inadimplência junto ao fisco do Cemitério Central de Francisco Beltrão – Pr.

Entende-se que o “encontro com velhos parentes faz o passado reviver com um frescor que não encontraríamos na evocação solitária”.<sup>449</sup> Mas, não foi o caso do herói militar, a única familiar que compareceu à solenidade fúnebre militar foi uma sobrinha Marinês Bosio, professora do ensino fundamental naquele município, acompanhada de seu filho, que ao ser convidada pelo comando militar local tomou posição de destaque ao se posicionar no palanque junto às autoridades.<sup>450</sup>

Assim que chegaram ao aquartelamento, os restos mortais acondicionados em urna, de madeira de lei coberta pela bandeira nacional, foram deixados ao centro do jazigo monumento, em forma de brasão militar. Em seu entorno, num dispositivo circular se posicionava os integrantes da formatura e expectadores. Ordens de atenção e reverência partiram do clarim e foram executados em sincronia perfeita pela tropa armada em movimento de ordem unida com fuzis. Iniciava-se o cerimonial fúnebre militar de inumação dos despojos mortais de Carlos Argemiro de Camargo, em 2006.

Em seguida o capitão Romulo apresentou-se no púbito da cerimônia fúnebre, lendo a biografia do herói, e a narrativa oficial dos fatos, com a função de

---

<sup>449</sup> BOSI, Ecléia. Op. Cit., 2010, p. 406.

<sup>450</sup> Sabe-se que a seção de Relações Públicas daquele quartel realizou contato telefônico convidando familiares para o ritual fúnebre. Carlos Argemiro de Camargo Junior, filho do herói que exerce a profissão de médico patologista na capital paranaense, agradeceu as honrarias militares, mas deixou de comparecer por compromissos profissionais. A esposa de Camargo, senhora Maria da Penha de Camargo, se recusou a comparecer alegando não estar em condições de saúde para viajar. Ocorre que, dentro do aquartelamento havia uma indisposição em relação à presença da viúva, por conta de seu estado civil. Maria da Penha de Camargo recebe a pensão militar por viúvas mesmo constituindo união estável, o que é proibido pelo Estatuto dos Militares. Situação que, mesmo contrariando uma lei federal, não é ilegal. Pois, o Presidente Castelo Branco assinou um decreto em 1965, autorizando os herdeiros, em especificamente, de Carlos Argemiro de Camargo, por este ter sido “militar que morreu em manutenção da ordem política”, tivesse a manutenção da pensão militar. **Guerrilheiros acareados com Osorio**. Folha de São Paulo. São Paulo, 31 Mar. 1965, pág. 06. No entanto, o decreto presidencial não impede o sentimento de recalque por alguns integrantes da corporação que acreditam macular os princípios da família militar.

ênfatizar o ato de bravura e o cumprimento do juramento que todos os soldados o fazem no ‘Dia do Soldado’, comemorado no dia 25 de agosto: **“defender a Pátria com o sacrifício da própria vida”**.

A leitura de 2006 apresenta poucas, mas significantes, variações do original de 1977. Entretanto, seguia sustentando a agregação de valores, de normas sociais e de resíduos históricos/políticos que possibilitam a permanência inter-geracional da narrativa como discurso de um comportamento adequado para os locais. Extremamente representativo no horizonte simbólico, especificada na área política estabelecendo uma relação entre o passado com presente, representando pelo ato heroico guerreiro. Num sentido em que “a retórica empregada no uso de capital simbólico deriva-se de um conjunto paralelo de retóricas usadas na criação de consciência histórica”.<sup>451</sup>

Sobre o passado que é comemorado em rituais e cerimônias, Castro diz que

É o resultado de seleções que privilegiam certas narrativas em detrimentos de outras. Além disso, a memória que esse rituais celebram não é simples narrativas sobre o evento e personagens que habitam um passado muitas vezes remoto, nem fruto de um mero interesse de antiquário: ela estabelece uma relação presente com o passado. Através da representação do passado, a narrativa torna-se novamente presente, o evento torna-se contemporâneo.<sup>452</sup>

Rômulo era em 2006 o porta-voz de uma causa política que mobilizou as Forças Armadas do Brasil por longo período de Guerra Fria. E naquela ocasião, através de seu discurso, a memória foi novamente socializada abdicando a intenção de mobilizar massas contra a ameaça comunista, mas cumprindo propósitos políticos institucionais atuais e resolver a questão do abandono *post mortem* do herói.

Mas, “entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrador que deve poder ser reproduzido”.<sup>453</sup> Obviamente, como componente de uma cerimônia de perfil público possuía fins políticos, pois as narrativas sobre o passado são construídas com uma linguagem e um sistema de

---

<sup>451</sup> STRATHERN, Andrew e STEWART, Pamela J. *Op. Cit.*, 1999, p. 56.

<sup>452</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2002, p. 80.

<sup>453</sup> BOSI, Ecléia. *Op. Cit.*, 2010, p. 90.

representação do presente.<sup>454</sup> Desta maneira, a narrativa também consiste em organizar materiais em sequência cronológica, concentrando o conteúdo em uma única história coerente, assim tornam-se descritiva analisando o homem, rumo a valores e rituais políticos, se manifestando através do tempo e de imagens produzidas e ao mesmo tempo produtoras de influências de grande peso na memória política de uma coletividade.<sup>455</sup>

O discurso narrado sobre o heroísmo de Carlos de Argemiro de Camargo direcionado ao público externo à caserna foi ininterruptamente dado por uma linguagem engajada, de mobilização, de ativismo, de dimensão ufanista, de legitimação de ações e de uma memória política que emergia de testemunhos dentro de um quadro de sociabilidade, capaz de reconstruir fundamentações comum afetivamente entre os soldados e pioneiros, pois “o poder quase mágico das palavras resulta do efeito que tem a objectivação e a oficialização de facto que a nomeação publica realiza a vista de todos”.<sup>456</sup>

Assim,

Costuma-se dizer que as narrações imitam a vida, mas, no fundo, é a vida que imita as narrações. As narrações formam esquemas que permitem entender a realidade e que auxiliam na produção da percepção do mundo.<sup>457</sup>

A narrativa lida no cerimonial militar era embasada subjetivamente de aconselhamento, e fortalecimento comum vinculada a ideia de sacrifício militar, também era atestada de mensagens de identidade cívica e cidadania social que emocionaram os presentes. Entretanto,

Na maior parte das vezes, lembrar não é viver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual... o simples fato de lembrar o passado, no

---

<sup>454</sup> FAGUNDES, Luciana Pestana. *Op. Cit.*, 2010, p. 3.

<sup>455</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Lócus - Revista de História**. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 1997, p. 93.

<sup>456</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 1989, p. 117.

<sup>457</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 91.

presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.<sup>458</sup>

Pelas orientações de Bosi, interessante é perceber a adaptação da narrativa ao tempo presente, excluindo por determinação do comandante local os termos: **“Brizola”** e **“comunistas”**. Não se trata de uma forma de reconstruir um passado histórico dito apropriado, mais sim de uma nova forma de contar o episódio, com adaptações do discurso às necessidades presentes da sociedade contemporânea. Pois, as identidades mudam com as gerações, transformando seu conteúdo representativo, muitas vezes afrouxando as suas raízes. A alteração da narrativa compatível com o novo patamar político e padrão social apontam claramente a função política e social do herói.

Ademais, ao pensar a memória como “fluxo de consciência” a partir de um processo seletivo, em termos de habilidade para ligar aspectos da experiência individual nos quais se incluem a lembrança e o esquecimento, é compreendê-la para além de simples processo de construção ou reprodução do passado no presente, mas uma reprodução de experiência vivenciada que mediam o passado e o presente através das “convencionalizações sociais”.<sup>459</sup> Neste sentido, cabe pensar que a cerimônia em análise, não se tratou de uma reconstituição fiel das anteriores, mas sim, uma re-leitura do passado, uma representação seletiva do passado. Tendo com mais um fato relevante a omissão do informe que o herói jamais foi voluntário para o combate, e que tentou se esquivar da determinação superior de compor a tropa armada, alegando de acúmulos de serviços burocráticos.

Mas, a apresentação desta imagem purificada depende de um julgamento póstumo, faz parte da idealização do culto moderno dos mortos, onde pelo

O cariz de *exemplum*: idealiza-se a personalidade do defunto, mascaram-se os seus defeitos e exalçam-se as suas qualidades edificando-se um modelo em que se combinam formas de pensar arquetípicas e estereotipadas. A emulação dos “grandes homens” desaparecidos ente, assim, a ganhar o estatuto de panteonização, e este é posto ao serviço das práticas identitárias dos grupos (família, associações, nação, etc).<sup>460</sup>

---

<sup>458</sup> BOSI, Ecléia. Op. Cit., 2010, p. 267.

<sup>459</sup> RABELO, Elizabeth Avelino; MAHFOUD, Miguel. Op. Cit., 2013, p. 1 e 2.

<sup>460</sup> CATROGA, Fernando. Op. Cit. 2010, p. 178.

Num sentido de manipulação da memória, segue a afirmativa de Ricouer, que a utilização deliberada do esquecimento opera através do caráter seletivo da própria memória.<sup>461</sup> Assim, o processo de rememoração social praticado pelo Exército Brasileiro, cuja função foi justamente impedir o próprio esquecimento, é objeto de interesse em jogos políticos e ideológicos, que apagou as lembranças de situações constrangedoras, inadequadas ou inviáveis no processo de heroificação de Carlos Argemiro de Camargo.

Ao pensar a bibliografia dos mortos, Philippe Ariès apresentou algumas ideias que orientam a percepção de que a constituição dos funerais pode ser percebida “como liturgia cívicas”<sup>462</sup>, liturgias que durante os séculos XVIII e XIX passaram a ser acompanhadas de um “sentimento de pertencimento a uma coletividade nacional”<sup>463</sup> que revelam a intencionalidade dos sujeitos históricos em promover tradições, cujo sentimento de pertencimento é direcionado a coletividade. Neste sentido, cabe ressaltar a inclusão de símbolos nacionais no cerimonial de inumação, antecipado pelo discurso biográfico do herói a posição de sentido fora tomada pelos militares cumprindo a ordem emanada pelo clarim, e com o tom vibrante os presentes cantaram o Hino Nacional acompanhado pela banda militar como atitude de laurear o retorno do herói à caserna passado os 41 anos de exílio, estando sob a tutela civil.

Findada a entoação do Hino Nacional, o clarim ordenou descanso à parada militar pelo toque de “**à vontade**”. Enquanto atenções dos participantes encontravam-se voltadas para o centro da praça, onde o soldado retirava a bandeira que encobria a urna funerária, dobrando-a. O arranjo da Bandeira Nacional é componente essencial de uma funeral militar, inclusive, a dobragem em perfeito triângulo, e mediano, encontra-se prevista em regulamento como signo de cumprimentos fúnebres. Tal ação, na prática, à segunda inumação de Carlos Argemiro de Camargo, quando a urna funerária foi baixada ao centro do jazigo monumento.

---

<sup>461</sup> RODRIGUES, Helenice da Silva, *Op. Cit.*, 2002, p. 432.

<sup>462</sup> ARIÈS, Philippe. *Op. Cit.*, 2003, p. 75.

<sup>463</sup> MARCELINO, Douglas Attila. *Op. Cit.*, 2001, p. 130.

Concomitantemente, àquela cena a última continência encetava mais uma vez ao herói: a Guarda Fúnebre, que disposta à direita do féretro, estava integrada por seis soldados e um sargento, da mesma graduação do falecido.

A Guarda executou três vezes o disparo solene, disparando fuzis FAL calibre 7,62mm com seus canos voltados para o solo, e utilizando-se de munições de festim<sup>464</sup> amofinada apenas por outro rito fúnebre, o toque de silêncio. Nas laterais da banda militar, em forma de “U” distribuía o restante da tropa, bem como os expectadores do evento.

Em seguida a urna foi tapada por um bloco de concreto maciço, construído especialmente para obstruir o sepulcro, com uma função idêntica a pedra tumular. Sobre este foi assentada um lapide de mármore com um epitáfio atual, nele cravado o símbolo supremo de um herói morto em combate: o fuzil Mauser 7mm, fixado pelo sabre com um capacete de aço preso à sua coronha.

Sabe-se que nas sociedades de

Dominância sacral, a sobrevivência do morto não se concretizaria somente no plano escatológico, mas também dependeria da fama que os túmulos (com os seus signos, as suas inscrições), os monumentos e os elogios de escritores ajudavam a reactivar.<sup>465</sup>

---

<sup>464</sup> Munições normais ao funcionamento da arma, entretanto, não possuem projéteis. Sua ação se restringe ao estampido característico dos tiros, sendo utilizada para treinamentos e solenidades militares.

<sup>465</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.* 2010, p. 170.



FIGURA 35. LAPIDE EM MÁRMORE QUE COBRE A URNA FUNERÁRIA ONDE REPOUSA OS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.



FONTE: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL DE INUMAÇÃO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. REALIZADOS EM 17 NOV. 2006. DISPONÍVEL EM: < <https://drive.google.com/open?id=0byw2cmowlg4tz2pwtwz1vm91rdq> >. ACESSO EM: 19 JUL. 2016.

Mas, bem distinta da riqueza da epigrafia nas antigas sociedades, o culto moderno dos mortos não tem a função de afastá-los do mundo dos vivos, e de modo bem diferente, ela compõe uma forma apurada de expressões do patriotismo dirigidas aos remanescentes.<sup>466</sup>

O novo epitáfio transmitia uma mensagem voltada para presente, e pelo rito tanatológico o Exército Brasileiro revalidou a memória produzida durante o Regime Militar, pelo ato da recordação.

Nele lia-se:

ORGULHOSOS, TRAZEMOS DE VOLTA  
NOSSO IRMÃO DE ARMAS.  
ELE CUMPROU SEU JURAMENTO:  
“DEFENDER A PÁTRIA COM O

<sup>466</sup> MARCELINO, Douglas Attila. *Op. Cit.*, 2001, p. 129 e ARIÈS, Philippe. *Op. Cit.*, 2003, p. 77.

### SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA”

Francisco Beltrão – PR, 17 de novembro de 2006.

A racionalização do significado do mais novo epitáfio retoma, outra vez, a sequência de eventos regrados pelo discurso de sacrifício extremo reconhecido pelos companheiros – tido como irmão de armas – que em um auto reconhecimento cumpriram a tarefa de **“trazer de volta”** os despojos mortais do herói. Neste sentido, pode-se concluir que o culto dos mortos, não almeja somente salvar a alma do evocado, “mas também visa ratificar e sacralizar as posições históricas e sociais dos evocadores”. <sup>467</sup>

Outra honraria prevista, em normativas, para um funeral militar é a entrega da Bandeira Nacional! Jamais sendo enterrada junto ao túmulo, mas sim entregue ao parentesco mais próximo homenageado – e, neste caso a única familiar presente – a sobrinha Marines Bósio. Assim fez o comandante Marcelo Lorenzini Zucco, convidou a familiar para colocar uma cesta de flores junto ao jazigo monumento, entregando-lhe a bandeira que envolvera a urna funerária de seu tio durante todo aquele cerimonial fúnebre militar.

---

<sup>467</sup> CATROGA, Fernando. *Op. Cit.* 2010, p. 177.



FIGURA 36. ASPECTOS DO CERIMONIAL DE INUMAÇÃO DOS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CÂMARGO.



FONTE: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL DE INUMAÇÃO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. REALIZADOS EM 17 NOV. 2006. DISPONÍVEL EM: < [HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/OPEN?ID=0BYW2CMOWLG4TZ2PWTWZ1VM91RDQ](https://drive.google.com/open?id=0BYW2CMOWLG4TZ2PWTWZ1VM91RDQ) >. ACESSO EM: 19 JUL. 2016.

Sabe-se que símbolos e imagens auxiliam na narração de uma memória, e a entrega da bandeira – o símbolo máximo da Pátria – a um familiar é o reconhecimento extremo da instituição. E, que pode ser compreendido como agradecimento por ter cedido um dos seus, em nome, do que, aquele signo possa representar, a Pátria.

Pois, o nacionalismo permite a referência que

Soldado que morre por sua bandeira assim age por identificar a bandeira com país. Mediante essa associação, ele perde de vista o fato de que a bandeira é apenas um sinal. Como um símbolo, a bandeira é valiosa: representa o país.<sup>468</sup>

Aquele ato, acabou por ser mais um elemento simbólico que compôs o cerimonial fúnebre militar, especialmente dirigido aos espectadores como parte de uma representação imagética, linguagem não-verbal, que intencionava potencializar o sentimento nacionalista, que inegavelmente sempre esteve intenso na região de fronteira. Pois, a bandeira, propriamente dita, adquire um significado especial para cada indivíduo, tendo o poder de evocar lembranças ou sentimentos particulares. Como símbolo ela representa “coisas” que são partilhadas pelos membros de um grupo, mascarando diferenciações pelo revestimento ideológico de “comunidade”. Assim, os símbolos são eficientes por serem imprecisos.<sup>469</sup>

Mas o término da parada militar não significou o fim do evento, após a tropa ser liberada por seu comandante, deu-se início uma série de fotografias dos presentes junto ao jazigo monumento; e, estendendo-se posteriormente, para uma visita acompanhada ao Museu Tenente Camargo, qual encontrava-se em pleno funcionamento.

Mas, interessante perceber que aquele cerimonial fúnebre militar também proporcionou o reencontro entre militares da reserva que estavam fora do convívio diário daquele aquartelamento, oportunizando uma transmissão de testemunhos, pois “os velhos são os guardiões do passado”.<sup>470</sup> E, num sentido de que a memória é alimentada pelo saudosismo, nostalgia e pela dimensão afetual, o reencontro serviu para revalorizar os rituais e laços considerados importantes do grupo com a identidade própria, curiosamente transmitindo um significado nada particular, mas sim social.

Além de que, a

Conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda. Repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma

---

<sup>468</sup> GUIBERNAU, Monserrat. *Op. Cit.*, 1997, p. 91.

<sup>469</sup> *Idem*, 1997, p. 92

<sup>470</sup> BOSI, Ecléia. *Op. Cit.*, 2010, p. 18.

obra de arte. Por que o trabalho de uma obra é o trabalho do pensamento perpassado pelo afeto.<sup>471</sup>

Neste sentido, é que as narrativas possuem uma imensa potencialidade na constrição de identidades e de processos históricos quando estes são elaborados por sujeitos engajados e envolvidos. É pelas narrativas que as lembranças deixam de serem vivências fragmentadas e passam a ser incorporadas pelos atores sociais. Principalmente, quando se apossam da dimensão do sofrimento ou da violência vivida. A linguagem é um elemento fundamental na organização da memória, é através dela que a memória se manifesta como prática narrativa! Daí, a importância das vozes que fazem da experiência um potencial de narração. Sendo que as lembranças vividas, e narradas, são expressas sempre como comprometimento, como referenciais em torno de objetivo comum e desejável podendo ser mediado pela memória através das relações de gerações.<sup>472</sup>

O elo fraternal entre os militares da reserva anunciados pelas palavras “*aprendi muitas coisas boas no Exército*” produz significados socializáveis, movidos pela saudade de um tempo, de um espaço de trabalho, de uma ação em conjunto com a sociedade e se distinguindo enquanto grupo distinto por seu modo de relacionar-se com o mundo externo a da caserna. Foi fruto de um processo alimentado por rituais moldados de imaginário social, que promoveu uma identidade política resultando na hostilidade em relação aos militares de esquerda por mais de quatro décadas. Posição política repassada a comunidade local pelo bom convívio com a comunidade e pela atuação em tempos de colonização. As visitas rememoradoras aquela Organização Militar foi agraciada pelo comandante da unidade durante os anos de 2006 e 2007. Talvez, como uma forma de interagir e moderno com o passado, e não se perder pela narração, os conselhos e as experiências, aumentando o potencial social da memória militar.

A presença dos reservistas, em específico naquela solenidade, pode ser interpretada como desempenho de “**narradores de memória**”, cuja arte de contar a história do episódio se traduziu na arte de trocar experiências.<sup>473</sup> Naquele cerimonial, os reservistas eram o fascínio do vivido, uma representação de um

---

<sup>471</sup> BOSI, Ecléia. *Op. Cit.*, 2010, p. 22.

<sup>472</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 156-306.

<sup>473</sup> BOSI, Ecléia. *Op. Cit.*, 2010, p. 84.



passado concreto de uma história política, que regulamenta por uma instituição, adequou padrões de sociabilização política por determinada época.

Entretendo, o ato de lembrar é individual, e não segue plenamente as regras dos cerimoniais públicos com funções políticas.

O modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalha-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembre e no como lembrar, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social, não só por que é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também por que repercute no modo de lembrar.<sup>474</sup>

FIGURA 37. PRESENÇA DE MILITARES DA RESERVA NO CERIMONIAL FÚNEBRES DE INUMAÇÃO – 2016.



REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL DE INUMAÇÃO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. REALIZADOS EM 17 NOV. 2006. DISPONÍVEL EM: <https://drive.google.com/open?id=0byw2cmowlg4tz2pwtwz1vm91rdq> >. ACESSO EM: 19 JUL. 2016.

Fora dos microfones, os termos vedados “**Brizola**” e “**comunistas**” foram pronunciados ocasionalmente, mas os discursos oriundos da individualidade reservista tinham como foco a recordação de um tempo vivido, a potencialização de

<sup>474</sup>BOSI, Ecléia. *Op. Cit.*, 2010, p. 32.

sofrimento em época de colonização oficial e a reminiscência da personalidade de um amigo tombado. E nada se pronunciou sobre as circunstâncias da morte ou detalhes obscuros do combate.

Mas o ato de lembrar, também deve ser interpretado como um ato social, e também político. A ação de testemunhar pode ser uma forma de indivíduos e grupos transmitirem sua biografia coletiva, e é através do testemunho que se transmite e se mantem uma determinada “**cultura política**”, ou determinadas condutas de ações gerais. Podendo ser percebida nesta cerimônia, não mais o anticomunismo, mas ainda sim, uma postura política de direita nacionalista.

A permanência de civis e reservistas no aquartelamento se estendeu por toda aquela manhã, algo muito atípico para uma unidade militar operacional. Por ocasião do término das entrevistas concedidas por oficiais a imprensa local, simultaneamente ao encerramento da visita ao museu, o Pelotão de Obras realizou serviço interno de lacração do jazigo monumento, atividade laboral que visava impedir violações do tempo garantindo o repouso do herói em sua “morte-sono” dentro das instalações militares, em que um dia foi seu ambiente de trabalho.

Em suma, a inumação dos despojos mortais de Carlos Argemiro de Camargo, o seu segundo enterramento, também pode ser considerada como um rito profano de caráter vinculado especificamente a religião cívica. O abandono do culto católico dos mortos substituído por uma liturgia cívica nacionalista – qual manteve que algumas das práticas cristãs de sepultamento – deixou de ser santificada por autoridade religiosa, a exemplo de 1965.

#### 6.4 2015 - A COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE MORTE DO HERÓI, UM CERIMONIAL FÚNEBRE CONTEMPORÂNEO NO EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>475</sup>

A (des)comemoração de eventos vinculados à ideologia da Guerra Fria ganhou força desde década de 1990 pela política da Nova República, o primeiro encaixe foi a ocasião em que o Presidente Fernando Collor de Mello desagradou os militares ao não comparecer à cerimônia comemorava os mortos militares e a vitória

---

<sup>475</sup> Parte desta discussão, que segue, foi exibida na categoria Apresentação de Trabalho no **VII Congresso Internacional Imagens da Morte**, 23 a 27 de Jul. 2016, São Paulo intitulado: Ritual fúnebre contemporâneo no Exército brasileiro – 2015: comemorações em torno do cinquentenário de morte do sargento Camargo, cujo anais ainda não estão disponíveis para consulta. Home page do evento: < <http://7imagensdamorte.wix.com/imagensdamorte> >. Acesso em 21 de Jul 2016.



sobre a Intentona Comunista no Cemitério João Batista – RJ. Igualmente, deixou de aparecer na Praia Vermelha, em 27 Nov., que, sendo o primeiro presidente a não fazê-la desde 1935.<sup>476</sup> Outra mudança importante, ocorreu em 1995, onde os ministros militares de Fernando Henrique Cardoso, suspenderam a Ordem do Dia em conjunto, na comemoração de 31 Mar. 1964. Também pela primeira vez ela deixa de ocorrer! Internamente, no Exército, a partir de 1994, as comemorações da Intentona e da Redentora passam gradativamente a serem substituídas pelas comemorações do Dia do Exército.<sup>477</sup>

Já em 14 de março de 2014, a presidenta Dilma Rousseff convocou seu Ministro da Defesa, Celso Amorim, determinando o cancelamento das comemorações militares dos 50 anos da Redentora, termo usado pelos militares para se referir ao Golpe Civil Militar de 1964 em que João Goulart foi destituído da Presidência da República. A determinação foi recebida com distensionamento pelos militares da ativa - havendo no Exército apenas palestra sobre o tema. Entretanto, os militares da reserva, que atuam muitas vezes em grupos independentes não costumeiros a acatar ordens dos comandantes, se manifestaram desfavorável a determinação realizando comemorações nos clubes militares.<sup>478</sup>

A proibição da comemoração institucional de 31 de março de 1964 está impedida desde março de 2011, quando por determinação daquela Presidenta, a data foi retirada do calendário das Forças Armadas como dia festivo. Em 2012, Dilma, através do Ministério da Defesa, exigiu que se cumprisse a proibição das comemorações militares relacionada à Redentora, sob a ameaça de que, no caso de não aceitação da ordem direta, fossem aplicados os rigores dos regulamentos militares, que preveem de prisões à exclusões das Forças Armadas.<sup>479</sup>

---

<sup>476</sup> ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (Orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 27.

<sup>477</sup> <sup>477</sup> ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (Orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 45.

<sup>478</sup> **Dilma proíbe que militares comemorem Regime Militar e teme insubordinação**. Disponível em: < <http://www.folhapolitica.org/2014/03/dilma-proibe-que-militares-comemorem.html> >. Acesso em: 21 Jul. 2016.

<sup>479</sup> SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Das trincheiras à guerra de atrito: a batalha pela memória entre os militantes da esquerda e os militares da reserva de extrema-direita deixou, enfim, de ser silenciosa? In: **ANAIS DO 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. 27 a 31 de outubro de 2014. Caxambu: ANPOCS, 2014, P. 17. Disponível em < [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1156&Itemid=456](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1156&Itemid=456) >. Acesso em 30 Jan. 2015.

Tem-se então, por força dos direcionamentos, e pressões, políticos da Nova República, a partir do início da década de 1990, uma perceptível mudança na forma em que as Forças Armadas vêm comemorando seus mortos e/ou eventos políticos ideológicos vinculados à doutrina da Guerra Fria. Logo também, as baixas de suas fileiras vinculadas aos episódios do Regime Militar brasileiro.

O caso em específico de Carlos Argemiro de Camargo, herói da Operação de Contraguerrilha em 1965, as comemorações repetidamente anuais foram encerradas desde a substituição da Unidade de Infantaria de Francisco Beltrão/PR, 3ª/33º Batalhão de Infantaria Motorizada, pela subunidade de cavalaria, 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado oriundo de Passo Fundo/RS em 2000, qual possui tradições muito distintas; e, portanto, desvinculadas daqueles acontecimentos.

E, mesmo com a exumação, traslado e inumação dos despojos mortais ocorridos em 17 nov. 2006 por integrantes do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado – onde Camargo recebe então, honras fúnebres de Chefe de Estado e passa a ser comparado com General Osório, herói da Guerra do Paraguai, em parada militar - o herói, mais uma vez passa a ser relegado ao esquecimento praticamente por uma década. Num ritmo frenético de instrução operacional para participar da Operações de Paz no Haiti, aquela unidade de fronteira praticamente esqueceu-se dos ritos e signos vinculados à memória institucional que eram praticados por mais de quatro décadas. Neste sentido, Bosi afirma que

A memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo por que o seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete sempre, e a inteligência, que é capaz de inovar. De onde resulta uma concepção extremamente flexível da memória.

480

Além da força da lei, as descomemorações, podem ser pensada pelos estudiosos da memória através do quesito de que um pensamento só toma consciência se possuir uma duração suficiente, e os eventos oriundos da pós-modernidade produzem novos tempos, novas identidades, novas experiências passageiras e novas invenções, dificultando a possibilidade de sedimentar a memória. A memória coletiva é o resultado de um trabalho permanente, no qual

---

<sup>480</sup> BOSI, Ecléia. *Op. Cit.*, 2010, p. 68.

seus conteúdos de tempos em tempos são conservados ou abandonados. E, nas sociedades atuais, a memória coletiva

está muito enfraquecida, pois não está mais totalmente regida pela tradição ou pelo religioso. A informação contínua e a eternidade do presente anula toda a referência do passado imediato e mediato levam a que o indivíduo esteja cada vez menos dependente de grupos sociais. Tanto a memória quanto o indivíduo apresentam-se fragmentados em muitos espaços, tempos e grupos.<sup>481</sup>

Assim, do cerimonial de inumação nas dependências do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado realizado em 2006, passaram-se quase uma década de aparente amnésia memorial relativa à comemoração política daquele morto. Mas, surpreendentemente, em 27 Mar. 2015 por ocasião do cinquentenário de morte de Carlos Argemiro de Camargo; e, por determinação direta do Comandante Militar do Sul, o General de Exército Hamilton Martins Mourão<sup>482</sup>, o Exército se manifesta publicamente realizando um ritual fúnebre contemporâneo em homenagem ao seu herói político das operações de contraguerrilha de 1965.

Por ser uns dos interessados em pesquisar a história militar regional do Sudoeste do Paraná – desde que defendi minha dissertação de Mestrado em História em 2009 intitulada “Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense” – também fui convidado pela Secção de Relações Públicas a participar daquele evento fúnebre. Ao chegar naquele aquartelamento, logo percebi o clima festivo com espírito de comemoração, onde os portões que se mantêm fechados, para aquela ocasião encontravam-se acessíveis com elevado transito de “paisanos”.<sup>483</sup> Dirigi-me sem barreiras até pavilhão de comando, prédio tombado pelo patrimônio histórico do município de Francisco Beltrão-PR, onde aguardei juntamente com demais convidados o início das comemorações.<sup>484</sup>

O destaque entre os convidados eram os “velhos de guerra”. Integrantes das Operações de Contraguerrilhas que convidados para o evento, prestavam depoimentos, entrevista e pousavam para fotografias, prestando testemunhos do

<sup>481</sup> TEDESCO, João Carlos. *Op. Cit.*, 2004, p. 16.

<sup>482</sup> Hierarquicamente, a maior autoridade militar do sul do Brasil.

<sup>483</sup> Os “civis”, no linguajar da caserna.

<sup>484</sup> **REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DE MORTE DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO.** Realizados em 27 Mar. 2016. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tbtJqcl8zeFZLZEK> >. Acesso em: 19 Jul. 2016.

vivido sobre aquele episódio histórico, o que acabou por proporcionar um caráter familiar e íntimo àquele ato público.

FIGURA 38. INTEGRANTES DO PELOTÃO DE INFANTARIA QUE REALIZOU A OPERAÇÃO DE CONTRAGUERRILHA EM 1965.



FONTE: O AUTOR.

DISPONÍVEL EM: < <https://drive.google.com/open?id=0byw2cmowlg4tbljqcl8zefzlek> >. ACESSO EM: 19 JUL. 2016.

A presença daqueles reservistas nos permite lembrar Ecléa Bosi ao ensinar que o modo de lembrar é individual, mas também social! É neste sentido que a memória povoada de nome são pessoas e não conceitos abstratos de “direita” e “esquerda”, elas têm peso e significam.<sup>485</sup> Ali estavam os anciões da memória para testemunhar o vivido na luta contra o “comunismo”, conduzida pela instituição durante os primeiros anos do Regime Militar brasileiro, aos jovens milicianos, bem como aos demais expectadores daquele evento fúnebre. Obviamente, aquela comemoração fúnebre era uma oportunidade, também, de encontro daqueles reservistas, que se não fosse isso, estariam completamente esquecidos pela instituição.

<sup>485</sup> BOSI, Ecléa. *Op. Cit.*, 2010, p. 28

A pontualidade militar relativa ao cumprimento de horários foi quebrada por ocasião do atraso no voo que trazia os oficiais generais<sup>486</sup> da cidade de Porto Alegre/RS, assim o cerimonial previsto para as 10 horas teve início com mais de duas horas de atraso, fazendo com que muitos convidados saíssem do local antes do início da comemoração, propriamente dita.

Como todo evento militar, a comemoração do cinquentenário de morte do tenente Camargo também esteve pautado e realçado por tradições históricas daquela instituição. Uma série de continências militares aos oficiais generais ali presentes abriu o evento, sendo seguido por um desfile militar a pé – onde a tropa desfilou continência à presença daqueles oficiais generais – demonstrações de “ordem unida”<sup>487</sup>, canto da canção do Exército e Hino Nacional brasileiro. Os convidados assistiram tais demonstrações de um nível elevado, junto ao palanque das autoridades, enquanto a tropa apresentava as homenagens sob forte chuva torrencial.

Dando sequência ao evento, foi lida uma narrativa em que apresentava a breve biografia do herói homenageado, além da versão institucional do “combate” em que tombou Carlos Argemiro de Camargo. Aos ouvidos atentos, foi perceptível naquele discurso o tom revanchista com intuito político vinculado a política da Guerra Fria, em que o Exército assumiu uma postura de combate ao comunismo durante a segunda metade do século passado.

Sortido de dados incorretos, a narrativa possuía muito mais um vínculo memorialístico institucional com fundo político, do que uma versão, possivelmente, histórica do evento. Alguns pontos cruciais podem desta narrativa intensifica o caráter ardiloso dos revoltosos, assim como a apresentação de erros fatídicos que foram generalizados ou tomados emprestados de outros confrontos entre o Exército Brasileiro e a esquerda armada no século passado, podendo ser citados aqui: - o número de “40 guerrilheiros” combatidos pelas Forças Armadas, que na verdade

---

<sup>486</sup> Além do general Antonio Hamilton Martins Mourão – Comandante Militar do Sul (Porto Alegre – RS), também participaram do evento, o general Luis Felipe Carbonell – Comandante da 5ª Divisão de Exército (Curitiba – PR), e o general Altair José Polsin – Comandante da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada (Cascavel – PR), hierarquicamente, as mais elevadas autoridades militares do sul do Brasil.

<sup>487</sup> Atividade militar onde a tropa realiza movimentos cadenciados em paradas militares e desfiles cívicos.

foram 23; - o “treinamento cubano de guerrilha” onde a maioria dos envolvidos eram pequenos agricultores.

Acredita-se que este posicionamento da Instituição pode ter relação com a decadência, e crise, dos Governos do Partido dos Trabalhadores – PT, cujos titulares foram oposição ao Regime Militar, também responsáveis por uma política de retomada dos episódios vinculados àquela época, fomentado pela criação da Comissão da Verdade.

Situações como estas, tendem por desacreditar as versões militares sobre os episódios referentes ao Regime Militar, apontando urgentemente para a necessidade de uma assessoria histórica para aquela instituição, evidentemente, não se sabe que há interesse do Exército em contar sua História às gerações futuras, ou apenas, continuar “inventando” tradições específicas para o público interno da caserna, e tentando repassá-la além de suas trincheiras.

Após a leitura da narrativa o major Carlos Eduardo Gonçalves Ramos, comandante do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, tomou a palavra. Em discurso breve a tropa, e aos presentes, agradeceu a presença e ressaltou a importância daquele evento fúnebre em homenagem ao herói tombado. Relevante, entretanto, foi o discurso do general Mourão, que além determinar a promoção do evento, pode ser identificado perante o grupo de militares com o “recordador” institucional, em 2015, daquele episódio.



FIGURA 39. DESFILE DA TROPA EM CONTINÊNCIA AOS OFICIAIS GENERAIS EM 2015.



FONTE: O AUTOR.

DISPONÍVEL EM: < <https://drive.google.com/open?id=0byw2cmowlg4tbljqcl8zefzlzek> >. ACESSO EM: 19 JUL. 2016.

Mais uma vez, o evento permite a análise de Bosi quando afirma que

O grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique e signifique. O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar.<sup>488</sup>

Em seu pronunciamento, o general Mourão, intensificou o discurso de que foi o Regime Militar brasileiro que possibilitou a democracia atual, evitando uma Ditadura Comunista, então reverenciar os mortos nesta luta contra o comunismo é o dever da instituição. Como segue:

“Um país e, em especial, suas Forças Armadas, tem a obrigação ética e moral de lembrar e reverenciar os soldados que fizeram o supremo sacrifício de darem suas vidas em prol dos objetivos nacionais de sua

<sup>488</sup> BOSI, Ecléia. *Op. Cit.*, 2010, p. 31.



pátria. Este é o motivo que nos reúne na manhã de hoje, nesse quartel onde jaz o 2º Tenente Carlos Argemiro de Camargo.”

"Hoje: se nosso país respira liberdade; se há espaço para a busca de um futuro melhor de paz, harmonia e justiça social; se há respeito dos verdadeiros valores éticos e morais do nosso povo, foi porque homens como ele souberam atender ao chamamento da pátria".

"Reverenciar os filhos do Brasil tombados em combate oferece duas oportunidades: a de render homenagem a quem deu tudo de si pelo País, e de refletirmos sobre os ensinamentos que essa perda nos proporcionou".

"O Brasil como conhecemos hoje não existiria se não fosse o Exército". <sup>489</sup>

Em primeiro instante, o General Comandante das tropas do sul do Brasil rememora que Carlos Argemiro de Camargo tombou pela Pátria, em “prol dos objetivos nacionais”. Como visto, dentro do conceito de “Guerra Total” contra o comunismo, os “objetivos nacionais” deveriam ser a razão última do Estado Nacional Militarizado, sendo ONP – Objetivos Nacionais Permanentes, a Segurança e o Desenvolvimento. Assim, o Comandante Militar do Sul relembra que o herói tombou defendendo um planejamento de Nação pensada pelas Forças Armadas durante o Regime Militar brasileiro.

Ao citar algumas alegorias discursivas, o pronunciamento de Mourão, cuja postura política pode identificar-se como direita radical, retoma a visão militar sobre o Golpe de 1964, e a instauração do Regime Militar no Brasil, além de deixar subentendida a ideia de que o Exército Brasileiro salvou o país de uma ditadura comunista. Citou os atributos militares como exemplo de verdadeiros valores éticos e morais, e o sacrifício pela pátria, referenciais recorrentes de autores que defendem a instalação do Regime Militar brasileiro.

---

<sup>489</sup> **DISCURSO DO GENERAL HAMILTON MARTINS MOURÃO** – Francisco Beltrão/PR, 28 Mar. 2015.

Figura 40. General Mourão, Comandante Militar do Sul em entrevista à TV Beltrão EM 2015.



Fonte: Fotografia João Olivo. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tbIJqcl8zeFZLZEK> >. Acesso em: 19 Jul. 2016.

O fato é, que, no aquartelamento de Francisco Beltrão, interior do estado do Paraná, marcou a retomada, em 2015, do discurso institucional do Exército Brasileiro, proferida pela maior autoridade militar do sul do país, que apresenta um posicionamento político em relação ao Regime Militar brasileiro, ressaltando, novamente, o uso político dos mortos por aquela instituição.

Após o seu discurso, Mourão convidou o comandante do pelotão de infantaria em Camargo fazia parte, por ocasião de sua morte em 1965, o Capitão Juvêncio Saldanha Lemos; a única familiar de Camargo presente ao evento, sua sobrinha Marinês Bosio; que, juntamente com o comandante do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, Major Carlos Eduardo Gonçalves Ramos, se deslocaram para o jazigo monumento, onde inauguraram uma nova placa alusiva à comemoração do cinquentenário de morte do herói militar.

Durante a inauguração da placa, foi entregue à familiar, Marinês Bosio, uma corbélia de flores para que a mesma, durante a solenidade de inauguração, fizesse o depósito junto o jazigo monumento.<sup>490</sup>

A mais nova placa, trazia a seguinte mensagem institucional:

### **50 ANOS DA MORTE DO 2º TEN CAMARGO**

**NESTA DATA, APÓS EXATO MEIO SÉCULO, MILITARES DA  
ATIVA E DA RESERVA DO**

**INVICTO EXÉRCITO DE CAXIAS, ENCONTRAM-SE  
PERFILADOS PARA HOMENAGEAR O**

**EXEMPLO DE INCONTESTE AMOR À PÁTRIA DO ENTÃO 3º  
SGT CAMARGO:**

**O SACRIFÍCIO SUPREMO.**

Gen Ex Antônio Hamilton Martins Mourão – Cmt MI Sul

Gen Div Luis Felipe Carbonell – Cmt 5ª DE

Gen Bda Altair José Polsin – Cmt 15ª Bda Inf Mec

Cel R1 Juvêncio Saldanha Lemos – Ex Cmt Pel do 2º Ten Camargo

Maj Cav Carlos Eduardo Gonçalves Ramos – Cmt 16º Esqd C Mec

---

<sup>490</sup> Possível, realizar a comparação entre a Figura 35 e Figura 41.

FIGURA 41. INAUGURAÇÃO DA PLACA COMEMORATIVA EM HOMENAGEM AO TENENTE CAMARGO EM 28 DE MARÇO DE 2015.



FONTE: O AUTOR (2016). DISPONÍVEL EM: <  
<https://drive.google.com/open?id=0byw2cmowlg4tuwxss1jrdm1hwhm>>. ACESSO EM: 21 JUL  
 2016.

Piovezan chama a atenção para a grande quantidade de placas comemorativas em homenagem aos mortos durante as guerras, percebendo uma utilização política nos monumentos fúnebres.

Um aspecto interessante na maneira como esta morte é lembrada nestes monumentos é o discurso utilizado para transmitir esta informação. Nas já citadas placas espalhadas em Paris, percebe-se como a morte na guerra é rememorada. A inscrição nestas placas refere que os mortos são “Mort pour la France”, ou seja, Mortos pela França. Tal expressão remete a uma maior dramaticidade ao evento que já é trágico, mas que utiliza a ideia de voluntarismo do indivíduo que foi morto pela França.

Pode se comparar estas placas que se referem aos monumentos fúnebres franceses com a ideia de que os soldados morreram por uma causa, qual seja, pela pátria francesa.<sup>491</sup>

Também no Brasil, em específico neste evento fúnebre de 2015, o Exército Brasileiro retoma o discurso de que Carlos Argemiro de Camargo, praticou o “sacrifício supremo”, morrer em nome da pátria. Quando mais uma vez, suprime-se

<sup>491</sup> PIOVEZAN, *Op. Cit.*, 2014, p. 217 e 218.



os termos comunistas, mas deixa-se subentendido, num intradiscurso, a causa da luta, logo da morte.

E, quem teve a oportunidade de acompanhar uma parada militar, sabe que trata-se de um discurso alegórico a referência de que os comandantes, citados na placa, estariam “perfilados” em homenagem ao herói. Haja visto, que um general jamais compõe uma tropa, logo, nunca estaria perfilado! Muito pelo contrário, são os generais que recebem a continência da tropa perfilada. A mensagem da placa, pode ser percebido sob duas óticas, a primeira, é o reconhecimento dos homenageadores, que relevam em segundo plano a hierarquia militar em reconhecimento ao ato “heroico em combate”, que gerou o sacrifício supremo. Ou, então, num segundo momento, a produção de uma automemória, individual, dos comandantes que organizaram o evento, como assim foi entendido, por parte dos militares da reserva do Exército Brasileiro.

Foi neste sentido, em relação a segunda interpretação, que a placa gerou desacordo entre os militares, alguns reservistas, que inclusive deixaram de comparecer devido à inscrição. Pois, logo abaixo da frase em homenagem ao herói, encontra-se a relação nominal dos comandantes, que em 2015, ocupavam a chefia das principais unidades militares do sul do Brasil. Diz-se, que, internamente, a placa foi percebida como solicitação de reconhecimento próprio, um monumento ao ego individual. O que desvirtuou o evento, e tornando-o uma promoção pessoal dos mentores, não visto por todos, como uma cerimônia fúnebre institucional.

O que realmente é percebido, em relação a isto, é que foi a primeira vez, nos 50 anos de homenagens ao herói, que um artifício memorialístico recebe a inscrição de quem o planejou. Ocorre então, para quem vier analisar o jazigo monumento, a concretização de memórias sobrepostas.

O evento findou-se com um desfile militar a pé, mais uma vez a tropa cantando o hino daquela unidade militar se retirou em marcha. Entrevistas as sucursais de TV foram cedidas por Mourão e demais integrantes da Operação de 1965, que seguiam a caminho do Centro de Tradições Gaúchas onde havia um almoço a ser servido.

FIGURA 42. CONTINÊNCIA EM HOMENAGEM AO HERÓI MILITAR MARCOU O DESFECHO DO CERIMONIAL FÚNEBRE. DA ESQUERDA PARA A DIREITA: CAPITÃO JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS – COMANDANTE DO PELOTÃO DE INFANTARIA EMPREGADO NAS OPERAÇÕES DE CONTRAGUERRILHA EM 1965; GENERAL MOURÃO – COMANDO MILITAR DO SUL; MARINÊS BOSIO – SOBRINHA TENENTE CAMARGO; MAJOR CARLOS EDUARDO GONÇALVES RAMOS. AOS FUNDOS, O PALANQUE DE AUTORIDADES, A TROPA FORMADA E OS CONVIDADOS.



FONTE: O AUTOR.

DISPONÍVEL EM: < <https://drive.google.com/open?id=0byw2cmowlg4tbljqcl8zefzlzek> >. ACESSO EM: 19 JUL. 2016.

Uma novidade, naquele cerimonial em homenagem ao Tenente Camargo, foi a presença do comandante de pelotão em que o herói servia no momento em que tombou, o então, coronel da reserva Juvêncio Saldanha Lemos. Até onde podemos apurar, Lemos jamais teria participado das demais solenidades ao herói, entretanto, não por acaso estava ali. Pois dois anos antes do cerimonial do cinquentenário, em 2013, Lemos lança seu livro de memórias onde reforça a versão institucional do Exército Brasileiro sobre o episódio.

Com a despreocupação de retaliações que sua posição política, cuja biografia pode ser entendida como radical de direita, Lemos descreve a passagem em que Jefferson Cardim de Alencar Osório foi lhe apresentado, por ocasião da prisão feita pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

Bem, grosso modo, foi isso. O tal Jéferson teve sorte em ter sido preso pela PMPR. Se nós o tivéssemos pegado, a sua vida não duraria dez minutos

depois da prisão, dado o clima de revolta e indignação pela morte do sargento Camargo. Até hoje eu me pergunto por que, quando me entregaram aquele tipo, eu não o despachei para o inferno. Errei.<sup>492</sup>

Lemos, concorda com o posicionamento político atual do Comando Militar do Sul. Uma postura política que estava presente nas Forças Armadas desde a Intentona de 35, a luta contra o comunismo internacional.

Não tão discreta quanto a manifestação militar que fazia alusão política sem citar o comunismo, a mídia local, noticiou as comemorações fúnebres vinculada ao cinquentenário da morte do Tenente Camargo com a ligação comunista do movimento, ainda nos dias atuais, considerado Guerrilha de vínculo internacional.<sup>493</sup>

Em análises próprias, as motivações do Exército brasileiro em retomar em 2015 o discurso político e o uso dos mortos daquela instituição com intenção política institucional, propondo uma aceitável resposta preliminar como hipótese, é presumível afirmar que, mesmo dentre algumas variáveis possíveis, – considerando o Exército Brasileiro, como de fato é, uma instituição nacional – o evento militar fúnebre em comemoração ao cinquentenário de morte do sargento Camargo, em sua gênese, têm muito mais ligação com a postura política ideológica do Comando Militar do Sul – identificado neste caso pelo posicionamento político do General Mourão – do que vinculado ao uma possível mudança de postura institucional do Exército em relação ao que se deve ser comemorado, ou ser esquecido, sobre o Regime Militar brasileiro.

Meses depois, o general Antônio Hamilton Martins Mourão é afastado de suas funções de comando pelo Comandante do Exército Brasileiro, o General Eduardo Dias da Costa Vilas Bôas, transferido para Brasília torna-se um general sem tropa, assumindo funções burocráticas dentro daquela instituição.

Sobre o fato, integrantes da extrema direita militar se manifestaram alegando perseguição política por parte do Governo Federal, qual tem relações próximas com o Comandante do Exército, que destacou Mourão para atividades administrativas. O Exército apenas afirmou que, faz parte da carreira militar a ocorrência de transferência de seus integrantes, quando visam o interesse da instituição.

---

<sup>492</sup> LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Memórias de um Coronel**. Porto Alegre: Editora Letra & Vida, 2013, p. 198.

<sup>493</sup> **Esquadrão de Cavalaria Mecanizado homenageia o Tenente Camargo**. Diário do Sudoeste, 09 Abr. 2015.



Inegavelmente, o evento reforça a ideia de que a homogeneidade política dos militares é um discurso alegórico, e mesmo quando a ameaça “comunista” parece distante, tais posicionamentos políticos ainda podem atingir os pilares inflexíveis daquela instituição: a hierarquia e a disciplina, a grande preocupação militar durante o século passado: o inimigo político.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os argumentos apresentados, o Exército Brasileiro elaborou uma imbricada política memorial em torno da morte em ação, na Operação de Contraguerrilha de 1965, do sargento Carlos Argemiro de Camargo, elevando-o ao ‘Panteão dos Heróis Militares’ daquela instituição. Além, de que, como previsto por seus regulamentos, realizou paradas militares e cerimoniais fúnebres em homenagem ao “sacrifício supremo” do herói: o tombamento em defesa da Pátria – como visto, na luta contra o comunismo internacional.

Num processo de institucionalização do herói, o Exército Brasileiro operou como mediador seletivo da memória em relação ao episódio de 1965, selecionado, lembrando e esquecendo, alguns aspectos da memória individual da tropa. O que é conhecido daquela instituição, ao elaborar seleções, que por vezes, dissimulam memórias “proibidas e clandestinas”, estabelecendo um fosso entre as diferentes memórias de membros e/ou grupos da sociedade civil em relação à ideologia oficial<sup>494</sup>, pensada aqui como institucional.

Como parte desta política memorial, que compreendeu a “baixa em ação” como “baixa de guerra” contra o comunismo, o Exército Brasileiro agregou para si a missão de edificar lugares de memória em homenagem ao herói. Monumentos, homenagens, discursos, narrativas, placas, jazigos, epitáfios, túmulos, patronato, obra de arte, nomeações e redenominações de locais públicos; alguns destes, bem similares aos construídos em reconhecimentos aos heróis institucionais mortos na Guerra do Paraguai, ou da Força Expedicionária Brasileira, o que abre interessantes perspectivas de estudos comparativos que, infelizmente, escapam aos limites deste trabalho.

A análise desta monumentalização, da morte do herói, nos permite pensar como um esforço de socialização da perda e de sacrifício coletivo, tentado por aquela instituição, em repassar ao público interno, e externo, à caserna.

Na empreitada institucional o discurso oficial do Exército Brasileiro limitava ao silêncio, e execrando ao esquecimento, a memória individual, sobre o episódio que envolvera a morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo. O conteúdo desta memória subterrânea, que contrariava a versão institucional, sobreviveu por dezenas

---

<sup>494</sup> CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 2002, p. 37-57.

de anos sendo transmitida pela oralidade dentro daquele aquartelamento de fronteira. Ela transmitia ao público interno da caserna uma “memória de vergonha” que afligia; entrando em contradição com a representação ideal do espírito guerreiro militar. Uma memória, cuja resistência a fez sobreviver a doutrinação ideológica da Guerra Fria, sendo reatualizado em tempos recentes num esforço de manter sua relevância política e ressonância cultural, uma tradição inventada pelo Exército Brasileiro.

Essas lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas, são “zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”<sup>495</sup>. Assim, de uma geração de soldados para outra, partindo sempre dos militares de baixa patente e com mais serviço ativo naquela organização militar, murmurou-se por décadas que o **“tiro que matou o sargento Camargo partiu de arma amiga”**, ou seja, de um militar que estava compondo o pelotão do herói, que naquela ocasião tombou em combate. Verdade, que invalidaria toda a tese institucional de **“sacrifício em nome da Pátria”** e **“espírito guerreiro”**, tão apreciados no meio militar. Além de, é claro, transmitir uma imagem de incompetência operacional no combate a grande ameaça dos anos 1960, a guerrilha comunista.

A morte de Carlos Argemiro de Camargo causada por **“tiro amigo”** ou não, compõe outra “zona de sombra” das lembranças daquela Operação Militar de Contraguerrilha em 1965; pois, informalmente, a ser tomada ao pé da letra, condena-se os colegas e o próprio morto pela fatalidade! Ora, a oralidade da caserna apresenta a possibilidade de Camargo ter sido morto pelos colegas, ora, apresenta a culpabilidade da morte em combate da própria vítima, que por ser **“bisonho”**, não operacional, deixou de bem portar-se em combate, cruzando em campo, a linha de fogo. Em qualquer dos dois cenários, tem-se a impossibilidade de alçar à condição de herói o militar.

A coerção ao esquecimento da memória individual nos permite pensar que

O ponto de vista o grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia como todos os seus estereótipos e mitos. No outro extremo, haveria uma ausência de elaboração grupal em torno de certos acontecimentos ou situações. A rigor, o efeito, neste caso, seria o de esquecer tudo quanto não

<sup>495</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1989, p. 3 e 4

fosse “atualmente” significativo para o grupo de convívio da pessoa. É o que sucede às vezes: os fatos que não foram testemunhados “perdem-se”, “omitem-se”, porque não costumam ser objetos de conversa e de narração, a não se excepcionalmente. Assim, quando o sujeito os evoca, não vem o reforço, o apoio contínuo dos outros: é como se ele estivesse sonhando ou imaginando; e não por acaso, duvidamos, hesitamos, quando não nos confundimos, sempre que devemos falar de um fato que só foi presenciado por nós, ou que sabemos “por ouvir dizer”. O sonho, ao contrário, parece alimentar-se mais generosamente desses momentos solitários de evocação que teriam, talvez, ao menos, a vantagem de não sofrer a modelagem sistemática da ideologia grupal. A elaboração grupal comum seria, portanto decisiva.<sup>496</sup>

Neste sentido, jamais alguém se manifestou formalmente sobre o assunto. Qual, tomou e, ainda ocupa horas de conversas informais dos velhos combatentes da infantaria daquela unidade militar de fronteira. Talvez, como alternativa de limitar as perdas, visto que se trata de um acontecimento político ocorrido durante o Regime Militar brasileiro, a memória foi proibida pela instituição que organizou seu esquecimento por uma narrativa oficial dos fatos, seguida de formaturas e cerimoniais fúnebres ao herói.

É certo, que as motivações políticas do silêncio e esquecimento institucional se adéquam às motivações pessoais dos envolvidos, seus partícipes ainda encontram-se vivos, e que por medo de represálias, punições ou retaliações públicas, preferem esquecer a memória traumatizante, adotando o “não-dito” como reflexo de proteção, prevenindo o sentimento de culpa<sup>497</sup>. Tal é a importância das descobertas realizadas pela pesquisa que compõe esta tese de doutorado, uma vez que é dever da disciplina acadêmica da História corrigir e reparar os equívocos e distorções que a memória histórica frequentemente incorre.

Mas, é possível crer, que o Exército Brasileiro executou uma, pura e intencional, falsificação do passado para fins políticos, como visto nas análises superficiais da memória? Talvez sim, esse tenha sido sua intenção inicial, mas não seria suficiente para explicar a sobrevivência por cinco décadas de uma tradição inventada; e, que passaram a ser revividas pela terceira geração de tropas, não havendo compromisso político ideológico com os militares no episódio de 1965.

Ou seja, independentemente do grau maior ou menor de manipulação operado pela instituição militar não se está diante de mera fraude ou invenção, mas

<sup>496</sup> BOSI, Ecléia. Op. Cit., 2010, p. 67.

<sup>497</sup> Sobre o *modus vivendi* das memórias silenciadas, ver: POLLAK, Michael. Op. Cit., 1989, p. 3 e 4.

de um culto cívico de relativa importância que exige uma explicação a partir do ponto de vista da ciência histórica.

É sim, percebido uma adaptação discursiva que visa reinterpretar o passado através de processos seletivos de memória, a fins de servir nos combates – presentes, e futuros – da memória institucional como uma referência ao passado; e, que “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.<sup>498</sup>

Não há possibilidade de se afirmar com certeza as reais motivações que resultaram em ações institucionais do Exército Brasileiro em exumar, transladar e inumar os restos mortais de Camargo do Cemitério Municipal de Francisco Beltrão - PR para o interior do aquartelamento daquela mesma cidade o que demandaria pesquisas ainda mais extensas do que as aqui realizadas, extrapolando os prazos delimitados institucionalmente para todas as teses de doutorado. Entretanto, sabe-se que havia uma exigência de pagamento das taxas Cemiteriais, algo que não vinha sendo feito, nem pela família do herói, muito menos pelo Exército Brasileiro. Caberia então, ao herói militar, o destino cruel de todos os inadimplentes *post-mortem*, a exumação e transferência para o ossuário do Cemitério Municipal. Do que se sabe, informalmente, pela relativa indiferença da família que não vive mais naquela região, o Exército se encarregou de cuidar do seu herói, exumando seu corpo, transladando e inumando dentro do que um dia foi o local de trabalho de Camargo. Desta forma o militar, mesmo morto, seguiu engajado pela corporação a serviço de determinada memória institucional.

Mas estes rituais fúnebres vinculados à Carlos Argemiro de Camargo foram componentes de uma política de memória institucional, que promoveu ritos, tidos como liturgia de uma religiosidade cívica; não percebidos por pesquisas de caráter memorial que percebiam as ações institucionais como propaganda política/ideológica do Regime Militar.

É claramente notório, para quem presencia tais cerimoniais fúnebres em homenagem ao tenente Camargo, que em maioria constante, os militares acreditam no que organizam. E que, já faz parte de suas tradições, não tão somente honrar seus mortos; mas também lutar contra o inimigo político em defesa da Pátria.

---

<sup>498</sup> POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, 1989, p. 7.

Foi neste sentido, que Carlos Argemiro de Camargo teve o culto da sua morte prolongada por 50 anos, através de rituais simbólicos, que expressavam para além de um posicionamento político, visando transmitir uma confiabilidade na instituição, uma ideia de sacrifício coletivo em nome da nação e socialização da perda. Tudo isso, pelos rituais fúnebres militares, carregados de um arsenal simbólico.

Como vimos, as cerimônias fúnebres militares institucionais ligadas à Carlos Argemiro de Camargo acabaram por ultrapassar os costumes, previstos, de ligar com a finitude da existência humana dentro do Exército Brasileiro. Mas por diante, o futuro do herói militar “tenente Camargo” é inseguro! Sem o enfrentamento real do comunismo, os militares que virão servir na Organização Militar de Francisco Beltrão – PR podem interpretar de forma diferente a “narrativa de memória” do que exalta o héroi: com aceitação, indiferença ou rejeição.

Com o traslado dos despojos mortais de Camargo em 2006, eliminou-se a separação dos espaços físicos entre o herói e os militares (os vivos), podendo inaugurar uma nova configuração da forma que eles rememoram o seu morto. Mas, o que a caserna, aparentemente pratica, após o afastamento do Comandante Militar do Sul, o General Mourão, é o relativo esquecimento, talvez momentâneo, ou não, uma vez que o destino deste culto cívico segue indeterminado.

Fora da caserna, o herói eventualmente é lembrado em artigos, e noticiários, que visam lembrá-lo com integrante da lista de dezenove pessoas mortas pela esquerda política brasileira, armada, antes da instauração do AI-5 no país. Seu nome, também integra discussões atuais ligada às matérias jornalísticas, quase sempre vinculada à política, revelando críticas da atuação da Comissão Nacional da Verdade, acusada de mascarar crimes da esquerda armada brasileira.<sup>499</sup> Para uma ala mais radical de reservistas militares, Camargo foi vítima do terrorismo, sendo merecedor de destaque no rol dos soldados que tombaram defendendo a nação do comunismo internacional.

Mas, provavelmente será no imaginário social que a sua presença perpetuará no tempo! Pois, ocasionalmente, o herói ainda arrebatava calafrios de recrutas que intuem ruídos e vultos próximos ao seus Jazigo Monumento. O que

---

<sup>499</sup> AZEVEDO, Reinaldo. **Os mortos sem sepulturas da Comissão da Farsa 1 – Os assassinatos pela esquerda antes do AI-5**. São Paulo, 12 Dez. 2014. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/os-mortos-sem-sepultura-historica-da-comissao-da-farsa-1-os-assassinados-pelas-esquerdas-antes-do-ai-5/> >. Acesso em: 21 Jul. 2016.

torna o serviço de guarda noturna uma labuta mórbida, regada de estórias, que talvez, até possa impedir Carlos Argemiro de Camargo de ficar órfão de seus próprios inventores.



## REFERÊNCIAS

### DESCRIÇÃO DAS FONTES DE PESQUISA

ACERVO JORNALÍSTICO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ.  
Curitiba – PR.

ACÓRDÃO DA PROMOTORIA MILITAR de 05 Jan. 1968. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4taW9TN3JmbHFpNm8> >.  
Acesso em: 15 Jul. 2016.

Álbum Histórico da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizado.  
Dependências do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

BOLETIM INTERNO N. 95 DO 13º REGIMENTO DE INFANTARIA – QUARTEL EM  
PONTA GROSSA – PR, de 27 Abr. 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tSzJoNDVLOEJweUk> >.  
Acesso em: 17 Jul. 2016.

Cinquenta anos da morte do tenente Camargo. Jornal de Beltrão, 28 Mar. 2015.  
Disponível em: < <http://www.jornaldebelttrao.com.br/colunista/coluna-do-exercito/9537/cinquenta-anos-da-morte-do-tenente-camargo> >. Acesso em: 21 Jul. 2016.

Dados Biográficos do Ex- Sargento Carlos Argemiro de Camargo. 16º Esquadrão de  
Cavalaria Mecanizado. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tcUV2UXJXc1dmNFk> >.  
Acesso em: 10 Jul. 2016.

DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR EM EMBARGOS de 03 Jul. 1981.  
Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tSGVxcG9IV0NwSzA> >.  
Acesso em: 15 Jul. 2016.

DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR - STM de 08 de Ago. 1980.  
Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tbFR0cTJ6NW9qVXc> >.  
Acesso em: 15 Jul. 2016.

DENÚNCIA DA PROMOTORIA MILITAR de 09 Set. 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tNF9fV2FNYUQtanM> >.  
Acesso em: 15 Jul. 2016.

Dilma proíbe que militares comemorem Regime Militar e teme insubordinação.  
Disponível em: < <http://www.folhapolitica.org/2014/03/dilma-proibe-que-militares-comemorem.html> >. Acesso em: 21 Jul. 2016.

DISCURSO DO GENERAL HAMILTON MARTINS MOURÃO – Francisco Beltrão/PR, 28 Mar. 2015.

Discurso do ritual de homenagem póstuma ao Tenente Camargo – 1977. 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tTjBUMU9YSmV6WIk> >. Acesso em 10 Jul. 2016.

Discurso do ritual de homenagem póstuma ao Tenente Camargo – 1996. 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tZ3BmUVJFWEc3SjQ> >. Acesso em 10 Jul. 2016.

ENTREVISTA NELSON BHENE, cabo temporário do Exército, empresário de Francisco Beltrão – PR, 01 Jan. 2006, 24'18".

ENTREVISTA COM O SUBTENENTE DA RESERVA SESSUAF MICESSUAF POLANSKI, Sargento Rádio-operador do Exército na Operação de Contra guerrilha de 1965, em 24 Mar. 2014.

Esquadrão de Cavalaria Mecanizado homenageia o Tenente Camargo. Diário do Sudoeste, 09 Abr. 2015.

Exército lembra dos que morreram entre 64 e 72. Folha de São Paulo. São Paulo, 20 Mar. 1980, p. 06.

Exército homenageou Tenente Camargo, nos cinquenta anos de sua morte, em combate. Jornal de Beltrão, 28 Mar. 2015.

Exército homenageia Tenente Camargo. Fundação TV Beltrão. 04'02". Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=zEmYa8PaTsc> > ou < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tcjk1S0NJVlp3V0k> >. Acesso em: 08 de Jul. 2016.

FERRARI, Cândida. *Retrato* – Sargento Camargo. 2000. 1 original de arte, óleo sobre tela, 50 cm x 40 cm. Pavilhão de Comando do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado – Francisco Beltrão – Pr.

Folha de São Paulo. São Paulo, 29 Mar. 1965. Banco de Dados da Folha – Acervo On line. Disponível em: < [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_29mar1965.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.htm) >. Acesso em: 17 Jul. 2016.

FOLHETO N. 3 – METRALHADORA DE MÃO .45 . São Paulo: INA S/A Indústria Nacional de Armas, 1954. Disponível em < [http://www.forgottenweapons.com/wp-content/uploads/INA953/INA%20953%20\(Madsen\)%20manual%20\(Portuguese,%201954\).pdf](http://www.forgottenweapons.com/wp-content/uploads/INA953/INA%20953%20(Madsen)%20manual%20(Portuguese,%201954).pdf) >. Acesso em: 17 Jul. 2016.

Guerrilheiros acareados com Osorio. Folha de São Paulo. São Paulo, 31 Mar. 1965.

Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 19 Mar. 1965.

Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 25 Dez. 1965.

LEXICO, DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ON LINE. Disponível em: < [http://www.lexico.pt/exequias\\_2/](http://www.lexico.pt/exequias_2/) >. Acesso em: 10 Jul. 2016.

Luta pela liberdade faz mais uma vítima. A Tribuna, 30 Mar. 1965.

Livro de Memória em homenagem ao Tenente Camargo, 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

MINISTÉRIO DA GUERRA – DIRETORIA DE TELECOMUNICAÇÕES – RADIOTELEGRAMAS DA OPERAÇÃO DE CONTRAGUERRILHA DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tTmZLTk92SnJwZkU> >. Acesso em: 22 Jul. 2016.

MUSEU DAS VÍTIMAS DO COMUNISMO. Sargento Carlos Argemiro de Camargo. Disponível em < <http://museuvitimasdoscomunistas.com.br/saloes/ver/sargento-carlos-argemiro-camargo> >. Acesso em: 17 Jul. 2016.

PROJETO ORVIL: as tentativas de tomada do poder, p. 153. Disponível em: < [http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil\\_completo.pdf](http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf) >. Acesso em: 17 Set. 2016.

RELATÓRIO DE OPERAÇÕES DO SARGENTO RICIERI FRANZON. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tOFN2dUNodldKemc> >. Acesso em: 22 Jul. 2016.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DE MORTE DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. Realizados em 27 Mar. 2016. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tblJqcl8zeFZLZEK> >. Acesso em: 19 Jul. 2016.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL DE INUMAÇÃO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. Realizados em 17 Nov. 2006. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tZ2pwTWZ1Vm91RDQ> >. Acesso em: 19 Jul. 2016.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS TRABALHOS DE EXUMAÇÃO DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. Realizados em 10 NOv. 2006. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tVExnOGs4SnIHa1U> >. Acesso em: 19 Jul. 2016.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO CERIMONIAL DE TRANSLADO DOS DESPOJOS MORTAIS DE CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. Realizados em 17 Nov. 2006. Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=0Byw2cMowLg4tWExpN2dmlNSTXc> >. Acesso em: 19 Jul. 2016.

REVISTA MANCHETE, Edição Especial do 4ª Centenário. Rio de janeiro, 10 de Abr. 1965.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Estadual Carlos Argemiro de Camargo. Capitão Leônidas Marques, 2010. Disponível em: < <http://www.cqscarloscamargo.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/6/460/21/arquivos/File/PPP.pdf> >. Acesso em: 18 Jul. 2016.

SECRETO, Relatório do 1º Tenente JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS, Comandante do Pelotão da 3ª Companhia de Infantaria da cidade de Francisco Beltrão PR, 03 Abr. 1965. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tbkhOdF8yUjlraU0> >. Acesso em: 10 Jul. 2016.

SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR de 20 Dez. 1979. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tMHRZalpFcmxTSFE> >. Acesso em: 15 Jul. 2016.

SENTENÇA DA JUSTIÇA MILITAR - PROCESSO 335 de 06 Jul. 1967. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tS0k0X1RLWjgzQWM> >. Acesso em: 15 Jul. 2016.

Soltando Foguetes perturbam a Missa do Sargento Camargo. O Globo. Rio de Janeiro, p. 12, 03 Abr. 1965.

16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado homenageou Tenente Camargo. Rede Massa Sbt. 4'08". Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=fNms9g-m95c> > ou < <https://drive.google.com/drive/folders/0Byw2cMowLg4tTHYzTUZIRXNNaTg> >. Acesso em: 08 Jul. 2016.

Website: <http://7imagensdamorte.wix.com/imagensdamorte>

Website: <http://estudoscemiteriais.com.br/>

Website: <http://museuvitimasdoscomunistas.com.br/>

## BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (Orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ARIÈS, Phillippe. **O Homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARIÈS, Phillippe. **O Homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Ales, 1981.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A grande mentira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

AUTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado**. 3ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, S/D.

AYMAR, Gordon C. **The Art of Portrait Painting**, Chilton Book Co., Filadélfia, 1967.

AZEVEDO, Reinaldo. **Os mortos sem sepulturas da Comissão da Farsa 1 – Os assassinatos pela esquerda antes do AI-5**. São Paulo, 12 Dez. 2014. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/os-mortos-sem-sepultura-historica-da-comissao-da-farsa-1-os-assassinados-pelas-esquerdas-antes-do-ai-5/> >. Acesso em: 21 Jul. 2016.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. PINSKY, Carla Bassanez (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2001. pp. 23-80.

BAJER, Paula. **Processo Penal e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BARBIER, René. Sobre o imaginário. **Em aberto, educação e imaginário social**: revendo a escola. Brasília, n. 61, pp. 15-23, jan/mar, 1994.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 453.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E.. Arquivos de regimes repressivos: Fontes sensíveis da história recente. PINSKY, Carla Bassanez; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. pp. 174-193.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

**Bíblia Sagrada**. São Paulo, Editora Ave Maria Ltda, 2008.

**BRASIL**. Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 05 jan. 1953.

**BRASIL**. Lei n. 6.683, de 28 de abril de 1979. Concede Anistia e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 28 abr. 1979.

**BRASIL**. Decreto n. 2.243, de 3 de junho de 1997. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Diário Oficial, Brasília, DF, 3 de jun. 1997. Seção 2.

**BRASIL**. Decreto n. 4.207, de 23 de abril de 2002. Dispõe sobre a medalha do pacificador e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 23 de Abr. 2002.

**BRASIL.** Decreto n. 52.737, de 23 de outubro de 1963. Regulamenta o Art. 21 da Lei 3.765 de 04 Maio 1960. Diário Oficial, Brasília, DF, 23 de Out. 1963.

CABRAL, Magaly. **Educação em Museus Casas Históricas**, pp.1-6, 2006, p. 1. Disponível em: <  
[http://www.casaruibarbosa.gov.br/paracrianças/interna.php?ID\\_M=30](http://www.casaruibarbosa.gov.br/paracrianças/interna.php?ID_M=30)> . Acesso em: 11 Dez 2014.

CARNALHAL, Juliana Pinto. Maurice Halbwachs e a questão da memória. In: **Revista Espaço Acadêmico**, ano V, n. 56, Janeiro 2006. Edição mensal. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalho.htm> . Acesso em: 03 abr. 2014 as 14hrs25min.

CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas e Política, 1930-1945”. In: **A Revolução de 30: Seminário Internacional – CPDOC/FGV** (Rio de Janeiro, Setembro de 1980). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983, pp. 109-187. (Col. Temas Brasileiros, 54).

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**. Um estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CAPUTO, Rodrigo Feliciano. O homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. In: **Revista Multidisciplinar da UNIESP. Saber Acadêmico**, n. 6 – dez. 2008, pp. 73-88.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1. A sociedade em Rede, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CATROGA, Fernando. A separação entre os Reinos de Deus e o do César. Entrevista Especial com Fernando Cátroga: Entrevista. [31 de agosto, 2013]. São São Leopoldo: **Instituto Humanitas UNISINOS**. Entrevista concedida a Márcia Junges. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/523240-entrevista-especial-com-fernando-catroga> >. Acesso em: 08 Jul. 2016.

CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares: Secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra: Almedina, 2006.

CATROGA, Fernando. **O céu da memória – o cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)**. Coimbra: Livraria Minerva, 1999.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, pp. 162-182, jan-jun, 2010.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.



CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2001.

CARNALHAL, Juliana Pinto. Maurice Halbwachs e a questão da memória. In: **Revista Espaço Acadêmico**, ano V, n. 56, Janeiro 2006. Edição mensal. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalho.htm> . Acesso em: 03 abr. 2014 as 14hrs25min.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 4ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. História hoje: dúvidas, desafios e propostas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 7, n. 13, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COSTA, Carina Martins. Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 010-30, 2009.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de trinta**. (Trabalho apresentado à Oitava Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, Águas de São Pedro, 1984, 1984.

CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2002.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militância**. Uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glácio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Dumont, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**, seguido, de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ENDERS, Armelles. Les Liex de Mémoire, dez anos depois. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, pp. 128-137.

EsSA – ESCOLA DE SARGENTO DAS ARMAS. **Resumo histórico**. Disponível em: < <http://www.esa.ensino.eb.br/index.php/historia/resumo-historico> >. Acesso em: 18 Jul. 2016.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Construindo pontes entre olhares: os usos políticos do passado. In: **III Simpósio Império e Lugares no Brasil – UFOP**: Itinerários da



Pesquisa Histórica: Métodos, Fontes e Campos Temáticos, 2010, Ouro Preto. Disponível em: <http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/66.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2014.

FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação de carisma: a construção mítico-heroico na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: UPF, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n° 3, p. 122, maio/jun., 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, novembro/2001, p. 198-199.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GRASSI, Clarissa. **Memento Mortuorum – Inventário: Cemitério Municipal São Francisco de Paula**. Curitiba: Edição da autora, 2016.

GRINBERG, Keila. Processos criminais: A História nos porões dos arquivos judiciais. PINSKY, Carla Bassanez; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. pp. 119-139.

GUERRA, Débora Rodrigues. **As representações sociais da morte e o processo de morrer para profissionais que trabalham em unidade de terapia intensiva - UTI**. 2005, 101 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GUIBERNAU, Monserrat. **Nacionalismo**. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história e escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006, p. 15-21.

HARTOG, François. Tempo e História: Como escrever a história da França hoje? In: **História Social**, n. 3, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996, p. 127-154.

HEINSFELD, Adelar; ZATTA, Ronaldo. Geopolítica e ocupação militar no sudoeste paranaense. In: REICKZIEGEL, Ana Luiza Setti *et al.* (Orgs.). **O fuzil e a enxada:**

História Militar do Sudoeste paranaense. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora, 2012, pp. 13-47

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KEEGAN, John. **O rosto da batalha**. Lisboa: Fragmentos, 1976.

KELEMAN, Stanley. **Viver o seu morrer**. São Paulo: Sumus, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Le futur passé**. Paris: Éditions de l'École de Hautes Études em Sciences Sociales, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p.134-146, 1992.

KOVÁCS, Maria Julia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LANEYRIE-DAGEN, Nadeije. **Leer la pintura**, Spes Editorial, Barcelona, 2007.

LAVABRE, Marie Claire. De La notion de mémoire à La production des mémoires collectives. In: CEFAL, D. (dir.) **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001, pp. 233-252.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE MOS, Juvêncio Saldanha. **Memórias de um Coronel**. Porto Alegre: Editora Letra & Vida, 2013.

LIMA, Carlitos. **Ensino Militar: AMAN** – Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: < [http://www.defesabr.com/Ensino/ensino\\_aman.htm](http://www.defesabr.com/Ensino/ensino_aman.htm) >. Acesso em 02 Fev. 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo**. Barueri: Manole, 2005.

LOVISOLO, Hugo. **A memória na formação dos homens**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16-28.

LUKES, Steven. Political Ritual and Social Integration. **Sociology**, v.9, n. 2, 1975, pp. 289-308.

LUCCHESI, Ivo. O declínio da heroicização no Ocidente. **Revista Saberes**, n. 1, mar-ago. 2008. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2008, pp. 54-63.

Machado de Assis 'branqueado'. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Set. 2011. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/nota/machado-de-assis-branqueado-1> >. Acesso em: 17 Set. 2016.

MACHADO, Lacy Guaraciaba. A construção da imagem do herói: uma abordagem inicial. **Revista Estudos**, v. 34, n. 2, mar-abr 2007. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2007, pp. 253-270.

MAIGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgia cívica: notas sobre um campo de pesquisa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 61, pp. 125-144.

MARTÍNEZ, Maria Ximena Alvarez. Brasil y Uruguay: la historia regional em el discurso militar uruguayo. **Revista de História Regional**, Verão. Curitiba: 2006.

MARTINS, José de Souza. (Org.) **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e Propaganda Política**: a Revista Manchete durante o Governo Médici. 1999, 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

MAUSS, Marcel e HUBERT, Henri. **Sobre o Sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material**, vol. 2. São Paulo: Museu Paulista/Universidade de São Paulo, 1994, pp. 9 – 41.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

MITCHELL, José. **Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papiros, 1995.

MONTEIRO NAIFF, Denis Giovani; SÁ, Celso Pereira de; MIGUEZ NAIFF, Luciene Alves. A Memória Social do Estado Novo em Duas Gerações. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, vol. 28, n. 1, pp. 110-121, 2008, p. 112.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Lisboa: Europa-América, 1975.

MOSSE, George L. **Fallen soldiers**: Reshaping the Memory of the World Wars. New York: Oxford University Press, 1990.

MUNIZ, Paulo Henrique. In: O estudo da morte e suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais. **Revista Varia Scientia**, v. 06, n. 12, p. 159-169. Dez/2006. Disponível em: < <http://e->

[revista.unioeste.br/index.php/variascientia/article/view/1520/1239](http://revista.unioeste.br/index.php/variascientia/article/view/1520/1239) >. Acesso: 13 Jul. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Rosana. Objeto Museal como objeto de conhecimento. **Cadernos de Museologia**, n. 3. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994, pp. 7-32.

NETO, Carlos F. P. ANTIGAS FABRICAS DE ARMAS NO BRASIL (Rev. 2). **Armas On line**. Disponível em< <https://armasonline.org/armas-on-line/antigas-fabricas-de-armas-no-brasil/> >. Acesso em: 17 Jul. 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. São Paulo, **Rev. Projeto História/PUC**, vol. 10, 1993.

NOSSA, Leonencio. **Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Dennison. **Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

OLIVEIRA, Dennison. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2008.

OLIVEN, Ruben G. "Nação e região na identidade brasileira". In: ZAUR, George de Cerqueira Leite (Org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OTSUKA, Shuji; STEARNS, Peter N. Perceptions of Death and the Koreana War. **War in History**, n. 6, v.1, january, 1999, pp-72-87.

OZOUF, Mona. A FESTA SOB A Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 217-231.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PESSOA, Mario. **O Direito da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Bibliex/Revista dos Tribunais Editora, 1971.

PEREIRA, Luísa Hauter. **A história e "o Diálogo que Somos": a Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-George Gadamer**. 2004. 93f. Dissertação (Mestrado em História Social e da Cultura) – Departamento de História da PUC – Rio, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, pp. 200-215.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. De l'historire, partie de La mèmorie, à La Mémoire, objet d'histoire. **Revue de méthaphysique et Morale**, n. 1, jan-mars, 1998, pp. 63-110. *apud* FAGUNDES, Luciana Pessanha. Construindo pontes entre olhares: os usos políticos do passado. In: **III Simpósio Império e Lugares no Brasil – UFOP: Itinerários da Pesquisa Histórica: Métodos, Fontes e Campos Temáticos**, 2010, Ouro Preto. Disponível em: <http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/66.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2014.

PIOVEZAN, Adriane. **Morrer na Guerra**: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967). 2014, 298 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PINSKY, Carla Bassanez; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 9.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanez; DE LUCA, Tania Regina. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, pp. 155-202.

RABELO, Elizabeth Avelino; MAHFOUD, Miguel. Os mortos na memória dos vivos: inter-relações entre memória, tradição e sociedade. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**, 2013. Natal: ANPUH, 2013.

REICKZIEGEL, Ana Luiza Setti; ZATTA, Ronaldo. Vigias e compartes: o Exército brasileiro no Sudoeste paranaense. In: REICKZIEGEL, Ana Luiza Setti *et al.* (Orgs.). **O fuzil e a enxada**: História Militar do Sudoeste paranaense. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora, 2012, pp. 75-96.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit**, vol. III: Le Temps raconté. Paris: Seuil, 1985.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2002, pp. 426-438.

RODRIGUES, José Carlos. O tabu do corpo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROUSSO, Henry. **Mémoire et histoire: La confusion**. La Hantisse Du passe. Entretien avec Philippe Petit. Paris: Éditions Textuel, 1998.

ROUSSO, Henry. **Vichy, Le grand fosse, vingtième Siècle**, 5, 1985.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Das trincheiras à guerra de atrito: a batalha pela memória entre os militantes da esquerda e os militares da reserva de extrema-direita deixou, enfim, de ser silenciosa? In: **ANAIS DO 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. 27 a 31 de outubro de 2014. Caxambu: ANPOCS, 2014, P. 17. Disponível em [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1156&Itemid=456](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1156&Itemid=456) >. Acesso em 30 Jan. 2015.

SANTOS, Suely Xavier dos. Uma leitura sócio antropológica do sacrifício: o estudo de caso Levítico 6.17-23. In: **Revista Caminhando**, n. 16, v. 2, pp. 21-30, jul./dez. 2011.

SCHMIDT, Róbi J. **Cenas da constituição de um mito político: memória de Willy Barth**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Política Nacional: O poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

SILVA, Afonso Prates da. Toque de silêncio. Florianópolis, 16 Ago. 2012. Disponível em: <http://acervomusical-afonsopratesdasilva.blogspot.com.br/2012/08/toque-de-silencio.html> >. Acesso em: 03 Abr. 2014.

STRATHERN, Andrew e STEWART, Pamela J. “Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes”. In: BARROS, João Rodrigues (Coord.) **Globalização e identidade nacional**. São Paulo: Atlas, 1999.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

TIBOLA, Ana Paula Lima. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.



TURMA EsSA 1978. **O patrono.** Disponível em: < <http://www.esa1978.com.br/?p=130> >. Acesso em: 18 Jul. 2016.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada:** a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser. 2007.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada:** a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser. 2007.

WILLIAN, Wagner. O primeiro vôo do Condor. Revista Brasileiros, n. 65, Dez. 2012. Disponível em: < <http://brasileiros.com.br/2012/12/o-primeiro-voo-do-condor/> >. Acesso em: 14 Set. 2016.

WINTER, Jay; SIVAN, E. **War and Remembrance in the twentieth century.** Cambridge University Press, 1999.

VOVELLE, Michel. Piété baroque et déchristianisation em Proence au XVIIIe Siècle. Les attitudes devant la mort déaprès les clauses des testaments. **Revue de l'histoire des religions**, 1973, volume 188-2. Disponível em : < [http://www.persee.fr/doc/rhr\\_0035-1423\\_1975\\_num\\_188\\_2\\_6136](http://www.persee.fr/doc/rhr_0035-1423_1975_num_188_2_6136) > . Acesso em: 07 jul. 2016.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem.** Petrópolis: Vozes, 2011.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Lócus - Revista de História.** Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 1997.

ZATTA, Ronaldo. A análise do discurso na narrativa de um cerimonial militar: o caso Tenente Camargo. **SEMINA**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, pp. 1 – 19. Disponível em:< <http://www.upf.br/seer/index.php/ph/article/view/3657> >. Acesso em: 15 Jul. 2016.

ZATTA, Ronaldo; COSTA GAMA, Josué; RIPPEL, Leomar. **Tenente Camargo:** estudos de memória sobre a institucionalização de um “herói” militar. Francisco Beltrão, 2010. Disponível em: < [https://books.google.com.br/books?id=KivPHyodVCYC&pg=PA2001&lpg=PA2001&dq=tenente+camargo+institucionaliza%C3%A7%C3%A3o+de+um+her%C3%B3i+militar&source=bl&ots=-hpAKf\\_roX&sig=CKccXUfbMNNz79yjoZiVUuIDf7g&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjI8pbV7oXOAhUEI5AKHSKqCFkQ6AEIKTAC#v=onepage&q=tenente%20camargo%20institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20her%C3%B3i%20militar&f=false](https://books.google.com.br/books?id=KivPHyodVCYC&pg=PA2001&lpg=PA2001&dq=tenente+camargo+institucionaliza%C3%A7%C3%A3o+de+um+her%C3%B3i+militar&source=bl&ots=-hpAKf_roX&sig=CKccXUfbMNNz79yjoZiVUuIDf7g&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjI8pbV7oXOAhUEI5AKHSKqCFkQ6AEIKTAC#v=onepage&q=tenente%20camargo%20institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20her%C3%B3i%20militar&f=false) >. Acesso em: 22 Jul. 2016.

ZATTA, Ronaldo. Museu tenente Camargo: tentame frustrado do Exército para criação de um Museu Casa Histórica Militar. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 23 n. 36/37, 2014, pp. 1-13. Disponível em: < <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2590/1765> >. Acesso em: 19 Jul. 2016.



ZATTA, Ronaldo. Tenente Camargo: a institucionalização de um “herói” regional. **Cadernos CEOM**. Políticas Públicas: memórias e experiências. Chapecó, Ano 22, n. 30, 2009, pp. 1 -22. Disponível em: < <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/461/295> >. Acesso em: 17 Jul. 2016.

ZATTA, Ronaldo, RIPPEL, Leomar. Sedimentando memórias e construindo imaginários: o poder simbólico na edificação de monumentos aos pioneiros no sudoeste do Paraná. **Cadernos do CEOM (Unochapecó)**, v. 27, p. 207-225, 2014.

ZATTA, Ronaldo. Ritos fúnebres de um herói militar: aspectos de religião cívica na Ditadura Militar. In: **XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SC: 1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado**, 2014. 15 p. Florianópolis, Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1402400494\\_ARQUIVO\\_TrabalhoCompletoEncontroEstadualdeHistoriaSC2014pdfRonaldoZatta.pdf](http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1402400494_ARQUIVO_TrabalhoCompletoEncontroEstadualdeHistoriaSC2014pdfRonaldoZatta.pdf). Acesso em: 08 jul. 2015 as 16hrs15min.

ZATTA, Ronaldo. Um funeral militar como liturgia cívica: aspectos teóricos sobre o uso político do passado, história, memória e identidade social na Ditadura Militar brasileira. In: **XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PR: 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil**, 2014. 14 p. Campo Mourão, Anais eletrônicos... Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014, pp. 667-680. Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/190.pdf> . Acesso em: 08 jul. 2015.

ZATTA, Ronaldo; WERKHAUSER, Carla. Milicos e Matungos: narrativa histórica do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. In: REICKZIEGEL, Ana Luiza Setti *et al.* (Orgs.). **O fuzil e a enxada: História Militar do Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora, 2012, pp. 209 -228.

ZATTA, Ronaldo; ZATTA, Nelci. Ações político-militares na construção de uma identidade social no sudoeste do Paraná. In: REICKZIEGEL, Ana Luiza Setti *et al.* (Orgs.). **O fuzil e a enxada: História Militar do Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora, 2012, p. 97-120.

ZATTA, Ronaldo; VANINI, Ismael Antônio. O sudoeste do Paraná e a presença militar na fronteira: aspectos de uma comunidade imaginada. **Vozes, Pretérito & Devir. Revista de História da UESP**, v. 5, pp. 288-307, 2016.

ZATTA, Ronaldo. Ritual fúnebre contemporâneo no Exército brasileiro - 2015: comemorações em torno do cinquentenário de morte do sargento Camargo. In: **VII CONGRESSO INTERNACIONAL IMAGENS DA MORTE: Tempos e espaços da morte na sociedade**, 2016, São Paulo. CD ROM VII CONGRESSO INTERNACIONAL IMAGENS DA MORTE: textos completos. São Paulo, 2016. p. 1-13.

ZATTA, Ronaldo. “COMEMORAÇÕES FÚNEBRES MILITARES DO EXÉRCITO EM TORNO DO CINQUENTENÁRIO DE MORTE DO TENENTE CAMARGO.” In: **XXIII Semana de História da FURB: "A História em perspectiva: desafios do historiador no século XXI"**, 2016, Blumenau. Disponível em: <

<http://cahclio.wixsite.com/xxiiisemanaacademica/certificados> >. Acesso em: 22 Set. 2016.